

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA (PPGFIL)

Carlos Eduardo Nicodemos

CRISE NA ESTRUTURA E DISPUTA PELA SUPERESTRUTURA: MARX, GRAMSCI E  
O LABORATÓRIO PARA O FASCISMO NA ITÁLIA

Uberlândia  
2026

CARLOS EDUARDO NICODEMOS

CRISE NA ESTRUTURA E DISPUTA PELA SUPERESTRUTURA: MARX, GRAMSCI E  
O LABORATÓRIO PARA O FASCISMO NA ITÁLIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Linha de pesquisa: Ética e Política

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Said

Uberlândia  
2026

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

|              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|--------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| N633<br>2026 | Nicodemos, Carlos Eduardo, 1989-<br>Crise na estrutura e disputa pela superestrutura: Marx,<br>Gramsci e o laboratório para o fascismo na Itália. [recurso<br>eletrônico] / Carlos Eduardo Nicodemos. - 2026.<br><br>Orientadora: Ana Maria Said.<br>Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia,<br>Pós-graduação em Filosofia.<br>Modo de acesso: Internet.<br>DOI <a href="http://doi.org/10.14393/ufu.te.2026">http://doi.org/10.14393/ufu.te.2026</a><br>.448 Inclui bibliografia.<br><br>1. Filosofia. I. Said, Ana Maria , -<br>,(Orient.).II.Universidade Federal de Uberlândia. Pós- |
|--------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:  
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia  
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1U, Sala 1U117 -  
Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
Telefone: 3239-4558-www.posfil.ifilo.ufu.br-  
ppgfil@ifilo.ufu.br



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

|                                    |                                                                                                           |                 |       |                       |
|------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-------|-----------------------|
| Programa de Pós-Graduação em:      | Filosofia                                                                                                 |                 |       |                       |
| Defesa de:                         | Tese de Doutorado 006/26, PPGFIL                                                                          |                 |       |                       |
| Data:                              | Dezenove de junho de dois mil e vinte e seis                                                              | Hora de início: | 14:00 | Hora de encerramento: |
| Matrícula do Discente:             | 12213FIL002                                                                                               |                 |       |                       |
| Nome do Discente:                  | Carlos Eduardo Nicodemos                                                                                  |                 |       |                       |
| Título do Trabalho:                | Crise na estrutura e disputa pela superestrutura: Marx, Gramsci e o laboratório para o fascismo na Itália |                 |       |                       |
| Área de concentração:              | Filosofia                                                                                                 |                 |       |                       |
| Linha de pesquisa:                 | Ética e Filosofia Política                                                                                |                 |       |                       |
| Projeto de Pesquisa de vinculação: | -----                                                                                                     |                 |       |                       |

Reuniu-se no Anfiteatro/Sala 5M Sala 210, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Filosofia, assim composta: Professores Doutores: Marisa Silva Amaral (UFU); Anita Helena Schlesener (UTP); Humberto Aparecido de Oliveira Guido (UFU); Alex Sandro Calheiros de Moura (UNB) e Ana Maria Said orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o (a) presidente da mesa, Dr(a). Ana Maria Said, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente,

aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor. O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação internadaUFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Said, Professor (a) do Magistério Superior**, em 23/06/2026, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art.6º, §1º, do [Decretonº8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Aparecido de Oliveira Guido, Professor (a) do Magistério Superior**, em 01/07/2026, às 08:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art.6º, §1º, do [Decretonº8.539, de 8 de outubro de](#)

[2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alex Sandro Calheiros de Moura, Usuário Externo**, em 01/07/2026, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Silva Amaral, Usuário Externo**, em 13/07/2026, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anita Helena Schlesener, Usuário Externo**, em 19/07/2026, às 09:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **7383628** e o código CRC**4D0EB44F**.

**Referência:** Processo nº 23117.038008/2026-84 SEI nº7383628

## **AGRADECIMENTOS**

Esta tese encerra um ciclo de formação acadêmica iniciado em 2010, no Departamento — hoje Instituto de Filosofia — da Universidade Federal de Uberlândia. Em razão disso, agradeço ao Instituto de Filosofia e ao Programa de Pós-Graduação, bem como ao seu corpo docente e aos seus técnicos administrativos. Em especial, agradeço aos memoráveis professores Ana Maria Said, Humberto Guido, pelas aulas inesquecíveis ministradas.

Não posso deixar de agradecer à Universidade Federal de Uberlândia por tantos momentos vividos. Agradeço também, de modo especial, à minha orientadora, Ana Maria Said, por todo o cuidado nas orientações dos meus trabalhos acadêmicos.

Agradeço aos professores que compõem minha banca de doutorado, cuja contribuição fará com que minha pesquisa, ainda hoje limitada, se torne, futuramente, um trabalho um pouco mais abrangente. Deixo, assim, meu muito obrigado aos professores Marisa Silva Amaral, Alex Sandro Calheiros de Moura, Humberto Guido e Anita Helena Schlesener.

Aos amigos de doutorado, muitas histórias: Eduardo, Fernando e Dayana.

Não poderia faltar minha família, sem a qual nada posso: minha amada mãe, Eleusa; minha querida irmã, Juliana; minha adorada namorada, Anaysa — minhas maiores referências.

Agradeço a todas as pessoas que passaram positivamente pela minha vida durante esses anos de universidade, ciclo que, felizmente, agora se encerra.

Por fim, agradeço à FAPEMIG pela bolsa de doutorado concedida, de grande valia.

*Que você pode ser marxista e ainda chorar por um búfalo, porque compartilhar lágrimas com um animal torturado significa ter o vislumbre da unidade entre as opressões, algo que abala sua alma e seu corpo: o lugar exato onde você, em última análise, sente como o mundo é injusto. Se importar com os animais pode ser um ponto de partida para a revolta moral contra um mundo que deu errado<sup>1</sup>.*

---

<sup>1</sup>MARUIZE, Marco. *Para além da natureza: libertação animal e socialismo*. Tradução de Maila Costa. São Paulo: LavraPalavra, 2024, p. 12.

## RESUMO

Esta tese investiga o fascismo italiano como revolução passiva em momentos de crise de hegemonia, a partir de uma perspectiva filosófica que tem como métodos o materialismo histórico-dialético e a filosofia da *práxis*, conectando dialeticamente a crítica da economia política de Karl Marx à teoria da hegemonia de Antonio Gramsci. A hipótese principal é a de que o fascismo na Itália não foi um imprevisto histórico, ou seja, algo que irrompe na história sem causas decisivas e precisas; muito menos corrobora a afirmação de ele ter sido um desvio moral ou mal necessário contra o avanço do comunismo na Europa iniciado pela Revolução Bolchevique de 1917. Ao contrário, o fascismo italiano foi o resultado direto das contradições inerentes às relações sociais do capitalismo em crise estrutural. A hipótese sustenta que as crises econômicas derivadas da estrutura produtiva do capitalismo, ao atingirem o adequado grau de maturação, convertem-se em crise de hegemonia, afetando a superestrutura e abrindo espaços para possíveis soluções de força, tendo como foco o fortalecimento da sociedade política em detrimento da sociedade civil. A Itália, com suas “causas precisas” bem definidas, foi, pela primeira vez na história do capitalismo ocidental desenvolvido, o laboratório no qual essas articulações se tornaram plenamente visíveis na superestrutura, manifestando-se nas políticas fascistas nas primeiras décadas do século XX. Assim, a tese demonstra que as crises de hegemonia, cuja expressão máxima é o fascismo, não são fenômenos isolados, advindos de causas contemplativas, mas são expressões superestruturais de uma crise estrutural muito maior, que remonta, todavia, às bases da produção, que, uma vez transportadas para as camadas da superestrutura, rompem com os mecanismos de dominação consensual na sociedade civil. A investigação parte, portanto, do “abstrato” para o concreto. O “abstrato” é a crise na estrutura e a análise dela; o concreto é como essa crise modifica concretamente a vida dos indivíduos reais. Sendo assim, isso significa partir da unidade dialética entre a estrutura e a superestrutura, articulando-as do particular ao universal, isto é, partindo da Itália no plano do particular e do universal para as condições de crises do próprio capitalismo internacional. Para isso, o referencial teórico é composto fundamentalmente por Marx e Gramsci, com diálogos com os principais pensadores do tema, como Lênin, Hilferding, Sweezy e Harvey. A tese está organizada em seis capítulos. Os três primeiros dedicam-se à fundamentação teórica de Marx sobre as crises econômicas; os três seguintes dedicam-se à análise histórica das “causas precisas” e à forma como elas se articulam com as crises estruturais. Nessa segunda parte, Gramsci é utilizado como o filósofo principal. A tese demonstra, portanto, que o fascismo na Itália foi a forma que a classe dominante burguesa encontrou para reorganizar a sua hegemonia em crise. Por isso, este estudo oferece conceitos importantes sobre a luta de classes no capitalismo avançado no pós-Primeira Guerra Mundial (1914–1918), responsável por moldar a luta entre as duas classes antagônicas em uma fase ainda mais desenvolvida do capitalismo.

**Palavras-chave:** Crise. Crise de hegemonia. Guerra de posição. *Risorgimento*. Fascismo.

## **ABSTRACT**

*This dissertation investigates Italian fascism as a passive revolution in moments of hegemonic crisis, from a philosophical perspective whose methods are historical-dialectical materialism and the philosophy of praxis, dialectically connecting Karl Marx's critique of political economy with Antonio Gramsci's theory of hegemony. The central hypothesis is that fascism in Italy was not a historical contingency, that is, something that erupted into history without decisive and precise causes; nor does it support the claim that fascism was a moral aberration or a necessary evil in response to the advance of communism in Europe initiated by the 1917 Bolshevik Revolution. On the contrary, Italian fascism was the direct result of the contradictions inherent in the social relations of capitalism undergoing structural crisis. The hypothesis holds that economic crises arising from the productive structure of capitalism, when they reach an appropriate degree of maturity, become crises of hegemony, affecting the superstructure and opening spaces for possible solutions based on force, with the strengthening of political society at the expense of civil society as their central feature. Italy, with its well-defined "precise causes," was, for the first time in the history of developed Western capitalism, the laboratory in which these articulations became fully visible at the superstructural level, manifesting themselves in fascist policies during the first decades of the twentieth century. Thus, the dissertation demonstrates that crises of hegemony, whose ultimate expression is fascism, are not isolated phenomena arising from contemplative causes, but rather superstructural expressions of a much broader structural crisis that nevertheless originates in the foundations of production and, once transferred to the layers of the superstructure, disrupts the mechanisms of consensual domination within civil society. The investigation therefore proceeds from the "abstract" to the concrete. The "abstract" is the crisis in the structure and its analysis; the concrete is the way in which this crisis concretely transforms the lives of real individuals. Accordingly, this means starting from the dialectical unity between structure and superstructure, articulating them from the particular to the universal—that is, taking Italy as the point of departure at the level of the particular and moving toward the universal conditions of crisis within international capitalism itself. To this end, the theoretical framework is fundamentally composed of Marx and Gramsci, in dialogue with the principal thinkers on the subject, such as Lenin, Hilferding, Sweezy, and Harvey. The dissertation is organized into six chapters. The first three are devoted to the theoretical foundations of Marx's analysis of economic crises; the following three focus on the historical analysis of the "precise causes" and on the way in which they are articulated with structural crises. In this second part, Gramsci serves as the principal philosopher. The dissertation therefore demonstrates that fascism in Italy was the form through which the bourgeois ruling class sought to reorganize its hegemony in crisis. For this reason, this study offers important concepts for understanding class struggle in advanced capitalism in the post-World War I period (1914–1918), a period that shaped the struggle between the two antagonistic classes at an even more developed stage of capitalism.*

**Keywords:** *Crisis. Hegemonic crisis. War of position. Risorgimento. Fascism.*

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                     |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                                             | <b>13</b>  |
| <b>CAPÍTULO I: DIALÉTICA DO VALOR: CRISE E REPRODUÇÃO NAS FORMAS DE CIRCULAÇÃO NA TEORIA ECONÔMICO-FILOSÓFICA DE KARL MARX .</b>                                    | <b>18</b>  |
| 1.1 Análise e avaliação das crises do capitalismo .....                                                                                                             | 18         |
| 1.2 A relação dialética entre estrutura e superestrutura no modo de produção capitalista .....                                                                      | 21         |
| 1.3 A Lei dos Mercados de Say e a forma simples de crise no ciclo M—D—M .....                                                                                       | 29         |
| 1.4 A dinâmica da crise genuinamente capitalista: uma análise da circulação D—M—D' ...                                                                              | 36         |
| <b>CAPÍTULO II: A CIRCULAÇÃO DO CAPITAL, CRÉDITO E CAPITAL FICTÍCIO ..</b>                                                                                          | <b>48</b>  |
| 2.1 A circulação capitalista consiste em investir produzir e realizar o capital .....                                                                               | 48         |
| 2.2 Contradições do crédito nas crises financeiras do capitalismo .....                                                                                             | 68         |
| 2.3 A previsão frustrada: o capital fictício e a crise de valorização antecipada do capital .....                                                                   | 79         |
| <b>CAPÍTULO III: FORMAÇÃO DE UMA “TEORIA” DAS CRISES, DESTACANDO AQUELAS RESULTANTES DA LEI DA QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO .....</b>                          | <b>89</b>  |
| 3.1 A lei que “ <i>desestabiliza</i> ” o sistema capitalista: uma análise das crises a partir da tendência histórica de queda da taxa de lucro .....                | 89         |
| 3.2 Da “teoria” das crises em Marx ao conceito de crise de hegemonia em Gramsci .....                                                                               | 125        |
| 3.3 Da experiência particular ao contexto universal: a Itália como espaço de análise diante da crise econômica e da hegemonia do capitalismo .....                  | 131        |
| <b>CAPÍTULO IV: A ESTRUTURA SOCIAL DA ITÁLIA — PARTE I: REFLEXÕES SOBRE O INFLUENTE PAPEL DA IGREJA CATÓLICA E DO MOVIMENTO DO RISORGIMENTO .....</b>               | <b>144</b> |
| 4.1 Apresentação dos fatores históricos que contribuíram para o desenvolvimento do fascismo na Itália .....                                                         | 144        |
| 4.2 O papel da Igreja Católica como intelectual orgânico no <i>Risorgimento</i> .....                                                                               | 151        |
| 4.3 Itália cosmopolita: Império Romano e <i>Risorgimento</i> .....                                                                                                  | 155        |
| <b>CAPÍTULO V: A ESTRUTURA SOCIAL DA ITÁLIA — PARTE II: REFLEXÕES SOBRE PARTIDOS POLÍTICOS, O MEZZOGIORNO E O IMPERIALISMO .....</b>                                | <b>160</b> |
| 5.1 Partidos Políticos: unidade nacional no <i>Risorgimento</i> e vínculo posterior com o fascismo italiano .....                                                   | 160        |
| 5.2 Como a questão do <i>Mezzogiorno</i> influenciou o desenvolvimento do fascismo na Itália .....                                                                  | 175        |
| 5.3 A conexão entre o imperialismo e o fascismo no contexto italiano .....                                                                                          | 185        |
| <b>CAPÍTULO VI: REVOLUÇÃO OU RESTAURAÇÃO? A CRISE DO PÓS-PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E AS PERSPECTIVAS DE RESTAURAÇÃO DO AMERICANISMO E DO FASCISMO NA ITÁLIA .....</b> | <b>200</b> |
| 6.1 Futuro da Itália: superar a crise de hegemonia ou promover uma transformação .....                                                                              |            |

|                                                                                              |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| revolucionária .....                                                                         | 200 |
| 6.2 Americanismo e fordismo no capitalismo industrial moderno e o fascismo italiano .....    | 206 |
| 6.3 A história dos 45 cavaleiros húngaros: fascismo, cesarismo e autoritarismo político .... | 231 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                                                   | 266 |
| REFERÊNCIAS .....                                                                            | 272 |

## INTRODUÇÃO.

Esta tese investigará o fascismo na Itália a partir de uma perspectiva filosófica fundamentada nos métodos do materialismo histórico-dialético, da filosofia da *práxis*, articulando a filosofia e a crítica da economia política de Karl Marx (1818–1883) e a filosofia e a teoria da hegemonia de Antonio Gramsci (1891–1937). A principal hipótese que orientará a pesquisa aqui empreendida é a de que o fascismo na Itália não foi uma falha ética na história ocidental contemporânea, muito menos um “mal necessário” contra o avanço do socialismo na Europa, sobretudo, na Europa Ocidental, iniciado pela Revolução Bolchevique de 1917, mas, sim, o resultado dialético das contradições do capitalismo Ocidental em crise. Especificamente, a tese sustentará que as crises econômicas inerentes à estrutura produtiva capitalista, ao alcançar determinado nível de intensidade, se convertem em crise de hegemonia, abrindo espaço, na superestrutura, para soluções coercitivas e policiaescas, como demonstra a situação específica do cesarismo regressivo fascista. A Itália, sendo uma autêntica sociedade ocidental, com suas “causas precisas” bem delimitadas historicamente — *Risorgimento*, Igreja Católica, questão meridional, imperialismo, Conselhos de fábrica e americanismo — foi o primeiro laboratório no qual essas articulações de crises se tornaram evidentes na superestrutura e, pela primeira vez, revelaram uma original forma de organização social e política, que ainda é própria do capitalismo, porém inteiramente nova: o fascismo.

O problema que a pesquisa encontrará é muito importante. Em primeiro lugar, algumas literaturas — liberais ou revisionistas — sobre o fascismo italiano tendem a afastar a análise do regime coercitivo das causas econômicas e das “causas precisas” em que ele está alicerçado. Em outras palavras, elas não compreendem o fascismo italiano como um evento inerente ao próprio sistema capitalista em crise e também a atrasada composição demográfica italiana. A hipótese da tese defenderá, assim, que é um erro tratar o fascismo como mero evento superestrutural autônomo. Em segundo lugar, algumas dessas interpretações, sejam elas liberais ou revisionistas, tendem a reduzir o fascismo italiano às ações de líderes demagógicos, colocando-os como os únicos responsáveis pelo regime, negligenciando, porém, em que condições econômicas esses líderes carismáticos se apresentam e quais são os reais ideais econômicos e políticos que eles realmente defendem. Contrapondo-se a ambas as hipóteses liberais e revisionistas, a tese demonstrará que as crises de hegemonia não são eventos isolados ou independentes, ou seja, separados da estrutura produtiva material, mas sim a expressão superestrutural mais decisiva das crises econômicas quando estas irrompem na superestrutura, rompendo, assim, os mecanismos consensuais de dominação na

sociedade civil das sociedades ocidentais. Sendo assim, a passagem de Marx a Gramsci não é apenas uma sucessão cronológica, com Gramsci sendo um pensador posterior a Marx, mas sim a necessidade metodológica imposta pela nova fase do capitalismo avançado em conjunto com as suas novas características de dominação de classe — uma vez que a luta de classes é travada na sociedade civil.

Sabemos que os métodos adotados na pesquisa são o materialismo histórico-dialético e a filosofia da *práxis*. Isso significa partir das categorias econômicas pensadas por Marx para o fenômeno fascista analisado por Gramsci. A relação entre ambos os autores é dialética, e a estrutura e a superestrutura se encontram enlaçadas em um bloco histórico inquebrável. A construção da tese se organizará a partir da unidade dialética entre a estrutura e a superestrutura, demonstrando, pois, que as crises econômicas na estrutura não determinam mecanicamente a forma política a ser empregada na superestrutura, mas criam as condições para as crises de hegemonia, cuja configuração nacional depende das “causas precisas” do país em questão. A pesquisa articula-se do universal para o particular: o universal representa as incoerências do capitalismo internacional; o particular se revela no caso específico da Itália — pois ela representa o primeiro laboratório para o fascismo e foi a solução para as transformações que atravessavam os principais países capitalistas ocidentais no pós-Primeira Guerra Mundial.

O referencial teórico da tese é composto basicamente por Marx e Gramsci. De Marx, trabalha-se principalmente os três volumes de *O Capital*, com ênfase na “teoria” das crises econômicas, sendo as principais abordadas: a circulação simples pré-capitalista, a circulação propriamente capitalista, o crédito, o capital fictício e a lei da queda tendencial da taxa de lucro. De Gramsci, trabalha-se sobretudo com os *Cadernos do Cárcere* e os *Escritos Políticos*, analisando particularmente os conceitos de hegemonia, crise de hegemonia, guerra de posição, revolução passiva, cesarismo regressivo, Estado, sociedade oriental, sociedade ocidental, sociedade civil e sociedade política.

A tese será dividida em seis capítulos interconectados. Os três primeiros capítulos dedicam-se à fundamentação teórica de Marx sobre as crises na estrutura e também a setores estratégicos na superestrutura. O Capítulo I apresentará a investigação e a avaliação das crises no pré-capitalismo, isto é, no sistema mercantil, e, em seguida, no capitalismo industrial, distinguindo a crise na circulação simples  $M—D—M$  da crise na circulação  $D—M—D'$ . O capítulo II analisará, sobretudo, as contradições do sistema de crédito e também do sistema ligado ao capital fictício, evidenciando como ambos, longe de solucionar em efetivamente as crises, as aprofundam e preparam para crises de circulação ainda mais perigosas. O Capítulo

III abordará a lei da queda tendencial da taxa de lucro como categoria teórica central da economia política e da filosofia de Marx e demonstrará a passagem necessária da crise estrutural à crise de hegemonia nas camadas da superestrutura. Ambas as crises investigadas nesses capítulos são perigosas, pois levam a economia capitalista à falência, mas a crise mais letal é investigada notadamente no Capítulo III. Além de demonstrar essa grave crise por meio da lei da queda tendencial da taxa de lucro, o Capítulo III também estabelecerá o vínculo dialético entre a estrutura e a superestrutura, ao mostrar que elas são inseparáveis, sendo a sua divisão apenas metodológica, todavia, se unindo em um bloco histórico.

Os três capítulos finais da tese se dedicarão à investigação histórica das “causas precisas” e do fascismo italiano como revolução passiva a partir do pensamento filosófico de Gramsci. O Capítulo IV, portanto, analisará a estrutura social da Itália como “causas precisas” para o fascismo, investigando a composição demográfica do país, inicialmente, por meio do papel da Igreja Católica enquanto intelectual orgânico e a característica passiva do *Risorgimento* em conjunto com os seus primeiros partidos atuando também como revolução passiva ou transformismo político. O Capítulo V aprofundará a investigação dos partidos políticos, sendo os principais deles, o partido dos Moderados, exclusivamente ligado às forças dominantes da Itália, como a monarquia e as diversas elites, e o Partido de Ação, conectado às classes populares da Itália, sobretudo, as camponesas. Além disso, esse capítulo investigará a questão meridional italiana e o imperialismo internacional vinculado ao capitalismo financeiro e monopolista, mostrando, assim, como a Itália atuou nesse cenário de instabilidade econômica e política nos séculos XIX e XX. Somando a isso, o Capítulo V aprofundará a análise meridional entre o Norte (*Settentrione*) e o Sul (*Mezzogiorno*), negligenciada pelo processo passivo do *Risorgimento*. O Capítulo VI, por fim, concluirá a tese. Nesse capítulo, os Conselhos de fábrica e as lutas camponesas apresentam-se como expressão máxima da consolidada crise de hegemonia na Itália, bem como o americanismo e o fordismo como imposição programática de modernização produtiva direcionada pela nova organização social do trabalho nascida das indústrias *Ford Motor Company* nos Estados Unidos. Além disso, nesse capítulo, o fascismo também se revela como revolução passiva e demonstra a sua natureza policialesca, uma vez que ele protegeu as classes parasitárias italianas do americanismo e superou a crise de hegemonia também italiana por medidas coercitivas e consensuais.

A tese não consome todas as questões e possibilidades de análises levantadas pelo tema investigado. É verdade que ela deixa lacunas e limitações importantes, ainda mais para um assunto tão amplo e complexo como as matérias referentes às crises econômicas e aos

diversos “fascismos” e ditaduras que se sucederam no século XX fora da Itália. É correto afirmar, portanto, que a Itália não foi a única nação que experienciou esse regime de massas coercitivo; outras nações, contudo, passaram por ensaios parecidos e empregaram formas de cesarismos regressivos — sendo eles diferentes em cada país, obviamente, pois é preciso levar em consideração as especificidades demográficas da nação investigada. Por isso, a tese demonstrará a necessidade de conhecer antecipadamente o antigo experimento fascista italiano e deixará como sugestão o aprofundamento das novas formas de crise estrutural que atravessam o capitalismo contemporâneo em conjunto com os novos fenômenos cesaristas regressivos que ousam se manifestar mais uma vez no nosso tempo. Os movimentos neofascistas organizados internacionalmente estão de volta e se fortalecendo em quase todas as partes do mundo: das Américas à Europa, da Europa à Ásia. Isso revela algo interessante: o sistema capitalista se encontra novamente em crise e essa crise está transformando toda uma superestrutura política. Os países centrais do capitalismo no norte não conseguem distribuir renda como nas décadas passadas, e a qualidade de vida das pessoas está piorando rapidamente. Além disso, a própria burguesia ocidental não consegue mais expandir a sua economia livremente, uma vez que precisa compartilhar a matriz industrial com países asiáticos. Soma-se a isso que a hegemonia do mundo se encontra, pela primeira vez após o fim da União Soviética (URSS) em 1991, dividida em mais de uma potência dominante — lugar ocupado incólume pelos Estados Unidos após a queda do Muro de Berlim.

A realidade de hoje é multipolar. Diante disso, se o conceito de hegemonia nos ensina algo, é que ele pode ser expandido e retraído. Ele investiga tanto as formas de dominação entre as classes antagônicas quanto as formas como os países centrais subjagam as outras nações mais enfraquecidas na competição global. Se um país hegemônico tem a sua direção consensual questionada, resta-lhe ainda o uso da força. Além disso, o que se demonstra conceitualmente é que, sem a compreensão materialista da história, não conseguimos avançar para o presente e enxergar a totalidade de suas incoerências. Assim, entender o fascismo italiano, ainda mais nos dias atuais, não é apenas um olhar para o passado, mas investigar os detalhes e as falhas que conduziram uma nação tão avançada culturalmente como a italiana ao obscurantismo político por décadas. Por isso, retornar às investigações das crises econômicas e como elas criam as condições para as crises na superestrutura, cuja experiência fascista é a fase mais amarga dessa superestrutura em crise de hegemonia, é empreender, pois, uma crítica também do presente, uma vez que as contradições ainda são as mesmas: o sistema capitalista em crise. No capitalismo, as crises não são superadas em definitivo, mas apenas atenuadas. Ainda assim, elas permanecem em gestação na própria estrutura produtiva. No entanto,

quando elas forem robustas o suficiente, abalarão a “harmonia” consensual na superestrutura. Diante disso, as classes dominantes, ao perderem a sua direção consensual, não hesitarão — como já fizeram e a história é a prova disso — em utilizar os modelos fascistas já experienciados, cujo primeiro laboratório foi a Itália, e é a ela que devemos retornar.

## **CAPÍTULO I: DIALÉTICA DO VALOR: CRISE E REPRODUÇÃO NAS FORMAS DE CIRCULAÇÃO NA TEORIA ECONÔMICO-FILOSÓFICA DE KARL MARX.**

### **1.1. Análise e avaliação das crises do capitalismo.**

O conceito de crise econômica apresenta elementos únicos. Conforme será discutido na Seção 1.2, as crises econômicas podem representar tanto turbulências nas esferas da superestrutura quanto manifestações concretas e perigosas nas camadas da estrutura produtiva. Contudo, as crises econômicas, por si só, não geram diretamente eventos fundamentais na história do capitalismo, mas criam condições para determinados modos de agir e pensar em cada época.

Assim, não há um determinismo econômico absoluto, uma vez que a história não está predestinada a seguir um único caminho — guiado exclusivamente pelos rastros das crises econômicas passadas. Cabe esclarecer, portanto, que as crises superestruturais, conforme brevemente analisado na Seção 1.2 e aprofundado a partir da Seção 4.1, não são determinadas mecanicamente e exclusivamente pelas anormalidades da estrutura produtiva. Em vez disso, elas se manifestam como consequência de crises econômicas históricas intrínsecas ao modo de produção vigente em determinada época — no caso específico aqui discutido, o modo de produção capitalista.

As crises econômicas, portanto, na estrutura produtiva assumem configurações distintas das crises na superestrutura, embora conectadas. Diante disso, conforme será analisado na Seção 1.3, a forma mais elementar de crise na circulação é a crise mercantil<sup>2</sup>, definida pelo movimento ainda incipiente e simples das mercadorias  $M—D—M$  (Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria). Já na Seção 1.4, examinaremos as crises inerentes à dinâmica propriamente capitalista industrial, representadas pelo ciclo do capital  $D—M—D'$  (Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro ampliado = mais-valor). Desse modo, esta primeira parte da pesquisa envolve tanto o contexto pré-capitalista — em particular, o mercantilismo — quanto o capitalismo industrial desenvolvido.

No âmbito da circulação mercantil simples — Seção 1.3 —, as crises emergem como

---

<sup>2</sup> O mercantilismo foi um conjunto de regras econômicas e políticas vigentes entre os séculos XVI e XVIII. Esse modelo caracterizava-se pela forte intervenção do Estado na economia. Além disso, o mercantilismo assumiu a função de protetor da economia, introduzindo as primeiras práticas protecionistas da época. Assim, suas principais ações foram: a defesa do comércio nacional, o estímulo às exportações, a inauguração do protecionismo econômico e a defesa da colonização de países fragilizados econômica e militarmente, como meio de adquirir matérias-primas.

interrupções parciais na realização do valor de uso de determinada mercadoria, caracterizadas essencialmente pela insuficiência de demanda efetiva e pela dificuldade de escoamento da produção já existente. Trata-se, pois, de crises de realização, cuja essência reside na impossibilidade de converter a mercadoria em dinheiro para, então, adquirir nova mercadoria enquanto valor de uso, como nos demonstra a fórmula sintética:  $M—D—M$ .

Já na produção capitalista industrial — Seção 1.4 —, as crises assumem uma natureza distinta e complexa. O mais-valor aparece. É importante, todavia, esclarecer que esse modelo —  $D—M—D'$  — investiga as crises na produção capitalista industrial. Aqui, o eixo principal desloca-se da mera circulação simples para o processo de valorização do capital, no qual as mercadorias deixam de ser simples valores de uso para outrem e transformam-se, sobretudo, em suportes materiais do valor de troca — base fundamental da qual derivam os lucros dos capitalistas. Nessa lógica, portanto, a crise ocorre quando, no circuito de transformação do capital, existe um obstáculo na modificação do dinheiro — o primeiro desembolso<sup>3</sup> — em mais-valor. Essa carência no ciclo reprodutivo do capital não apenas interrompe momentaneamente a circulação no capitalismo industrial, mas compromete estruturalmente a acumulação ampliada do capital, gerando contradições que ultrapassam a esfera da circulação mercantil e atingem o próprio núcleo da relação social capital-trabalho e da relação social trabalho-capital.

Um elemento decisivo nessa transição histórica, isto é, do sistema mercantil para o capitalismo, é o processo de “subsunção” — o condicionamento do trabalho ao capital — real do trabalho ao capital, por meio do qual as configurações pré-capitalistas de produção são radicalmente reorganizadas sob o despotismo da valorização do valor em mais-valor imposto pelo capitalismo industrial. Veremos, pois, que as crises na primeira forma de circulação simples — Seção 1.3 — causam abalos menos intensos nos alicerces da circulação ainda mercantil. Assim, o trabalho, antes articulado à satisfação de necessidades sociais concretas, é, no capitalismo, compreendido como momento do processo de valorização do capital, transformando-se em movimento de extração de mais-valor. Essa transformação qualitativa tem implicações importantes: a centralização do capital na circulação  $D—M—D'$  converte crises antes episódicas em contradições sistêmicas na estrutura produtiva, materializadas principalmente na lei da queda tendencial da taxa de lucro — Seção 3.1 — contradição que, longe de ser simplesmente econômica, expõe os limites históricos do modo de produção capitalista — como Marx revela em detalhes nos três (1894) volumes de *O*

---

<sup>3</sup> O “primeiro desembolso” refere-se ao processo em que o capitalista adianta dinheiro para adquirir mercadorias.

### *Capital.*

Diante disso, a financeirização— Seção 2.2—, ainda que funcione como um mecanismo de equilíbrio “incerto” no capitalismo, não resolve definitivamente essas contradições puramente estruturais. Ao contrário, ao postergar as crises por meio da acumulação e da circulação do crédito e também do capital fictício— Seções 2.2 e 2.3—, prepara rupturas ainda mais profundas e complexas, ampliando a incoerência entre a valorização e a produção real de valor e o trabalho socialmente necessário, como nos demonstra Marx.

De tal modo, ao investigar essas dinâmicas distintas, porém organicamente articuladas dialeticamente, esta pesquisa busca demonstrar como as crises econômicas na estrutura, sejam as de circulação mercantil simples ou as de super acumulação no capitalismo industrial já desenvolvido, ultrapassam a esfera produtiva para se condensarem em convulsões político-sociais na superestrutura — Seção 1.2 e Seção 4.1 em diante — na situação capitalista, em crise de hegemonia. Para além dos apontamentos iniciais apresentados na Seção 1.2, as manifestações dessas crises na superestrutura serão analisadas em profundidade a partir dos Capítulos 4 e 5. É precisamente nesse processo que o fascismo italiano emerge enquanto solução superestrutural para as crises estruturais e superestruturais do sistema capitalista industrial, materializando-se sob a forma de guerra de posição e revolução passiva em momentos de crise de hegemonia— uma solução reacionária e até mesmo consensual que, ao tentar preservar a dominação burguesa em meio à turbulência sistêmica provocada pela crise, acaba por radicalizar e barbarizar as esferas da sociedade civil em sua totalidade.

Metodologicamente, partiremos inicialmente de uma análise das esferas produtivas e de circulação pré-capitalista e capitalista industrial —  $M—D—M$  e  $D—M—D'$ —, para então, desvendar suas intervenções superestruturais — Seções 4.1 em diante. Assim, compreender essa totalidade dialética ainda revela-se fundamental não apenas para mostrar as contradições internas do capitalismo ainda vigente, mas também para esclarecer suas concretizações históricas — particularmente nos momentos em que a crise econômica na estrutura produtiva se converte em crise de hegemonia na superestrutura, abrindo espaço para a manifestação de regimes políticos autoritários, dentre os quais o fascismo italiano representa a expressão política mais completa no sistema capitalista em profunda crise estrutural e serve para outros países como exemplo ainda a ser seguido.

Diante disso, iniciaremos a nossa investigação pela Seção 1.2. Nas Seções 1.3 e 1.4, examinaremos as formas de crise pré-capitalista e capitalista industrial. Após esse exame, contudo, avançaremos progressivamente para a análise das diversas modalidades de crise no

capitalismo notadamente industrial, ou seja, as crises estruturais na esfera  $D—M—D'$  e suas ramificações.

Somente após a conclusão dessas análises avançaremos para as formas mais agudas dessas contradições.

## **1.2. A relação dialética entre estrutura e superestrutura no modo de produção capitalista.**

O modo de produção capitalista é uma relação social de produção cuja finalidade fundamental é a criação de capital excedente, resultando na valorização do valor inicial em mais-valor, isto é, o capital constante somado ao capital variável é empregado na produção, tendo como consequência, ao final de todo o processo, o mais-valor. O capital, por sua natureza dinâmica, pode se manifestarem diversos tipos de dinheiro, como o capital monetário, o crédito ou o capital fictício, visando, portanto, atender às suas necessidades de aquisição de força de trabalho (capital variável) e dos meios de produção (capital constante) essenciais ao processo produtivo capitalista e a sua expansão continuada. Nesse contexto, o capital desembolsado pelo capitalista divide-se em duas formas necessárias: capital constante e capital variável. O capital constante subdivide-se, por sua vez, em capital fixo e em capital circulante— sendo que o capital circulante se trata das matérias-primas consumidas em todo o processo produtivo. Assim, a característica fundamental do capitalismo, enquanto modo de produção predominante, reside na propriedade privada dos meios de produção, concentrada nas mãos de uma classe social específica: a classe dos capitalistas. Essa classe, bem-organizada e detentora do controle dos meios privados de produção, assegura a reprodução e a expansão do capital monetário em mais-valor no sistema capitalista.

O capitalismo, portanto, constitui uma estrutura econômica complexa e interdependente, integrando tanto a base material, ou seja, a estrutura econômica, quanto as dimensões superestruturais, a exemplo dos códigos morais e éticos, as instituições culturais, políticas e jurídicas — e as suas distintas ramificações na sociedade civil. O capitalismo, assim, ao atuar de maneira articulada, conecta as esferas da produção e da circulação<sup>4</sup>, garantindo a reprodução aumentada do capital inicial e a tendência de

---

<sup>4</sup> MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro II: O processo de circulação do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 235.

acumulação crescente de lucros para os capitalistas. Essa dinâmica, todavia, reforça a concentração de riqueza e, conseqüentemente, de poder econômico e político nas mãos dos capitalistas, enquanto a maioria da sociedade, isto é, a classe trabalhadora assalariada, depende da venda de sua força de trabalho para sobreviver, confirmando as contradições intrínsecas a esse sistema produtivo.

No modo de produção capitalista, o mais fundamental dessas relações é a posse da propriedade privada dos meios de produção que a classe dominante detém, ao passo que a classe explorada é expropriada justamente por não possuir os meios privados de produção, restando-lhe apenas a venda da sua força de trabalho assalariada. Além disso, o capital determina a transformação do trabalho concreto útil em trabalho abstrato. Assim, o trabalho, no capitalismo, deixa de ser trabalho útil, enquanto criador de meios de subsistência humana diária, passando a ser trabalho abstrato, puro e simples, visando apenas ao valor quantitativo, ou seja, manter a grandeza continuada do valor excedente. O trabalho, nas relações pré-capitalistas, antes qualitativo, torna-se, no capitalismo, quantitativo, ou seja, destinado a produzir valor de troca — sendo este o valor que realmente interessa nas relações sociais capitalistas de produção industrial. Essas relações de produção que determinam a vida habitual dos indivíduos são a base das relações sociais capitalistas, sendo o capital uma relação social de produção bem definida, pertencente a uma formação histórica em pleno desenvolvimento.

Tendo em vista que o capitalismo é o conjunto dessa relação social de produção, é possível notar que a formação social capitalista é instável e historicamente marcada por diversas crises<sup>5</sup> de natureza econômica e política. Para corroborar essa afirmação, é necessário, pois, investigar, primeiramente, as particularidades da estrutura econômica do modo de produção capitalista, em conjunto com suas ramificações superestruturais.

Em razão disso, partiremos da análise materialista histórico-dialética da produção capitalista, uma vez que os trabalhadores, ao produzirem as mais diversificadas mercadorias no interior da sociabilidade capitalista, fabricam valor, sendo ele valor de uso<sup>6</sup> e valor de

---

<sup>5</sup>Destacam-se alguns pensadores e pensadoras que refletiram sobre as crises no capitalismo: Ernest Mandel (1923 – 1995). *A crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Editora Ensaio, 1990. Manuel Castells (1942 – 1967). *A Teoria Marxista das Crises Econômicas e as Transformações do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Henryk Grossmann (1881 – 1950). *La ley de la Acumulación y del Derrumbe del sistema Capitalista*. México: Siglo XXI, 1979. Rosa Luxemburgo (1871–1919). *A Acumulação de Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

<sup>6</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2022. p. 114.

troca<sup>7</sup>. Porém, para o capitalista, o que importa é apenas a concretização do valor de troca. Por outro lado, os capitalistas, propelidos pela necessidade de realização dos valores incorporados nas mercadorias pelo trabalho abstrato<sup>8</sup>— ou melhor, pelo trabalho socialmente necessário<sup>9</sup> —, lançam-nas no mercado capitalista mundial, transmutando-as em valor de uso para os compradores, bem como em valor de troca para os vendedores, sendo eles, os capitalistas comerciais. Portanto, esse movimento dialético se realiza no centro do processo mundial de produção e circulação de mercadorias, alicerçado no entrelaçamento das relações sociais do modo de produção capitalista.

No processo de produção e circulação global de produtos manufaturados, os capitalistas são forçados a depositar uma imensidão de mercadorias cada vez mais modernas no mercado mundial. O resultado da produção excessiva de mercadorias industrializadas manifesta-se na crise de superprodução das forças produtivas, que o próprio capitalismo, em determinado momento, não consegue absorver. Isso ocorre porque os capitalistas são impelidos a aumentar o mais-valor<sup>10</sup> materializado nos produtos manufaturados, aplicando cada vez mais capital constante e explorando, dia após dia, o trabalho socialmente necessário<sup>11</sup>: o capital variável.

Os capitalistas, no que lhes concerne, são impelidos a uma competição cada vez mais desigual, pois, diante das leis coercitivas da concorrência, são forçados a atualizar o capital constante, assim como a empregar cada vez mais capital fixo, em sua busca imperialista por maiores e mais desenvolvidos mais-valor relativos. Sendo assim, todo esse ciclo arbitrário do capitalismo conduz o sistema produtivo, alicerçado no antagonismo de classes, a enfrentar, de tempos em tempos, as crises econômicas e, conseqüentemente, as crises políticas cada vez mais intensas, resultado da contradição entre o valor, o trabalho assalariado e o mais-valor.

É importante observar que o valor incorporado em uma mercadoria manufaturada representa o caráter social do trabalho abstrato, padronizado a partir do dispêndio calculado da força social do trabalho. Portanto, o valor precisa ser compreendido como a materialização

---

<sup>7</sup> Ibidem, p. 114.

<sup>8</sup> SWEEZY, Paul. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: [s.n.], 1983. p. 36.

<sup>9</sup> MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2022. p. 117.

<sup>10</sup> Karl Marx define mais-valor no texto original em alemão como “Mehrwert”. A tradução de “Mehrwert” para a língua portuguesa é “mais-valor”. Esse termo também poderia ser traduzido como “valor adicionado” ou “valor excedente”. A produção capitalista é a produção de valor. Na sociedade capitalista, a produção de valor precisa ser sempre crescente. Dessa forma, a produção de valor no modo de produção capitalista deve ser, necessariamente, a produção de um mais-valor.

<sup>11</sup> MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2022. p. 117.

do trabalho socialmente necessário<sup>12</sup>. Com efeito, o valor é medido por meio de unidades de tempo, ou seja, pelo tempo total que o trabalho socialmente necessário leva para produzir uma mercadoria<sup>13</sup>. Desse modo, quando o tempo de produção é reduzido pela metade, reduz-se também o valor da mercadoria gerada na cadeia produtiva capitalista.

O valor de uma mercadoria, portanto, possui um caráter puramente social, e sua forma manifesta-se a partir de uma relação social determinada pela produção.

O estudo da economia política é, portanto, o ponto de virada do pensamento econômico-filosófico (e também político) de Karl Marx (1818–1883). Ao analisar os dados da pesquisa, constata-se que, em 1842, Marx, ao trabalhar e publicar na *Rheinische Zeitung*<sup>14</sup> e estudar o conjunto de leis sobre o roubo de madeira<sup>15</sup>, dedicou-se ao estudo das relações econômicas que fundamentam a estrutura produtiva da formação social capitalista<sup>16</sup>. Fica evidente, assim, que é a partir dos estudos da economia política contratualista e clássica que Marx chega à conclusão que fundamentará toda a sua análise futura. Inicialmente, Marx conclui que as crises podem conter os embriões da superação das contradições históricas que sustentam o modo de produção capitalista<sup>17</sup>.

Por isso, Marx nunca perdeu de vista o problema das crises, mesmo sem ter desenvolvido uma “teoria” específica sobre elas em sua extensa obra. No entanto, Marx compreendia que, em determinado momento de sua trajetória histórica, o capitalismo experimenta uma crise branda; em outro, uma crise aguda, mas sempre inserido em um contexto de crise. Por esse motivo, é de fundamental importância reconhecer que as crises no capitalismo podem se tornar mais intensas, uma vez que atingem pontos estratégicos da estrutura produtiva, como a queda tendencial da taxa de lucro<sup>18</sup>, criando as condições para que crises mais profundas se manifestem nas esferas da superestrutura, assumindo a forma de uma crise política ou de hegemonia.

---

<sup>12</sup>Ibidem, p. 117.

<sup>13</sup>Ibidem, p. 117.

<sup>14</sup> Gazeta Renana.

<sup>15</sup>MARX, Karl. *Os despossuídos*. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 81.

<sup>16</sup>As investigações sobre o livre-comércio e o protecionismo levaram Marx a refletir sobre as razões econômicas.

<sup>17</sup>A superação do modo de produção capitalista é colocada como possibilidade nos períodos em que as crises econômicas atingem as esferas da superestrutura, transformando-se em uma crise política irreversível: crise de hegemonia. Nesse momento, a superação da sociabilidade capitalista é posta como realidade, uma vez que as classes dominadas, antes passivas, tomam consciência de sua situação de classe subalternizada e dominada. A partir desse momento, as classes subalternas lançam-se na construção de outro conformismo social que espelhe seus desejos, visto que se desprenderam da hegemonia dirigente das classes dirigentes e esclarecidas.

<sup>18</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 249.

Ao mesmo tempo, o capitalismo não resolve suas crises. Não resolve porque é estruturalmente antinômico. Para solucionar as crises, o capitalismo precisaria resolver as relações contraditórias com o trabalho assalariado, de onde surge a apropriação do mais-valor. No entanto, se o fizesse, o capitalismo deixaria de ser capitalismo<sup>19</sup>. Assim, o capitalismo não pode modificar definitivamente seus contrastes fundamentais, mas apenas prolongá-los, remediá-los e atenuá-los. Por essa razão, é de fundamental importância afirmar que o capitalismo consegue, historicamente, corrigir momentaneamente suas crises, deslocando a hegemonia capitalista geograficamente, bem como mudando o capital fixo de lugar, tanto no interior dos países hegemônicos do hemisfério norte ocidental quanto concedendo melhores condições de vida no centro desses países centrais do capitalismo global.

Por outro lado, em momentos de neoliberalismo, ou seja, quando as crises se intensificam e atingem as esferas da superestrutura, as classes dominantes, vendo a hegemonia escapar de suas mãos, recorrem ao Estado, consolidando regimes autoritários nos lugares onde as crises se mostram irremediáveis sem o uso da força<sup>20</sup>. Outra forma de corrigir as crises são as contratendências, ou seja, as causas “contra-arrestantes”<sup>21</sup> — as contratendências.

O desenvolvimento das forças produtivas cria relações sociais de produção cada vez mais definidas. Marx expõe o resumo dessas ideias no *Prefácio de Contribuição à Crítica da Economia Política*, datado de janeiro de 1859<sup>22</sup>. Nesse escrito, Marx considera a economia política burguesa decomposta em seis partes fundamentais, a saber: o capital, a propriedade

<sup>19</sup>GRESPLAN, Jorge. *Curso livre Marx-Engels*. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 153.

<sup>20</sup>Quando uma crise é superficial, a saída se dá por meio de rearranjos simples das forças políticas. No entanto, quando a crise é profunda, o capital necessita criar uma roupagem para acalmar os ânimos revolucionários, de modo a permitir uma nova etapa de acumulação. Caso o capitalismo não consiga fazer isso, as portas para sua superação estarão abertas a novas possibilidades históricas, uma vez que a discrepância entre a estrutura e a superestrutura se torna cada vez mais evidente. As décadas de 1910 e 1950 do século XX, por exemplo, foram marcadas por profundas crises econômicas e de hegemonia. A superação dessas crises exigiu um conjunto de reinvenções produtivas, bem como a criação de formas estatais novas e mais coercitivas. Nesse cenário, a perda de vidas humanas foi atroz. O resultado foi uma tragédia de proporções imensuráveis: as duas Grandes Guerras Mundiais assolaram o globo e o mancharam de sangue. A Primeira Guerra Mundial (1914–1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939–1945) deixaram, sob os escombros de países destruídos, mais de 125 milhões de mortos, além de incontáveis sobreviventes financeira e moralmente arruinados. Estima-se que mais de 40 milhões de pessoas tenham morrido na Primeira Guerra Mundial, enquanto outras 85 milhões de vidas foram ceifadas na Segunda Guerra Mundial. O legado deixado pelo capitalismo, em sua ânsia de perpetuação, é aterrador em diversas regiões do mundo. Além disso, após 1945, o mundo enfrentou uma série de guerras por procuração, sem mencionar a Guerra Fria (1947–1991), que opôs as duas grandes potências vitoriosas da Segunda Guerra Mundial: os Estados Unidos da América (EUA) e a União Soviética (URSS). Todas essas transformações foram necessárias, do ponto de vista capitalista, para garantir um novo ciclo de expansão.

<sup>21</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 272.

<sup>22</sup>MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 2021. p. 19.

fundiária, o trabalho assalariado, o Estado<sup>23</sup>, o comércio externo e o mercado mundial<sup>24</sup>. Com efeito, a característica marcante do *prefácio* revela-se a partir da definição conceitual: a estrutura produtiva cria as condições de existência dos domínios da superestrutura. Assim, a estrutura e a superestrutura estão interligadas, havendo uma separação apenas conceitual entre elas. Com isso, fica claro, a partir do escrito, que o capital, a propriedade fundiária e o trabalho assalariado formam as condições econômicas que fundamentam a existência da estrutura produtiva do capitalismo. Em relação à estrutura produtiva, as esferas superestruturais aparecem, sendo elas: o Estado, o comércio externo e o mercado mundial<sup>25</sup>. Nesse sentido, a partir dos conjuntos da superestrutura, novos elementos emergem e se complexificam. Quando as crises se manifestam na estrutura produtiva do capitalismo, as chances de que elas também se espalhem para os domínios da superestrutura existem concretamente.

Na realidade, Marx afirma que é na produção material da vida que os seres humanos estabelecem relações sociais “[...] determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais”<sup>26</sup>. Por essa razão, o conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura “[...] econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social”<sup>27</sup>. Nesse sentido, Marx defende essa posição metodologicamente, escrevendo que:

O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser social; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. (MARX, 2021, p. 5).

---

<sup>23</sup> Para Hegel, o Estado é o organismo político capaz de conduzir as contradições presentes no núcleo da sociedade civil. Ele entendia o Estado como a manifestação da razão absoluta, mas desvinculado dos interesses de classes, pois o compreendia como um ente político decisivo na superação das contradições da sociedade civil. Marx, por outro lado, inverte a orientação hegeliana, argumentando que o Estado é um mecanismo a serviço dos interesses da classe dominante. Para Marx, o Estado tem como função conservar o poder econômico, social e político das classes dirigentes. Assim, o Estado atua como instrumento de manutenção dos interesses das classes dominantes na sociedade civil, oferecendo apenas uma emancipação política, e não uma emancipação social verdadeira.

<sup>24</sup>MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 2021. p. 3.

<sup>25</sup>Ibidem, p. 3.

<sup>26</sup>Ibidem, p. 5.

<sup>27</sup>Ibidem, p. 5.

Assim, a constante atualização das forças produtivas entra em confronto com o conjunto das relações sociais de produção existentes no capitalismo. Os traços de consciência que nascem dessas novas relações produtivas passam a não corresponder diretamente às relações sociais de produção das quais fazem parte<sup>28</sup>. Por isso, afirma Marx, uma organização social não desaparece antes que tenha gestado todas as forças produtivas que é capaz de conceber em seu seio<sup>29</sup>. Mesmo que tal gestação forçada engendre crises cada vez mais perigosas, intensas e de difícil solução. Por essa razão, afirma Marx:

As relações de produção burguesas são a última forma contraditória do processo de produção social, contraditória não no sentido de uma contradição individual, mas de uma contradição que nasce das condições de existência social dos indivíduos. No entanto, as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para resolver esta contradição. (MARX, 2021, p. 6).

Marx afirma que no centro do modo de produção capitalista, a correspondência entre as forças produtivas e as relações sociais de produção mantém-se, por um longo período, em relativa harmonia. Contudo, observa-se que as relações sociais de produção — no caso do capitalismo, as últimas relações sociais de produção —, presentes no domínio da superestrutura, passam a não corresponder às necessidades do modo de produção ao qual fazem parte, nem à compreensão das contradições que se acirram. Enquanto isso, as forças produtivas, revestidas de novas configurações, reorganizam os domínios das classes capitalistas. Desse modo, uma força econômica capitalista mais desenvolvida assume a direção na disputa econômica, substituindo outra força que se encontra em crise. Assim, os capitalistas em recessão financeira são arruinados por aqueles que ocupam posições mais vantajosas e desenvolvidas no aparato produtivo e reprodutivo do capital. Nesse processo, quantidades enormes de forças produtivas antigas são destruídas em função de outras mais modernas e eficientes que serão colocadas no lugar das obsoletas.

Por esse motivo, para que o agrupamento capitalista entre em crise, ele precisa, primeiramente, prosperar. O capital, portanto, é uma relação social de produção em constante expansão, sendo o dinheiro a mercadoria equivalente utilizada na busca por mais dinheiro — ou melhor dizendo, por mais-valor. Nesse processo, os capitalistas responsáveis por colocar o primeiro desembolso<sup>30</sup>, isto é, o capital monetário em movimento, assumem funções distintas

<sup>28</sup>Ibidem, p. 5–6.

<sup>29</sup>Ibidem, p. 6.

<sup>30</sup> O “primeiro desembolso” (em alemão, *Vorschuss*) refere-se ao processo inicial em que o capitalista adianta dinheiro para adquirir mercadorias (FT + MP), iniciando o ciclo do capital industrial (D—M ... P ... M'—D').

no interior da sociabilidade capitalista. A saber: os capitalistas financeiros dedicam-se ao ganho de dinheiro emprestando-o a outros capitalistas em troca de juros. Os capitalistas comerciantes compram mercadorias dos capitalistas industriais por um preço menor ao que será aplicado no mercado local ou global. Os capitalistas rentistas, por sua vez, adquirem ganhos por meio de *royalties* e direitos de propriedade intelectual. Além desses, os capitalistas fundiários lucram com o uso e arrendamento de terras. Até mesmo o Estado assume uma função capitalista, utilizando receitas fiscais, ou seja, recursos financeiros arrecadados pelo Estado por meio de tributos, para investir em infraestruturas que estimulem o crescimento de mais lucros na forma de impostos; além de contribuir para o desenvolvimento do capital fixo, promovendo melhorias que facilitam o escoamento de mercadorias.

Nesse sentido, os capitalistas, ao assumirem cada uma dessas funções previamente delimitadas, precisam atualizar constantemente as forças produtivas que lhes correspondem, buscando não serem eliminados pela concorrência — determinados, sobretudo, pela lei coercitiva da concorrência.

As mudanças no mundo da produção não ocorrem de forma fortuita, sendo praticamente imperceptíveis para os indivíduos que estão nelas inseridos. Logo, ao examiná-las, percebemos que a compreensão dessas transformações exige métodos específicos. Cada método, seja econômico ou filosófico, corresponde a uma etapa de desenvolvimento de uma determinada estrutura econômica de produção. Assim como os aspectos formais da consciência, isto é, a superestrutura, são iniciados e moldados simultaneamente à produção da vida material pelos indivíduos, ou seja, na estrutura. Compreender o desenvolvimento do modo de produção capitalista envolve apreender todas as condições históricas que o conduziram como a mais recente formação social do trabalho<sup>31</sup>.

Diante do exposto, cabe-nos investigar, de forma concreta, as contraditórias relações sociais de produção inerentes ao modo de produção capitalista, inicialmente com foco no campo da produção. A partir deste ponto, nossa análise assumirá novos direcionamentos, alinhando-se ao “método”<sup>32</sup> desenvolvido por Marx em sua crítica da economia política.

---

<sup>31</sup>NICODEMOS, Carlos Eduardo. *Risorgimento, americanismo e fascismo: o conceito de revolução passiva como categoria interpretativa da modernização no mundo da produção capitalista*. 2021. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Uberlândia, 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.6032>. Acesso em: 06/02/2024. p. 18.

<sup>32</sup>Karl Marx não desenvolveu uma sistematização acabada do “método” materialista histórico-dialético. Em seus escritos, o “método” surge como um instrumento analítico voltado para a compreensão crítica da realidade material, mas sem uma exposição metódica unificada. Em obras como *A Ideologia Alemã* (1845–1846), escrito em colaboração com Friedrich Engels (1820–1895), e *Contribuição para a Crítica da Economia Política* (1859), o “método” é brevemente delineado, quando Marx realiza uma inversão da dialética hegeliana, rejeitando a premissa idealista de que a realidade é constituída pelo movimento da Ideia. Assim, em contraste com Hegel e

Dessa maneira, na segunda fase da pesquisa, estaremos aptos a retomar, com maior rigor teórico, a discussão sobre as crises de hegemonia no âmbito da superestrutura, incorporando ao debate conceitos fundamentais elaborados por Antonio Gramsci (1891–1937). Dentre esses conceitos, destacam-se, portanto, hegemonia, crise de hegemonia, filosofia da *práxis*<sup>33</sup>, revolução passiva, partido político, americanismo, fascismo, cesarismo regressivo, coerção, consenso, sociedade civil, sociedade política, Estado, intelectuais, questão meridional, cultura e ideologia; os quais permitirão ampliar e aprofundar a compreensão das dinâmicas sociais e políticas no contexto das crises superestruturais no modo de produção capitalista.

### 1.3. Lei dos Mercados de Say e a forma simples de crise no ciclo M—D—M.

Para Marx, na produção e na circulação mercantil<sup>34</sup>, não há nada de especial no fato de outrem possuir uma mercadoria qualquer na forma de valor de uso. Ainda assim, Marx emprega a fórmula sintética M—D—M para descrever essa situação. Essa relação puramente embrionária de circulação simples não constitui ainda um encadeamento propriamente capitalista, uma vez que o objetivo final é a obtenção de um valor de uso para outrem, não a valorização continuada do valor como ocorre no sistema capitalista. Na sociedade capitalista, em contrapartida, o valor de troca torna-se o centro de todo o processo de circulação. As relações sociais capitalistas de produção começam a se desenvolver a partir do intercâmbio direto entre o dinheiro, a mercadoria e, novamente, o dinheiro. Essa segunda relação é representada pela fórmula abreviada D—M—D. A fórmula, apesar disso, ainda não expressa o mais-valor (D’).

No sentido mais rigoroso da análise, Marx exclui o valor de uso, ou a utilidade da mercadoria, focando-se no valor de troca no terreno da investigação da economia política no modo de produção capitalista industrial. Por essa razão, o filósofo estabelece a condição

---

também com os neohegelianos (que reinterpretem os conceitos de Hegel à luz dos desenvolvimentos filosóficos e históricos do século XIX), Marx postula que a base material da existência humana precede e condiciona as formas de consciência. Desse modo, ainda que não explicitamente sistematizado como um “método”, o materialismo histórico-dialético consolida-se como um quadro teórico que interpreta a história a partir das relações sociais de produção e do conflito entre as classes — os motores do desenvolvimento social.

<sup>33</sup>Gramsci retoma a definição do conceito de Filosofia da *práxis* elaborada por Antonio Labriola (1843–1904). Antonio Labriola foi um pensador italiano que, ao aproximar-se do marxismo ortodoxo, desenvolveu esse conceito justamente com o intuito de distanciar-se das interpretações reducionistas do marxismo — em suas vertentes vulgar, utópica e positivista. Gramsci, por sua vez, recupera essa formulação ainda no quarto volume de os *Cadernos do cárcere*, aprofundando e ressignificando o conceito no contexto de sua reflexão carcerária.

<sup>34</sup>O sistema mercantil foi um conjunto de práticas econômicas e políticas que surgiu no continente Europeu na Idade Moderna, entre os séculos XV e XVIII. Com ele, vieram novas medidas econômicas, adotando a crença de riqueza baseada no padrão ouro, nas exportações de mercadorias, no protecionismo e no colonialismo. Nesse modelo econômico, o Estado tinha maior intervenção na economia.

*sinequa non* de que as categorias da economia política devem partir das divisões sociais de produção, que nada mais são do que as relações materiais que os indivíduos estabelecem no processo de produção capitalista.

Inicialmente, comecemos a analisar o ponto elementar referente à primeira possibilidade de crise na esfera M—D—M.

Durante muito tempo, os eventos das crises não receberam a devida atenção dos pesquisadores de filosofia política e de economia política, uma vez que defendiam a capacidade atenuadora do sistema de distribuição dos mercados, acreditando que as crises eram simples eventualidades momentâneas<sup>35</sup>. A realização da compra e venda seria suficiente para solucionar a situação de crise. Em razão disso, Marx travou debates importantes contra esses falseamentos da realidade. Marx apresentou, assim, argumentos contrários a economistas consagrados, como o economista francês Jean-Baptiste Say (1767–1832), que afirmava a inexistência de uma crise generalizada de superprodução, uma vez que, segundo ele, toda venda é uma compra, assim como toda compra é uma venda<sup>36</sup>.

Segundo Say, existe, necessariamente, um equilíbrio entre as compras e as vendas no processo de circulação no interior do mercado. O economista de Lyon argumentou que, mesmo que existisse uma superprodução de bolsas de couro em relação a uma superprodução de sapatos de couro, uma superprodução em escala ampliada seria impossível, afirmando, portanto, que existe uma equivalência entre as compras e as vendas de ambas as mercadorias. Say, contudo, não compreendia, segundo Marx, que o comprador não é obrigado a ir ao comércio comprar as mercadorias expostas em vitrines e prateleiras, exceto se venham a ser necessárias ao consumidor em potencial enquanto valor de uso<sup>37</sup>. Caso contrário, a circulação não ocorre.

O dinheiro, no entanto, nessa fase inicial da circulação, só vai ao mercado se o possuidor do dinheiro o conduzir ao mercado e trocá-lo por uma mercadoria qualquer enquanto valor de uso<sup>38</sup>. Essa realidade concreta é expressa por Marx como a primeira possibilidade<sup>39</sup> de crise. Portanto, a falta de dinheiro no mercado paralisa a circulação da mercadoria e gera a primeira possibilidade de crise de superprodução. Assim, o que era, antes, uma mera possibilidade, agora, no capitalismo industrial torna-se realidade concreta na esfera

<sup>35</sup>GRESPLAN, Jorge. *Marx: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 65.

<sup>36</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2022. p. 187.

<sup>37</sup>Ibidem, p. 116.

<sup>38</sup>Ibidem, p. 187.

<sup>39</sup>Ibidem, p. 187.

D—M—D. A fórmula M—D—M, portanto, derruba em definitivo a lei de Say<sup>40</sup>. Vejamos com mais detalhes. Marx assegura que:

Nada pode ser mais tolo do que o dogma de que a circulação de mercadorias provoca um equilíbrio necessário de vendas e compras, uma vez que cada venda é uma compra, e vice-versa. Se isso significa que o número das vendas efetivamente realizadas é o mesmo das compras, trata-se de pura tautologia. Mas ele pretende provar que o vendedor leva seu próprio comprador ao mercado. Venda e compra são um ato idêntico como relação mútua entre duas pessoas situadas em polos contrários: o possuidor de mercadorias e o possuidor de dinheiro. Como ações da mesma pessoa, eles constituem dois atos frontalmente opostos. Desse modo, a identidade de compra e venda implica que a mercadoria se torna inútil se, uma vez lançada na retorta alquímica da circulação, ela não resulta desse processo como dinheiro, se não é vendida pelo possuidor de mercadorias e, portanto, não é comprada pelo possuidor de dinheiro. Além disso, essa identidade implica que o processo, quando bem-sucedido, constitui um ponto de repouso, um período da vida da mercadoria que pode durar mais ou menos. Como a primeira metamorfose da mercadoria é simultaneamente venda e compra, esse processo parcial é, ao mesmo tempo, um processo autônomo. O comprador tem a mercadoria, o vendedor tem o dinheiro, isto é, uma mercadoria que conserva a forma adequada à circulação independentemente se mais cedo ou mais tarde ela volta a aparecer no mercado. (MARX, 2020, V-I, p. 186 - 187).

E Marx conclui, afirmando que:

Ninguém pode vender sem que outro compre. Mas ninguém precisa comprar apenas pelo fato de ele mesmo ter vendido. A circulação rompe as barreiras temporais, locais e individuais da troca de produtos precisamente porque provoca uma cisão na identidade imediata aqui existente entre o dar em troca o próprio produto do trabalho e o receber em troca o produto do trabalho alheio, transformando essa identidade na antítese entre compra e venda. Dizer que esses dois processos independentes e antitéticos formam uma unidade interna significa dizer que sua unidade interna se expressa em antíteses externas. Se, completando-se os dois polos um ao outro, a autonomização externa do internamente dependente avança até certo ponto, a unidade se afirma violentamente por meio de uma crise. A antítese, imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor, na forma do trabalho privado que ao mesmo tempo tem de se expressar como trabalho imediatamente social, do trabalho particular e concreto que ao mesmo tempo é tomado apenas como trabalho geral abstrato, da personificação das coisas e coisificação das pessoas – essa contradição imanente adquire nas antíteses da metamorfose da mercadoria suas formas desenvolvidas de movimento. Por isso, tais formas implicam a possibilidade de crises, mas não mais que sua possibilidade. O desenvolvimento dessa possibilidade em efetividade requer todo um conjunto de relações que ainda não existem no estágio da circulação simples de mercadorias. Como mediador da circulação de mercadorias, o dinheiro exerce a função de meio de circulação. (MARX, 2020, V-I, p. 186 - 187).

Em contrapartida, a propaganda e a publicidade induzem o proprietário do dinheiro a lançá-lo na circulação por meio de infinitas e engenhosas campanhas publicitárias. Ainda assim, mesmo que o proprietário prefira poupá-lo, não existe uma lei que o obrigue a agir de

---

<sup>40</sup>Ibidem, p. 116.

forma contrária. Say não considerou tais eventualidades em sua análise. Por isso, a Lei dos Mercados de Say sustenta a teoria de que a venda é sempre regular e, necessariamente, seguida por uma compra de valor equivalente. Em outras palavras, para Say, não pode existir a paralisação da circulação de mercadorias no mercado e, conseqüentemente, nenhuma crise de superprodução no futuro. Mas, na realidade, não é isso que ocorre. A Lei dos Mercados de Say transforma essa questão da circulação continuada em um dogma da impossibilidade de tais crises<sup>41</sup>.

Por outro lado, Marx argumenta que as crises de super produção não são impossíveis, mas se apresentam como possibilidade<sup>42</sup> na esfera da circulação simples de mercadorias, isto é, no movimento M—D—M. Diante disso, torna-se falsa a tese defendida por Say de que as crises de superprodução na circulação simples de mercadorias são impraticáveis sob quaisquer circunstâncias<sup>43</sup>. Para Marx, isso é um erro. O fato de serem raras não desqualifica a probabilidade de sua ocorrência<sup>44</sup>. Na verdade, ninguém precisa:

[...] comprar apenas porque vendeu. Venda e compra são separadas tanto no tempo como no espaço. O dinheiro é mais do que o “meio pelo qual a troca se efetua”: é o meio pelo qual a troca é dividida em duas transações separadas e distintas, venda e compra. Se ninguém vende e deixa de comprar, o resultado é a crise e superprodução. (SWEEZY, 1983, p. 116).

Por isso, a venda e a compra profícua de mercadorias requerem uma base de circulação consolidada.

Na circulação simples de mercadorias, ocorre apenas um intercâmbio de produtos equivalentes e comensuráveis entre si. No entanto, a relação entre o capital e o trabalho abstrato ainda não aparece amplamente desenvolvida. O vínculo é estabelecido tão-somente entre vendedores individuais de mercadorias e compradores individuais, também de mercadorias. Nessa fase, entretanto, o dinheiro funciona exclusivamente como meio de troca: M—D—M. Vejamos com mais atenção essa analogia. O trabalhador não aparece nessa associação como produtor de trabalho abstrato e quantitativo, como nas relações do capitalismo industrial, mas apenas como vendedor de uma mercadoria qualquer, enquanto valor de uso para outrem. Por outro lado, o empregador também não se apresenta como

---

<sup>41</sup>Ibidem, p. 187.

<sup>42</sup>Ibidem, p. 187.

<sup>43</sup>SWEEZY, Paul. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 115-116.

<sup>44</sup>Ibidem, p. 115-116.

detentor de capital monetário, isto é, de capital variável e capital constante, mas sim como simples comprador de mercadorias em geral, enquanto valor de uso, apenas<sup>45</sup>.

É importante destacar que, nesse momento, o dinheiro ainda não é o protagonista da relação. De um lado, apresenta-se o vendedor indeterminado, e, do outro, o comprador, também indeterminado. O primeiro aparece como proprietário de uma mercadoria A qualquer (M), enquanto o segundo identifica-se como proprietário de uma específica mercadoria B, que é o dinheiro (D). Diante disso, percebe-se que a relação pensada por Marx é exposta a partir da relação simples M—D. Na circulação completa, a mercadoria converte-se em dinheiro para que, em seguida, o dinheiro seja convertido em uma nova mercadoria: M—D—M—mercadoria—dinheiro—mercadoria.

Como evidenciado, o exame detalhado dessa dependência confirma que o dinheiro ainda não circula como capital monetário, mas apenas como simples moeda de troca. O dinheiro, assim, enquanto moeda de troca auxilia apenas na circulação simples das mercadorias no mercado ainda embrionário. Isso demonstra que o fim de todo processo reside na satisfação de uma necessidade de uso, isto é, no valor de uso, ainda não atendida de outrem — e não na valorização do valor<sup>46</sup>, ou seja, no valor de troca. No sentido mais rigoroso, Marx, no Livro I de *O Capital* (1867), no capítulo intitulado *O meio de circulação*, escreve:

Acompanhemos agora um possuidor qualquer de mercadorias — por exemplo, nosso velho conhecido tecelão de linho — à cena do processo de troca, o mercado. Sua mercadoria, 20 braças de linho, tem um preço determinado, e seu preço é £2. Ele a troca por £2 e, sendo um homem de grande virtude, troca novamente as £2 por uma Bíblia familiar de mesmo preço. O linho, que para ele é apenas mercadoria, objeto portador de valor, é alienado por ouro, sua figura de valor, e, a partir dessa figura, é novamente alienado por outra mercadoria, a Bíblia, que, no entanto, deve ser levada à casa do tecelão e lá satisfazer a elevadas necessidades. O processo de troca da mercadoria se consuma, portanto, em duas metamorfoses contrapostas e mutuamente complementares: conversão da mercadoria em dinheiro e reconversão do dinheiro em mercadoria. Os momentos da metamorfose das mercadorias são simultaneamente transações dos possuidores de mercadorias — venda, troca da mercadoria por dinheiro; compra, troca do dinheiro por mercadoria —, e a unidade dos dois atos: vender para comprar. (MARX, 2022, V-I, p. 179).

Para que nada se perca, discorreremos um pouco mais sobre a mercadoria-dinheiro, uma vez que o dinheiro será muito importante na configuração da segunda categoria de crise na circulação D—M—D'. Faremos, assim, uma breve introdução. Nessa situação específica, portanto, a característica definida do dinheiro é ser também uma unidade de valor. Assim, o

<sup>45</sup>ANTUNES, Jadir; BENOIT, Hector. *O problema da crise capitalista em O capital de Marx*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 50.

<sup>46</sup>Ibidem, p. 50-51.

dinheiro parece ter vida própria e escolher suas batalhas. No entanto, veremos que não é bem assim. O dinheiro tem “responsabilidades” específicas para que todo o sistema se mantenha saudável. Por isso, o dinheiro pode permanecer — contrariando a lógica da circulação simples —, por um breve período, nas mãos de seu proprietário, sem que, prontamente, precise ser trocado por outra mercadoria indeterminada.

Por esse motivo, a Lei dos Mercados de Say é novamente contrariada.

Para Marx, entretanto, o dinheiro é uma mercadoria equivalente, ou seja, que equivale a todas as outras mercadorias presentes no mercado regional ou global. O lastro da moeda-dinheiro, portanto, reflete todas as demais mercadorias encontradas no mercado como uma mera reprodução de si mesmo. O dinheiro, assim, abrange por si próprio as diversas formas de mercadorias.

Por isso, a longo prazo, o dinheiro precisa ser retirado das mãos de seu proprietário e retornar à circulação. Essa relação é essencial para a sobrevivência da circulação  $M—D—M$ .

Assim, o dinheiro, deve atuar não apenas como medida de valor, isto é, ser apenas equivalente, mas também operar como um combustível de expansão da circulação  $M—D—M$ , reduzindo ao mínimo as dificuldades de circulação das mercadorias. Dessa forma, em um primeiro momento, o dinheiro funciona como um simples meio [*medium*] de troca, responsável por movimentar uma variedade crescente de mercadorias de um ponto A a um ponto B<sup>47</sup>.

Cumprir notar mais uma vez que tudo isso ocorre em uma dinâmica pré-capitalista.

Reconhecemos que a sociedade moderna progrediu para além do estágio de intercâmbio casual a partir do momento em que passou a possuir uma moeda estável. Esse fato é considerável, pois, a partir desse momento, a sociedade moderna consegue satisfazer suas necessidades regularmente por meio da troca privada. E isso é um fato histórico importante. Anteriormente a esse momento, as formas de troca eram simples e casuais. A transação de mercadorias ocorria por meio da permuta direta de mercadoria por mercadoria:  $M—M$ . Contudo, com o desenvolvimento das condições de circulação mercantil, isto é,  $M—D—M$ , a troca tornou-se mais complexa, e o dinheiro passou a ser cada vez mais utilizado nessa relação. Isso não significa, entretanto, que a moeda ainda não existisse antes desse período analisado — o que seria uma negação dos fatos históricos. Porém, a partir desse estágio, mais mercadorias foram lançadas no mercado, impulsionadas não apenas pelo desenvolvimento comercial, mas, sobretudo, pelas novas rotas marítimas e de troca —

---

<sup>47</sup>GRESPAN, Jorge. *Marx: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 67.

estimuladas, notadamente, pelas Grandes Navegações europeias. Assim, ao dinheiro, agregou-se maior “responsabilidade”<sup>48</sup>. Mas então ocorre a grande mudança que Say não demonstrou:

O que talvez seja menos conhecido é o fato de que a organização da produção, através da troca privada da forma indicada, traz em si a possibilidade de uma crise inimaginável numa economia mais simples [...]. Pois se o produtor A vender e então, por qualquer motivo, deixa de comprar a B, este, tendo deixado de vender a A, não pode comprar de C; e C, tendo deixado de vender a B, não pode comprar de D, e assim por diante. Portanto, uma ruptura no processo de circulação, que é condicionado pela separação da compra e venda, pode difundir-se desde seu ponto de origem além de afetar toda a economia. Aparece o resultado conhecido de uma crise: a coexistência de estoques de mercadorias invendáveis e necessidades insatisfeitas. (SWEETZ, 1983, p. 114).

Em retrospecto, é correto afirmar que, exceto por condições exteriores muito bem determinadas — como guerras, quebras de safra, bloqueios de canais importantes por onde as mercadorias são escoadas ou pela simples vontade de poupar —, as crises simples de circulação e de superprodução são, de fato, apenas probabilidades. Mas elas podem ocorrer. Talvez o ponto mais importante seja o entesouramento em massa da mercadoria-dinheiro por parte de seus proprietários. No entanto, não nos esqueçamos de que as crises simples de circulação mercantil M—D—M são meras possibilidades que tendem a se tornar realidades concretas em situações bastante específicas. Ainda assim, as condições analisadas negam a Lei dos Mercados de Say.

No entanto, um fato relevante: não existe, nas obras de Marx, um tratamento sistemático e isolado das crises em apenas um capítulo ou obra<sup>49</sup>. No pensamento de Marx, não encontramos, portanto, um conceito-chave que defina, categoricamente, todas as

<sup>48</sup>SWEETZ, Paul. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 114.

<sup>49</sup>ANTUNES, Jadir e BENOIT, Hector. *O problema da crise capitalista em O Capital de Marx*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. De acordo com Rosdolsky (1898–1967), Marx elaborou dois planos para a produção d’*O Capital*. A primeira redação teria sido feita em 1857; a segunda, em 1866. Contudo, entre 1857 e 1866, houve um intervalo de nove anos. Ao longo desse período, Marx teria modificado seu plano inicial, pois, como demonstrou Rosdolsky, Marx redimensionou a extensão de sua obra. Um dos temas que teria sofrido restrição seria justamente o das crises. Marx, em seu plano, percebeu que o conceito de crise não deveria ser tratado como uma “teoria da crise”, mas, sim, analisado a partir do próprio capitalismo. Não se separa capitalismo de “teoria da crise”, pois cada crise se manifesta de um modo, em tempos distintos, mas todas derivam das contradições inerentes ao capitalismo. Assim, segundo Rosdolsky, no plano original de Marx (1857), *O Capital* seria dividido em seis partes distintas: I. Livro I d’*O Capital*: A. O capital em geral: 1. O processo de produção do capital; 2. Processo de circulação do capital; 3. Lucros e juros; 4. Seção da concorrência; 5. Seção sobre o sistema de crédito; 6. Seção sobre o sistema acionário. II. Livro II da propriedade da terra. III. Livro III do trabalho assalariado. IV. Livro do Estado. V. Livro do comércio exterior. VI. Livro do mercado mundial e as crises. Nota-se, portanto, que a matéria da crise iria aparecer apenas no sexto livro. No entanto, no intervalo de nove anos, provavelmente Marx escolheu dissolvê-la no interior dos três volumes hoje mundialmente conhecidos, sendo eles: Livro I: *Processo de produção do capital*; Livro II: *Processo de circulação do capital*; Livro III: *Síntese do processo global*. Nota-se, portanto, que os temas referentes principalmente aos livros V e VI foram absorvidos na reformulação de *O Capital*, Livros I, II, III,. (P. 25-26).

possibilidades de crises— principalmente, no sistema capitalista. Para Marx, as crises econômicas precisam ser investigadas no calor dos acontecimentos que levam todo o sistema à bancarrota. As crises que, muitas vezes, começam na estrutura produtiva, generalizam-se para as esferas da superestrutura, gerando crises de hegemonia, dependendo de sua intensidade.

Em razão disso, o próprio Marx refletiu sobre as crises, com base nos acontecimentos históricos que chegavam ao seu conhecimento. Assim, Marx foi testemunha de diversos desses eventos<sup>50</sup>. Entretanto, existe uma premissa que não pode ser negligenciada: a teia que envolve as crises estruturais e superestruturais está intrinsecamente ancorada nas contradições do modo de produção capitalista. Por isso, ao lermos a obra *magna* de Marx — ou seja, os extensos volumes de *O Capital*<sup>51</sup> —, percebemos que a questão das crises está dissolvida em um emaranhado de conceitos interconectados.

Não obstante, é preciso ressaltar mais uma vez que não existe uma análise sistemática sobre as crises nas obras de Marx<sup>52</sup>. As crises, portanto, só podem ser explicadas pelo movimento real da produção. E exclusivamente por ele.

Diante desse contexto, passamos agora à segunda modalidade de crise — desta vez, nas relações capitalistas —, que surge quando o mais-valor, agora existente, enfrenta obstáculos em sua própria realização. Trata-se especificamente da crise na esfera da circulação genuinamente capitalista, gerada pela interrupção no ciclo D—M—D'.

#### **1.4.A dinâmica da crise genuinamente capitalista: uma análise da circulação D—M—D'.**

O capitalista vai ao mercado<sup>53</sup> levando dinheiro. Esse é um acontecimento histórico, não algo natural, pois aparece em um momento particular do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo. Assim, o dinheiro oferece ao capitalista três possibilidades: a) comprar as mercadorias necessárias à sua sobrevivência; b) comprar a força de trabalho de outrem; c) investir na aquisição de meios de produção. Esse processo é designado por Marx

<sup>50</sup>MUSTO, Marcello. *Repensar Marx e os marxismos*. Tradução de Diego Silveira et al. São Paulo: Boitempo, 2022. p. 120-121.

<sup>51</sup>Livro I: *Processo de produção do capital*; Livro II: *Processo de circulação do capital*; Livro III: *Síntese do processo global*.

<sup>52</sup>ANTUNES, Jadir e BENOIT, Hector. *O problema da crise capitalista em O Capital de Marx*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. P. 23-26.

<sup>53</sup>Mercado: esfera de aquisição de meios de produção, compreendendo força de trabalho, matérias-primas e insumos produtivos.

pela fórmula D—M—D'. Por isso, o dinheiro passa a ser tanto o ponto de partida quanto o objetivo final da relação social de produção no capitalismo<sup>54</sup>.

À medida que o processo se desenvolve no capitalismo, o dinheiro inicial, o capital monetário, transforma-se em mais dinheiro, incorporando um valor adicional a ele por meio do trabalho socialmente necessário. O aumento do capital, portanto, constitui a renda do capitalista, formando, assim, a base específica da produção capitalista<sup>55</sup>. Essa relação reflete a finalidade objetiva do capitalismo: a expansão do valor sob a autoridade dos capitalistas que detêm posição privilegiada na estrutura produtiva. Nessa dinâmica, os capitalistas assumem a função de agentes e portadores do capital privado, lançando-o em circulação para que, ao final do processo, o recuperem acrescido de mais-valor.

O capital privado, assim, possui uma qualidade específica: a capacidade de auto valorização, isto é, a virtude de assumir grandezas progressivamente maiores. A expansão do capital apenas se realiza nas relações de troca—nos valores de troca. Uma análise rigorosa dessa articulação demonstra que o êxito das sociedades dominadas pelo modo de produção capitalista reside precisamente em sua capacidade de reinvestir e aumentar o capital monetário antecipado<sup>56</sup>.

É importante destacar que, nessa relação, o dinheiro passa a ser utilizado como capital. Assim, no capitalismo, o dinheiro assume a função de capital que se valoriza constantemente, ou seja, busca se valorizar com o mínimo de obstáculos. Mas, caso a mercadoria não seja vendida, todo o processo é interrompido, uma vez que o dinheiro necessário para a compra de uma nova mercadoria também não se realiza. Diante disso, consolida-se uma crise de circulação nas esferas do capitalismo.

No Livro I de *O Capital* (1867), no capítulo intitulado *A transformação do dinheiro em capital*<sup>57</sup>, Marx nos oferece um estudo da passagem da esfera simples da circulação de mercadorias para o mais-valor. A análise dessa transição é importante do ponto de vista metodológico.

Assim, Marx inicia o capítulo afirmando que a produção e a circulação de mercadorias são o ponto de partida do capital<sup>58</sup>. Isso significa que a produção de mercadorias, assim como

<sup>54</sup> ANTUNES, Jadir; BENOIT, Hector. *O problema da crise capitalista em O capital de Marx*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 58.

<sup>55</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>56</sup> HARVEY, David. *Para entender O capital I*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 302.

<sup>57</sup> MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2022. p. 223.

<sup>58</sup> Ibidem, p. 223.

a circulação desenvolvida de mercadorias que se realiza no comércio capitalista, constituem “[...] os pressupostos históricos a partir dos quais o capital emerge”<sup>59</sup>. Se desconsiderarmos, porém, a mercadoria em seu processo mercantil, levando em conta apenas as formas econômicas que organizam o processo capitalista, encontramos, no final, o mais-valor ( $D'$ )<sup>60</sup>. O resultado da circulação passa a ser  $D—M—D'$ , sendo  $D' = D + (\Delta D = d)$ . Assim,  $D + (\Delta D = d)$  retorna de duas formas às mãos do capitalista: ( $D$ ) como capital monetário e ( $\Delta D = d$ ) como mais-valor. Resumidamente, ( $D$ ) é capital monetário — a ser reinvestido na produção — e ( $d$ ) é o mais-valor apropriado pelo capitalista.

Está revelado o segredo da produção capitalista.

Esse processo manifesta o aumento do capital inicial<sup>61</sup>, uma vez que o dinheiro final retorna e uma parte dele volta a ser reinvestida em capital constante e capital variável. Desse modo, o primeiro funciona como capital monetário, enquanto o segundo se converte em mais-valor ao final do processo produtivo — e, conseqüentemente, da venda da mercadoria. A relação é capitalista porque o dinheiro deixa de ser coadjuvante e passa a ser o protagonista do processo<sup>62</sup>. Marx conceitua essa dinâmica do seguinte modo:

A forma imediata da circulação de mercadorias é  $M—D—M$ , conversão de mercadoria em dinheiro e reconversão de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. Mas ao lado dessa forma encontramos uma segunda, especificamente diferente: a forma  $D—M—D$ , conversão de dinheiro em mercadoria e reconversão de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. O dinheiro que circula deste último modo transforma-se, torna-se capital e, segundo sua determinação, já é capital. (MARX, 2022, V-I, p. 223 - 224).

A presença do dinheiro nas sociedades capitalistas conduz as relações de troca a uma série de consequências perigosas. Sabemos que o processo mercantil foi substituído pela troca mediada pelo dinheiro, transformando a ação de compra e venda em uma contradição em si mesma. Isso demonstra que o processo de troca passa a depender necessariamente do dinheiro para se realizar. Porém, na ordem burguesa, ele se torna também capital, separando a compra da venda no tempo e no espaço das relações de circulação. Tais relações se tornam independentes, pois não existe mais a possibilidade de vender sem utilizar o dinheiro, assim como não é possível comprar sem o uso dele. Dessa forma, o dinheiro passa a ser a mercadoria

---

<sup>59</sup>Ibidem, p. 223.

<sup>60</sup>Ibidem, p. 223.

<sup>61</sup>Ibidem, p. 223.

<sup>62</sup>Ibidem, p. 223.

equivalente determinante na relação de troca<sup>63</sup>. Diante disso, a circulação, ao assumir essa configuração no capitalismo, rompe as barreiras temporais, individuais e locais da troca anteriores ao capitalismo<sup>64</sup>.

Para que uma mercadoria seja trocada, ela precisa, portanto, encontrar outra mercadoria equivalente e comensurável. Como observa Marx, as mercadorias, ao se depararem com outras mercadorias equivalentes e comensuráveis, tendem, nas relações capitalistas, a se trocar por outra mercadoria equivalente e universal: a mercadoria dinheiro. Nesse sentido, no capitalismo, as mercadorias encontram um equivalente universal — o dinheiro — simplificando o processo de circulação<sup>65</sup>.

Para Marx, isso ocorre porque a forma dinheiro é um equivalente universal que pode expressar qualquer mercadoria<sup>66</sup>. Assim, um sistema de mercado desenvolvido como o capitalista necessita de uma mercadoria equivalente às outras mercadorias particulares para funcionar em larga escala. Por isso, o dinheiro não pode ser imposto de fora do sistema capitalista. No entanto, o dinheiro surge a partir das necessidades materiais impostas pelo modo de produção capitalista. Isso não quer dizer que o dinheiro não existisse anteriormente; no capitalismo, porém, ele se torna capital. Por consequência, o dinheiro é um ato histórico que viabiliza a fluidez do processo de circulação no capitalismo, regulando as relações de troca<sup>67</sup>.

A continuidade do fluxo de capital é essencial para a acumulação capitalista, pois qualquer interrupção pode causar perdas significativas de lucro e, conseqüentemente, crises. Aprofundando ainda mais essa relação, chegamos ao seguinte resultado: D—M—FT—MP. Inicialmente, (M) assume, para o capitalista, duas formas distintas de mercadoria: a força de trabalho (FT) e os meios de produção (MP). Nessa dinâmica aparentemente saudável, toda a cadeia produtiva do capitalismo é posta em circulação — e essa ação deve, de fato, realizar-se.

Dessa maneira, a circulação do dinheiro como capital é um fim em si mesma, pois a teoria do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado<sup>68</sup>. O portador desse movimento, isto é, o “[...] possuidor de dinheiro, torna-se capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e de retorno do dinheiro. O conteúdo objetivo dessa

---

<sup>63</sup>Ibidem, p. 223–224.

<sup>64</sup>Ibidem, p. 187.

<sup>65</sup>Ibidem, p. 187.

<sup>66</sup>Ibidem, p. 144.

<sup>67</sup>Ibidem, p. 113.

<sup>68</sup>Ibidem, p. 228.

circulação — a valorização do valor — é sua finalidade subjetiva<sup>69</sup>”. Diante disso, Marx chega à conclusão de que:

O valor se torna, assim, valor em processo, dinheiro em processo e, como tal, capital. Ele sai da circulação, volta a entrar nela, conserva-se e multiplica-se em seu percurso, sai da circulação aumentado e começa o mesmo ciclo novamente. D-D’, dinheiro que cria dinheiro — *money which begets money* — é a descrição do capital na boca de seus primeiros intérpretes, os mercantilistas”. (MARX, 2022, V-I, p. 231).

Por conseguinte, apresenta-se mais um aspecto a ser considerado sobre a origem do lucro dos capitalistas. Esse tema, aliás, é investigado por Marx no Livro I de *O Capital* (1867), especificamente na Seção II, intitulada *A transformação do dinheiro em capital*, no subcapítulo *As contradições da fórmula geral*. Nesse capítulo, Marx rejeita a hipótese dos 10% como fonte de riqueza dos capitalistas<sup>70</sup>. Assim, Marx inicia sua análise partindo de uma investigação analítica. Segundo ele, pressupõe-se que um indivíduo venda sua mercadoria por um valor superior ao seu valor real, por exemplo, acrescentando 10% ao preço original do produto. Disso resultaria que a mercadoria, com valor inicial de R\$100, passaria a custar R\$110, ao final do processo de troca. Para muitos, esse reajuste parece óbvio. Porém, ao investigarmos o processo mais de perto, veremos que a conclusão não se sustenta e revela-se pueril. Marx afirma que, ao fim da transação, o vendedor também se torna comprador<sup>71</sup>.

Nessa esfera econômica, surge um segundo possuidor de mercadorias. Chamá-lo-emos de vendedor B. Esse vendedor também possui o privilégio de vender seus produtos acima do valor real, isto é, com um acréscimo de 10%. Ao final do processo, veremos que a relação de lucro se anulará para ambos, pois o proprietário A perderá seu lucro de 10% para o vendedor B<sup>72</sup>. Além disso, suponhamos também que o comprador A tenha o direito de adquirir uma mercadoria por um valor 10% inferior ao seu preço real<sup>73</sup>. Diante disso, não é necessário mencionar que o comprador A também será, em algum momento, um vendedor e, nesse encadeamento econômico, perderá os 10% de lucro obtidos, transferindo-os para o comprador B<sup>74</sup>. Para que nada se perca, cito Marx:

Suponha, então, que, por algum privilégio inexplicável, seja permitido ao vendedor vender a mercadoria acima de seu valor, por exemplo, por £110, quando ela vale

---

<sup>69</sup>Ibidem, p. 228.

<sup>70</sup>Ibidem, p. 235.

<sup>71</sup>Ibidem, p. 235.

<sup>72</sup>Ibidem, p. 235.

<sup>73</sup>Ibidem, p. 235-236.

<sup>74</sup>Ibidem, p. 235-236.

£100, portanto, com um acréscimo nominal de 10% em seu preço. O vendedor embolsa, assim, um mais-valor de £10. Mas, depois de ter sido vendedor, ele se torna comprador. E eis que um terceiro possuidor de mercadorias confronta-se com ele como vendedor e usufrui, por sua vez, do privilégio de vender a mercadoria 10% mais cara do que seu valor. Nosso homem ganhou £10 como vendedor apenas para perder £10 como comprador. Assim, cada um dos possuidores de mercadorias vende seus artigos aos outros possuidores de mercadorias a um preço 10% acima de seu valor, o que, na verdade, produz o mesmo resultado que se obteria se cada um deles vendesse as mercadorias pelos seus valores. (MARX, 2022, V-I, p. 235-236).

Assim sendo, o patrimônio do capitalista, ou seja, seu capital, não pode originar-se apenas nas esferas da circulação, tampouco pode deixar de ter relação com ela: o valor é criado na produção e realizado na circulação. A relação deve, necessariamente, estabelecer-se de forma dialética. Para o capitalista, de nada adianta produzir valor de troca se a mercadoria não escoar por meio do mercado — a venda é a finalidade para o capitalista. Para que o dinheiro se transforme em capital, é preciso que sua aplicação obedeça às leis da troca de mercadorias, segundo as próprias regras do capitalismo<sup>75</sup>. Desse modo, o proprietário de dinheiro deve comprar mercadorias por seu valor — valor esse criado socialmente na produção — e, em seguida, vendê-las por seu valor final, valor esse também criado na produção<sup>76</sup>.

Para extrair grandeza, isto é, valor, do consumo da mercadoria — nesse caso, o trabalho humano também é uma mercadoria —, o capitalista precisa encontrar uma mercadoria cujo valor de uso possua a característica única de ser fonte de valor, de criar valor, isto é, o trabalho humano. Por isso, Marx afirma que a objetificação deste é a criação do valor. A contradição assume forma quando o valor de uso se revela como fonte de valor, a saber: o trabalho humano socialmente necessário. Nessa relação, afirma Marx, o “[...] possuidor de dinheiro encontra no mercado essa mercadoria específica: a capacidade de trabalho, ou força de trabalho<sup>77</sup>”. Sobre isso, Marx escreve:

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo. No entanto, para que o possuidor de dinheiro encontre a força de trabalho como mercadoria no mercado, é preciso que diversas condições estejam dadas. A troca de mercadorias por si só não implica quaisquer outras relações de dependência além daquelas que resultam de sua própria natureza. Sob esse pressuposto, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado na medida em que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para vendê-la como

<sup>75</sup>Ibidem, p. 240-241.

<sup>76</sup>Ibidem, p. 235-236.

<sup>77</sup>Ibidem, p. 240-241.

mercadoria, seu possuidor tem de poder dispor dela, portanto, ser o livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. (MARX, 2022, V-I, p. 242 - 243).

Marx ainda afirma que:

[...] o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e estabelecem uma relação mútua como iguais possuidores de mercadorias, com a única diferença de que um é comprador e o outro, vendedor, sendo ambos, portanto, pessoas juridicamente iguais. A continuidade dessa relação requer que o proprietário da força de trabalho a venda apenas por um determinado período, pois, se ele a vende inteiramente, de uma vez por todas, vende a si mesmo, transforma-se de um homem livre num escravo, de um possuidor de mercadoria numa mercadoria. Como pessoa, ele tem constantemente de se relacionar com sua força de trabalho como sua propriedade e, assim, como sua própria mercadoria, e isso ele só pode fazer na medida em que a coloca à disposição do comprador apenas transitoriamente, oferecendo-a ao consumo por um período determinado, portanto, sem renunciar, no momento em que vende sua força de trabalho, a seus direitos de propriedade sobre ela. (MARX, 2022, V-I, p. 242 - 243).

Sabemos que o objetivo do capitalista é adquirir mais-valor sempre maiores. Dessa forma, os capitalistas são impelidos pela lei coercitiva da concorrência a empregar parte do mais-valor para criar ainda mais-valor<sup>78</sup>. Harvey (1935 -) afirma que existem:

[...]dois tipos de mercadorias: força de trabalho (capital variável) e meios de produção (capital constante). Ao mesmo tempo, ele seleciona uma forma de organização e uma tecnologia e combina a força de trabalho e os meios de produção num processo de trabalho que produz uma mercadoria, que então é vendida no mercado pelo dinheiro original acrescido de um lucro (mais-valor). Impelidos pelas leis coercitivas da concorrência, os capitalistas parecem (e uso essa palavra no sentido de Marx) forçados a usar parte do mais-valor para criar ainda mais mais-valor. A acumulação pela acumulação e a produção pela produção tornam-se a missão histórica da burguesia: a produção de taxas ilimitadas de crescimento, a menos que o capital encontre limites ou barreiras insuperáveis. (HARVEY, 2020, p. 302).

Dessa forma, a crise se manifesta:

Quando isso acontece, o capital se depara com uma crise de acumulação (definida simplesmente como falta de crescimento). A geografia histórica do capitalismo é cheia de crises desse tipo, ora locais, ora sistêmicas (como em 1848, 1929 e 2008). O fato de o capitalismo ter sobrevivido até hoje sugere que, de alguma forma, a fluidez e a flexibilidade da acumulação do capital – traços que Marx não se cansa de enfatizar – permitiram que os limites fossem superados e as barreiras contornadas. (HARVEY, 2020, p. 302).

Sabemos que o objetivo do capitalista é obter mais-valor sempre superiores aos

---

<sup>78</sup>HARVEY, David. *Para entender O capital I*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 302.

anteriores. Para isso, o capitalista direciona todo o seu empenho para tornar seus rendimentos mais eficientes no próximo ciclo de circulação do capital. Para que isso ocorra, uma série de reformas deve ser implementada na estrutura produtiva, como: a atualização das máquinas por meio do mais-valor relativo, a aquisição mais eficiente da força de trabalho e a redução de gastos na produção. Diante desses fatores, para o capitalista, nada importa além do tamanho total do mais-valor atual em comparação à magnitude do capital original colocado em circulação.

O capitalismo inicia sua atividade produtiva com o dinheiro (D) — e deve ser assim — em quantidade considerável, para funcionar plenamente como capital. Nessa primeira fase, o capitalista lança dinheiro (D) em circulação, trocando-o pela força de trabalho (FT) e pelos meios de produção (MP) (na fórmula simples  $D—M—D'$ , a relação entre FT e MP oculta-se na dupla representada por M). Ao final do processo produtivo, o dinheiro (D) antecipado reaparece como um montante maior ( $D'$ ). Assim, tanto o valor inicial (D) quanto o valor final ( $D'$ ) representam o valor de troca — fonte de todo o lucro do capitalista. O trabalhador, por sua vez, é obrigado a vender sua força de trabalho, coagido pela necessidade de adquirir os valores de uso essenciais à sua sobrevivência.

Além disso, o trabalhador é impelido diariamente a vender sua força de trabalho na tentativa de adquirir quantidades de valores de uso, pressionado pela necessidade de assegurar bens para si, garantindo alguma prosperidade futura — quando sua força de trabalho já não for vendável. Portanto, a diferença de comportamento entre trabalhador e capitalista na relação  $D—M—D'$  não tem qualquer relação com a natureza humana ou com uma suposta luta entre indivíduos mais fortes de diferentes regiões. Ela resulta, exclusivamente, da diferença histórica entre  $M—D—M$  e  $D—M—D'$  — isto é, das desigualdades econômicas objetivas em que cada indivíduo ou grupo está inserido, consequência das violências brutais do passado, que garantiram aos herdeiros da acumulação primitiva de capital suas atuais oportunidades históricas.

Ambas as circulações —  $M—D—M$  e  $D—M—D'$  — são possibilidades formais de crise. Entretanto, considerando os aspectos apresentados em cada uma das relações de circulação, a diferença entre elas reside no fato de que a possibilidade de crise no âmbito da circulação  $D—M—D'$  é mais concreta do que na esfera  $M—D—M$ . Isso sugere que a segunda forma de circulação se encontra mais desenvolvida. Segundo Marx, qualquer interrupção no fluxo contínuo da circulação — qualquer retenção da mercadoria no mercado — pode, de fato, gerar contrações no processo de circulação, dando origem ao fenômeno da crise de superprodução.

A característica marcante dessa segunda forma de crise de circulação manifesta-se na redução em larga escala da própria produção capitalista<sup>79</sup>. A diferença reside, contudo, no seguinte: embora seja difícil determinar o início preciso da crise nas camadas da circulação D—M—D', nessa fase ela se torna mais sensível. Isso ocorre porque tais crises podem ser desencadeadas pela queda da taxa de mais-valor e pela queda da taxa de lucro. Nessas circunstâncias, o capitalista pode ser levado a retirar imediatamente seu dinheiro da circulação, o que agrava ainda mais a crise<sup>80</sup>.

Para Marx, basta que surja a possibilidade de o mais-valor desaparecer ou tornar-se negativo para o capitalista, que o estímulo de injetar quantidades maiores de capital monetário na produção e na circulação diminui ou desaparece — fragilizando ainda mais o sistema e alimentando as crises em gestação<sup>81</sup>. Sobre essa relação, Marx escreve:

[...] encontramos um nível médio mais constante do volume de dinheiro em circulação em cada país e muito menos desvios desse nível médio do que poderíamos esperar à primeira vista — com exceção de fortes perturbações que surgem periodicamente das crises da produção e do comércio ou, mais raramente, de uma flutuação no valor do dinheiro. (MARX, 2022, V-I, p. 195).

Em virtude do que foi analisado, é correto afirmar que, diante da crise que se manifesta na esfera da circulação D—M—D', os lucros declinam ou desaparecem, cedendo lugar a perdas na maior parte da economia capitalista. Ainda assim, quando a taxa de lucro cai abaixo do limite considerado regular pelas relações capitalistas, são acionados alertas entre as classes capitalistas. Dependendo da gravidade da crise que se instaura, ocorre um retraimento econômico nas operações por parte dos próprios capitalistas — ou seja, a classe capitalista retira dinheiro de circulação. Para os capitalistas, a razão essencial de suas escolhas reside sempre em manter a taxa de lucro em crescimento. Para eles, não existe outro motivo.

Os capitalistas calculam a taxa de lucro futura com base no investimento total de capital em um período de tempo. Assim, para os capitalistas, o fator crucial é o aumento da taxa de lucro<sup>82</sup>. Contudo, caso essa relação não se realize em toda a sua plenitude, o próprio capitalista reduz seus investimentos e interrompe gastos mediante ajustes econômicos. Nessas relações de incerteza, postos de trabalho são fechados e forças produtivas, destruídas: a crise se intensifica e atinge setores da superestrutura. As crises políticas, enquanto elementos

<sup>79</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2022. p. 117.

<sup>80</sup>Ibidem, p. 117.

<sup>81</sup>SWEEZY, Paul. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo, 1983, p. 118.

<sup>82</sup>Ibidem, p. 64.

da superestrutura, agravam ainda mais essa tensão.

Do ponto de vista formal, a taxa de lucro é função primordial da taxa de mais-valor e da composição orgânica do capital<sup>83</sup>. Na prática, os capitalistas costumam calcular a taxa de lucro:

[...] sobre o investimento total para um determinado período de tempo, digamos um ano. Mas o investimento total geralmente não é o mesmo que o capital consumido durante um ano, pois o período de recuperação dos diferentes elementos do investimento total varia amplamente. Assim, por exemplo, o edifício de uma fábrica pode durar 50 anos, uma máquina 10 anos, ao passo que o dispêndio em salários é recuperado pelo capitalista a cada três meses. A fim de simplificar a exposição teórica, e colocar a fórmula da taxa de lucro em conformidade com o conceito de uma taxa anual de lucro, Marx supõe que todo capital tenha um período de recuperação idêntico de um ano (ou qualquer outro período de tempo escolhido dentro dos objetivos da análise). Isso deixa implícito que o processo produtivo demanda um ano, que o material, maquinaria e força de trabalho adquiridos no início do ano estão esgotados no final, e que o produto é então vendido e todos os investimentos recuperados, com o acréscimo da mais-valia. (SWEEZY, 1983, p. 64 - 65).

Pela característica única do processo de circulação  $D—M—D'$ , o capitalista é continuamente levado a escolher entre duas posições importantes: a) lançar seu capital de volta na esfera da circulação; b) ou mantê-lo na forma de dinheiro. Nessas circunstâncias, conforme apresentado, a longo prazo essas duas alternativas não se sustentam. Se o capitalista deseja continuar como agente da produção, periodicamente, diante das leis coercitivas da concorrência, ele é obrigado a investir seu capital na circulação, adquirindo mais meios de produção e mais força de trabalho. No entanto, o ponto crucial revela-se no seguinte: ser obrigado a reinvestir não implica que o capitalista deva empregar imediatamente seu capital, nem que deva direcioná-lo para a mesma linha de produção. Esse é um princípio aceito, pois, se a taxa de lucro de uma empresa A cair abaixo do patamar habitual, o capitalista — visando assegurar uma margem de lucro estável — transferirá seu capital para uma matriz produtiva B<sup>84</sup>.

Com isso, é possível transferir recursos financeiros para fora do país, incluindo a possibilidade de investir em outros continentes. Essa situação resulta em capitais fixos obsoletos e milhares de pessoas desempregadas. Ainda assim, se a taxa de lucro cair abaixo do nível habitual em quase todas as empresas hegemônicas essenciais ao funcionamento do sistema capitalista — especialmente no hemisfério norte —, nada poderá ser feito com o mero deslocamento de capital da empresa A para a empresa B. Esse encadeamento demonstra que o

<sup>83</sup>Ibidem, p. 65.

<sup>84</sup>Ibidem, p. 119.

ciclo D—M—D' foi interrompido. Quando isso ocorre, os capitalistas deixam de ter obrigação de reinvestir seu capital em um processo que consideram desfavorável no momento e escolhem, então, por poupar. Por esse motivo, atrasam o reinvestimento até que as condições se tornem favoráveis novamente, ou seja, até que a taxa de lucro retorne ao patamar saudável. Se isso não acontecer, os capitalistas precisarão se conformar com um novo padrão, mais baixo, para a taxa de lucro. Dessa forma, observa-se que haverá uma desaceleração da atividade econômica.

Nesse momento, a classe trabalhadora sofre com o desemprego ao qual foi lançada, enquanto as forças produtivas são destruídas na esperança de que as novas se tornem o combustível que colocará em movimento, mais uma vez, todo o sistema estagnado. Além disso, nesse meio tempo, o adiamento do reinvestimento interrompe o processo de circulação, consolidando uma grave crise de circulação e, conseqüentemente, de superprodução, pois, sem dinheiro em circulação, as mercadorias permanecem paradas nos mercados. Ainda assim, segundo Marx, as crises e as depressões são, de fato, parte do mecanismo restaurador pelo qual a taxa de lucro é recuperada, total ou parcialmente, em relação ao seu patamar anterior<sup>85</sup>. Por isso, é correto afirmar que o capitalismo vive de crise; no final, é crise. Assim, é preciso uma redução:

[...] da taxa de lucro abaixo de seu nível habitual suficiente para reduzir os capitalistas a começar a reter seu capital em forma de dinheiro, à espera de volta de condições mais favoráveis. Dessa forma, a continuidade do processo de circulação é interrompida, e a crise se precipita. (SWEEZY, 1983, p. 119).

Diante dos fatos expostos, pode-se pensar erradamente que os capitalistas, em vez de preservarem o capital na forma monetária frente à crise do ciclo D—M—D' em contração, tenderiam a ampliar o consumo próprio de mercadorias em larga escala, dada a queda irregular da taxa de lucro, retirando-as do mercado. À primeira vista, tal comportamento poderia ser interpretado como uma atitude nobre por parte dos capitalistas. Contudo, essa dinâmica não encontra sustentação na lógica da circulação capitalista. O capitalista, enquanto agente ativo na produção, ao atuar dessa forma, perderia seu interesse na acumulação pela acumulação e se tornaria, assim, um indivíduo voltado ao consumo, cuja única preocupação seria a aquisição pessoal de valores de uso<sup>86</sup>. Desse modo, a forma específica de crise na esfera da circulação capitalista D—M—D' realiza-se quando o processo saudável de

---

<sup>85</sup>Ibidem, p. 119.

<sup>86</sup>Ibidem, p. 119.

circulação é provocado pelo declínio da taxa de lucro abaixo de seu nível regular<sup>87</sup>.

---

<sup>87</sup>Ibidem, p. 120.

## CAPÍTULO II: A CIRCULAÇÃO DO CAPITAL, CRÉDITO E CAPITAL FICTÍCIO.

### 2.1. A circulação capitalista consiste em investir, produzir e realizar o capital.

A superação de um modo de produção por outro é um processo prolongado e complexo. A transformação da base econômica de uma época modifica também toda a imensa esfera da superestrutura<sup>88</sup>. Sendo assim, sabemos que o capitalismo incipiente não suplantou o feudalismo tardio apenas mediante uma luminosa conversão revolucionária. O capitalismo, portanto, cresceu nas periferias da velha sociedade feudal. Por isso, o capitalismo como o conhecemos hoje veio ao mundo por meio de roubos e desapropriações<sup>89</sup>. Isso revela que o capitalismo, em sua fase primitiva, expropriou famílias, artesãos bem consolidados no antigo modo de produção feudal, bem como camponeses, destituídos de poder político e de propriedade<sup>90</sup>, sobretudo na Inglaterra do século XVI até o século XIX. Essas transformações moleculares ficaram conhecidas como Lei dos Cercamentos<sup>91</sup>.

Além disso, o capitalismo embrionário extraiu, como nenhum outro modo produtivo anterior, recursos naturais de lugares longínquos, fazendo do mundo a sua expressão. Para isso, o capitalismo precisou construir sua própria alternativa histórica, que se diferenciava das bases produtivas sobre as quais ele se elevou.

Para atingir esse objetivo, o capitalismo desenvolveu novas formas tecnológicas, além de modernas relações sociais de trabalho — definida por Marx como divisão social do trabalho —, articuladas a concepções ideológicas progressistas — apropriando-se do Iluminismo — que fundamentou a sociedade civil burguesa — e do Liberalismo — que legitimou a ordem capitalista — vigentes na época. Assim, após transformações que permearam todas as esferas da produção e da vida social, o capitalismo consolidou não apenas sua base tecnológica — ainda única —, mas também um sistema cultural próprio, sendo a sua

---

<sup>88</sup>MARX, Karl, *Contribuição à crítica da economia política*, tradução de Maria Helena Barreiro Alves, São Paulo, Martins Fontes, 2021, p. 5.

<sup>89</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2022. p. 785.

<sup>90</sup> Ibidem, p. 785.

<sup>91</sup> A Lei dos Cercamentos (*Enclosure Acts*) foi um conjunto de leis aprovadas na Inglaterra entre os séculos XVI e XIX. Essas leis garantiram a transformação de terras comunais, antes posses coletivas de camponeses, em propriedade privada cercada. A Lei dos Cercamentos foi um marco que definiu a transição do feudalismo para o capitalismo agrário e industrial. A partir dessas mudanças estruturais, a Revolução Agrária ganhou força na Inglaterra. Mas não apenas ela, pois o impacto foi enorme: vários camponeses se viram obrigados a emigrar para as grandes cidades, o que fomentou, décadas mais tarde, a Primeira Revolução Industrial.

expressão, que até hoje reforça sua hegemonia sobre as classes subalternas e o mantém dominante-dirigente<sup>92</sup>.

É importante destacar que, embora o capitalismo tenha superado(*Aufhebung*) as relações estruturais e superestruturais arcaicas do feudalismo, ele ergueu sua dominação sobre as mesmas contradições herdadas do passado<sup>93</sup>. O capitalismo, portanto, não enterrou as contradições de classes do passado, mas, ao contrário, as afunilou ainda mais. Por isso, sua essência reside na incessante busca por mais-valor, cujo ciclo completo Marx expressou na fórmula substancial:  $D—M—FT + MP...P...M'—D'$ <sup>94</sup>. Todo esse processo secular para construir esse ciclo define o capitalismo.

Sabemos que o ponto central para o capitalista adquirir mais-valor é a propriedade da mercadoria dinheiro enquanto capital monetário. Com capital em mãos, o capitalista vai ao mercado e adquire duas mercadorias distintas: a força de trabalho e os meios de produção. Assim, ao possuir essas duas mercadorias diferentes, o capitalista seleciona uma forma de divisão social do trabalho que assegure, de modo eficiente, a atividade produtiva do trabalhador, bem como a tecnologia necessária para sustentar essa organização. Ao combinar a força de trabalho e os meios de produção em um processo bem-organizado, o capitalista adquire, como resultado dessa relação, uma mercadoria específica. Essa mercadoria é vendida no mercado pelo valor original de sua produção e é definida pelo trabalho socialmente necessário, porém com uma particularidade: ao final do processo, ela se encontra acrescida de mais-valor.

Ademais, o capitalista, impulsionado pelas leis coercitivas da concorrência, vê-se constantemente obrigado a reinvestir parte do mais-valor na atualização das forças produtivas para manter-se competitivo. Essa relação dialética é conceituada por Marx como mais-valor relativo.

O processo capitalista caracteriza-se pela *acumulação pela produção* e pela *produção pela produção*. Assim, a função objetiva do capitalista reduz-se à geração de taxas de lucro crescentes, exceto quando o processo de circulação enfrenta limites estruturais, isto é, as crises. Quando estas irrompem, o sistema depara-se com uma crise de acumulação ou superprodução, definida pela estagnação do crescimento<sup>95</sup>.

<sup>92</sup>HARVEY, David, *Para entender O capital I*, tradução de Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2020, p. 325.

<sup>93</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Tradução e organização de Osvaldo Coggiola. 5. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 40.

<sup>94</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro II: O processo de circulação do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 131.

<sup>95</sup>HARVEY, David, *Para entender O capital I*, tradução de Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2020, p. 302.

Dentre os inúmeros motivos que possivelmente levaram Marx a elaborar o conceito de capital constante, o mais importante talvez seja o fato de que este representa o trabalho já objetivado na mercadoria, ou seja, o trabalho incorporado nos meios de produção, como máquinas, utilizados em um processo de trabalho atual<sup>96</sup>. Isso significa que o trabalho passado, já concluído, atribuiu valor aos meios de produção, valor esse que é subsequentemente transferido para a nova mercadoria por meio do processo produtivo em curso. Nesse contexto, o desgaste das máquinas, por exemplo, transfere gradualmente seu valor às mercadorias produzidas. Este é o motivo fundamental para a redução da taxa de lucro.

Marx ressalta, contudo, que esse valor transferido pelo capital constante é necessariamente menor do que aquele gerado pelo capital variável: trabalho humano socialmente necessário<sup>97</sup>. Ademais, tal valor varia de acordo com a produtividade das indústrias que produzem os meios de produção. O que Marx busca demonstrar, portanto, é que o valor dos meios de produção tem origem no processo de trabalho e é posteriormente incorporado à nova mercadoria<sup>98</sup>. Um exemplo elucidativo é o do algodão transformado em camisa: ao final do processo produtivo, o algodão torna-se parte da substância da camisa, de modo que seu valor se encontra materializado no produto final<sup>99</sup>. Daí decorre uma das afirmações centrais da teoria:

As matérias-primas também contêm certa quantidade de valor passado, do mesmo modo que as máquinas e outros instrumentos de trabalho. Todos esses valores passados acumulados são trazidos para um novo processo de produção, na forma de trabalho morto que o trabalho vivo reanima. (HARVEY, 2020. p.129).

Apesar de muitos acreditarem, as máquinas, por si só, não produzem um átomo de valor sem o trabalho humano precedente. Para Marx, as máquinas são, portanto, capital morto. Este é um ponto importante, pois frequentemente se argumenta que as máquinas podem gerar valor. Segundo Marx, a afirmação está incorreta. O que ocorre, segundo Marx, é que o valor da máquina — incorporado a ela pelo trabalho anterior já realizado — é transferido para as novas mercadorias durante o processo de trabalho, que articula capital variável e capital constante<sup>100</sup>. A taxa de lucro diminui porque apenas uma parte do valor da

---

<sup>96</sup>Ibidem, p. 129.

<sup>97</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2022. p. 117.

<sup>98</sup>HARVEY, David, *Para entender O capital I*, tradução de Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2020, p. 302.

<sup>99</sup>Ibidem, p. 129.

<sup>100</sup>Ibidem, p. 129.

máquina é transferida para a mercadoria. Diante disso, surge a questão: quanto do valor das máquinas é incorporado a cada mercadoria?

O modo mais simples de explicar o fluxo de valor da máquina para a camisa é dizer, por exemplo, que 1/20 do valor de uma máquina que dura vinte anos é incorporado a cada ano nas camisas produzidas nesse período. O processo de trabalho preserva todos esses valores, incorporando-os na mercadoria que é vendida no mercado. E note que é apenas porque o valor é imaterial, porém objetivo, que ele pode ser socialmente equacionado desse modo. (HARVEY, 2020. p.129).

Não raro, constata-se que essa relação constitui a fonte da taxa de lucro que o capitalista historicamente deseja. Desse modo, a taxa de mais-valor expressa a taxa de exploração do capital variável — isto é, da força de trabalho ( $mv/v$ ). Assim, é possível afirmar que, quanto maior o mais-valor apropriado pelo capitalista no processo produtivo, maior será a exploração da força de trabalho (FT). Por essa razão, Marx afirma que a taxa de lucro representa o motivo entre o mais-valor e o capital total investido na produção capitalista — sendo este último equivalente à soma do capital constante com o capital variável ( $mv/(c+v)$ ). Consequentemente, mesmo uma taxa de lucro reduzida pode coexistir com um aumento na taxa de exploração do capital variável<sup>101</sup>. Dessa forma, Marx apresenta uma análise crítica fundamentada sobre a teoria econômica vigente em sua época.

Assim, os capitalistas atuam com base na taxa de lucro e inclinam-se a deslocar abundâncias de seu capital de um ponto A para um ponto B, ou seja, para lugares onde as taxas de lucro se apresentam mais atrativas. Eles não medem esforços para isso. Para isso, os capitalistas analisam constantemente a situação da produção e da circulação para saber onde obter uma maior taxa de lucro<sup>102</sup>. Com isso, os capitalistas são impelidos pela lei coercitiva da concorrência a tomar decisões com base na maior taxa de lucro. Por isso, o fato de o capitalismo ter preservado a sua dominação até os dias atuais sugere que, de alguma forma, a flexibilidade da acumulação do capital permitiu que os limites impostos pelas crises fossem remediados e as barreiras contornadas<sup>103</sup>. Marx reconhecia essa capacidade do

<sup>101</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III: *O processo global da produção capitalista*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020. Veremos como a queda na taxa de lucro aumenta a exploração da classe trabalhadora no *Livro III* de *O capital* (1894), na Seção III, intitulada “A lei da tendência decrescente da taxa de lucro” (p. 249).

<sup>102</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 4. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. Estudaremos como Gramsci (1891–1937) analisa a migração da hegemonia capitalista do continente europeu para os Estados Unidos da América (EUA) no *Volume 4* dos *Cadernos do cárcere*, mais especificamente no *Caderno 22* (1934), no ensaio intitulado “Americanismo e fordismo” (p. 239).

<sup>103</sup>SWEEZY, Paul. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 302.

sistema.

É importante assegurar que o mais-valor produzido no passado seja convertido no futuro em capital novo, bem como que o capital investido hoje pelo capitalista se torne o capital excedente de amanhã.

Não obstante, o elemento contraditório reside no fato de que o poder monopolista dos maiores capitalistas diminui a capacidade de as leis coercitivas da concorrência regular a atividade econômica e o mais-valor relativo — em particular a inovação tecnológica —, conduzindo, assim, todo o sistema à estagnação e a crises<sup>104</sup>. Por isso, a principal característica do capitalismo consiste na concentração significativa de riqueza em um número restrito de indivíduos.

Para que a sociedade capitalista continue a funcionar e a expandir — ainda que com um leve verniz de prosperidade para algumas camadas da classe trabalhadora —, é necessário, portanto, que exista um processo contínuo de proletarização das camadas populares mais empobrecidas. Marx classifica esses trabalhadores como parte do chamado exército industrial de reserva<sup>105</sup>. Nessas circunstâncias, as “reservas” de trabalho são geradas pelo desemprego calculado, impulsionado pela implementação de novas tecnologias<sup>106</sup>. Dessa forma, o capitalismo, ao se desenvolver, cria em seu próprio seio crises periódicas.

Sobre esse ponto, cabe fazer algumas observações. Se, por algum motivo, as condições para os capitalistas alcançarem altas taxas de lucro não forem atendidas, o capital enfrentará graves obstáculos à acumulação<sup>107</sup>. Como consequência, barreiras significativas à oferta de trabalho levam a classe trabalhadora a consolidar organizações trabalhistas poderosas, como partidos políticos de esquerda e sindicatos organizados, intensificando as crises que agravam a acumulação de capital. Uma resposta óbvia a essas barreiras:

[...] é o capital entrar em greve, recusando-se a reinvestir. Isso produz uma crise deliberada de acumulação, que visa produzir desemprego suficiente para disciplinar a força de trabalho. Essa solução, no entanto, é dispendiosa para o capital, assim como para o trabalho. Os capitalistas prefeririam, obviamente, um caminho alternativo, que nos conduz à política do problema. Se o trabalho for muito bem-organizado e muito poderoso, a classe capitalista tentará comandar o aparato estatal por um golpe de Estado. (HARVEY, 2020, p. 304).

<sup>104</sup>HARVEY, David. *Para entender O capital: Livro I*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 303.

<sup>105</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: *O processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 708–709.

<sup>106</sup>Ibidem, p. 709.

<sup>107</sup>HARVEY, David. *Para entender O capital: Livro I*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 304.

Na sequência, Harvey acrescenta:

[...]. Essa é uma forma de transpor a barreira. Outra é tornar o capital mais móvel, de modo que possa se deslocar para onde exista um proletariado disponível ou uma população que possa ser facilmente proletarizada [...]. (HARVEY, 2020. p. 304 - 305).

E conclui:

Uma das consequências desse tipo de superação das barreiras à oferta de trabalho é forçar o trabalho organizado (e, mais em geral, segmentos da esfera pública) a se opor à exportação de postos de trabalho e às políticas de imigração, culminando em movimentos anti-imigrantes entre as classes trabalhadoras. (HARVEY, 2020. p. 305).

Quando essas relações se tornam um obstáculo à continuidade da acumulação capitalista, configura-se efetivamente uma crise, a menos que o capitalista encontre “[...] um modo (ou, mais provavelmente, uma mistura de modos) de fazer o capital contornar o obstáculo<sup>108</sup>”.

Ao analisar as máquinas, os prédios, os canais, os portos, as estradas e todos os demais equipamentos vinculados à infraestrutura capitalista — conceituados por Marx como capital fixo —, constata-se que esses elementos são essenciais para o funcionamento adequado da produção e exigem atualização constante. Diante disso, a falta de investimentos nessas áreas constitui um obstáculo potencial à acumulação adequada de capital. Isso ocorre porque os capitalistas, ao interromperem o processo de modernização desses setores, reduzem a produtividade e conduzem o sistema capitalista a crises cada vez mais frequentes<sup>109</sup>.

A indústria capitalista, portanto, não se expande sem uma contínua incorporação de tecnologia. As inovações tecnológicas — que, por um lado, geram desemprego entre trabalhadores produtivos — são, por outro, imprescindíveis para a expansão da produção capitalista<sup>110</sup>. A indústria capitalista não enxerga como definitiva nenhuma forma existente de processo produtivo, razão pela qual sua base técnica passa por constantes revoluções. A esse respeito, como destacam Engels e Marx no *Manifesto Comunista* (1848):

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações

---

<sup>108</sup>Ibidem, p. 305.

<sup>109</sup>O Estado também é responsável por fabricar e atualizar setores da infraestrutura, a exemplo de portos, aeroportos, estradas etc.

<sup>110</sup>Ibidem, p. 306.

sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens. (ENGELS, MARX, 2007, p. 43).

No mesmo texto, podemos ler:

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas — indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do mundo. Ao invés das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas demandas, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e de climas os mais diversos. No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se patrimônio comum. A estreiteza e a unilateralidade nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das numerosas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura universal. (ENGELS, MARX, 2007, p. 43).

Considerando os aspectos apresentados, o estímulo ao desenvolvimento de tecnologias decorre igualmente do anseio do capitalista por obter instrumentos renovados para empregar contra os trabalhadores. Desse modo, à medida que os trabalhadores se transformam em meros apêndices das máquinas<sup>111</sup> — e na mesma proporção em que suas habilidades monopolizadas são enfraquecidas pelas novas tecnologias —, sua vulnerabilidade à autoridade arbitrária do capital se intensifica<sup>112</sup>.

A composição orgânica da estrutura produtiva do capitalismo conduz o sistema a procurar uma taxa de lucro sempre maior e renovada. Por outro lado, esse encadeamento, inseparável da natureza contraditória do capitalismo, leva o modo de produção capitalista a enfrentar uma tendência de queda dos lucros — expressa na lei da queda tendencial da taxa de

<sup>111</sup>ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto comunista*. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 46.

<sup>112</sup>HARVEY, David. *Para entender O capital. Livro I*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 309.

lucro<sup>113</sup>. No entanto, as condições para crises estruturais de longo prazo surgem quando a taxa de lucro deixa de ser atrativa para os capitalistas<sup>114</sup>. Nesse momento, na tentativa de evitar a bancarrota, os capitalistas retiram de circulação quantias excessivas de seu próprio capital. É especialmente nessas circunstâncias que eles precisam enfrentar um obstáculo intrínseco à própria natureza do sistema capitalista: a acumulação pela acumulação<sup>115</sup>. As crises decorrentes da queda da lucratividade devem-se, ainda, aos efeitos:

[...]desestabilizadores do dinamismo tecnológico que nasce da busca persistente por mais-valor relativo. Uma versão resumida da argumentação afirma que a busca por mais-valor relativo empurra o capitalista para tecnologias que economizam trabalho, e quanto mais trabalho é poupado, menos valor é produzido, já que o trabalho é a fonte de valor. É claro que existem meios de compensar essa perda, como o aumento da taxa de exploração ou a reabsorção dos trabalhadores deslocados na produção aumentada. (HARVEY, 2020, P. 310).

Veremos, pois, com maior detalhamento na última parte deste estudo sobre as crises no capitalismo, especialmente no Livro III d'*O Capital* (1894), que as transformações tecnológicas, isto é, o mais-valor relativo, e organizacionais produzem efeitos desestabilizadores expressivos na dinâmica de acumulação do capital. Em decorrência disso, afirma Marx, as tendências à crise podem manifestar-se tanto nas relações sociais de trabalho quanto nas interações com a natureza, assim como em todas as demais dimensões coexistentes do processo de desenvolvimento capitalista<sup>116</sup>. Não obstante, é necessário evidenciar algumas condições prévias causadoras de crises. Em síntese, as barreiras potenciais são as seguintes:

[...] (1) incapacidade de reunir capital original suficiente para movimentar a produção (problemas de “barreiras de entrada”); (2) escassez de trabalho ou formas recalcitrantes de organização laboral que podem produzir compressões de lucro; (3) desproporcionalidades e desenvolvimento irregular entre setores na divisão do trabalho; (4) crises ambientais causadas por predação de recursos e degradação da terra e do meio ambiente; (5) desequilíbrios e obsolescência prematura causados por mudanças tecnológicas irregulares ou excessivamente rápidas, estimuladas pelas leis coercitivas da concorrência e contra-atacadas pelo trabalho; (6) recalcitrância ou resistência dos trabalhadores dentro de um processo de trabalho que se realiza sob o comando e o controle do capital; (7) subconsumo e demanda efetiva insuficiente; (8) crises monetárias e financeiras (armadilhas da liquidez, inflação e deflação) que ocorrem no âmbito de um sistema de crédito que depende de instrumentos sofisticados de crédito e poderes estatais organizados, além de um clima de fé e confiança. Em cada um desses pontos internos do processo de circulação do capital existe uma antinomia, um antagonismo potencial, que pode irromper como uma

<sup>113</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III: O processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 249.

<sup>114</sup>Ibidem, p. 249.

<sup>115</sup>HARVEY, David. *Para entender O capital. Livro I*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 310.

<sup>116</sup>Ibidem, p. 310.

contradição aberta (para usar a linguagem que Marx emprega com frequência n' *O capital*). (HARVEY, 2020, p. 321).

Pressupõe-se que o capital se constitui através de um movimento circular e contínuo, representado pela fórmula  $D—M—FT + MP...P...M'—D'$ . Nesse contexto, a fórmula demonstra a coerência inerente à circulação capitalista, na qual se efetiva a materialização do mais-valor. Esse encadeamento dialético sintetiza a fórmula abreviada da circulação do capital  $D—M—D'$ , revelando a dinâmica de valorização que fundamenta o modo de produção capitalista<sup>117</sup>.

Contudo, se a troca de uma mercadoria por dinheiro já encerra contradições passíveis de desencadear crises, a realização efetiva da mercadoria-dinheiro, acrescida de mais-valor, configura um processo ainda mais complexo e estruturalmente dependente<sup>118</sup>. Assim, a realização da mercadoria-dinheiro como capital só pode ser plenamente compreendida enquanto momento integrante do movimento ininterrupto do sistema capitalista, no qual a reprodução ampliada do capital exige a perpetuação desse ciclo dialético — como afirmado por Marx<sup>119</sup>. O capital, portanto:

[...] como valor que valoriza a si mesmo, não encerra apenas relações de classes, um caráter social determinado, que repousa sobre a existência do trabalho como trabalho assalariado. Ele é um movimento, um processo cíclico que percorre diferentes estágios e, por sua vez, encerra três formas distintas do processo cíclico. Por isso, ele só pode ser compreendido como movimento, e não como coisa imóvel. (MARX, 2020, V-II, p. 184).

A citação anterior merece uma análise particularizada. Marx afirma que o capital é um “[...] processo cíclico que percorre diferentes estágios e, por sua vez, encerra três formas distintas do processo cíclico<sup>120</sup>”. Assim, para Marx, a base sólida do capitalismo legitima sua constante transformação. Em decorrência disso, tais mudanças manifestam-se nos três ciclos identificados por Marx na esfera da circulação, a saber: a) o capital monetário se transforma em capital produtivo; b) em seguida, o capital produtivo percorre o processo de circulação até converter-se em capital-mercadoria; c) e, finalmente, o capital-mercadoria, acrescido de mais-valor, retorna ao seu ponto de partida, ou seja, à sua forma original, porém em quantidade ampliada.

<sup>117</sup>MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro II: O processo de circulação do capital. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. P. 33.

<sup>118</sup>Ibidem, p. 33.

<sup>119</sup>Ibidem, p. 33.

<sup>120</sup>Ibidem, p. 184.

Dessa forma, o movimento fundamental do capital industrial, como vemos na fórmula  $D—M—FT+MP...P...M'—D'$ , base sólida do capitalismo mundial, é apresentado por Marx como um movimento circular<sup>121</sup>. Essa relação merece uma análise mais detalhada. O capital monetário é representado por  $(D—D')$ , enquanto o capital produtivo é garantido pelo processo de produção (P), culminando no capital-mercadoria, expresso pela fórmula  $(M—M')$ . Marx afirma, principalmente no quarto capítulo do Livro II d' *O Capital* (1885), intitulado *As três figuras do processo cíclico*, que a totalidade reprodutiva do capital pode ser resumida na seguinte frase: “Por conseguinte, o verdadeiro ciclo do capital industrial, em sua continuidade, não é apenas a unidade dos processos de circulação e produção, mas a unidade de todos os seus três ciclos<sup>122</sup>”.

Para compreender esse processo, precisamos investigar as formas funcionais do capital. Por isso, dividiremos a fórmula integral da circulação do capital  $D—M—FT + MP...P...M'—D'$  em três fases de movimento contínuo. Nessas circunstâncias, as três fases do capital são as seguintes: fase 1: representa o capital monetário  $(D—M—MP + FT)$ ; fase 2: retrata o capital produtivo (P); fase 3: expressa o capital-mercadoria, onde  $M' = (M + m)$  e  $D' = (D + d)$ . Essas três fases indicam que a circulação do capital, em seu processo cíclico, mantém-se constante de uma fase para a outra. Ademais, descortinando essa relação, podemos afirmar que D é dinheiro (capital monetário que dá continuidade ao ciclo do capital); M é mercadoria; MP são os meios de produção; FT é a força de trabalho; P é a produção; M' é o capital-mercadoria; D' é o dinheiro — valorizado ao final de todo o processo, ou seja, o mais-valor<sup>123</sup>.

Como é evidente, o processo de produção e reprodução do capital é composto por três fases distintas, porém unidas dialeticamente, que estão em constante transformação, mas mantêm uma conexão contínua. No entanto, as fases 1 e 3 referem-se à circulação de mercadorias, sendo conceituadas como capital monetário (ou capital-dinheiro) e capital-mercadoria. Por outro lado, a fase 2 corresponde ao processo de produção capitalista propriamente dito, uma vez que a força de trabalho (FT) e os meios de produção (MP) se unem na geração de mais-valor (D').

Assim, a função de cada fase (1, 2 e 3) é a valorização constante do capital. Desse modo, no estágio final, o movimento se encerra e recomeça, retornando ao seu ponto de partida (D). Contudo, a interrupção em qualquer uma dessas três fases distintas, porém

<sup>121</sup>Ibidem, p. 182.

<sup>122</sup>Ibidem, p. 182.

<sup>123</sup>Ibidem, p. 131.

conectadas, representa a possibilidade de crises cada vez mais concretas nas esferas da produção e da circulação do capital.

Para esclarecer ainda mais esse processo, o melhor é examiná-lo em sua conexão ininterrupta e dialética, tal como expresso na fórmula ampliada:  $D—M (M_p—F_t) \rightarrow P \rightarrow M' (M+m) — D' (D+d)$ . Sabemos que a fase 1 representa o capital monetário ( $D—M$ ). Nessa etapa, o capitalista converte dinheiro ( $D$ ) em mercadorias ( $M$ ), divididas em  $M_p$  (meios de produção, como máquinas e matérias-primas) e  $F_t$  (força de trabalho, ou seja, a contratação de trabalhadores)<sup>124</sup>. A fase 2 representa o capital produtivo, sendo  $P$  o processo produtivo, no qual  $M_p$  e  $F_t$  se combinam para produzir novas mercadorias ( $M'$ ), gerando mais-valor ( $m$ ). A fase 3 representa o capital mercadoria ( $M'—D'$ ). Nessa fase, as mercadorias produzidas ( $M' = M + m$ ) são vendidas, retornando como  $D' (D + d)$ , onde ( $d$ ) representa a realização monetária do mais-valor ( $m$ )<sup>125</sup>. Dessa forma, encerra-se o ciclo de produção e circulação do capital.

A fórmula fundamental da circulação do capital,  $D—M (F_t + M_p) \dots P \dots M' (M + m) — D' (D + d)$ , revela como um valor percorre uma sequência de transformações coerentes e condicionadas entre si, ou seja, uma série de etapas bem definidas, sendo as fases 1, 2 e 3, que resultam nos estágios do processo total de valorização do capital<sup>126</sup>.

Seguindo as páginas do Livro II d'*O Capital* (1885), podemos encontrar informações preciosas sobre o tema das crises nas esferas da circulação e nos conjuntos da estrutura produtiva. Assim, Marx busca revelar que as crises são inerentes ao modo de produção capitalista em toda a sua pureza. Em um momento, elas são meras possibilidades; em outro, tornam-se estruturais. Em outras situações, elas são crises políticas. Por isso, quanto mais a economia capitalista convergir para sua pureza completa, ou seja, tornar-se o lucro pelo lucro, maior será a probabilidade de uma crise e de seus agravamentos estruturais e superestruturais<sup>127</sup>. Desse modo, ao demonstrarmos com transparência as relações que encobrem as contradições do modo de produção capitalista, direcionamo-nos com mais segurança conceitual rumo à compreensão do problema das crises, juntamente com suas consequências para as camadas mais vulneráveis da sociedade: a classe trabalhadora.

Diante disso, caminhemos com Marx, sem desvios, rumo ao segundo capítulo do Livro II d'*O Capital* (1885), intitulado *O ciclo do capital produtivo*, onde Marx empreende

<sup>124</sup>Ibidem, p. 131.

<sup>125</sup>Ibidem, p. 131.

<sup>126</sup>Ibidem, p. 131.

<sup>127</sup>HARVEY, David. *Para entender O Capital II e III*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2015.

uma pesquisa detalhada acerca do processo de circulação do capital e de suas crises estruturais.

Na sociedade capitalista, acredita-se que o esgotamento gerado pelas crises seja provocado pelo processo de acumulação, isto é, pela tendência de crescimento da taxa de lucro. Para Marx, o princípio constitutivo da sociedade capitalista se fundamenta na relação que esta estabelece entre o trabalho assalariado e o capital. De acordo com Marx, a contradição fundamental inerente a esse modelo de sociabilidade reside no conflito entre a apropriação privada e a produção social, ou melhor, na produção social subordinada aos interesses privados das classes dominantes. À primeira vista, tais incoerências não são evidentes, sendo necessário recuar em direção ao ciclo produtivo do capital para compreendê-las. Assim, as verdadeiras causas da crise devem ser procuradas nas contradições da produção.

No Livro II d'*O Capital* (1885), no capítulo intitulado *O ciclo do capital produtivo*, Marx apresenta o ciclo do capital produtivo por meio da fórmula sintética  $P...M'—D'—M...P$ <sup>128</sup>. Desse modo, o capital produtivo significa a função renovada do capital ou, mais precisamente, a produção como processo de reprodução, no que se refere à valorização constante do capital<sup>129</sup>. O capital produtivo, portanto, não representa apenas a reprodução de um setor do capital em sua forma produtiva, nem uma função executada uma única vez, mas sim um processo repetido várias vezes, de modo que o “[...] recomeço já está dado no próprio ponto de partida”<sup>130</sup>.

Em outros termos, uma parte de  $M'$  ( $M—m$ ) retorna diretamente à circulação como meio de produção (MP), ou seja, no mesmo processo de trabalho. Com isso, não se evita apenas que o valor se transforme em dinheiro, mas também que uma parcela desse dinheiro, isto é, capital monetário, retorne ao processo produtivo como capital, permitindo um novo ciclo de expansão<sup>131</sup>. Marx afirma que a transformação de capital monetário em capital produtivo consiste na compra de mercadorias “[...] para a produção de mercadorias. O consumo só entra no ciclo do próprio capital por se tratar desse consumo produtivo; sua condição é que, mediante as mercadorias assim consumidas, cria-se mais-valor<sup>132</sup>”. No mesmo capítulo, Marx escreve que, além do consumo produtivo do capital monetário — o qual se converte em força de trabalho (FT) e meios de produção (MP):

<sup>128</sup>MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro II: O processo de circulação do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 143.

<sup>129</sup>Ibidem, p. 143.

<sup>130</sup>Ibidem, p. 143.

<sup>131</sup>Ibidem, p. 143.

<sup>132</sup>Ibidem, p. 154.

[...] o ciclo inclui o primeiro elo de D—T, que, para o trabalhador, é T—D = M—D. Da circulação do trabalhador T—D—M, que engloba seu consumo, apenas o primeiro elo entra no ciclo do capital como resultado de D—T. O segundo ato, D—M, não entra na circulação do capital individual, embora derive dela. Mas a classe capitalista necessita da existência constante da classe trabalhadora e, portanto, também do consumo do trabalhador, intermediado por D—M. (MARX, 2020, V-II, p. 154).

Nessas circunstâncias, portanto, quando a mercadoria é vendida, assegura-nos Marx, isso significa que tudo ocorreu dentro da normalidade da circulação capitalista: o ciclo do valor de capital que ela representa não foi interrompido<sup>133</sup>. Um novo detalhe, porém, deve ser destacado: a venda da mercadoria indica que o processo pode ser ampliado, resultando também no consumo ampliado dos meios de produção. Segundo Marx, essa reprodução do capital “[...] pode ser acompanhada da ampliação do consumo (portanto, da demanda) individual do trabalhador, uma vez que tal processo é introduzido e mediado pelo consumo produtivo”<sup>134</sup>.

Ainda assim, pode ocorrer que a produção de mais-valor cresça mediante o florescimento de todo o processo de reprodução, mas persista uma enorme massa de mercadorias que só aparentemente ingressam “[...] na esfera do consumo, mas, na realidade, permanecem não vendidas, estocadas nas mãos dos intermediários; ou seja, mercadorias que, de fato, ainda se encontram no mercado”<sup>135</sup>. Daí decorre a importante observação de Marx:

Uma leva de mercadorias sucede a outra, até que, por fim, fica claro que a leva anterior só foi aparentemente absorvida pelo consumo. Os capitais-mercadoria disputam entre si um lugar no mercado. Os que ficam para trás, precisam vender abaixo do preço. As levas anteriores ainda não foram liquidadas, enquanto vencem os prazos de pagamento das mercadorias. Para poder pagá-las, seus possuidores têm de se declarar insolventes ou vendê-las por qualquer preço. Essa venda não tem absolutamente nada a ver com a situação real da demanda, mas apenas com a demanda por pagamento, com a necessidade absoluta de transformar mercadoria em dinheiro. Deflagra-se, então, a crise. Ela se mostra não na diminuição imediata da demanda consumptiva, da demanda por consumo individual, mas na diminuição da troca de capital por capital, do processo de reprodução do capital. (MARX, 2020, V-II, p. 155).

Ainda no Livro II d’*O Capital* (1885), no capítulo 5, intitulado *Tempo de curso*, Marx escreve que as mercadorias são, por natureza, passageiras<sup>136</sup>. Sendo assim, se, dentro de um certo prazo, elas não entrarem no consumo produtivo (MP) ou individual, conforme a sua

<sup>133</sup>Ibidem, p. 155.

<sup>134</sup>Ibidem, p. 155.

<sup>135</sup>Ibidem, p. 155.

<sup>136</sup>Ibidem, p. 205.

destinação, ou seja, se “[...] não são vendidas em tempo determinado, elas perecem e perdem, com o valor de uso, sua propriedade de serem portadoras do valor de troca”<sup>137</sup>. Disso resulta que elas perdem tanto o valor de capital nelas contido quanto “[...] o mais-valor que foi a ele adicionado”<sup>138</sup>. Não obstante, a condição sempre “[...] renovada de sua reprodução é sua venda em sua forma mercadoria acabada, ou seja, sua entrada no consumo produtivo ou individual”<sup>139</sup>. Como resultado:

O estoque de mercadorias só é normal enquanto é condição da circulação de mercadorias e mesmo uma forma necessária no interior dessa circulação, enquanto essa estagnação aparente é, portanto, a forma do próprio fluxo, do mesmo modo como a formação de reserva monetária é condição da circulação do dinheiro. Ao contrário, quando as mercadorias armazenadas em seus depósitos de circulação não cedem lugar à nova torrente de produção que lhe segue, e quando, por conseguinte, os armazéns se encontram abarrotados até o limite, o armazenamento de mercadorias se estende em consequência do estancamento da circulação, do mesmo modo como os tesouros crescem quando estanca a circulação de dinheiro. Não importa, nesse caso, se esse estancamento ocorre nos depósitos do capitalista industrial ou nos armazéns do comerciante. O estoque de mercadorias não é, aqui, condição da venda ininterrupta, mas consequência do encalhe das mercadorias. (MARX, 2020, V-II, p. 227 - 228).

Para Marx, os custos continuam os mesmos:

[...] mas como agora derivam simplesmente da forma, ou seja, da necessidade de converter as mercadorias em dinheiro e da dificuldade de efetuar essa metamorfose, eles não entram no valor da mercadoria, mas constituem descontos, perdas de valor na realização do valor. Porque as formas normal e anormal do estoque não se diferenciam segundo sua forma, sendo ambos estancamentos da circulação, os fenômenos podem ser confundidos e enganar os próprios agentes da produção, sobretudo porque, para o produtor, o processo de circulação de seu capital pode seguir seu curso ainda que se estanque o processo de circulação de suas mercadorias, que passaram às mãos dos comerciantes. E se aumenta o volume da produção e do consumo, aumenta também, mantendo-se constantes as demais circunstâncias, o volume do estoque de mercadorias. Este é renovado e absorvido com a mesma velocidade, porém seu volume é maior. (MARX, 2020, V-II, p. 227 - 228).

As mercadorias são produzidas no modo de produção capitalista a partir da união de três formas de capital, conceituadas por Marx como: capital variável, capital constante e capital fixo<sup>140</sup>. Por isso, no capítulo oitavo, intitulado *Capital fixo e capital circulante*, do Livro II d’*O Capital* (1885), Marx afirma que as crises forçam a substituição de máquinas por outras mais avançadas, impulsionando a dinâmica da produção<sup>141</sup>. Em outras palavras,

---

<sup>137</sup>Ibidem, p. 205.

<sup>138</sup>Ibidem, p. 205.

<sup>139</sup>Ibidem, p. 205.

<sup>140</sup>Ibidem, p. 239.

<sup>141</sup>Ibidem, p. 253.

surgem novos delineamentos do capital constante e do capital fixo, isto é, a atualização do mais-valor relativo. Dessa forma, Marx nos oferece uma compreensão singular das crises, revelando como e por que, no sistema capitalista, elas são inevitáveis, podendo assumir tanto a forma de crises totais quanto de destruições localizadas em setores específicos do capital constante e do capital fixo<sup>142</sup>.

Os capitalistas, escreve Marx, “[...] em concorrência entre si, promovem revoluções em tecnologias e formas organizacionais, que, por sua vez, produzem revoluções de valores”<sup>143</sup>. Apontado isso, os capitalistas individuais organizam sua produção de valor “[...] em busca de mais-valor relativo, mas, ao fazer isso, produzem novas relações de valor que podem destruí-los”<sup>144</sup>. Como resultado, Engels e Marx afirmam no *Manifesto Comunista* (1848) a seguinte ideia: “[...] a burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros”<sup>145</sup> — isto é, a classe trabalhadora. A contradição, contudo, é ainda mais perigosa: a própria atualização desregulada das forças produtivas pode levar os capitalistas individuais ao colapso financeiro.

Consequentemente, os coveiros da burguesia não seriam apenas o proletariado organizado, mas sim organizados previamente a partir do momento em que a crise estrutural se estendesse aos setores superestruturais, impelindo as classes dominadas a buscar um novo conformismo social apropriado a seus interesses. Isso explica a fúria<sup>146</sup> “[...] edípica com que os capitalistas frequentemente respondem às crises do capitalismo que os destroem. Não jogaram o jogo como se deve jogar, calculando e planejando a produção”<sup>147</sup>.

Em virtude disso, as novas tecnologias provocam transformações no valor e instabilidades no processo de circulação. Nessa relação, o capital fixo desempenha um papel singular. Por isso, Marx já antecipa essa análise nos *Grundrisse (Zur Kritik der politischen Ökonomie)* (1857–1858), obra publicada em 1939<sup>148</sup>, oferecendo-nos uma exposição

<sup>142</sup>HARVEY, David. *Para entender O capital II e III*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 75.

<sup>143</sup>Ibidem, p. 75.

<sup>144</sup>Ibidem, p. 75.

<sup>145</sup>ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto Comunista*. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 51.

<sup>146</sup>GUÉRIN, Daniel. *Fascismo e grande capital*. Tradução de Lara Christina de Malimpensa. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2023, p. 31-32.

<sup>147</sup>HARVEY, David. *Para entender O capital II e III*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 75.

<sup>148</sup>Os *Grundrisse* constituem os esboços preparatórios da “crítica da economia política”, elaborados por Marx entre outubro de 1857 e maio de 1858. No entanto, devido ao seu caráter fragmentário e à interrupção do projeto, o manuscrito só foi publicado postumamente, tornando-se acessível ao público pela primeira vez em 1939, na União Soviética (URSS). A edição integral em alemão só apareceu em 1953, e sua divulgação internacional ampliou-se nas décadas seguintes.

filosófica sobre a criação do capital fixo. Assim, nesse denso esboço, Marx escreve:

A natureza não constrói máquinas nem locomotivas, ferrovias, telégrafos elétricos, máquinas de fiar automáticas etc. Elas são produtos da indústria humana; material natural transformado em órgãos da vontade humana sobre a natureza ou de sua atividade na natureza. Elas são *órgãos do cérebro humano criado pela mão humana*; força do saber objetivada. O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral, conhecimento, deveio *força produtiva imediata* e, em consequência, até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade ficaram sob o controle do intelecto geral e foram reorganizados em conformidade com ele. Até que ponto as forças produtivas da sociedade são produzidas, não só na forma do saber, mas como órgãos imediatos da práxis social; do processo real da vida. (MARX, 2021, p. 589).

As máquinas aparecem como a forma “[...] mais adequada de capital fixo, e o capital fixo, na medida em que o capital é considerado na relação do capital consigo mesmo, como a forma mais adequada do capital de modo geral”<sup>149</sup>. No capitalismo, porém, uma parte do capital precisa permanecer fixa (parada) para que o restante (monetário, variável e constante) mantenha-se em circulação. Portanto, quando compreendemos além da imagem do capital fixo, deparamo-nos com “[...] um quadro do capital construindo paisagens de campos cultivados e fábricas, rodovias e ferrovias, portos e aeroportos, represas, usinas elétricas, cidades reluzentes e grande capacidade industrial”<sup>150</sup>.

Essas paisagens que o capitalismo constrói facilitam suas operações de circulação, aprisionando a acumulação capitalista em um mundo de fixidez que se deteriora constantemente diante da fluidez do capital circulante<sup>151</sup>. Essa relação antecipa a formação de um modelo de crise bastante distinto: o capital monetário precisa migrar para outras regiões, abandonando grandes volumes de capital fixo, sujeitos a desvalorizações abruptas<sup>152</sup>. Como consequência, milhares de pessoas perdem seus empregos formais, sendo lançadas no subemprego e tornando-se progressivamente marginalizadas<sup>153</sup>.

<sup>149</sup>MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Tradução de Mario Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2021, p. 582.

<sup>150</sup>HARVEY, David. *Para entender O capital II e III*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 112-113.

<sup>151</sup>Ibidem, p. 113.

<sup>152</sup>Ibidem, p. 113.

<sup>153</sup>Temos o exemplo de cidades como Detroit, nos Estados Unidos da América (EUA), localizada na região norte do Cinturão da Ferrugem. A história nos mostra que, nos anos 1950, Detroit era responsável pela produção de mais da metade dos carros vendidos no planeta. No entanto, a partir dessa década, sua população, que ultrapassava 1 milhão de habitantes, reduziu-se para apenas 620.376 pessoas (segundo o censo de 2022). A indústria automobilística norte-americana sofreu com a concorrência dos japoneses, europeus e sul-coreanos no mercado global. Sem mencionar o novo modelo de organização do trabalho introduzido pelo Japão: o Toyotismo. Assim, a partir dos anos 1950, linhas de montagem modernas se espalharam por todo o mundo, especialmente em países em desenvolvimento, reduzindo Detroit a uma mera cidade coadjuvante no cenário automobilístico. De acordo com dados da pesquisa, dos mais de 2 milhões de automóveis vendidos pela General

Essas crises específicas da esfera de circulação  $D—M—D'$ , portanto, que se manifestam nas camadas do capital fixo, anunciam novas configurações sociais, promovendo novos comportamentos na produção social. Sobre isso, Marx escreve nos *Grundrisse*:

A crescente inadequação do desenvolvimento produtivo da sociedade às suas relações de produção anteriores manifesta-se em contradições agudas, crises, convulsões. A destruição violenta de capital, não por circunstâncias externas a ele, mas como condição de sua autoconservação, é a forma mais contundente em que o capital é aconselhado a se retirar e ceder espaço a um estado superior de produção social. (MARX, 2021, p. 627).

Diferentemente do mundo antigo, em que as coisas eram duráveis, no capitalismo, a geografia de um lugar é constantemente transformada e suprida, com a substituição de um espaço por outro, processo que se intensifica em momentos de crise. Por essa razão, o capitalismo constrói paisagens adequadas às necessidades de determinados momentos, apenas para, posteriormente, “[...] revolucionar essa paisagem, destruí-la e construir num momento posterior, a fim de acomodar as forças sempre expansivas de acumulação do capital”<sup>154</sup>. Assim, o que fica para trás são paisagens “[...] desoladas, desvalorizadas, de desindustrialização e abandono, enquanto o capital constrói outra paisagem de capital fixo”<sup>155</sup>. Essa relação revela que a contradição entre a fixidez e o movimento do capital é sensível, pois o problema “[...] do capital fixo está, em suma, no fato de que ele é fixo, enquanto o capital se caracteriza justamente por ser valor em movimento”<sup>156</sup>.

O exame cuidadoso nos revela que a circulação de capital  $D—M—D'$  encontra, em seu movimento, variadas formas de entraves, possuindo características únicas, mas todas elas estabelecendo-se a partir das contradições internas do próprio sistema capitalista. A questão das crises do capital fixo pode ser expressa do seguinte modo:

---

Motors (GM) nos EUA em 2013, apenas 4% foram fabricados em Detroit. Isso demonstra que o capital fixo da cidade foi brutalmente destruído. O impacto humano foi devastador: milhares perderam seus empregos, as indústrias migraram para outras regiões do mundo, levando consigo grandes volumes de capital, e os EUA perderam a posição de maior fabricante de automóveis do planeta. A destruição do capital fixo em Detroit, somada à fuga de capitais do estado de Michigan, resultou na perda de 80% das fábricas e 70% das lojas locais. O êxodo populacional deixou prédios, escolas, casas e bairros inteiros abandonados, além de uma queda drástica na arrecadação de impostos. Ainda assim, a crise persiste no Cinturão da Ferrugem, principalmente em Michigan, onde grandes conglomerados chineses adquiriram fábricas desativadas para produzir produtos manufaturados em larga escala, como painéis solares e carros. A diferença é que essas indústrias chinesas pagam salários 40% menores do que os oferecidos pela General Motors e proíbem a sindicalização dos trabalhadores na região.

<sup>154</sup>HARVEY, David. *Para entender O capital II e III*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 113.

<sup>155</sup>Ibidem, p. 113.

<sup>156</sup>Ibidem, p. 113.

Essas crises ocorrem quando a fixidez não consegue mais acomodar o movimento de expansão. Este último tem de romper as cadeias impostas pela parte do capital que é fixa. O resultado é a desvalorização de enormes quantidades de capital fixo, à medida que o capital monetário circulante e altamente móvel se transfere para outro lugar. (HARVEY, 2013, p. 113).

Não podemos nos esquecer de que Marx destaca de forma notável a distinção entre os conceitos de capital variável e capital constante. O primeiro refere-se à compra da força de trabalho alheia, enquanto o segundo é utilizado para compreender a relação estabelecida na aquisição dos meios de produção. Por outro lado, o conceito de capital fixo requer uma categorização mais detalhada. Dessa forma, vamos analisar mais alguns aspectos.

Vimos que o capital fixo abrange máquinas, edifícios e outros elementos essenciais à produção capitalista. Desse modo, todos esses componentes materiais são gradualmente depreciados à medida que seu valor é transferido para as mercadorias durante o processo produtivo — criando a taxa de lucro. Por exemplo, uma máquina possui um tempo útil estimado em 10 anos<sup>157</sup>, que pode variar caso não seja adequadamente mantida e restaurada, transferindo anualmente apenas 10% de seu valor para os produtos fabricados. Consequentemente, após 10 anos sem reparos, as máquinas tornam-se obsoletas para a produção capitalista, criando assim uma barreira ao processo de circulação do capital<sup>158</sup>.

Em termos conceituais, o movimento dessas três formas de capital — variável, constante e fixo — é sintetizado pela noção de capital circulante<sup>159</sup>. Ainda assim, vale ressaltar que a materialidade do capital fixo não é incorporada diretamente à mercadoria.

[...], mas seu valor sim. Desse modo, o capital fixo não circula em sua forma de valor material, mas ideal (socialmente determinada). O capital fixo (maquinaria, por exemplo) funciona materialmente como um meio de trabalho, em oposição aos objetos de trabalho (matérias-primas e outros meios de produção), que são transformados em mercadorias para serem vendidos no mercado. O capital fixo compartilha esse caráter de ser meios de trabalho com outros *inputs* auxiliares de capital constante na produção. A energia — carvão para as máquinas a vapor ou gás para a iluminação — também não entra no valor de uso material da mercadoria produzida. Seu valor é adicionado à mercadoria à medida que seu ser físico é consumido na produção. No caso do capital fixo, no entanto, esse consumo dura muitos ciclos de rotação e, no caso de *inputs* de energia, eles são “integralmente consumidos no produto para cuja criação contribuem”. (HARVEY, 2013, p. 117).

Ao analisar os fatos, podemos afirmar que, para o capital fixo, o que importa é seu

<sup>157</sup>MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro II: O processo de circulação do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 269-270.

<sup>158</sup>HARVEY, David. *Para entender O capital II e III*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 113.

<sup>159</sup>Ibidem, p. 115.

tempo médio de vida. Por isso, as máquinas, ao serem utilizadas cotidianamente na produção, perdem valor constantemente. Em razão disso, Marx, no Livro II de *O Capital* (1885), no capítulo 9, intitulado *A rotação total do capital desembolsado. Ciclos de rotação*, descreve:

[...] na mesma medida em que, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, desenvolvem-se o volume de valor e a duração de vida do capital fixo empregado, também a vida da indústria e do capital industrial se desenvolve, em cada investimento especial, até abarcar um período maior, digamos, em média, de dez anos. Se, por um lado, o desenvolvimento do capital fixo prolonga essa vida, esta é, por outro lado, encurtada pelo revolucionamento constante dos meios de produção, que também aumenta constantemente à medida que se desenvolve o modo de produção capitalista. Com esse desenvolvimento, portanto, também aumentam a mudança dos meios de produção e a necessidade de sua constante reposição em consequência de seu desgaste moral, muito antes que estejam esgotados fisicamente. Pode-se supor que hoje, nos ramos mais decisivos da grande indústria, esse ciclo de vida seja, em média, de dez anos. (MARX, 2020, V-II, p. 269-270).

Entretanto, não importa:

[...] a determinação exata dessa cifra. O resultado é que esse ciclo de rotações encadeadas, que se estende por uma série de anos e que o capital percorre por meio de seus componentes fixos, fornece uma base material das crises periódicas nas quais a atividade econômica percorre as fases sucessivas de depressão, animação moderada, hiperatividade e crise. Os períodos em que se investe o capital são, na realidade, muito distintos e discrepantes. Porém, a crise constitui sempre o ponto de partida de um novo grande investimento. E, portanto, do ponto de vista da sociedade em seu conjunto, também fornece, em maior ou menor grau, uma nova base material para o próximo ciclo de rotação. (MARX, 2020, V-II, p. 269-270).

Assim, as revoluções das forças produtivas podem gerar duas relações muito específicas na produção capitalista: a) a redução do custo do capital fixo ao longo do tempo; b) a produção de máquinas mais avançadas para substituir as máquinas existentes e obsoletas. Como consequência, a competição entre capitalistas, determinada pela lei coercitiva da concorrência, os obriga a substituir os antigos meios de trabalho por novos antes que “[...] os primeiros tenham chegado ao término natural de sua vida. São principalmente as catástrofes, as crises que forçam tal renovação prematura dos equipamentos industriais em grande escala social”<sup>160</sup>.

No entanto, a depreciação acelerada do capital fixo provoca a desvalorização do capital fixo existente, cujo valor nele incorporado ainda não foi totalmente recuperado por meio da produção. Diante disso, os capitalistas envolvidos diretamente na produção, buscando recuperar o capital total investido na aquisição do capital fixo, passam a operar suas fábricas

<sup>160</sup>MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro II: O processo de circulação do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 253.

em turnos diurnos e noturnos, sete dias por semana, como forma de recuperar o mais rapidamente possível o capital monetário gasto na compra de quantidades excessivas de capital fixo. O aspecto mais relevante dessa dinâmica talvez seja o aumento da exploração dos trabalhadores, que cresce na mesma proporção que as horas de funcionamento das fábricas. Conceitualmente, Marx expressa o desgaste do capital fixo da seguinte forma no Livro II de *O Capital* (1885), no capítulo 8, intitulado *Capital fixo e capital circulante*:

No mesmo investimento de capital os elementos individuais do capital fixo têm um tempo distinto de vida e, por conseguinte, tempos distintos de rotação. Numa ferrovia, por exemplo, os trilhos, os dormentes, as trincheiras, os prédios das estações, as pontes, os túneis, as locomotivas e os vagões têm tempos distintos de funcionamento e de reprodução e, portanto, também o capital neles investido tem tempos distintos de rotação. Durante uma longa série de anos, não é preciso renovar os edifícios, as plataformas, os reservatórios de água, os viadutos, os túneis, as trincheiras e os muros de contenção — numa palavra, tudo o que no sistema ferroviário inglês é chamado de *works of art*. Os objetos que mais se desgastam são os trilhos e o material rolante (*rolling stock*). (MARX, 2020, V-II, p. 251).

Na passagem em questão, Marx encerra sua exposição histórica concluindo que:

Originalmente, quando do surgimento das modernas ferrovias, predominava a opinião, alimentada pelos engenheiros práticos mais destacados, que a duração de uma ferrovia seria secular e o desgaste dos trilhos tão imperceptível que se podia desconsiderá-lo para todos os fins financeiros e práticos; estimava-se entre 100 e 150 anos o tempo de vida de trilhos de boa qualidade. Não tardou para que ficasse evidente que o tempo de vida de um trilho, que depende naturalmente da velocidade das locomotivas, do peso e do número de trens que circulam, da espessura dos próprios trilhos e de inúmeras outras circunstâncias, não ultrapassava, em média, vinte anos. Em certas estações, centros de grande tráfego, os trilhos chegam a se consumir a cada ano. Por volta de 1867, começaram a ser introduzidos trilhos de aço, que custavam o dobro dos trilhos de ferro, mas que, em compensação, duravam mais que o dobro do tempo. O tempo de vida dos dormentes de madeira era entre doze e quinze anos. No que diz respeito ao material rolante, descobriu-se que os vagões de carga apresentavam um desgaste significativamente maior que o dos vagões de passageiros. Em 1867, o tempo de vida de uma locomotiva foi calculado entre dez e doze anos. (MARX, 2020, V-II, p. 251).

O capital fixo, portanto, pode desempenhar uma função importante no desenvolvimento das crises econômicas na esfera da circulação simples  $D—M—D'$ : isto é, a deterioração do capital fixo rompe a circulação saudável de capital. Mas não apenas isso, pois a deterioração do capital fixo força os capitalistas a construir novos capitais fixos em lugares antes não explorados, deixando à própria sorte populações inteiras de trabalhadores — agora desempregados.

Logo, o capital fixo está presente na esfera da circulação de capital, porém, por ser fixo, insere-se conceitualmente nos domínios do capital constante — que representa o modo

de produção (MP). Com isso, podemos afirmar que a ruptura do capital fixo colide violentamente com a circulação saudável de capital, expressa na fórmula  $D—M—FT + MP \dots P \dots M'—D'$ :  $(M—m) — (D—d)$ .

Assim, o capital fixo é a parte concreta e fixa do capital constante, sendo este último o valor de todos os meios de produção empregados na produção capitalista. Tais meios de produção, segundo Marx, decompõem-se, por sua vez, em “[...] capital fixo (máquinas, ferramentas de trabalho, edifícios, gado de trabalho etc.), e em capital constante circulante (materiais de produção, como matérias-primas e materiais auxiliares, produtos semifabricados etc.)”<sup>161</sup>.

Desse modo, o sistema capitalista, ao procurar valorizar o capital aplicado na produção, produz crises na circulação e no capital fixo. Contudo, as crises não se resumem apenas a essas relações: manifestam-se também na circulação do crédito e do capital fictício.

## 2.2. Contradições do crédito nas crises financeiras do capitalismo.

Convém destacar algumas observações importantes sobre o crédito. Em primeiro lugar, o crédito cumpre a função de auxiliar na expansão da circulação de mercadorias na sociedade capitalista. Dessa forma, o crédito facilita a circulação de mercadorias no movimento expresso pela fórmula sintética  $D—M—D'$ . De tal modo, as mercadorias precisam se deslocar de um ponto A para um ponto B, ou seja, precisam circular como valores de troca. No entanto, muitas vezes, esse movimento se concretiza por meio de um título de crédito. Com frequência, as mercadorias mudam de proprietário sem que o dinheiro apareça de forma efetiva no processo de transação.

O crédito, portanto, só se apresenta de maneira ideal<sup>162</sup>, isto é, como uma promessa de pagamento futuro garantida pelo devedor, materializada em uma letra de câmbio. Dessa forma, a mercadoria lançada no mercado circula, mas sem que o dinheiro de fato a acompanhe em seu movimento. Portanto, o dinheiro só se manifesta materialmente na data de vencimento estabelecida pelo prestamista<sup>163</sup> ao prestatário<sup>164</sup>. Disso resulta que, se o prestatário não cumprir sua obrigação no prazo determinado, sua dívida não será quitada perante o credor. Diante disso, o processo de circulação pode ser interrompido.

<sup>161</sup>Ibidem, p. 499.

<sup>162</sup>Em Marx, nada é ideal; tudo é material e concreto. Sendo assim, o crédito só é ideal no sentido de ser uma promessa futura de pagamento.

<sup>163</sup>Prestamista é pessoa, empresa ou instituição que concede empréstimos.

<sup>164</sup>Prestatário é aquele que recebe um crédito, podendo ser uma pessoa física, jurídica ou instituição.

Em razão disso, surge uma nova possibilidade de crise no processo de circulação, de desenvolvimento das mercadorias e do dinheiro. Se o prestatário não tiver capital disponível, o prestamista entrará em falência—caso não possua reservas financeiras—, arrastando consigo uma série de outros capitalistas que estão vinculados a ele e dependem do sucesso de seus negócios<sup>165</sup>. Assim, no capitalismo, os principais fornecedores de crédito são instituições como bancos<sup>166</sup>, o sistema financeiro<sup>167</sup>, o mercado de capitais<sup>168</sup> e as cooperativas de crédito<sup>169</sup>.

A perspectiva de uma crise de insolvência surge quando uma série de produtores depende do sucesso das vendas de outros produtores para que o dinheiro circule e, assim, possam quitar suas próprias dívidas contraídas no mercado<sup>170</sup>. Desse modo, a probabilidade de uma crise — caso a circulação de crédito seja interrompida em larga escala —, recair sobre o sistema capitalista surge exatamente quando a mercadoria deixa de mudar de mãos: a mercadoria não encontra comprador no mercado, gerando, assim, uma ruptura nas esferas da circulação D—M—D'. Os vendedores, portanto, com seus estoques repletos de mercadorias e com créditos a receber de outros devedores, caso não encontrem compradores — por falta de dinheiro e de crédito —, levarão o sistema capitalista a possíveis crises de falência ou insolvência<sup>171</sup> generalizadas. Tudo dependerá, obviamente, dos abundantes capitais empregados na distribuição de crédito, na circulação e na produção.

A possibilidade de uma crise geral devido à falta de meios de pagamento surge porque com a “[...] insolvência do primeiro devedor, toda cadeia de obrigações recíprocas firmadas entre a multidão dos diversos vendedores e compradores pode ser bruscamente interrompida”<sup>172</sup>. A crise, portanto, torna-se uma possibilidade:

[...] ainda, porque a realização habitual de determinada massa de valor depende de

<sup>165</sup> ANTUNES, Jadir; BENOIT, Hector. *O problema da crise capitalista em O Capital de Marx*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 66-67.

<sup>166</sup> Os bancos captam dinheiro dos depositantes e o emprestam a indivíduos e empresas, cobrando juros por essa mediação.

<sup>167</sup> O sistema financeiro conecta quem tem recursos a quem necessita deles, como empresas, governos ou pessoas, por meio de empréstimos, investimentos e outros serviços financeiros.

<sup>168</sup> O mercado de capitais é um ambiente, físico ou virtual, onde empresas, governos e investidores negociam dinheiro a longo prazo.

<sup>169</sup> As cooperativas de crédito são instituições financeiras cooperativas, desenvolvidas por um grupo de pessoas com interesses em comum, que se conectam para oferecer serviços financeiros a seus associados, geralmente com condições mais lucrativas do que os bancos tradicionais.

<sup>170</sup> ANTUNES, Jadir; BENOIT, Hector. *O problema da crise capitalista em O Capital de Marx*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 67-68.

<sup>171</sup> ANTUNES, Jadir; BENOIT, Hector. *O problema da crise capitalista em O Capital de Marx*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 68.

<sup>172</sup> Ibidem, p. 68.

uma velocidade igualmente habitual e regular da circulação do meio circulante. Se o tempo habitualmente necessário para a realização das vendas aumentar, cairá, inversamente, a velocidade da circulação da moeda, e com isto surge a possibilidade de uma parcela da massa total de valor a ser realizada não mais se realizar. Assim, faltará moeda no mercado exatamente porque com o atraso das vendas, isto é, com a diminuição da velocidade da circulação da mercadoria, diminuirá a velocidade da circulação da moeda. (ANTUNES e BENOIT, 2016, p. 68).

Como sabemos, o crédito constitui a forma ideal de dinheiro. Em contrapartida, a forma efetiva de dinheiro materializa-se nas notas emitidas pelas Casas da Moeda de cada Estado soberano. Assim, quando a transição da aparência ideal à forma efetiva e concreta de dinheiro não se solidifica, todo o processo de troca, realizado idealmente por meio de títulos de crédito, também fracassa.

Desse modo, a relação fracassa, pois ao vendedor não interessa a mera aparência ideal do dinheiro — representada pela nota promissória emitida em troca da mercadoria —, mas sim a forma efetiva de dinheiro, materializada nas notas fiduciárias<sup>173</sup> emitidas pelas Casas da Moeda, em conformidade com a legislação de cada Estado soberano<sup>174</sup>. Portanto, essa contradição inerente ao dinheiro na função de meio de pagamento está na base das crises monetárias e comerciais<sup>175</sup>. Em razão disso, essa contradição:

[...] não mais puramente abstrata como as da esfera da circulação simples, mas uma contradição que se aproxima das condições concretas da produção burguesa, constitui a base para o aparecimento de crises muito mais reais do que as crises possibilitadas anteriormente. A ocorrência de crise, por isso, é uma possibilidade bem mais determinada nas condições em que a circulação de mercadorias e o sistema de crédito estão mais desenvolvidos, ou seja, em que mercadoria e dinheiro não circulam mais enquanto tais, como na circulação simples, mas, sim, enquanto figuras do capital. (ANTUNES e BENOIT, 2016, p. 69).

Todas as probabilidades mais especulativas de cataclismos econômicos e de destruição das forças produtivas, decorrentes das crises, assim como todas as possibilidades de rupturas violentas do mercado, tornam-se mais efetivas com o sistema de crédito — da mesma forma que o dinheiro atuando como meio de pagamento<sup>176</sup>. Em vista disso, afirma Marx: na crise, a negação entre a mercadoria e a sua figura de valor (ou forma de valor)— isto é, o dinheiro —

<sup>173</sup>O termo “fiduciário” está relacionado ao conceito de “fidúcia”, que deriva do latim *fiducia*. Do latim, *fiducia* significa “confiança”. Fiduciário refere-se, portanto, a relações que envolvem confiança, gestão de bens ou interesses de terceiros. Assim, as entidades fiduciárias são organizações autorizadas a administrar fundos, ativos ou contratos.

<sup>174</sup>ANTUNES, Jadir; BENOIT, Hector. *O problema da crise capitalista em O Capital de Marx*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 68-69.

<sup>175</sup>Ibidem, p. 69.

<sup>176</sup>Ibidem, p. 69. p. 70.

é elevada ao ponto da contradição absoluta<sup>177</sup>. Por isso, Marx afirma, a “[...] forma de manifestação do dinheiro é aqui indiferente. A forma de dinheiro é a mesma, quer se tenha de pagar em ouro, em dinheiro creditício ou em cédulas bancárias etc.”<sup>178</sup>. Assim, a duplicidade do dinheiro em sua forma de meio de “[...] pagamento e a possibilidade desta dualidade se romper definitivamente abrem uma possibilidade de crise por falta de meio de pagamento, que já se aproxima das condições da produção capitalista<sup>179</sup>.

Na sociedade capitalista, existem dois tipos de capitalistas que vivem de crédito: a) os capitalistas A (credores ou prestamistas) que emprestam dinheiro e vivem de juros; b) os capitalistas B (tomadores ou prestatários), voltados para a produção, que aplicam o crédito emprestado de forma produtiva. Isso, no entanto, não significa que não existam capitalistas que utilizam seu próprio capital na produção. Porém, para que o sistema funcione em sincronia e com o mínimo de dificuldades, o crédito cumpre uma função primordial, pois o capitalista B precisa pagar ao credor (capitalista A) o valor emprestado, agora acrescido de juros. Dessa forma, o capitalista A recupera seu dinheiro para emprestá-lo novamente e obtém os juros como lucro. Do mesmo modo, os juros vão “[...] para o capitalista monetário, o prestamista, que é apenas o possuidor do capital e, assim, representa a mera propriedade no capital antes do processo e fora dele”<sup>180</sup>.

O problema surge quando a ânsia do capitalista A por juros cada vez maiores o leva a emprestar crédito sem a mínima atenção, podendo, eventualmente, não receber de volta o dinheiro total investido. Disso resulta, portanto, a possibilidade de uma crise generalizada, uma vez que o capitalista A, não possuindo mais recursos para emprestar futuramente ao capitalista C — que também procura crédito — devido ao prejuízo causado pela falta de confiança do capitalista B, paralisa toda a esfera produtiva, que se desenvolve com base no crédito. Além disso, podemos mencionar que a crise pode se generalizar ainda mais quando a própria sociedade civil recorre aos bancos em busca de crédito, mas não cumpre suas obrigações perante eles, levando o sistema a uma nova crise.

De fato, o sistema de crédito se expande, se universaliza e se elabora à medida que o comércio de mercadorias cresce com o desenvolvimento capitalista. Assim, no capitalismo, quando o dinheiro escasseia, resta ao capitalista a utilização do crédito. O capitalista recorre ao

<sup>177</sup>MARX, Karl. *O Capital. Livro I: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2022, p. 211.

<sup>178</sup>Ibidem, p. 211.

<sup>179</sup>ANTUNES, Jadir; BENOIT, Hector. *O problema da crise capitalista em O Capital de Marx*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 70.

<sup>180</sup>HARVEY, David. *Para entender O capital II e III*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 187.

prestamista em busca de dinheiro que não lhe pertence. Portanto, a dualidade do crédito se manifesta de formas contraditórias: quando o crédito facilita a circulação de mercadorias e quando a inadimplência dos prestatários leva o sistema produtivo capitalista a crises de insolvência. O que Marx esclarece é que o sistema monetário, baseado apenas na mercadoria-dinheiro, ou seja, no dinheiro emitido pelo Estado, acaba funcionando, na verdade, como um entrave de longo prazo ao avanço da acumulação de capital — todavia, o crédito desbloqueia esse obstáculo<sup>181</sup>.

O dinheiro físico circula em quantidade limitada. Por isso, surge uma ameaça conhecida como “repressão financeira”<sup>182</sup>, que ocorre quando não existe moeda suficiente em circulação para escoar a quantidade de mercadorias produzidas. Assim, as “[...] moedas de créditos tornam, portanto, não só necessárias, mas cruciais para a expansão contínua do capitalismo”<sup>183</sup>. Sendo assim, se a acumulação de capital está subordinada a uma acumulação paralela de moedas de crédito e instrumentos de crédito:

[...] então ela produz necessariamente um monstro fetichista à sua imagem e semelhança, baseado na fé, na confiança e na expectativa, e que periodicamente escapa do controle. As moedas de crédito não substituem, simplesmente, a moeda metálica: elas colocam o sistema monetário e a concepção de moeda num plano totalmente novo, que mais abrange do que elimina os fetichismos implícitos no sistema de crédito. Crédito “espuma”, bolhas de ativos, *booms* e colapsos especulativos são o preço que o capital tem de pagar por se libertar temporariamente das restrições da mercadoria-dinheiro. Essas restrições, no entanto, reaparecem em fases de crise. O volume das obrigações de crédito ultrapassa periodicamente o da produção real de valor (mas esta pode ser mantida); então, as mercadorias-dinheiro (as representantes do valor), no curso de uma crise financeira, fazem a insanidade das moedas de crédito cair na realidade. (HARVEY, 2015, p. 207).

De fato, o crédito é essencial quando atua como mecanismo para alocar capital monetário, fomentando um incentivo expansionista na acumulação permanente de capital<sup>184</sup>. Dessa forma, a barreira imposta antigamente pelo lastro metálico (ouro e prata)<sup>185</sup> precisa ser

<sup>181</sup>ANTUNES, Jadir; BENOIT, Hector. *O problema da crise capitalista em O Capital de Marx*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 70.

<sup>182</sup>HARVEY, David. *Para entender O capital II e III*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 187

<sup>183</sup>Ibidem, p. 187.

<sup>184</sup>FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). *World Economic Outlook Database*. Washington, DC, 2023. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database>. O PIB total produzido em todo o mundo no ano de 2022 foi de 71 trilhões de dólares (US\$). Convertido para o real brasileiro, o PIB mundial em 2022 foi de aproximadamente 101,3 trilhões de reais (BRL). É evidente que o dinheiro circulante no mundo é finito. Por isso, o capitalismo precisa de “estímulos” para dinamizar sua expansão, sendo o principal deles o crédito. Acesso em: 03 abr. 2024.

<sup>185</sup>HARVEY, David. *Para entender O capital II e III*. São Paulo, Boitempo, 2015. Harvey afirma que “[...] o ouro ainda cumpre um papel residual importante, é claro. Quando a fé no papel-moeda e na moeda de crédito é abalada, surgem preços em ouro. Uma minoria ainda sente que o ouro é a maneira mais segura de acumular

superada em prol de maiores acumulações de capital, já que a quantidade desses metais é insuficiente por ser finita na natureza — sem contar a dificuldade logística de seu transporte<sup>186</sup>. Ainda assim, a história do sistema de crédito e dos juros já existia antes mesmo de o modo de produção capitalista se afirmar como sistema hegemônico. Marx sabia disso, pois, no Livro III d’*O Capital* (1894), o filósofo dedicou um estudo aos domínios do crédito e dos juros, afirmando, no capítulo 36, intitulado *Condições pré-capitalistas*, que:

O capital portador de juros, ou, para empregar o termo antigo, capital usurário, figura com seu irmão gêmeo, o capital comercial, entre as formas antediluvianas do capital, que precedem por longo tempo o modo de produção capitalista e podem ser encontradas nas mais diversas formações econômicas da sociedade. (MARX, 2020, V-III, p. 653).

É importante mencionar que a mercantilização, bem como a compra e venda da força de trabalho, assim como o dinheiro, eram condições *sine qua non* predominantes mesmo antes do modo de produção capitalista. Portanto, o dinheiro como portador de juros já existia antes mesmo do capitalismo<sup>187</sup>. O modo de produção capitalista, assim, não inaugura essas relações, mas as intensifica secularmente cada vez mais. Desse modo, os excedentes monetários:

[...] podiam sempre — e necessariamente — ser encontrados nas sociedades pré-capitalistas. Mas só se tornavam capital quando o entesourador transforma[va] a si mesmo em prestamista. Isso requer que o “dinheiro possa ser valorizado como capital”, que possa ser emprestado para apropriar o trabalho de outrem. “O desenvolvimento do capital do usuário está vinculado ao do capital do comerciante, especialmente ao do capital dedicado ao intercâmbio de dinheiro”. Na Roma Antiga essas duas formas de capital “foram desenvolvidas ao máximo”. (HARVEY, 2015, p. 214).

No entanto, o crédito, no capitalismo, é necessário para a reprodução do capital. Por isso, três motivos devem ser destacados: a) o crédito facilita o fluxo do capital monetário; b) o crédito reduz o custo de circulação da mercadoria-dinheiro, do ouro e da prata; c) o crédito acelera a metamorfose das mercadorias no processo de circulação<sup>188</sup>. Diante desses fatores, caso o fluxo de crédito seja interrompido, uma crise por falta de crédito pode atingir o sistema

---

valores monetários reais. [...], mas se o “pivô” metálico do sistema monetário desaparece, o que o substitui? A resposta são os bancos centrais mundiais, combinados com as autoridades reguladoras estatais (um “nexo-Estado-finanças”, como eu o chamo). Juntos, eles formam o “pivô” do sistema monetário e de crédito global. Para Marx, esse pivô era o Banco da Inglaterra; para nós, é o *Federal Reserve Bank* dos Estados Unidos (juntamente com o Tesouro norte-americano) e os outros bancos centrais e autoridades reguladoras, como as da Inglaterra, do Japão e da União Europeia”. P. 208.

<sup>186</sup>HARVEY, David. *Para entender O capital II e III*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 211.

<sup>187</sup> Ibidem, p. 214.

<sup>188</sup> Ibidem, p. 223-224.

capitalista, juntamente com suas relações superestruturais. O crédito, portanto:

[...] facilita o fluxo de capital monetário entre setores e indústrias de tal modo que a taxa de lucro é equalizada por toda parte. Acredito que era isso que Marx tinha em mente quando se referiu ao funcionamento do crédito como “o capital comum da classe”. A forma “borboleteante” do capital move-se para padronizar a taxa de retorno através de diferentes indústrias, atividades e lugares. [...] Ele (o crédito) reduz significativamente (a) os custos de circulação, prescindindo do uso de mercadorias-dinheiro, substituindo o ouro por papel e diminuindo a necessidade de um fundo de reserva (entesouramento) para ajustar flutuações no intercâmbio de mercadorias, enquanto (b) reduz simultaneamente os tempos de rotação (ou, o que resulta no mesmo, “acelerando a velocidade das metamorfoses das mercadorias” e aumentando “a velocidade da circulação monetária”). Essa aceleração da circulação contribui para o processo de reprodução do capital em geral. (HARVEY, 2015, p. 223 - 224).

Logo, o crédito facilita a aceleração:

(o que fica claro na análise dos tempos de rotação). [...] Ele (o crédito) permite a formação de empresas de capital aberto, que expandem drasticamente a escala das possíveis empresas de produção, e a privatização de funções anteriormente governamentais ajudando a centralizar capitais (como diz o Livro I). Isso significa que muitas empresas capitalistas assumem um caráter social, em oposição a um caráter privado ou individual. Surpreendentemente, de certo modo, Marx conclui que “essa é a abolição do capital como propriedade privada nos confins do próprio modo de produção capitalista”. O crédito consolida a “transformação do capitalista atuante num mero gerente, encarregado do capital de outras pessoas, e do possuidor de capital num mero possuidor, um mero capitalista monetário”. (HARVEY, 2015, p. 223 - 224).

No entanto, a dualidade do sistema de crédito é tão marcante que, ao mesmo tempo em que o crédito favorece o desenvolvimento da produção e da reprodução da sociabilidade capitalista, ele também cria as condições para crises cada vez mais profundas<sup>189</sup>. Diante disso, Marx afirma:

Se o sistema de crédito se apresenta como a alavanca principal da superprodução e do excesso de especulação no comércio, é pura e simplesmente porque o processo de reprodução, que por sua própria natureza é um processo elástico, vê-se forçado aqui até o máximo, e isso porque uma grande parte do capital social é investida por aqueles que não são seus proprietários, os quais atuam, claro, de maneira bem distinta dos proprietários, que a cada passo avaliam cautelosamente os limites e as possibilidades de seu capital privado. Assim, destaca-se somente o fato de que a valorização do capital, baseada no caráter antagônico da produção capitalista, só consente até certo ponto em seu desenvolvimento real, livre, pois na realidade constitui um entrave e um limite imanentes à produção, que são constantemente rompidos pelo sistema de crédito. Por conseguinte, o crédito acelera o desenvolvimento material das forças produtivas e a instauração do mercado mundial, que, por constituírem as bases da nova forma de produção, têm de ser

<sup>189</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 499.

desenvolvidos até um certo nível como tarefa histórica do modo de produção capitalista. O crédito acelera ao mesmo tempo as erupções violentas dessa contradição, as crises e, com elas, os elementos da dissolução do antigo modo de produção. (MARX, 2020, V-III, p. 499).

A análise do sistema de crédito permite compreender que ele impulsiona a produção capitalista, ou seja, o enriquecimento por meio da exploração do trabalho alheio, “[...] até convertê-los no mais puro e colossal sistema de jogo e fraude e limitar cada vez mais o número dos poucos indivíduos que exploram a riqueza social”<sup>190</sup>. Por esse motivo, o surgimento do sistema de crédito demonstra como a valorização do capital, fundamentada na produção capitalista, permite seu desenvolvimento efetivo e livre de amarras até certo estágio.

O sistema de crédito se encarrega de separar as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, oferecendo ao capitalista a acumulação e o investimento sem limites, uma vez que as moedas, ou seja, os títulos de crédito, podem ser emitidas ilimitadamente. Porém, uma vez que o crédito assume uma tensão com o capital monetário, anuncia-se uma tendência à crise. Por esse motivo, Marx escreve no Livro III de *O Capital* (1894), no capítulo 30, intitulado *Capital monetário e capital real – I*, a seguinte afirmação: leiamo-la:

Num sistema de produção em que toda a rede de conexões do processo de reprodução se baseia no crédito, quando este cessa de repente e só se admitem pagamentos à vista, tem de se produzir evidentemente uma crise, uma demanda violenta de meios de pagamento. À primeira vista, a crise se apresenta como uma simples crise de crédito e crise monetária. E, com efeito, trata-se apenas da conversibilidade das letras de câmbio em dinheiro. Mas a maioria dessas letras representa compras e vendas reais, cuja extensão, que vai muito além das necessidades sociais e acaba servindo de base para toda a crise. Ao mesmo tempo, há uma massa enorme dessas letras que representa apenas negócios fraudulentos, que agora vêm à luz e estouram como bolhas de sabão; além disso, há especulações feitas com capital alheio, porém malogradas; e, por fim, capitais mercadorias desvalorizados, ou até mesmo invendáveis, ou refluxos de capitais que jamais se realizam. (MARX, 2020, V-III, p. 547).

Marx ainda afirma que esse sistema:

[...] artificial inteiro de expansão forçada do processo de reprodução não pode naturalmente ser remediado fazendo com que um banco, por exemplo, o Banco da Inglaterra, conceda a todos os especuladores, com suas cédulas, o capital que lhes falta e compre todas as mercadorias depreciadas a seus antigos valores nominais. Além disso, aqui tudo aparece distorcido, pois nesse mundo de papel jamais se manifesta o preço real e seus fatores reais; o que se vê são apenas barras, dinheiro metálico, cédulas bancárias, letras de câmbio e títulos. Principalmente nos centros em que se concentra todo o negócio monetário do país, como Londres, nota-se

---

<sup>190</sup>Ibidem, p. 499-500.

claramente essa distorção; todo o processo se torna incompreensível, mas em menor medida nos centros de produção. (MARX, 2020, V-III, p. 547).

O capitalismo não resolve suas próprias contradições, que desencadeiam crises cada vez mais perigosas. O modo de produção capitalista, por sua vez, apenas se desloca em torno das crises, buscando paliativos mais eficazes para, no futuro, obter novo impulso de crescimento. Assim, a base produtiva do capitalismo é dinâmica, transferindo sua hegemonia de um setor a outro, assim como de uma região do mundo para outra, abandonando apenas o capital fixo deteriorado. Portanto, o sistema de crédito pode ser a fonte de algumas crises, mas também pode funcionar como um mecanismo essencial para remover obstáculos de curto prazo que paralisam a circulação monetária. Por exemplo, ao facilitar a circulação de mercadorias, permite que consumidores em busca de valores de uso obtenham crédito regularmente e concretizem compras, lançando o sistema no turbilhão de crises financeiras e comerciais. Para Marx, as crises devem ser compreendidas como parte integrante do processo total de acumulação de capital, em seu movimento de expansão e contração.

Além dessas características inerentes ao sistema de crédito, há ainda outra qualidade particularmente importante: os juros<sup>191</sup>. Por esse motivo, Marx dedicou a Seção V do Livro III de *O Capital* (1894), intitulada *Cisão do lucro em juros e ganho empresarial. O capital portador de juros*, uma série de dezesseis capítulos<sup>192</sup> que buscam desvendar, em toda sua essência, as relações ocultas pelo crédito e pelos juros. No entanto, não adentraremos completamente esse campo de análise que envolve os juros, limitando-nos a apontamentos

---

<sup>191</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção capitalista (Trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2020). Não abordaremos a análise dos juros quando estes são elevados ou reduzidos pelo Banco Central de um país em momentos de dificuldades econômicas. Nos concentraremos apenas na análise dos juros quando o crédito retorna às mãos do credor acrescido de juros ( $D + \Delta D$ ). Para esse esclarecimento de segunda ordem, recorro à afirmação de Marx no Livro III d'*O Capital* (1984), especificamente no capítulo 22, intitulado *Divisão do lucro. Taxa de juros. Nível natural da taxa de juros*. Marx escreve: “[...] Se observarmos os ciclos de rotação em que se move a indústria moderna – estabilidade, crescente animação, prosperidade, superprodução, *crash*, estagnação, nova estabilidade etc. –, ciclos cuja análise mais detalhada ultrapassa nosso campo de estudo, veremos que, na maior parte dos casos, o baixo patamar dos juros corresponde aos períodos de prosperidade ou de lucro extra, um aumento dos juros corresponde à separação entre a prosperidade e seu inverso, mas um aumento dos juros até o ponto de extrema usura corresponde ao período de crise. A partir do verão de 1843, iniciou-se claramente uma fase de prosperidade; a taxa de juros, que na primavera de 1842 ainda era de 4½%, caiu para 2% na primavera e no verão de 1843 [64] e chegou a 1½% em setembro desse mesmo ano (Gilbart, [A *Practical Treatise on Banking*, 5. ed., Londres, 1849], t. I, p. 166); então, durante a crise de 1847, ela subiu a 8%, e ainda mais. É certo que, por outro lado, juros baixos podem coincidir com a paralisação dos negócios, e juros moderadamente altos, com uma animação crescente. A taxa de juros atinge seu nível mais alto durante as crises, quando, para poder pagar, é preciso pegar dinheiro emprestado, custe o que custar. Como a alta dos juros corresponde a uma queda no preço dos papéis, isso representa uma excelente situação para que pessoas que dispõem de capital monetário possam se apropriar por preços irrisórios daqueles papéis portadores de juros, os quais, tão logo a taxa de juros volte a cair, voltarão a atingir, no mínimo, seu preço médio”. P. 407 - 408.

<sup>192</sup>MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III: O processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 385-672.

relevantes sobre o tema, importantes para a pesquisa aqui desenvolvida.

Ainda assim, os juros não são “[...] mais do que um nome especial, uma rubrica para designar uma parte do lucro que o capital ativo, em vez de colocar em seu próprio bolso, precisa pagar ao proprietário do capital”<sup>193</sup>. Nesse caso, o capital portador de juros assume um caráter bastante específico. Para conceituar essa afirmação, recorro novamente a Marx:

O possuidor de dinheiro, que quer valorizá-lo como capital portador de juros, aliena-o a um terceiro, lança-o na circulação, converte-o em mercadoria como capital; e não só como capital para ele mesmo, mas também para outros; ele não é capital apenas para quem o aliena, mas é desde o início transferido a um terceiro como capital, como valor que possui o valor de uso de criar mais-valor, lucro; como um valor que conserva a si mesmo no movimento e que, depois de ter funcionado, retorna àquele que o desembolsou originalmente, no caso em questão, ao possuidor do dinheiro; portanto, um valor que só por algum tempo permanece distante de quem o desembolsou, que só transita temporariamente das mãos de seu proprietário para as mãos do capitalista em atividade e que, por conseguinte, não é pago nem vendido, mas apenas emprestado; um valor que só é alienado sob a condição de, em primeiro lugar, retornar a seu ponto de partida após determinado prazo e, em segundo lugar, retornar como capital realizado, isto é, tendo cumprido seu valor de uso, que consiste em produzir mais-valor. (MARX, 2020, V-III, p. 390-391).

O retorno do capital ao seu ponto inicial constitui o movimento característico do capital em seu ciclo completo: D—M (FT+MP) ... P... M'—D'. No entanto, não é essa relação que define o capital portador de juros<sup>194</sup>. Conforme Marx, o aspecto distintivo encontra-se na transferência do “[...] capital das mãos do prestamista às mãos do prestatário, é uma transação jurídica, que não tem relação nenhuma com o processo real de reprodução do capital e apenas lhe serve de introdução”<sup>195</sup>. Por outro lado, o reembolso, por meio do qual o capital retorna das “[...] mãos do prestatário às mãos do prestamista, é uma segunda transação jurídica, complementar à primeira; uma serve de introdução ao processo efetivo, a outra é um ato complementar desse processo”<sup>196</sup>. Sendo assim, no primeiro ato, que serve de introdução, o “[...] prestamista cede seu capital ao prestatário. No segundo ato, que complementa e conclui o processo, o prestatário restitui o capital ao prestamista”<sup>197</sup>.

Por isso, a inadimplência do prestatário, que colocou em movimento, via crédito, o mundo produtivo no qual as coisas materiais são produzidas, delineia crises no mundo material, uma vez que as coisas não se pagam por si mesmas. Diante do fato de que as

---

<sup>193</sup>Ibidem, p. 386.

<sup>194</sup>Ibidem, p. 394.

<sup>195</sup>MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III: O processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 395.

<sup>196</sup>Ibidem, p. 395.

<sup>197</sup>Ibidem, p. 395.

mercadorias irão cobrar seu valor, criado materialmente no processo de produção, o crédito, ainda que inicialmente dissociado do movimento real, integra-se ao processo produtivo real. É por essa razão que as crises de inadimplência são tão reais e possíveis no capitalismo, pois:

[...] no capital portador de juros, seu retorno como capital parece depender de um simples acordo entre prestamista e prestatário, de maneira que o refluxo do capital, com relação a essa transação, não aparece mais como resultado determinado pelo processo de produção, mas como se em nenhum momento o capital emprestado se despojasse da forma de dinheiro. (MARX, 2020, V-III, p. 396).

Na mesma passagem, Marx conclui:

No capital portador de juros, porém, tanto a devolução como a cessão do capital são meros resultado de uma transação jurídica entre o proprietário do capital e uma segunda pessoa. (MARX, 2020, V-III, p. 396).

Conforme analisado, a fragilidade dessa relação manifesta-se na transição jurídica, por meio da qual o prestatário assume o compromisso de ressarcir o valor ao prestamista. No entanto, nada garante ao prestamista que o crédito retornará à sua origem, ou seja, às suas mãos, muito menos que virá acrescido de juros<sup>198</sup>. O prestamista, portanto, concede o crédito como capital, o qual, enquanto tal, deve cumprir as funções próprias do capital, incluindo o ciclo do capital monetário até seu retorno ao ponto de partida, agora sob a forma de dinheiro<sup>199</sup>. Dessa forma, a realização desse processo completo encontra expressão na importante afirmação de Marx. Como assegura Marx, o prestamista:

[...] desembolsa seu dinheiro como capital; a soma de valor que cede a outro é capital e retorna, portanto, para ele. No entanto, o simples retorno a suas mãos não seria o refluxo, como capital, da soma de valor emprestado, apenas a devolução de uma soma de valor emprestada. Para refluir como capital, é preciso que a soma de valor adiantada não só se conserve no movimento, mas se valorize, incremente sua grandeza de valor, ou seja, reflua com um mais-valor, como  $D + \Delta D$  ( $\Delta D$  representa, aqui, os juros, ou a parte do lucro médio que não fica nas mãos do capitalista em atividade, mas é apropriada pelo capitalista monetário). (MARX, 2020, V-III, p. 397).

Ainda no Livro III de *O Capital* (1894), no capítulo 30, intitulado *Capital monetário e capital real – I*, Marx argumenta que, em um sistema produtivo como o capitalista, no qual a rede de conexões do processo de produção se baseia, em grande parte, no crédito, quando esse crédito desaparece repentinamente e só se admitem pagamentos à vista, é inevitável que

---

<sup>198</sup>Ibidem, p. 397.

<sup>199</sup>Ibidem, p. 397.

ocorra, “[...] evidentemente uma crise, uma demanda violenta de meios de pagamento. À primeira vista, a crise se apresenta como uma simples crise de crédito e crise monetária”<sup>200</sup>.

Por outro lado, o crédito não é, em si mesmo, um agente gerador de crises. Na verdade, dentro da sociabilidade capitalista, o crédito também cumpre a função de superar crises que não tenham origem na inadimplência dos tomadores de crédito. Diante disso, Marx afirma que, em períodos de crise, a demanda por capital monetário — sob a forma de crédito — atinge seu ápice. Nesse momento, a taxa de lucro, assim como a demanda por capital em diversos setores produtivos, praticamente desaparece<sup>201</sup>.

Como consequência, os capitalistas recorrem ao capital de crédito para converter recursos emprestados em capital produtivo ou comercial. Isso significa que eles precisam investir o crédito tanto em meios de produção quanto em força de trabalho<sup>202</sup>. No entanto, para evitar que a crise se intensifique devido à inadimplência, o tomador de empréstimo precisa honrar seus passivos dentro do prazo acordado com o credor, conforme estabelecido pelas relações jurídicas.

Impõe-se, contudo, uma distinção fundamental entre crises ou rupturas de caráter parcial e aquelas que engendram transformações estruturais nas formações sociais produtivas. As primeiras, como evidenciado ao longo desta análise, correspondem a flutuações inerentes aos períodos econômicos do capitalismo, marcados pela alternância entre fases de expansão e crises de ajuste econômico. Em contraste, as crises de segunda natureza manifestam a exaustão histórica do próprio princípio organizador da sociedade capitalista, revelando a progressiva dissolução das relações sociais que delimitam o horizonte de possibilidades no plano político-econômico. Sob uma perspectiva teórica rigorosa, o núcleo determinante dessa crise estrutural — cujo desfecho potencial é a falência sistêmica da sociabilidade capitalista — enraíza na dinâmica expressa pela lei da queda tendencial da taxa de lucro<sup>203</sup>.

### **2.3.A previsão frustrada: o capital fictício e a crise de valorização antecipada do capital.**

O capital fictício difere do capital a juros, embora o capital fictício tenha se originado do capital a juros. Na prática, o capital fictício representa um valor que ainda não foi criado.

---

<sup>200</sup>Ibidem, p. 547.

<sup>201</sup>Ibidem, p. 571.

<sup>202</sup>Ibidem, p. 571.

<sup>203</sup>Ibidem, p. 249.

Na realidade, o que existe é a expectativa de um valor a ser produzido no futuro. Ainda assim, ele configura-se como mera possibilidade.

O capital fictício e o capital monetário também são conceitos distintos. O capital fictício representa as ações e os títulos de uma empresa, mas ele não faz parte do capital produtivo. Isso significa que uma ação ou um título representa apenas o direito jurídico a uma parte dos lucros futuros de uma empresa. Por exemplo, se um investidor compra uma ação ou um título de uma empresa de pneus, ele não compra uma parte real dessa empresa, mas apenas o direito de receber dividendos<sup>204</sup> sobre os lucros futuros. Essas ações e títulos, embora tratados como capital real, não possuem relação material com o capital produtivo materializado em forças produtivas.

Vejamos as partes constitutivas desse capital aparente.

Marx inicia o capítulo 25, intitulado *Crédito e capital fictício*, no terceiro livro de *O Capital* (1894), analisando o sistema embrionário de crédito<sup>205</sup>. A investigação é puramente lógica, pois é a partir dela que Marx chega ao conceito de capital fictício. Para Marx, o crédito, na circulação elementar de mercadorias, aparece por meio da confiança que um comerciante deposita em outro<sup>206</sup>. Entretanto, com o desenvolvimento do capitalismo, surge a necessidade do crédito bancário. Nessa fase, os bancos centralizam o dinheiro ocioso da sociedade e o transformam em capital creditício<sup>207</sup>. Desse modo, o crédito deixa de ser meramente uma ajuda recíproca entre os comerciantes e passa a ser regulado pelos bancos<sup>208</sup>. De acordo com Marx, a circulação:

[...] simples de mercadorias engendra a função do dinheiro como meio de pagamento e, assim, converte a relação entre produtores e comerciantes de mercadorias numa relação entre credores e devedores. O desenvolvimento do comércio e do modo de produção capitalista, que só funciona com vistas à circulação, amplia, generaliza e aperfeiçoa essa base natural-espontânea do sistema de crédito. Aqui, a única função do dinheiro é, em geral, a de meio de pagamento, isto é, a mercadoria é vendida não em troca de dinheiro, mas de uma promessa escrita de pagamento a ser realizado em determinado prazo. (MARX, 2020, V-III, p. 451).

<sup>204</sup> Dividendos são parcelas dos lucros de uma empresa distribuídas aos acionistas. Quando um acionista compra uma ação na bolsa de valores, ele se torna sócio da empresa. Isso significa que, se a empresa tem lucro, ela pode dividir esse lucro entre os acionistas.

<sup>205</sup> MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 451.

<sup>206</sup> Ibidem, p. 451.

<sup>207</sup> Ibidem, p. 454.

<sup>208</sup> Ibidem, p. 451.

Esta promessa escrita de pagamento<sup>209</sup> é designada letra de câmbio<sup>210</sup>. Ela representa o crédito a ser quitado. A novidade é que, até o dia do vencimento do acordo, a letra de câmbio circula, ou seja, muda de mãos, como meio de pagamento na forma de dinheiro comercial<sup>211</sup>. Nesse contexto, o sistema de crédito começa a se desenvolver e a ganhar um aspecto independente em relação à produção material. Com efeito, a letra de câmbio é a promessa de pagamento no futuro. Nesse processo, a mercadoria mudou de mãos, mas o dinheiro real não apareceu<sup>212</sup>.

Consideremos uma situação hipotética. Suponhamos que a letra de câmbio adquirida por A tenha um valor de R\$ 1000,00. Inicialmente, ela se encontra nas mãos de A, que deve R\$ 1000,00 a B. O pagamento da dívida (A→B) é realizado. Nesse caso, os mesmos R\$ 1000,00 apareceram duplicados sob a forma de títulos de crédito, dando a aparência de que se transformaram em R\$ 2000,00. Mas, na realidade, isso não aconteceu. Por quê? Porque, quando A saldou sua dívida com B com os mesmos R\$ 1000,00, esse crédito abstrato apenas mudou de mãos, sem que houvesse qualquer criação real de valor na produção material.

Dessa relação decorre que os R\$ 1000,00 de A que foram para as mãos de B movimentaram-se como mera aparência, isto é, como capital fictício. Nesse caso, houve, portanto, apenas um aumento do dinheiro em aparência, apoiado no desenvolvimento do sistema de crédito<sup>213</sup>. Isso significa que os pagamentos de A e B—(A→B)—compensaram-se uns aos outros sem a intervenção direta do dinheiro real<sup>214</sup>.

No arcabouço teórico de Marx, as letras de câmbio formam o alicerce do verdadeiro dinheiro creditício<sup>215</sup>. Sendo assim, essas letras de câmbio “[...] não repousam na circulação monetária, seja a de dinheiro metálico, seja a de papel-moeda emitido pelo Estado, mas na circulação de letras de câmbio”<sup>216</sup>. Por essa razão, o dinheiro real não é movimentado, mas apenas o dinheiro com promessa de pagamento. O problema fica evidente quando parte do dinheiro em circulação não existe, mas apenas um número inflado e abstrato de valor,

---

<sup>209</sup>Ibidem, p. 451.

<sup>210</sup>A letra de câmbio é um investimento no qual o prestamista empresta dinheiro ao prestatário e o recebe acrescido de juros em prazo determinado, fixado em contrato.

<sup>211</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 451.

<sup>212</sup>Ibidem, p. 451.

<sup>213</sup>Ibidem, p. 451.

<sup>214</sup>BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983. p. 81.

<sup>215</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 451.

<sup>216</sup>Ibidem, p. 451.

descolado da realidade material. Ao mesmo tempo, para as pessoas que possuem em mãos esses contratos, ou seja, essas letras de câmbio, esse dinheiro realmente existe.

Marx, ao citar o banqueiro de Yorkshire, William Leatham, revela o real perigo desse dinheiro fictício<sup>217</sup>. Assim, segundo Leatham, as letras de câmbio:

[...] não são submetidas a nenhum controle, exceto prevenindo-se a abundância de dinheiro e taxas de juros ou de desconto muito baixas, que criam uma parte dessas letras de câmbio e estimulam sua grande e perigosa expansão. É impossível dizer qual parte delas provém de transações efetivas, por exemplo, de compras e vendas efetivas, e qual parte é artificialmente criada (*fictitious*) e consiste apenas em letras sem lastro, isto é, letras que se descontam para cobrir outra letra antes de seu vencimento e, assim, criar capital fictício por meio da emissão de simples meios de circulação. Em tempos de dinheiro abundante e barato, sabemos que essas operações ocorrem num grau enorme<sup>218</sup>. (MARX, 2020, V-III, p. 452).

No capitalismo, o crédito exerce a função de transformar o capital monetário ocioso em capital fictício. No entanto, esse processo não é tão simples. O início desse movimento é a existência do capital ocioso, que não encontra emprego na produção capitalista. Para Marx, esse capital inativo, ao ser emprestado, converte-se inicialmente em capital portador de juros<sup>219</sup>. Assim, está dado o primeiro passo rumo ao capital fictício. Os banqueiros assumem a função de intermediários do capital monetário<sup>220</sup>. O capital monetário deixa de permanecer disperso e passa a ser centralizado nas instituições bancárias. Em linhas gerais, a isso se dá o nome de concentração bancária do capital monetário. Desse modo, o dinheiro passa a ser concebido como algo que valoriza a si próprio. Sendo assim, o sistema de crédito cria as condições para o surgimento do capital fictício, pois, segundo Marx, este se consolida quando o direito sobre uma renda passa a circular como se fosse capital real produtivo<sup>221</sup>. Dessa forma, esse processo é o fundamento para a expansão do crédito, mas é, também, como nos demonstra Marx, a autonomização do capital fictício<sup>222</sup>.

Assim, o capital fictício é um processo de duplicação do valor. Vejamos mais um exemplo: quando os bancos recebem pequenas somas de dinheiro ocioso e as emprestam aos

<sup>217</sup> LEATHAM, William. *Letters on the currency* [1840]. apud MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 452.

<sup>218</sup> Ibidem, p. 452.

<sup>219</sup> MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 454.

<sup>220</sup> Ibidem, p. 454.

<sup>221</sup> Ibidem, p. 454.

<sup>222</sup> SILVA, Renalvo Cavalcante. *Capital fictício e crises econômicas: a dominação financeira no contexto do capitalismo contemporâneo*. 2022. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022, p. 36.

industriais ou comerciantes, esse dinheiro inativo vai direto para a produção real de mais-valor<sup>223</sup>. O verdadeiro dinheiro é aplicado em meios de produção ou na contratação de força de trabalho. No entanto, o depositante ainda possui um título de crédito, que o assegura juridicamente da posse daquele dinheiro depositado no banco, mas emprestado pelo banco. Tem-se a impressão de que o capital duplicou. Nesse caso, o dinheiro real está aplicado na indústria ou no comércio, ao passo que o dinheiro na forma de títulos de crédito permanece no banco.

Esse título é negociado como se fosse capital produtivo, mas no fim das contas, não o é. Ainda assim, a ele é atribuído valor, mas um valor meramente fictício. Por isso, o valor desses documentos flutua de forma independente da produção real. Em outras palavras, o valor desses títulos de crédito é fictício porque o valor que eles representam já foi gasto, e o capitalista industrial ou comerciante ainda não produziu o valor real para sanar a dívida com o banco. Assim, o capital fictício é a sombra jurídica do capital real. Dessa forma, enquanto o dinheiro real se movimenta na produção, o sistema de crédito cria apenas títulos de crédito que aparentam ser o mesmo dinheiro, permitindo, portanto, que a riqueza pareça ser maior do que a que realmente está em circulação na sociedade<sup>224</sup>. Marx resume essas ideias a respeito do crédito na seguinte passagem:

Desse modo, o fundo de reserva do mundo comercial, concentrado como um fundo comum, limita-se ao mínimo necessário, e uma parte do capital monetário, que de outro modo ficaria inativa como fundo de reserva, é emprestada, funciona como capital portador de juros. Em segundo lugar, seu capital imprestável forma-se com base nos depósitos dos capitalistas monetários, que deixam ao encargo dos bancos ceder empréstimos com o dinheiro depositado. Com o desenvolvimento do sistema bancário, sobretudo a partir do momento em que os bancos começam a pagar juros pelo dinheiro depositado, afluem também aos caixas as reservas de dinheiro e o dinheiro momentaneamente inativo de todas as classes. Pequenas somas, incapazes por si só de funcionar como capital monetário, fundem-se em grandes massas e geram, assim, um poder monetário. Essa acumulação de pequenas somas tem de ser entendida como um resultado especial do sistema bancário e, assim, distinguida do papel intermediário que os bancos exercem entre os verdadeiros capitalistas monetários e os prestatários. Por fim, nos bancos também são depositadas as rendas que só devem ser consumidas aos poucos. (MARX, 2020, V-III, p. 454-455).

E, no mesmo capítulo, Marx avança em sua análise rumo à descoberta do capital fictício em suas formas concretas. Marx assegura que:

<sup>223</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 454-455.

<sup>224</sup>Ibidem, p. 455.

Os empréstimos (aqui só nos interessa o crédito comercial propriamente dito) se realizam por meio do desconto de letras de câmbio — conversão destas últimas em dinheiro, antes de seu vencimento — e de adiantamentos sob diversas formas: adiantamentos diretos com base no crédito pessoal, empréstimos com garantias em títulos rentáveis, títulos públicos, ações de todos os tipos, mas principalmente adiantamentos sob a forma de documentos de embarque, *Dockwarrants* [certidões de mercadorias armazenadas] e outros títulos de posse de mercadorias, coberturas de depósitos etc. O crédito concedido por um banqueiro pode, por sua vez, assumir diversas formas, como a de letras de câmbio ou cheques emitidos sobre outros bancos, a de abertura de créditos do mesmo tipo e finalmente, em se tratando de bancos emissores, a de cédulas do próprio banco. A cédula bancária não é outra coisa senão uma letra de câmbio sobre o banqueiro, de pagamento à vista e ao portador, e que o banqueiro emite em vez de letras privadas. Esta última forma de crédito apresenta, para o leigo, um caráter especialmente impressionante e de grande importância, primeiro porque esse tipo de dinheiro creditício sai da simples circulação comercial para entrar na circulação geral, funcionando aqui como dinheiro, e, além disso, porque na maioria dos países os principais bancos que emitem cédulas bancárias são uma espécie de combinação peculiar de bancos públicos e privados e, como tais, encontram-se na realidade respaldados pelo crédito público, de modo que suas cédulas constituem, em maior ou menor medida, meios legais de pagamento; e porque, nesse caso, vê-se claramente que aquilo com que o banqueiro negocia é o crédito, já que a cédula bancária não é mais que um signo circulante do crédito. Mas o banqueiro, mesmo quando adianta o dinheiro vivo depositado em seus cofres, também negocia com todas as demais formas de crédito. Na realidade, a cédula bancária é apenas a moeda do comércio atacadista, sendo sempre o depósito aquilo que, nos bancos, constitui o elemento primordial. (MARX, 2020, V-III, p. 455-456).

De modo geral, o perigo desse movimento de negociação de crédito é a sua multiplicação interminável. Mais exatamente, na prosperidade econômica, essa soma parece ser positiva, uma vez que faz a economia girar rapidamente, permitindo bons investimentos em várias áreas, criando, assim, a percepção de que a sociedade está cada vez mais rica. Entretanto, em momentos de crise, a confiança se perde, induzindo a maioria dos investidores a sacar seus investimentos. Nesse momento, o sistema bancário entende que as moedas não se multiplicaram, fazendo desabar todo o palácio construído sobre os títulos de crédito. A soma de dinheiro — antes vista como interminável — era apenas uma mera ficção contábil, sustentada pela circulação de crédito. Por essa razão, o mesmo dinheiro circulou em vários lugares diferentes, criando, no final, um dinheiro que não era real, mas puramente fictício<sup>225</sup>. Marx esclarece os argumentos anteriormente apresentados ao citar o artigo<sup>226</sup> *The Currency Theory Reviewed*<sup>227</sup>:

<sup>225</sup> Ibidem, p. 459.

<sup>226</sup> *The Currency Theory Reviewed*. [Edimburgo, 1845], p. 62–63, apud MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção capitalista. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 459.

<sup>227</sup> A Teoria da Moeda Revisitada.

“É uma verdade inquestionável que as £1.000 que hoje deposito na conta de A serão gastas amanhã e passarão a formar um depósito na conta de B. Depois de amanhã, poderão ser gastas de novo por B, depositando na conta de C, e assim sucessivamente até o infinito. Por conseguinte, essas mesmas £1.000 em dinheiro podem, por meio de uma série de transferências, multiplicar-se numa soma absolutamente indeterminável de depósitos. É possível, assim, que 90% de todos os depósitos da Inglaterra não tenham outra existência senão a de seu registro nos livros dos banqueiros, cada um dos quais é responsável por sua parte correspondente. [...] Assim é na Escócia, onde o dinheiro circulante” (que, além disso, é quase todo em papel-moeda!) “não excede jamais £3 milhões, e os depósitos chegam a £27 milhões. Enquanto não ocorre uma retirada geral e repentina dos depósitos (*a run on the banks* [uma corrida aos bancos]), as mesmas £1.000, em seu retorno, podem compensar com a mesma facilidade uma soma igualmente indeterminável. Do mesmo modo que essas £1.000 com que hoje saldo minha dívida com um negociante podem amanhã saldar a dívida dele com outro comerciante, depois de amanhã a dívida deste último com o banco, e assim sucessivamente até o infinito, também essas £1.000 podem passar de mão em mão e de banco em banco, compensando qualquer soma imaginável de depósitos”<sup>228</sup>. (MARX, 2020, V-III, p. 459).

Os exemplos apresentados a seguir têm o objetivo de reconstruir a trajetória até o conceito de capital fictício. Marx é categórico ao afirmar que o capital real não existe duas vezes<sup>229</sup>. Em contrapartida, o mercado de crédito cria a ilusão de um palácio de documentos lícitos. Mas esse edifício está alicerçado na produção material. Todavia, a duplicação do capital acontece de maneira abstrata. Como sabemos, o capital aplicado em força produtiva só existe uma única vez. Desse modo, o capital real é a força produtiva e suas ramificações. Por outro lado, as ações e títulos de crédito não são capital, mas apenas títulos jurídicos. Vejamos novamente o exemplo da fábrica de pneus. Imaginemos uma fábrica de pneus com um valor real de R\$ 100 milhões. O dono dessa fábrica, sabendo do capital real que possui, emite na bolsa de valores outros R\$ 100 milhões em ações. Mesmo assim, na prática, só existem, no final, tão-somente R\$ 100 milhões<sup>230</sup>.

Como ilustração, a fábrica, sendo uma criação puramente material, está suscetível às mudanças do tempo e do clima. Assim, caso ela seja atingida por uma tempestade, levando-a ao chão, as ações desaparecem com ela. Esse exemplo demonstra o capital fictício na sua forma mais pura, sendo apenas um título sobre uma riqueza limitada — ou passível de deixar de existir. Por essa razão, as ações são comercializadas enquanto a fábrica de pneus existir e continuar produzindo, mas o papel jurídico ganha vida própria no mercado financeiro. A contradição mais evidente vem do fantasma da duplicação do valor real: o dono da fábrica de

<sup>228</sup>*The Currency Theory Reviewed*. [Edimburgo, 1845], p. 62–63, apud MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção capitalista. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 459.

<sup>229</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 524.

<sup>230</sup> *Ibidem*, p. 524.

pneus acredita possuir R\$ 200 milhões, porém, na realidade, a sua empresa continua valendo R\$ 100 milhões. Caso o empresário seja obrigado a arcar com os números em ações negociadas, ele não possuirá a soma de R\$ 100 milhões a mais, levando a um agravamento de sua situação na produção e a prejuízos dos acionistas<sup>231</sup>. A respeito desse tema, vamos conferir as palavras de Marx:

Mesmo nos casos em que o título de dívida – o título de valor – não representa, como ocorre com a dívida pública, um capital puramente ilusório, o valor-capital desse título é totalmente ilusório. Vimos de que maneira o sistema de crédito cria capital associado. Os papéis de valor são como títulos de propriedade que representam esse capital. As ações de companhias ferroviárias, de mineração, de navegação etc. representam um capital real, a saber, o capital investido e em funcionamento nessas empresas, ou o montante de dinheiro desembolsado pelos sócios para ser investido como capital em tais empresas. O que não exclui, de forma alguma, a possibilidade de que se trate de mera fraude. Mas esse capital não existe duas vezes: a primeira, como valor-capital dos títulos de propriedade, das ações, e a segunda, como capital realmente investido ou que tem de ser investido naquelas empresas. Ele só existe nesta última forma, e a ação não é mais que um título de propriedade que dá direito a participar pro rata [proporcionalmente] no mais-valor que aquele capital vier a realizar. A pode vender esse título a B, e B, a C. Essas transações não alteram em nada a natureza do problema. Com isso, A ou B converteram seu título em capital, mas C converteu seu capital em mero título de propriedade sobre o mais-valor que se espera do capital acionário. O movimento independente do valor desses títulos de posse, não só dos títulos da dívida pública, mas também das ações, reforça a ilusão de que eles constituem um capital real ao lado do capital ou do direito ao qual eles possivelmente deem título. (MARX, 2020, V-III, p. 524).

Após concluirmos essas análises preliminares, principalmente nos capítulos 25, intitulado *Crédito e capital fictício*<sup>232</sup>, e 29, denominado *As partes integrantes do capital bancário*<sup>233</sup>, presentes no Livro III de *O Capital* (1894), Marx chega ao conceito de capital fictício. Consequentemente, ele apresenta a seguinte afirmação conclusiva:

Ao desenvolverem-se o capital portador de juros e o sistema de crédito, todo capital parece duplicar e às vezes triplicar pelos diversos modos em que o mesmo capital ou o mesmo título de dívida aparece sob diferentes formas em diferentes mãos. Esse “capital monetário” é, em sua maior parte, puramente fictício. Todos os depósitos, com exceção do fundo de reserva, não são mais que créditos contra o banqueiro e jamais existem em depósito. Na medida em que servem para operações de giro, funcionam como capital para os banqueiros, depois que estes os emprestaram. Os banqueiros pagam uns aos outros os direitos recíprocos sobre os depósitos não existentes mediante a compensação mútua desses créditos. (MARX, 2020, V-III, p. 527).

---

<sup>231</sup>Ibidem, p. 524.

<sup>232</sup>Ibidem, p. 451.

<sup>233</sup>Ibidem, p. 521.

Diante disso, ao se distanciar do processo produtivo real, o capital fictício expande a riqueza da sociedade apenas em aparência, sem possuir vínculo direto com a produção material. Por isso, a previsão de crescimento é frustrada, uma vez que o próprio capital fictício propõe uma valorização futura do capital de forma abstrata. Essa ordem, portanto, é pré-estabelecida pelo sistema bancário e pode desalinhar a dinâmica expansiva do mais-valor em longo prazo, produzindo, com isso, super acumulação de capital fictício e intensificando as crises já abertas — ou produzindo novas. Sendo assim, mesmo sem analisar a relação do capital fictício com a taxa de juros<sup>234</sup> de um país — definida, sobretudo, pelo Banco Central —, a investigação da conversão do crédito em capital fictício — no contexto da proposta da pesquisa apresentada sobre as crises — já é suficiente para explicar, de forma breve, como o capital fictício pode alterar o curso real da acumulação de capital no longo prazo.

Nessa direção, conclui-se que o capital fictício aparece como forma histórica e necessária para o desenvolvimento do sistema de crédito no capitalismo avançado. Ainda assim, ele surge como um de seus elementos mais contraditórios e perigosos. Com efeito, ao se distanciar da produção material, essa forma autônoma de capital ganha a aparência de um valor que se valoriza sozinho. Assim, ele esconde o fato primordial de que a sua existência depende exclusivamente da extração do mais-valor proveniente da esfera produtiva real. Essa autonomia cria a ilusão de uma duplicação do capital social, sustentada pela rotatividade exagerada de títulos jurídicos, que representam os direitos sobre uma renda futura ainda não realizada. É imperativo afirmar que, em momentos de prosperidade econômica, a acumulação aumenta sem grandes oscilações, reforçando a ideia de riqueza crescente na sociedade. De fato, os bancos, otimistas com as projeções de crescimento, emprestam mais crédito e, assim, esse crédito se multiplica copiosamente. Em contrapartida, como vimos, quando a confiança no sistema de crédito é abalada, a contradição entre a produção real e o capital fictício é revelada: o que antes era visto como motor de crescimento econômico converte-se em portador de crises. Em última instância, a dificuldade de transformar os títulos de crédito em dinheiro real demonstra a característica puramente abstrata do capital fictício.

---

<sup>234</sup> BOTTOMORE, Tom. *Crédito e capital fictício*. In: \_\_\_\_\_. *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983. p. 81. “A primeira coisa que acontece é que a pressão eleva, e de maneira acentuada, as taxas de juros, o que resulta em falências e intervenções sobre os capitais mais fracos”. (p. 81).

Assim, o capital fictício, embora necessário ao desenvolvimento do sistema de crédito, carrega consigo a própria contradição que pode transformar a expansão financeira em um elemento de aprofundamento das crises do capitalismo avançado.

### **CAPÍTULO III. FORMULAÇÃO DE UMA “TEORIA” DAS CRISES, DESTACANDO AQUELAS RESULTANTES DA LEI DA QUEDA DA TAXA DE LUCRO.**

#### **3.1. A lei que “*desestabiliza*” o sistema capitalista: uma análise das crises a partir da tendência histórica de queda da taxa de lucro.**

Considerando os modernos empreendimentos tecnológicos aplicados à produção capitalista, o processo produtivo sofre, conseqüentemente — por meio da constante atualização do mais-valor relativo — transformações estruturais nas esferas da produção, assim como mudanças nos domínios da superestrutura. O desenvolvimento desmedido da produção capitalista constitui, a longo prazo, seu próprio declínio. Assim, o que aparentemente se manifesta como a garantia de lucros imediatos para os capitalistas, em essência, promove crises — tanto estruturais quanto superestruturais, dependendo de sua gravidade —, desfazendo os laços que mantêm a sociabilidade capitalista como um bloco homogêneo. Ao aumentarem os investimentos em capital constante e em capital fixo, os capitalistas reduzem drasticamente a aplicação em capital variável. Marx compreende essa relação a partir de estudos econômico-filosóficos, expressos principalmente no Livro III de *O Capital* (1894), na Seção III, conceituando essa relação dialética como a lei da queda tendencial da taxa de lucro<sup>235</sup>.

Segundo Marx, essa lei expressa a redução do trabalho vivo, ou seja, da aplicação de capital monetário em capital variável, que nada mais é do que a força de trabalho humana empregada na produção de bens de valor. Diante disso, a tendência à queda da taxa de lucro se manifesta como um fator duplo: por um lado, impulsiona a acumulação de capital no curto prazo, mas, por outro, retira do consumo segmentos produtivos essenciais, que sustentam a vida e a reprodução da classe trabalhadora. Em razão disso, a aceleração excessiva da economia capitalista tem como princípio dinamizador o consumo irrefletido, por parte dos capitalistas, de imensas quantidades de capital fixo e capital constante. Dessa forma, a substituição do trabalho humano por máquinas cada vez mais avançadas acompanha a queda tendencial da taxa de lucro. O sistema capitalista, portanto, consolida as crises por meio de sua própria dinâmica expansionista, pois, quanto mais capital excedente é gerado, maior é o risco de o capitalismo entrar em colapso, levando-o a destruir, de forma imoral, as riquezas

---

<sup>235</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 249.

acumuladas anteriormente.

Portanto, a principal característica do capitalismo é que os donos dos meios privados de produção — ou seja, os capitalistas — não atuam na luta de classes como um grupo dominante unificado, mas sim em constante concorrência entre si. Devido a essa dinâmica peculiar de competição privada, surge uma tendência de substituição do trabalho humano por máquinas. Entretanto, como o dinheiro é, na realidade, um símbolo concreto da atividade laboral humana — ou seja, da atividade humana de produção — e, à medida que menos trabalho humano é necessário no processo produtivo, há uma tendência decrescente de que novo trabalho humano seja demandado na produção de bens de valor. Diante disso, quando a lucratividade cai, significa que há menos dinheiro disponível para reinvestir em matérias-primas, máquinas, ferramentas e infraestrutura.

Marx aborda esse tema no Livro III d'*O Capital* (1894), mais precisamente na Seção III, intitulada *A Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro*, no capítulo treze, denominado *A lei como tal*. Nesse capítulo, o autor apresenta uma reflexão concisa sobre o trabalho na sociabilidade capitalista<sup>236</sup>. Assim, suponhamos que determinada quantia de capital variável seja colocada em circulação — por exemplo, no valor de R\$100, para facilitar a análise. Esse valor representa certo número de trabalhadores mobilizados. Partindo desse raciocínio, vamos supor, hipoteticamente, que R\$100 seja o valor gasto para empregar 100 trabalhadores durante uma semana<sup>237</sup>. Se esses trabalhadores realizarem no processo produtivo tanto o trabalho necessário quanto o trabalho excedente (ou seja, se trabalharem diariamente por oito horas — divididas em quatro horas para si mesmos, isto é, para a reprodução de seus salários, e mais quatro horas para o capitalista, ou seja, para a produção de mais-valor), o produto de seu trabalho será de R\$200. Dessa forma, o mais-valor gerado pelos trabalhadores corresponderia a R\$100. Contudo, como Marx afirma, a taxa de mais-valor *se expressa em taxas de lucro variáveis, que dependem dos diferentes volumes aplicados em capital constante*<sup>238</sup>.

Vejamos com mais detalhes essa relação.

À medida que o capital constante aumenta e o capital variável permanece inalterado ou diminui, a taxa de lucro de um capitalista qualquer tende a entrar em declínio. Mas por quê? Por exemplo, se o capitalista, dono de uma indústria de pneus, investir R\$50 em capital constante e R\$100 em capital variável, então a taxa de lucro será igual a  $100/150$ , ou seja, de

---

<sup>236</sup>Ibidem, p. 249.

<sup>237</sup>Ibidem, p. 249.

<sup>238</sup>Ibidem, p. 249.

$66\frac{2}{3}\%$ <sup>239</sup>. Por outro lado, se o mesmo capitalista investir R\$100 em capital constante e R\$100 em capital variável, a taxa de lucro diminuirá, uma vez que o resultado será igual a  $100/200$ , isto é, de  $50\%$ <sup>240</sup>. Consequentemente, por motivos inerentes à sua personalidade, se o capitalista investir R\$200 em capital constante, ao passo que o capital variável permanecerá em R\$100, então a taxa de lucro será ainda menor, ou seja, de  $100/300$ , resultando em um lucro abaixo de  $33\frac{1}{3}\%$ <sup>241</sup>. E se, ainda assim, o capitalista investir R\$300 em capital constante, ao passo que os mesmos R\$100 em capital variável permanecerem inalterados, o lucro final será de  $100/400$ , ou seja,  $25\%$ <sup>242</sup>. Por fim, se o capitalista, induzido cegamente pela lei coercitiva da concorrência, investir R\$400 em capital constante, ao passo que o capital variável ainda será de R\$100, então o lucro final será de  $100/500$ , isto é, de apenas  $20\%$ <sup>243</sup>. Nesse cenário, o capitalista entrará em crise e, se nada for feito, perderá o posto de capitalista competitivo.

Em razão disso, Marx atesta que a mesma taxa de mais-valor, com um grau de exploração constante do trabalho, é expressa, assim, em uma “[...] taxa decrescente de lucro, porque, com seu volume material, também aumenta, ainda que não na mesma proporção, o volume de valor do capital constante e, com isso, do capital total”<sup>244</sup>. Por capital total, podemos compreender o capital total adiantado para a compra de capital constante e variável. Por exemplo: o capital total de R\$100 compra R\$80 de capital constante mais R\$20 de capital variável. Desse modo, se a taxa de mais-valor for a mesma, sem uma intensificação do trabalho, a taxa de lucro tenderá a cair. Todavia, Marx é atento a essa relação, pois a queda da taxa de lucro é uma tendência, ou seja, sua queda não estará sempre determinada. Se, além disso, escreve Marx, partirmos do pressuposto de que essa *alteração gradual na composição do capital não se opera simplesmente em esferas isoladas da produção*<sup>245</sup>:

[...] mas, em maior ou menor grau, em todas ou pelo menos nas esferas decisivas da produção e que, portanto, essas alterações afetam a composição orgânica média do capital total existente numa determinada sociedade, chegaremos necessariamente à conclusão de que crescimento gradual do capital constante em proporção ao variável tem necessariamente como resultado *uma queda gradual na taxa geral de lucro*, mantendo-se constante a taxa do mais-valor, ou seja, o grau de exploração do trabalho pelo capital (MARX, 2020, V-III, p. 249 - 250).

---

<sup>239</sup>Ibidem, p. 249.

<sup>240</sup>Ibidem, p. 249.

<sup>241</sup>Ibidem, p. 249.

<sup>242</sup>Ibidem, p. 249.

<sup>243</sup>Ibidem, p. 249.

<sup>244</sup>Ibidem, p. 249.

<sup>245</sup> Ibidem. P. 249.

Uma vez que os lucros são os incentivos propulsores dos capitalistas, cada vez que diminuïrem, cairá, com eles, a acumulação dos capitalistas na produção. Assim, a paralisia da produção capitalista provocada por uma queda na taxa de lucro evidenciará que os capitalistas têm por meta unicamente alcançar para si a maior fatia do bolo do mais-valor produzido e realizado na produção. Toda vez que essa fatia dos lucros diminuir de tamanho em relação ao montante de capital empregado na produção, os capitalistas não hesitarão em retrainr a produção, despedir funcionários ou intensificar a exploração, lançando, com isso, toda a sociedade na crise e na depressão<sup>246</sup>. Nesse momento, os solos para as crises políticas estarão férteis, consolidando nas esferas da superestrutura crises políticas e de direção (hegemonia) cada vez mais agudas.

Na leitura de Marx, a lei da queda tendencial da taxa de lucro é uma lei muito habitual na economia política, pois, segundo ele, dada a grande importância que possui para a produção capitalista, pode-se “[...] dizer que essa lei constitui o mistério de toda a economia política desde Adam Smith (1723–1790) e que a diferença entre as diversas escolas desde Adam Smith consiste nas tentativas de lhe dar uma solução”<sup>247</sup>.

Isso coloca imediatamente a filosofia política e a economia política diante do fato de que existe uma lei inerente ao modo de produção capitalista que, em seu desenvolvimento, opera, no interior dele, uma contradição, uma vez que essa lei representa a diminuição relativa do capital variável em relação ao capital constante<sup>248</sup>. Portanto, isso significa exclusivamente que o mesmo número de trabalhadores assalariados, ou seja, a mesma quantidade de força produtiva do trabalho tornada disponível por meio de um capital variável de um dado volume de valor, impulsiona — elabora e consome produtivamente<sup>249</sup> —, em consequência dos métodos de produção peculiares que se desenvolvem no interior da produção capitalista, uma massa sempre crescente de “[...] meios de trabalho, maquinaria e capital fixo de todo tipo, matérias-primas e materiais auxiliares, no mesmo intervalo de tempo e, por conseguinte, também um capital constante de volume de valor sempre crescente”<sup>250</sup>.

Para Marx, uma das particularidades essenciais do capital é que ele precisa ser constantemente acumulado, independentemente das preferências subjetivas dos capitalistas

---

<sup>246</sup>ANTUNES, Jadir; BENOIT, Hector. *O problema da crise capitalista em O Capital de Marx*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 165.

<sup>247</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 251.

<sup>248</sup>Ibidem, p. 250.

<sup>249</sup>Ibidem, p. 250.

<sup>250</sup>Ibidem, p. 250.

tomados individualmente<sup>251</sup>. Por isso, a pressão sobre os capitalistas individuais se exerce por meio de mecanismos cada vez mais coercitivos da concorrência. Como o capital — além de ser uma relação social de produção — é sempre valor, esse valor tende constantemente a se expandir. Com a utilização de máquinas cada vez mais modernas, a acumulação capitalista possibilita a expulsão de camadas inteiras de trabalhadores ativos do processo produtivo. Por esse motivo, com a introdução das máquinas, outros métodos de trabalho são impostos e implementados. Em razão disso, a produção mecanizada, além de subverter os métodos de trabalho, cria, em seu seio, um exército industrial de reserva e, com ele, a lei geral da acumulação capitalista — ou seja: o mecanismo da produção capitalista adapta continuamente os trabalhadores às necessidades expansivas do capital. Nesse cenário, a classe trabalhadora tende a perder progressivamente qualquer tipo de qualificação, autonomia e domínio de um ofício profissional, ficando submetida aos ditames da maquinaria. Disso resulta que, nas palavras de Engels e Marx, o operário “[...] torna-se um simples apêndice da máquina e dele só se requer o manejo mais simples, mais monótono, mais fácil de aprender”<sup>252</sup>.

Vejamos com mais atenção esse importante encadeamento. A longevidade de uma reserva de força de trabalho humana desempregada é uma particularidade inerente à sociedade capitalista. O capitalismo, portanto, constrói e reproduz diariamente, impulsionado pela própria acumulação que lhe confere forma, um exército industrial de reserva. Mas por que isso acontece? — podemos nos perguntar. Porque a acumulação de capital significa o crescimento dele. Para que isso ocorra, novos métodos de produção, de proporções diversas e cada vez mais mecanizados, são criados e incorporados na produção de valores de troca.

À primeira vista, o crescimento do capital aumenta a demanda por mais trabalho humano; entretanto, a mecanização substitui os trabalhadores por máquinas cada vez mais avançadas e produtivas, reduzindo, assim, em um segundo momento, a demanda por mais trabalho. Uma relação muito delicada, pois a demanda por trabalho humano depende da força relativa de uma dessas novas forças produtivas. Essas forças produtivas, por outro lado, variam de modo a manter ou não o exército industrial de reserva.

Desse modo, quando o emprego é mais robusto do que o efeito da dispensa da força de trabalho humana e remunerada, o exército industrial de reserva tende a diminuir. Agora, quando as máquinas, das mais variadas, se encontram em expansão, assumindo, na produção,

---

<sup>251</sup>BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1983, p. 1-2.

<sup>252</sup>MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 46.

lugares antes ocupados pelo trabalho vivo e humano, a dispensa tende a criar o exército industrial de reserva, na mesma proporção em que os salários tendem a se desvalorizar.

Segundo Marx, a taxa de lucro tende a cair no curso do desenvolvimento capitalista porque, como regra geral, a composição orgânica do capital aumenta relativamente de modo mais rápido do que a taxa de mais-valor. O resultado dessa relação promove a superprodução, o aumento contínuo das forças produtivas, o capital excedente, adjacente ao exército industrial de reserva<sup>253</sup>. Já apontamos a importante posição que o exército industrial de reserva ocupa na análise teórica que Marx faz do capitalismo. Resta-nos, agora, realizar uma análise mais detalhada dessa relação conceitual.

É aceitável afirmar que, se a acumulação de capital se efetivasse suavemente e se as novas tecnologias que poupam trabalho humano estivessem sempre à disposição no momento adequado “[...] em quantidade adequada, poderia existir um exército de reserva mais ou menos estável que servisse para impedir a acumulação de exercer uma pressão ascendente indevida nos salários”<sup>254</sup>.

Em contrapartida, à medida que o capitalismo se desenvolve, surgem flutuações agudas na taxa de acumulação — em parte impulsionadas pelas revoluções técnicas —, tornando-se cada vez mais uma regra do desenvolvimento do sistema capitalista. Marx conceitua essa dinâmica de modernização das forças produtivas como mais-valor relativo, conforme já destacamos em passagens anteriores. Em função disso, no Livro I d’*O Capital* (1867), no capítulo intitulado *A lei geral da acumulação capitalista*, Marx escreve que:

[...] a acumulação e o consequente desenvolvimento da força produtiva do trabalho aumenta a súbita força de expansão do capital, e não só porque aumentam a elasticidade do capital em funcionamento e a riqueza absoluta, da qual o capital não constitui mais do que uma parte elástica, não só porque o crédito, sob todo tipo de estímulos particulares, e num abrir e fechar de olhos, põe à disposição da produção, como capital adicional, uma parte extraordinária dessa riqueza, mas porque as condições técnicas do próprio processo de produção, a maquinaria, os meios de transporte etc. possibilitam, em maior escala, a transformação mais rápida de mais-produto em meios de produção suplementares. (MARX, 2022, V-I, p. 707 - 708).

Marx, portanto, considera que o ciclo econômico — seja ele progressivo ou regressivo — é a forma específica do desenvolvimento capitalista, e tem como fases as crises. Pois uma taxa de lucro abaixo do normal impede a acumulação e precipita novas crises. A crise,

<sup>253</sup>SWEEZY, Paul. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 123.

<sup>254</sup>Ibidem, p. 124.

portanto, transforma-se em depressão e, finalmente, a depressão recria as condições favoráveis para uma aceleração na taxa de acumulação<sup>255</sup>. Porém, nesse ínterim, as camadas sociais mais frágeis são lançadas na miséria, fortalecendo o numeroso e crescente exército industrial de reserva. Essa conjuntura instável cria as condições perfeitas para crises políticas e de “autoridade” nas esferas da superestrutura — domínio da hegemonia burguesa, mas também espaço onde se consolida a luta de classes (agora) marcada pela guerra de posição.

Toda a forma de movimento da indústria moderna capitalista deriva, portanto, da “[...] transformação constante de uma parte da população trabalhadora em mão de obra desempregada ou semi empregada”<sup>256</sup>. Para entendermos melhor essa conexão entre o trabalho, a produção e as novas forças produtivas, faz-se necessária a leitura de uma passagem extensa escrita por Marx no Livro I d’*O Capital* (1867), no capítulo denominado *A lei geral da acumulação capitalista*, presente no subcapítulo: *Produção progressiva de uma superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva*. Sobre isso, Marx escreve:

Nos períodos de estagnação e prosperidade média, o exército industrial de reserva pressiona o exército ativo de trabalhadores; nos períodos de superprodução e paroxismo, ele barra suas pretensões. A superpopulação relativa é, assim, o pano de fundo sobre o qual se move a lei da oferta e da demanda de trabalho. Ela reduz o campo de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a avidez de exploração e a mania de dominação próprias do capital. É oportuno, aqui, retornarmos a uma das proezas da apologética econômica. Recordemos que, quando a introdução de maquinaria nova ou a ampliação de maquinaria antiga faz com que uma parcela do capital variável seja transformada em capital constante, o apologista econômico interpreta essa operação – que “vincula” capital e, por isso mesmo, “libera” trabalhadores – de modo invertido, como se ela liberasse capital para o trabalhador. Apenas agora podemos apreciar plenamente a impudência do apologista. O que é “liberado” são não apenas os trabalhadores diretamente substituídos pela máquina, mas também sua equipe de reserva e, com a expansão habitual do negócio sobre sua velha base, o contingente adicional regularmente absorvido. Eles estão, agora, “liberados”, e todo novo capital que deseje entrar em funcionamento pode dispor deles. Atraia esses trabalhadores ou outros, o efeito sobre a demanda geral de trabalho será nulo sempre que esse capital for suficiente para livrar o mercado da mesma quantidade de trabalhadores que nele foi lançado pelas máquinas. Se um número menor é empregado, aumenta a quantidade dos supranumerários; se emprega um número maior, a demanda geral de trabalho aumenta apenas na medida em que os ocupados excedem os “liberados”. Em todo caso, o impulso que, não fossem essas as circunstâncias, os capitais adicionais em busca de aplicação teriam dado à demanda geral de trabalho, neutraliza-se na medida em que os trabalhadores postos na rua pelas máquinas são suficientes. (MARX, 2022, V-I, p. 715 - 716).

Marx dá continuidade à sua análise ao afirmar que:

<sup>255</sup>Ibidem, p. 128.

<sup>256</sup>MARX, Karl. *O capital*. Livro I: *crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2022, p. 708.

Isso significa, portanto, que o mecanismo da produção capitalista vela para que o aumento absoluto de capital não seja acompanhado de um aumento correspondente da demanda geral de trabalho. E a isso o apologista chama de uma compensação pela miséria, sofrimentos e possível morte dos trabalhadores deslocados durante o período de transição, que os expulsa para as fileiras do exército industrial de reserva! A demanda de trabalho não é idêntica ao crescimento do capital, e a oferta de trabalho não é idêntica ao crescimento da classe trabalhadora, como se fossem duas potências independentes a se influenciar mutuamente. *Lesdèssontpipés* [os dados estão viciados]. O capital age sobre os dois lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação aumenta a demanda de trabalho, por outro, sua “liberação” aumenta a oferta de trabalhadores, ao mesmo tempo que a pressão dos desocupados obriga os ocupados a pôr mais trabalho em movimento, fazendo com que, até certo ponto, a oferta de trabalho seja independente da oferta de trabalhadores. O movimento da lei da demanda e oferta de trabalho completa, sobre essa base, o despotismo do capital. Tão logo os trabalhadores desvendam, portanto, o mistério de como é possível que, na mesma medida em que trabalham mais, produzem mais riqueza alheia, de como a força produtiva de seu trabalho pode aumentar ao mesmo tempo que sua função como meio de valorização do capital se torna cada vez mais precária para eles; tão logo descobrem que o grau de intensidade da concorrência entre eles mesmos depende inteiramente da pressão exercida pela superpopulação relativa; tão logo, portanto, procuram organizar, mediante *trades unions* etc., uma cooperação planificada entre empregados e os desempregados com o objetivo de eliminar ou amenizar as consequências ruinosas que aquela lei natural da produção capitalista acarreta para sua classe, o capital e seu sicofanta, o economista político, clamam contra a violação da “eterna” e, por assim dizer, “sagrada” lei da oferta e demanda. Toda solidariedade entre os ocupados e os desocupados perturba, com efeito, a ação “livre” daquela lei. Por outro lado, assim que, nas colônias, por exemplo, surgem circunstâncias adversas que impedem a criação do exército industrial de reserva e, com ele, a dependência absoluta da classe trabalhadora em relação à classe capitalista, o capital, juntamente com seu Sancho Pança dos lugares-comuns, rebelase contra a lei “sagrada” da oferta e demanda e tenta dominá-la por meios coercitivos. (MARX, 2022, V-I, p. 715 - 716).

À produção capitalista não basta, de modo algum, o agrupamento da força de trabalho disponível “[...] fornecida pelo crescimento natural da população. Ela necessita, para assegurar sua liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural”<sup>257</sup>. Porém, esse exército industrial de reserva, posto em movimento pelo aumento do capital constante em detrimento do capital variável, a longo prazo, como veremos, consolida, com raízes cada vez mais profundas, crises superestruturais impulsionadas pela lei da queda tendencial da taxa de lucro.

Não se trata, claramente, de uma lei econômica abstrata, mas, sim, concreta, alicerçada na realidade material. Essa diminuição “[...] relativa crescente do capital variável em relação ao capital constante e, assim, ao capital total, é idêntica ao aumento progressivo da composição orgânica do capital social em sua média”<sup>258</sup>. Lembremo-nos de que, por capital

<sup>257</sup>Ibidem, p. 710.

<sup>258</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 250.

total (C), Marx compreende ambos os tipos de capital, a saber: o capital constante (c) mais o capital variável (v). O primeiro representa os gastos com meios de produção, ao passo que o segundo simboliza os gastos com a força de trabalho. Assim, o capital total (C) corresponde à soma do capital constante (c) e do capital variável (v), resultando na fórmula sintética:  $C = c + v$ . Para que nada se perca, cito Marx:

E, do mesmo modo, não é mais que outro modo de expressar o desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho, que se revela precisamente no fato de que, graças ao emprego crescente de maquinaria e de capital fixo em geral, o mesmo número de trabalhadores transforma em produtos uma quantidade maior de matérias-primas e materiais auxiliares no mesmo tempo, ou seja, com menos trabalho. (MARX, 2020, V-III, p. 250).

Disso resulta que, a esse gradativo volume de valor do capital constante, corresponde um crescente barateamento do produto<sup>259</sup>. Mas por qual motivo isso ocorre? Segundo Marx, cada produto, considerado em si, contém uma soma de trabalho menor que nos estágios “[...] inferiores da produção, nos quais o capital desembolsado em trabalho se encontra em proporção incomparavelmente maior em relação ao capital desembolsado em meios de produção”<sup>260</sup>. No sentido mais rigoroso, com a queda progressiva do capital variável em relação ao capital constante, afirma Marx:

[...] a produção capitalista gera uma composição orgânica cada vez mais alta do capital total, que tem como consequência imediata o fato de que a taxa do mais-valor, mantendo-se constante e inclusive aumentando o grau de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro sempre decrescente. (MARX, 2020, V-III, p. 250).

Na mesma página, Marx, lúcido em suas ideias, assegura que a taxa de lucro pode cair — como foi demonstrado nas páginas anteriores do texto que aqui lhes foi oferecido — por outros motivos que não sejam adequadamente um maior emprego do mais-valor relativo. Marx prossegue:

A tendência progressiva da taxa geral de lucro à queda é, portanto, apenas *uma expressão, peculiar ao modo de produção capitalista*, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho. Não dizemos, com isso, que a taxa de lucro não possa cair provisoriamente por outras razões, mas demonstramos como uma necessidade evidente, com base na própria essência do modo de produção capitalista, que no progresso deste último a taxa média geral do mais-valor tem necessariamente de se expressar numa taxa geral decrescente de lucro. (MARX,

---

<sup>259</sup>Ibidem, p. 250.

<sup>260</sup>Ibidem, p. 250.

2020, V-III, p. 251).

Entretanto, o que nos importa para o momento é o declínio da taxa de lucro, partindo do pressuposto da diferença entre o capital constante e o capital variável. Portanto, Marx considera que, assim como a massa do trabalho vivo empregado decresce, também a parte desse trabalho vivo que não é paga tem de encontrar-se numa proporção “[...] sempre decrescente em relação ao volume de valor do capital total empregado”<sup>261</sup>. Permeando esse ideal, o lucro de que tratamos não é mais que um “[...] nome distinto para designar o próprio mais-valor, que só se apresenta em relação com o capital total, e não em relação com o capital variável do qual emana”<sup>262</sup>. Sendo assim, a queda da taxa de lucro expressa, pois, “[...] a proporção decrescente entre o próprio mais-valor e o capital total adiantado”<sup>263</sup>. Disso resulta que, uma vez que o lucro e a taxa geral de lucro caírem, cairá junto a acumulação capitalista<sup>264</sup>. Por isso, a essência da lei significa o seguinte:

[...] de todos os elementos que compõem o capital, o único que valoriza por meio da criação de mais-valia é a parte formada pelo emprego da classe trabalhadora e representada pelo capital variável. O capital constante, por ser trabalho morto, não cria valor e, por isso, não cria, também, mais-valia. Como no curso do desenvolvimento capitalista predomina a substituição da força de trabalho viva do operário pelo trabalho morto das máquinas e dos instrumentos de trabalho, em algum momento do processo de acumulação de capital esta substituição deverá, então, se manifestar na forma de uma queda na massa de mais-valia global produzida em relação ao volume acrescido do capital global empregado, e em algum momento esta contradição entre trabalho vivo e trabalho morto deverá se expressar, por isso, na forma de uma queda na taxa geral do lucro. (ANTUNES e BENOIT, 2016, p. 165 - 166).

Nessas condições, a lei é decisiva: com o decréscimo do capital variável em relação ao aumento do capital constante, a taxa de mais-valor deve se expressar em uma taxa de lucro em queda<sup>265</sup>. Desse modo, a partir da construção conceitual de Marx, a taxa de lucro não declina

---

<sup>261</sup>Ibidem, p. 251.

<sup>262</sup>Ibidem, p. 252.

<sup>263</sup>Ibidem, p. 252.

<sup>264</sup>ANTUNES, Jadir; BENOIT, Hector. *O problema da crise capitalista em O Capital de Marx*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 165.

<sup>265</sup>ANTUNES, Jadir e BENOIT, Hector. *O problema da crise capitalista em O Capital de Marx*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. “Marx considerava um absurdo as concepções de Ricardo e sua escola, que viam na elevação do salário provocada pela alta do preço dos meios de subsistência dos trabalhadores o fundamento real para a queda na taxa de lucro. Ricardo explicava a elevação de salários e a consequente queda na taxa de lucro, pela impossibilidade de se encontrar terras mais férteis e mais próximas dos centros de consumo capazes de serem utilizadas para o cultivo do trigo. Como a demanda aumentada por este produto empurrava o cultivo para terras mais distantes e menos férteis da Inglaterra, a força produtiva média do trabalho empregado no cultivo de trigo tendia a cair e, portanto, a encarecer o produto e a força de trabalho, visto que o trigo era o principal componente dos salários ingleses. Nesta concepção distorcida de Ricardo, a crise seria explicada por uma diminuição

porque o trabalho se torna improdutivo, mas porque a produção mecanizada se torna mais produtiva. Isso significa que a taxa de lucro cai não porque a massa de mais-valor cai com o aumento dos salários, mas, sim, porque a massa de capital constante empregado aumenta mais rapidamente do que a massa de capital variável. Em razão disso, Marx escreve:

A lei da taxa decrescente de lucro, na qual se expressa a mesma taxa ou inclusive uma taxa superior de mais-valor, quer dizer, em outras palavras, que, partindo de uma quantidade determinada qualquer do capital social médio, por exemplo, de um capital de 100, a parte destinada a meios de trabalho tende sempre a aumentar, ao passo que a destinada ao trabalho vivo tende a diminuir. Como a massa total do trabalho vivo agregado aos meios de produção diminui em relação ao valor desses meios de produção, diminui também o trabalho não pago e a parcela de valor na qual ele se representa, em relação ao valor do capital total adiantado. Ou: uma alíquota sempre menor do capital total desembolsado converte-se em trabalho vivo, e esse capital total suga, assim, cada vez menos mais-trabalho em relação a sua grandeza, embora a proporção entre a parte não paga do trabalho empregado e a parte paga deste último possa crescer simultaneamente. O decréscimo relativo do capital variável e o acréscimo do capital constante, apesar de ambos crescerem em termos absolutos, é, como já vimos, apenas outra expressão da produtividade aumentada do trabalho. (MARX, 2020, V-III, p. 253-254).

Várias observações devem ser feitas em relação a essa lei tão considerável da economia política e da filosofia política — em particular, a filosofia política materialista histórico-dialética. Por isso, vejamos alguns prováveis cenários. Suponhamos que um capital circulante no valor de R\$ 100 compre R\$ 80 de capital constante, mais R\$ 20 de capital variável, sendo o capital variável composto, hipoteticamente, por um número de 20 trabalhadores assalariados. Por essa razão, consideremos agora que, em um país menos desenvolvido na produção capitalista<sup>266</sup>, o capital destinado à produção mecanizada seja de apenas R\$ 20 de capital constante, mais R\$ 80 de capital variável, sendo que, nesse caso, o número de trabalhadores assalariados subiu também hipoteticamente de 20 para 80 pessoas<sup>267</sup>.

No primeiro cenário, os trabalhadores produzirão um valor de R\$40, ao passo que, no segundo contexto, os trabalhadores produzirão um valor de R\$120<sup>268</sup>. Assim, no primeiro

---

absoluta da massa de lucro em relação à massa de salários adiantada no processo e, assim, de uma diminuição da taxa de mais-valia”. (P. 167-168).

<sup>266</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Volume 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. “Podemos ter um termo de comparação na esfera técnica industrial: a industrialização de um país se mede pela sua capacidade de construir máquinas que construam máquinas e pela fabricação de instrumentos cada vez mais precisos para construir máquinas e instrumentos que construam máquinas etc. O país que possuir a melhor capacitação para construir instrumentos destinados aos laboratórios dos cientistas e para construir instrumentos que verifiquem estes instrumentos, este país pode ser considerado o mais complexo no campo técnico-industrial, o mais civilizado etc.”. (P. 19).

<sup>267</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 254.

<sup>268</sup>Ibidem, p. 254.

panorama, o capital contará com R\$80 de capital constante, mais R\$20 de capital variável, acrescidos de R\$20 de mais-valor; ou seja, a taxa de lucro é de apenas 20%. No entanto, no segundo momento, os R\$20 investidos em capital variável incorporados aos R\$80 de capital constante resultam, no final, em R\$40 de mais-valor; ou seja, em uma taxa de lucro de 40%. Levando isso em consideração, no segundo cenário, a taxa de lucro será duas vezes maior do que a apontada no primeiro cenário. Para dizer o essencial, no primeiro caso, o capital A se apropria do mais-trabalho de apenas 20 trabalhadores, ao passo que, no segundo, o capital B desfruta do mais-trabalho de 80 trabalhadores assalariados<sup>269</sup>.

Rigorosamente, Marx esclarece um importante ponto referente à lei da queda tendencial da taxa de lucro. Em primeiro lugar, tomemos como exemplo uma população trabalhadora de mil pessoas. Por suposição, essa população produz, diariamente, uma dada quantidade de trabalho necessário para sua própria sobrevivência, bem como um número específico de mais-trabalho, destinado aos bolsos dos capitalistas que os empregam. Diante disso, o mais-valor realizado pelo mais-trabalho constitui, em determinadas condições, uma grandeza inalterável de valor. Contudo, à medida que a massa de capital constante aumenta, consoante ao capital fixo e circulante — necessários para colocar o trabalho variável em movimento —, diminui, assim, a proporção entre a grandeza de valor e o valor desse capital, que aumenta com a sua massa, ainda que não na mesma proporção<sup>270</sup>.

Essa proporção mencionada, ou seja, conhecida por taxa de lucro, diminui, embora permaneça a mobilizar a mesma massa de trabalho vivo que antes; isto é, o capital continua dispondo da mesma massa de mais-trabalho de mil pessoas. A contradição, portanto, se dá nessa relação: a proporção se modifica não porque diminui a massa do trabalho vivo, uma vez que ela permanece inalterável, mas porque aumenta a massa do trabalho mecânico objetivado — o capital constante. Assim, a diminuição é apenas relativa, e não absoluta, e, de fato, nada tem a ver com a grandeza absoluta do trabalho humano e do mais-trabalho por ele produzido. Por isso, esclarece-nos Marx, a queda da taxa de lucro não deriva de uma diminuição absoluta, mas apenas de uma diminuição relativa do componente variável do capital, isto é, de seu decréscimo relativo comparado com o acréscimo do capital constante<sup>271</sup>. A taxa de lucro cai, porque, segundo Marx:

[...] o que dissemos acerca de massas dadas de trabalho e de mais-trabalho se aplica

---

<sup>269</sup>Ibidem, p. 254.

<sup>270</sup>Ibidem, p. 254-255.

<sup>271</sup>Ibidem, p. 254-255.

também a um número crescente de trabalhadores e, portanto, sob os pressupostos de que partimos, a uma massa crescente do trabalho disponível em geral, e de sua parte não paga, o mais-trabalho, em particular. Se a população trabalhadora aumenta de 2 milhões para 3 milhões; se, do mesmo modo, o capital variável que a ela é pago em salários era antes de 2 milhões e agora é de 3 milhões, enquanto o capital constante aumenta de 4 milhões para 15 milhões, então, sob os supostos dados (jornada de trabalho e taxa de mais-valor constantes), cresce a massa de mais-trabalho, do mais-valor, numa metade, em 50%, de 2 milhões para 3 milhões. No entanto, apesar desse aumento da massa absoluta do mais-trabalho, e, por conseguinte, do mais-valor, em 50%, a proporção entre o capital variável e o constante diminuiria de 2: 4 para 3: 15, e a proporção entre o mais-valor e o capital total se apresentaria da seguinte maneira (em milhões): **I.**  $4c + 2v + 2m$ ;  $C = 6$ ,  $l' = 33\frac{1}{3}\%$ . **II.**  $15c + 3v + 3m$ ;  $C = 18$ ,  $l' = 16\frac{2}{3}\%$ . (MARX, 2020, V-III, p. 255).

Em virtude dos resultados matemáticos apresentados por Marx na citação acima, podemos constatar, pois, que, enquanto a massa de mais-valor subiu à metade, a taxa de lucro caiu à metade da anterior<sup>272</sup>. Logo, o lucro não é outra coisa “[...] senão o mais-valor calculado sobre o capital social, e a massa do lucro, sua grandeza absoluta, é, portanto, socialmente considerada, igual à grandeza absoluta do mais-valor”<sup>273</sup>. Em vista disso, a grandeza absoluta do lucro, ou seja, a sua massa total, aumentará em “[...] 50%, apesar do enorme decréscimo na proporção entre essa massa de lucro e o capital total adiantado ou apesar do enorme decréscimo na taxa geral de lucro”<sup>274</sup>. Desse modo, nos informa Marx, o número de trabalhadores empregados pelo capital, isto é, a massa absoluta do trabalho que este põe em movimento, e, assim, a massa absoluta do mais-trabalho por ele absorvido, ou melhor, a massa “[...] do mais-valor por ele produzida, ou seja, a massa absoluta do lucro por ele produzido, podem então aumentar, e progressivamente, apesar da queda progressiva da taxa de lucro”<sup>275</sup>. Portanto, nesse cenário, ocorre uma queda muito maior da taxa de lucro em comparação ao aumento simbólico do capital variável:

O aparente paradoxo de uma taxa de lucro em queda ao lado de uma massa de lucro em alta se explica porque na base da acumulação capitalista há uma contradição incapaz de ser superada pelo capital: a contradição entre trabalhador e meios de produção. Na verdade, esta mesma contradição é constantemente posta e ampliada pelo próprio capital. Na base do capital todos os aumentos na força produtiva do trabalho social implicam sempre no aumento da composição orgânica do capital. Com a diminuição relativa da parte variável do capital em relação à sua parte constante, a taxa de lucro cai com grau de exploração do trabalho constante, e mesmo crescente, porque cai a grandeza relativa da mais-valia, isto é, porque cai a massa de mais-valia criada em relação com o valor do capital total adiantado. Mas não só essa grandeza relativa cai. A grandeza da mais-valia ou do lucro absorvido pelo capital global pode também cair de modo absoluto. (ANTUNES e BENOIT,

<sup>272</sup>Ibidem, p. 255.

<sup>273</sup>Ibidem, p. 255.

<sup>274</sup>Ibidem, p. 255.

<sup>275</sup>Ibidem, p. 255.

2016, p. 170).

As máquinas, portanto, que compõem o capital constante, representam uma forma de capital que não gera novo valor, mas apenas transfere seu valor ao produto durante o processo produtivo.

Com efeito, o capital pretende resolver a contradição inseparável entre ele e a classe trabalhadora assalariada substituindo o trabalho vivo do trabalhador pelo trabalho objetivado. Em razão disso, a taxa de lucro inclinar-se-á a cair, uma vez que a massa de trabalho não pago tornar-se-á insuficiente para valorizar o capital acrescido com a mesma taxa pregressa. Além disso, a lei da queda tendencial da taxa de lucro não funciona de modo determinante, isto é, sua queda não conduzirá necessariamente o capitalismo a enfrentar uma crise generalizada que possa conduzi-lo à bancarrota — mesmo compreendendo que essa queda é capaz, sim, de converter uma crise produtiva em uma crise disseminada e destrutiva nas duas esferas hegemônicas de organização do capital: a estrutura e a superestrutura<sup>276</sup>. Assim sendo, podemos afirmar que:

A lei da queda tendencial da taxa de lucro aparece deste modo, como uma lei contraditória, pois assim como poderia representar um perigo imediato para a acumulação capitalista ela poderia representar, ao mesmo tempo, a possibilidade de um desenvolvimento rápido e vertiginoso da acumulação devido ao estímulo que essa queda (até um certo limite) descarrega sobre os capitais individuais em luta para recuperar as antigas massas de lucro. A lei expressa o fato de que o processo de acumulação capitalista se constitui num processo profundamente contraditório, pois, ao mesmo tempo em que a queda na taxa de lucro levanta barreiras imensas à continuidade normal da ordem capitalista, ela estimula e acelera, contraditoriamente, a acumulação e a formação de novos e mais extensos capitais. (ANTUNES e BENOIT, 2016, p. 173).

A conveniente acumulação de capital transporta consigo a concentração do capital, sendo essa concentração um meio material destinado a aumentar as forças produtivas por meio do mais-valor relativo. Porém, nesse momento, inclui-se também o crescimento da população trabalhadora (superpopulação), uma vez que ela se vê constrangida a acompanhar o capital excedente, convertendo-se em nova camada subalterna cada vez mais explorada,

---

<sup>276</sup>Retomaremos esse tema no quarto capítulo, ou seja, na parte em que evidenciaremos o momento em que a crise se eleva para as superestruturas e como as classes dominantes utilizam mecanismos passivos e coercitivos para controlar o avanço da crise.

enquanto se transforma em uma superpopulação<sup>277</sup>. É interessante notar que Marx reconheceu a ligação entre a criação de novas forças produtivas e a superpopulação subalternizada da classe trabalhadora, uma vez que ele afirma que:

Um excedente momentâneo do capital excedente acima da população trabalhadora mobilizada surtiria um duplo efeito. Por um lado, mediante o aumento do salário e o consequente abrandamento das influências que dizemam e aniquilam a descendência dos trabalhadores, assim como mediante a facilitação dos matrimônios, tal excedente aumentaria paulatinamente a população trabalhadora; por outro lado, no entanto, mediante a aplicação dos métodos que geram o mais-valor relativo (introdução e aperfeiçoamento de maquinaria), ele criaria com ainda maior rapidez uma superpopulação artificial, relativa, que, por sua vez – já que na produção capitalista a miséria gera população –, se converteria numa nova incubadora de um aumento verdadeiramente rápido do tamanho da população. (MARX, 2020, V-III, p. 256).

O processo produtivo capitalista possui uma regra muito importante e geral: sempre que a massa dos meios de produção aumenta, essa mesma massa necessita ter à disposição uma população trabalhadora também excedente na mesma proporção, isto é, excedente e suscetível de ser cada vez mais explorada<sup>278</sup>. Em longo prazo, essa configuração não se resolve sem grandes abalos na superestrutura. Portanto, à medida que se desenvolve o processo de produção e acumulação, precisa aumentar, do mesmo modo, a massa “[...] do mais-trabalho suscetível de apropriação e apropriado e, por conseguinte, a massa absoluta do lucro apropriado pelo capital social”<sup>279</sup>. Ainda assim, as mesmas leis de produção e acumulação “[...] fazem com que, juntamente com a massa, também o valor do capital constante aumente em progressão crescente e mais rapidamente que a parte variável do capital, que é aquela que se troca por trabalho vivo”<sup>280</sup>. Desse modo, as mesmas leis produzem para o capital social “[...] uma massa crescente e absoluta de lucro e uma taxa de lucro decrescente”<sup>281</sup>.

Portanto, caso essa relação não seja convenientemente regulada, a queda na taxa de lucro se alicerçará no processo de produção e de circulação do capital, podendo conduzir, a depender de sua intensidade, a crises cada vez maiores e perigosas — sendo capaz de se sublevar, como veremos no próximo capítulo, para setores importantes da superestrutura.

A superpopulação é condição imprescindível para o capitalismo — melhor dizendo, para os capitalistas — continuar acumulando capital excedente, uma vez que as forças

<sup>277</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 256.

<sup>278</sup>Ibidem, p. 256 - 257.

<sup>279</sup>Ibidem, p. 256 - 257.

<sup>280</sup>Ibidem, p. 256 - 257.

<sup>281</sup>Ibidem, p. 256 - 257.

produtivas aumentam constantemente. Caso a superpopulação não venha a se concretizar em realidade, a massa trabalhadora atual, assim dizendo, inserida no momento analisado no mercado de trabalho, será reiteradamente mais explorada, visto que uma maior exploração se faz necessária — sob a hegemonia capitalista — frente às colossais forças produtivas em constante processo de modernização.

Assim sendo, o desenvolvimento da produção e da acumulação capitalista ordena processos de trabalho em escala cada vez mais ampla e, conseqüentemente, em extensões sempre crescentes do empreendimento empresarial. De tal modo, se esclarece que um capitalista particular disponha de um contingente de trabalhadores ativos cada vez mais numerosos na produção. Cabe destacar que, com base na população trabalhadora ativa, quando aumenta a taxa de mais-valor, seja pela intensificação ou prorrogação da jornada de trabalho, seja pela queda de valor do salário em decorrência do desenvolvimento da força produtiva, a massa do mais-valor, afirma Marx, precisa necessariamente aumentar, a despeito da queda relativa do capital variável em relação ao capital constante<sup>282</sup>. Desse modo, a exploração da classe trabalhadora assalariada tende a aumentar exponencialmente com a ampliação do capital constante.

Adquiramos mais um arquétipo conceitual a respeito do contrassenso da lei da queda tendencial da taxa de lucro. Suponhamos, pois, que a porcentagem do capital sobre a qual balizamos a taxa de lucro seja novamente de R\$100. De tal modo, esses R\$100 representam a composição mediana do capital total, digamos, de  $80c + 20v$ . Portanto, com o declínio relativo da parte variável do capital em relação ao constante e, assim, em relação ao capital total de R\$100, isto é, se a taxa de lucro decresce ao mesmo tempo em que o nível de exploração do trabalho assalariado permanece idêntico, então desaba a grandeza relativa do mais-valor, ou seja, a sua grandeza em semelhança ao valor do capital total adiantado de R\$100. Ao mesmo tempo, a grandeza do mais-valor absorvido pelo capital total de R\$100 diminui em termos absolutos<sup>283</sup>. É precisamente esta contradição que Marx esclarece ao escrever:

Com base numa taxa de mais-valor de 100%, um capital de  $60c + 40v$  produzirá uma massa de mais-valor e, portanto, de lucro, de 40; um capital de  $70c + 30v$  produzirá uma massa de lucro de 30; com um capital de  $80c + 20v$ , o lucro cairá a 20. Esse decréscimo refere-se à massa do mais-valor — e, portanto, do lucro — e provém do fato de que o capital total de 100 em geral mobiliza menos trabalho vivo em geral, o que significa que, mantendo-se idêntico o grau de exploração, mobiliza

---

<sup>282</sup>Ibidem, p. 257.

<sup>283</sup>Ibidem, p. 258.

também um volume menor de mais-trabalho e, com isso, produz menos mais-valor. (MARX, 2020, V-III, p. 258).

Decididamente, a taxa de lucro tende a cair, uma vez que o elemento vivo criador do mais-valor é gradativamente substituído, através da produção de mais-valor relativo, no processo de reprodução do capital social, por capital constante — que não valoriza o valor adiantado pelo capitalista<sup>284</sup>. Ainda assim, algumas medidas precisam ser tomadas pela classe capitalista, visando remediar momentaneamente as tendências às crises iniciadas pela queda na taxa de lucro. Por isso, vejamos algumas preparações (algumas mencionadas nas páginas acima):

Para evitar ou retardar esta queda na taxa de lucro, os capitais individuais procurarão aprofundar a taxa de mais-valia mediante maior exploração do trabalhador, forçando uma queda nos salários abaixo do valor da força de trabalho e próxima do salário-mínimo de subsistência. Os capitalistas individuais procurarão também desvalorizar o capital constante mediante revolucionamento constante dos meios de produção. Com este revolucionamento, o capital produz uma população trabalhadora abundante disposta a trabalhar por qualquer preço. Os capitais individuais poderão, ainda, migrar para regiões do planeta onde as condições de exploração da força de trabalho estejam mais próximas das condições almejadas pelo capital. Por fim, diferentes capitais individuais poderão se reunir numa única sociedade acionista e, assim, diminuir o volume de capital constante em relação ao número de trabalhadores explorados. Todos estes diferentes meios, apesar de retardarem a realização da tendência de queda na taxa de lucro, serão insuficientes para impedi-la completamente. (ANTUNES e BENOIT, 2016, p. 177).

Para nós, o componente mais importante da crise deflagrada pela queda na taxa de lucro talvez seja o seu impacto sobre setores cruciais da superestrutura, transformando radicalmente a vida de grande parte da sociedade. Vejamos exemplos concretos de como essa crise afeta efetivamente as relações sociais: uma vez que a queda na taxa de lucro se torna inevitável, os capitalistas cancelam as encomendas de meios de produção dirigidas a outros capitalistas, provocando, assim, uma paralisação abrupta da produção em diversos setores da sociedade. Além disso, com o cancelamento das encomendas, os capitalistas reduzem a produção na mesma proporção e demitem trabalhadores. Consequentemente, o mercado de meios de subsistência perde uma grande parcela de seus compradores, e as mercadorias acumulam-se nas prateleiras. Em larga escala, o resultado é crítico: as ações nas bolsas de valores entram em território negativo e as empresas perdem valor de mercado. Após esses episódios, a crise propaga-se para as esferas da superestrutura, sinalizando o advento de

---

<sup>284</sup> ANTUNES, Jadir; BENOIT, Hector. *O problema da crise capitalista em O Capital de Marx*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 177.

intensas crises políticas e de direção.

A queda na taxa de lucro provoca entre os capitalistas a estranha sensação de que o modo de produção capitalista encontra no desenvolvimento das forças produtivas um empecilho que nada tem a ver com a produção da riqueza propriamente dita. Essa barreira testemunha aos agentes da produção capitalista o caráter historicamente limitado e transitório do modo de produção capitalista. Esse obstáculo demonstra, portanto, que o capitalismo não é um modo de produção absoluto e eterno para a geração de riqueza, entrando periodicamente em contradição com seu próprio desenvolvimento. Desse modo, a crise se torna uma realidade, uma vez que a capacidade de consumo da sociedade não é determinada pelo poder absoluto de produção nem pela capacidade absoluta de consumo, mas pela capacidade de consumo com base nas relações antagônicas de distribuição<sup>285</sup>. Assim, essa redução deriva, assegura-nos Marx, da “[...] natureza do desenvolvimento do processo de produção capitalista”<sup>286</sup>.

Na medida em que declina relativamente o capital variável, ou seja, na medida em que se desenvolve a força produtiva social do trabalho, uma massa maior de capital total é “[...] necessária para pôr em movimento a mesma quantidade de força de trabalho e absorver a mesma massa de mais-trabalho”<sup>287</sup>.

Por isso, na mesma proporção em que se desenvolve a produção capitalista, desenvolve-se a possibilidade de uma população trabalhadora relativamente supranumerária, não porque a força produtiva do trabalho social diminui, mas porque aumenta, isto é, não por uma desproporção absoluta entre trabalho e meios de existência ou meios para a produção desses meios de existência, mas por uma desproporção decorrente da exploração capitalista do trabalho, da desproporção entre o crescimento progressivo do capital e sua necessidade relativamente decrescente de uma população cada vez maior. (MARX, 2020, V-III, p. 260).

Dessa forma, apresenta-se abaixo a *lei* de maneira concreta:

Se a taxa de lucro cai em 50%, então ela cai pela metade. Portanto, para que a massa de lucro permaneça constante, o capital terá de duplicar-se. Para que a massa do lucro continue a mesma ao diminuir a taxa de lucro, o multiplicador que indica o crescimento do capital total tem de ser igual ao divisor que indica a queda da taxa de lucro. Se a taxa de lucro cai de 40 para 20, o capital total tem de aumentar inversamente na proporção de 20: 40, a fim de que o resultado permaneça o mesmo. Se a taxa de lucro tivesse diminuído de 40 para 8, então o capital precisaria aumentar na relação de 8: 40, isto é, o quádruplo. Um capital de 1.000.000 a 40%

---

<sup>285</sup>Ibidem, p. 179.

<sup>286</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 259.

<sup>287</sup>Ibidem, p. 260.

produz 400.000, e um capital de 5.000.000 a 8% produz igualmente 400.000. Isso tem validade para que o resultado permaneça o mesmo. Se, pelo contrário, o resultado deve aumentar, então o capital terá de crescer numa proporção maior que aquela em que diminui a taxa de lucro. Em outros termos, para que o componente variável do capital total não só permaneça invariável em termos absolutos, mas para que aumente, ainda que diminua sua porcentagem do capital total, é necessário que este último cresça numa proporção maior que a queda percentual do capital variável. Ele tem de aumentar tanto que, em sua nova composição, necessite não só da antiga parte variável do capital, mas de uma quantidade ainda maior desta última para a compra de força de trabalho. Se a parte variável de um capital = 100 diminui de 40 para 20, então o capital total terá de aumentar a mais de 200 para poder empregar um capital variável maior que 40. (MARX, 2020, V-III, p. 260).

Para Marx, ainda que a massa explorada da população trabalhadora se conservasse constante e aumentassem apenas a constância e a magnitude da jornada de trabalho, a massa do capital empregado teria de aumentar, inclusive para que, ao alterar-se a composição modificada do capital, ela pudesse empregar a mesma massa de trabalho sob as antigas condições de exploração<sup>288</sup>.

Assim sendo, com o avanço do modo de produção capitalista — sobre todos os setores produtivos e esferas civis da sociedade —, o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho se expressa, de um lado, na tendência à queda progressiva da taxa de lucro e, de outro, no aumento constante da massa absoluta do mais-valor apropriado<sup>289</sup>. No caso de uma composição mais alta ou de um acréscimo relativo mais intenso do capital constante, o “[...] emprego de um capital variável acrescido em termos absolutos requer que o capital total aumente não só na proporção da composição mais alta, mas com rapidez ainda maior”<sup>290</sup>. Disso resulta que, quanto mais se expande o modo de produção capitalista, mais se amplia o capital total empregado para pôr em ação a mesma força de trabalho e, em maior medida ainda, para pôr em ação uma força de trabalho em contínuo crescimento<sup>291</sup>. Isso significa que, na base produtiva do capitalismo, a força produtiva do trabalho em desenvolvimento cria uma superpopulação trabalhadora aparentemente permanente<sup>292</sup>. Desse modo, se o capital variável, “[...] antes constituía  $\frac{1}{2}$  do capital total, agora constitui apenas  $\frac{1}{3}$ ,

---

<sup>288</sup>Ibidem, p. 261.

<sup>289</sup>Ibidem, p. 261.

<sup>290</sup>Ibidem, p. 261.

<sup>291</sup>Ibidem, p. 261.

<sup>292</sup> Em vista disso, aqui se manifesta a lei já revelada: a começar pela ocasião em que o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento adequado da composição do capital fazem com que uma quantidade cada vez menor de trabalho assalariado movimente uma quantidade cada vez maior de meios de produção; além disso, cada porcentagem do produto total, cada mercadoria individual e determinada massa total das mercadorias fabricadas absorve menos trabalho vivo e contém, ademais, menos trabalho objetivado, tanto no que diz respeito ao desgaste do capital fixo quanto às matérias-primas e aos materiais auxiliares consumidos. Isso significa que cada mercadoria singular contém uma soma menor de trabalho objetivado nos meios de produção, bem como do trabalho novo adicionado durante a produção. Por essa razão, o preço individual da mercadoria tende a cair.

então o capital total deverá ser triplicado para empregar a mesma força de trabalho; para empregar o dobro da força de trabalho, o capital total terá de ser sextuplicado”<sup>293</sup>. Em razão disso, escreve Marx:

[...] o enorme incremento da diminuição absoluta da soma de novo trabalho vivo agregado à mercadoria individual é acompanhado da diminuição absoluta da massa de trabalho não pago nela contido, por mais que esta tenha aumentado relativamente em proporção à parte paga desse trabalho. A massa de lucro sobre cada mercadoria individual diminuirá consideravelmente à medida que se desenvolva a força produtiva do trabalho, não obstante o crescimento da taxa de mais-valor; e essa diminuição, exatamente como na queda da taxa de lucro, só se tornará mais lenta por meio do barateamento dos elementos que formam o capital constante. (MARX, 2020, V-III, p. 264).

A redução dos preços das mercadorias implica que uma dada quantidade de trabalho se concretiza em uma quantidade maior de mercadorias. Ou seja, cada mercadoria individual, no contexto da produção capitalista, contém menos trabalho humano realizado. Disso resulta que, quanto menos trabalho humano realizado na produção, menor será o preço das mercadorias. Isso ocasiona, efetivamente, uma taxa de lucro menor para os capitalistas, consolidando o que antes era uma tendência em uma crise constatada, catalisada pela queda na taxa de lucro.

Várias ressalvas devem ser feitas em relação à taxa de lucro. Entre elas, uma é de grande importância: como o capitalista identifica se a taxa de lucro é positiva ou negativa? Segundo Marx, a taxa de lucro é medida sobre o capital total empregado no período de um ano. Isto é, a taxa de lucro é constituída pela relação entre o mais-valor — ou lucro — obtido e realizado em um ano ( $l$ ), e o capital total aplicado ( $k$ ), ou seja,  $l/k$ . Dessa forma, a taxa de lucro se revela positiva ou negativa para o capitalista após um ciclo completo de rotação de um ano. Portanto, o lucro obtido “[...] no curso de um ano é apenas a soma dos lucros sobre as mercadorias produzidas e vendidas no curso desse mesmo ano”<sup>294</sup>. Se avaliarmos o lucro sobre o preço de custo das mercadorias:

[...] obteremos uma taxa de lucro  $= l/k$ , na qual  $l$  é o lucro realizado no curso do ano, e  $k$  é a soma dos preços de custo das mercadorias produzidas e vendidas no mesmo período. Evidentemente, essa taxa de lucro  $l/k$  só poderá coincidir com a taxa real de lucro  $l/C$ , que é a quantidade de lucro dividida pelo capital total  $C$ , se  $k$  for  $= C$ , isto é, se o capital efetua precisamente uma rotação no ano. (MARX, 2020, V-III, p. 265).

<sup>293</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 261.

<sup>294</sup>Ibidem, p. 265.

Ainda assim, o capital investido só pode completar uma rotação completa quando a soma dos preços de custo das mercadorias produzidas se iguala à soma do capital total<sup>295</sup>.

Nessas circunstâncias, ao aumentar a produtividade da indústria capitalista mecanizada, amortece, na mesma proporção, o preço das mercadorias manufaturadas. Em razão disso, como os capitalistas procuram remediar essa instável situação? Marx nos afirma que o lucro só representa uma parte da massa de trabalho contida em cada mercadoria. Na maioria das vezes, a massa de lucro correspondente ao produto total não poderá cair abaixo da massa de lucro precedente, uma vez que o capitalista empregue a mesma quantidade de trabalhadores, com o mesmo grau de exploração. Além disso, o mesmo resultado pode ocorrer quando os capitalistas empregam menos trabalhadores, no entanto, aumentando o grau de exploração<sup>296</sup>. De acordo com Marx, ao manter a mesma quantidade de trabalho empregada, o aumento da massa de lucro só ocorre mediante a expansão “[...] do mais-trabalho não pago ou, mantendo-se constante o grau de exploração do trabalho, se aumentar o número de trabalhadores”<sup>297</sup>.

Na realidade, os capitalistas que empregam métodos de produção mais modernos, todavia ainda não generalizados a toda a cadeia produtiva, vendem seus produtos abaixo do preço de mercado, porém acima de seu preço de produção individual. Isso faz com que:

[...] a taxa de lucro aumente para ele até que a concorrência se encarregue de equalizá-la; durante esse período de equalização se cumpre o segundo requisito, que consiste no aumento do capital investido; segundo o grau desse aumento, o capitalista poderá, sob as novas condições, empregar uma parte da massa de trabalhadores anteriormente empregada e inclusive a massa inteira ou uma massa ainda maior, produzindo assim uma massa de lucro igual ou maior que antes. (MARX, 2020, V-III, p. 269).

No capitalismo, porém, essa relação não perdura por muito tempo, enquanto os outros capitalistas, mal posicionados na produção, são forçados invariavelmente à concorrência, através do emprego sempre generalizado de mais-valor relativo.

Analisando o capítulo 14, intitulado *Causas Contra-arrestantes*, no Livro III de *O Capital* (1894), podemos declarar que Marx nos oferece uma análise de influências, segundo ele, contra-arrestantes, ou seja, a respeito das ações provocadas pela classe capitalista que podem interferir na lei geral, dando a ela um caráter de propensão, uma vez que as influências

---

<sup>295</sup>Ibidem, p. 265.

<sup>296</sup>Ibidem, p. 267.

<sup>297</sup>Ibidem, p. 267.

contra-arrestantes podem conter os embriões para impossibilitar a queda da taxa de lucro. Marx, portanto, antecipa-se em declarar que existem efetivas ações contra-arrestantes, que nada mais são do que contratendências à queda da taxa de lucro, que impossibilitam a queda da taxa de lucro efetivamente — dando a ela exclusivamente o caráter de tendência. Assim, dentre as várias ações contra-arrestantes, as mais gerais são as mencionadas a seguir: a) aumento do grau de exploração do trabalho; b) compressão do salário abaixo de seu valor; c) barateamento dos elementos do capital constante; d) a superpopulação relativa; e) o comércio exterior; f) o aumento do capital acionário. Vejamos, em seguida, os detalhes de cada uma delas.

A primeira ação contra-arrestantes é o aumento do grau de exploração do trabalho. Em detalhes, Marx nos apresenta que o aumento do grau de exploração do trabalho se dá essencialmente por meio do prolongamento da jornada de trabalho. Com as modernas máquinas, ingerindo ferozmente quantidades sempre mais elevadas de matérias-primas, intensifica-se a permanência da mesma quantidade de capital variável na produção. Segundo Marx, é especialmente o prolongamento da jornada de trabalho, essa invenção da indústria moderna capitalista, que viabiliza a massa do mais-trabalho, sem alterar substancialmente a relação entre a força de trabalho empregada e o capital constante que a absorve<sup>298</sup>.

Em particular, já demonstramos que os procedimentos para a modernização das forças produtivas, ao buscar quantidades elevadas de mais-valor relativo, deságuam na seguinte configuração produtiva: emprega-se a mesma quantidade de trabalho geral, aumentando o grau de exploração do mais-trabalho. De que forma essa situação se apresenta? Suponhamos que, antes, a indústria capitalista empregava 20 trabalhadores, em 8 horas de trabalho, inseridos ativamente em um capital constante de 40 máquinas (de soldagem automobilística). A partir da ação contra-arrestantes no aumento do grau de exploração do trabalho, a indústria capitalista investe em explorar os mesmos 20 trabalhadores, só que agora, em 10 horas de trabalho diário, colocados em movimento por um capital constante de 80 máquinas (de soldagem automobilística). Disso resulta que a mesma quantidade de trabalhadores acompanha o aumento do capital constante, a partir de uma maior exploração dos trabalhadores ativos na produção. Como resultado, Marx afirma que a massa de mais-valor gerada por um capital de dada grandeza é produto de dois fatores:

[...] da taxa do mais-valor, multiplicada pelo número de trabalhadores empregados

---

<sup>298</sup>Ibidem, p. 272.

com a taxa dada. Portanto, dada a taxa do mais-valor, ela depende do número de trabalhadores, e dado o número de trabalhadores, depende da taxa do mais-valor, ou seja, depende em geral da relação composta entre a grandeza absoluta do capital variável e a taxa do mais-valor. Ora, ficou demonstrado que, via de regra, as causas que elevam a taxa do mais-valor relativo são as mesmas que reduzem a massa da força de trabalho empregada, mas está claro que, nesse caso, produz-se mais ou menos, conforme a proporção determinada em que se realiza esse movimento antitético, e que a tendência de diminuição da taxa de lucro é especialmente enfraquecida pela elevação da taxa do mais-valor absoluto, gerado graças ao prolongamento da jornada de trabalho. (MARX, 2020, V-III, p. 273).

De maneira concisa, caso um trabalhador solitário seja forçado a efetuar o trabalho que acertadamente poderia ser produzido por dois trabalhadores, esse trabalhador desacompanhado produzirá, com maior grau de exploração, a mesma quantidade de trabalho que dois trabalhadores forneceria em condições diferentes. Assim sendo, a massa de mais-valor não esconde segredos, pois ela é idêntica ao trabalho produzido pelo número de trabalhadores empregados. Desse modo, a taxa de lucro deve ser calculada sobre o capital variável e sobre a jornada de trabalho. A taxa de lucro, portanto, jamais pode diminuir ou aumentar sem que diminua ou aumente a massa de mais-valor produzida pelo capital variável<sup>299</sup>.

De maneira concisa, caso um trabalhador isolado seja forçado a efetuar o trabalho que acertadamente poderia ser produzido por dois trabalhadores, esse trabalhador isolado produzirá, com maior grau de exploração, a mesma quantidade de trabalho que dois trabalhadores forneceria em condições diferentes. Assim sendo, a massa de mais-valor não esconde segredos, pois ela é idêntica ao trabalho produzido pelo número de trabalhadores empregados. Desse modo, a taxa de lucro deve ser calculada sobre o capital variável e sobre a jornada de trabalho. A taxa de lucro, portanto, jamais pode diminuir ou aumentar sem que diminua ou aumente a massa de mais-valor produzida pelo capital variável<sup>300</sup>.

Além de reduzir os salários abaixo de seu valor, a classe capitalista deprecia também os elementos do capital constante. Com isso, chegamos à terceira iniciativa provocada pelas ações “contra-arrestantes”, sendo ela: o barateamento dos elementos do capital constante. Segundo Marx, quando se considera o capital total, ou seja, o capital completo investido pelo capitalista na produção, seja na compra do capital variável, seja na obtenção de capital constante ou fixo, o valor do capital constante não aumenta na mesma proporção que seu volume material<sup>301</sup>. Por exemplo, a massa de algodão “[...] que um fiandeiro europeu

---

<sup>299</sup>Ibidem, p. 274.

<sup>300</sup>Ibidem, p. 274.

<sup>301</sup>Ibidem, p. 275.

individual elabora numa fábrica moderna aumentou de maneira colossal em relação ao que antigamente um fiandeiro europeu elaborava com a roda de fiar”<sup>302</sup>. No entanto, o valor do algodão produzido não aumentou proporcionalmente, pois:

O mesmo ocorre com as máquinas e os demais elementos do capital fixo. Em suma, o mesmo desenvolvimento que incrementa a massa do capital constante em relação ao capital variável diminui, em consequência da força produtiva aumentada do trabalho, o valor de seus elementos e, assim, impede que o valor do capital constante, embora aumentando permanentemente, o faça na mesma proporção que seu volume material, isto é, que o volume material dos meios de produção postos em movimento pela mesma quantidade de força de trabalho. (MARX, 2020, V-III, p. 275).

Com efeito, ao que foi mencionado, está relacionada a desvalorização do capital existente, isto é, de seus elementos materiais, processada pelo desenvolvimento da indústria capitalista. Para Marx, também o barateamento dos elementos do capital constante é uma das causas que atuam constantemente e que refreiam a “[...] queda da taxa de lucro, apesar de, em determinadas circunstâncias, rebaixar a massa de lucro mediante o rebaixamento da massa do capital que produz lucro”<sup>303</sup>. Aqui se desvenda brevemente que “[...] as mesmas causas que engendram a tendência à queda da taxa de lucro moderam também a efetivação dessa tendência”<sup>304</sup>.

Em seguida, Marx investiga a quarta ação atenuante praticada pelos capitalistas, conceituada como a superpopulação relativa. Na sociedade capitalista, a superpopulação relativa é inerente ao desenvolvimento da força produtiva do trabalho. Sendo assim, a superpopulação relativa é mais evidente em nações onde o modo de produção capitalista se encontra mais avançado. Disso resulta o barateamento dos salários disponíveis, além da maior resistência que alguns ramos da produção — a depender do momento histórico analisado —, segundo a sua natureza, opõem à transformação do trabalho manual em trabalho mecanizado<sup>305</sup>. Em razão disso, o salário se encontra abaixo da média, de modo que, nesses ramos da produção, tanto a taxa como a massa do mais-valor são extraordinariamente elevadas<sup>306</sup>. Apesar disso, como a taxa geral de lucro é estabelecida por meio da equalização das taxas de lucro nos setores específicos da produção, a mesma “[...] causa que gera a tendência à queda da taxa de lucro produz aqui um contrapeso a essa tendência, paralisando,

---

<sup>302</sup>Ibidem, p. 275.

<sup>303</sup>Ibidem, p. 275.

<sup>304</sup>Ibidem, p. 275.

<sup>305</sup>Ibidem, p. 275-276.

<sup>306</sup>Ibidem, p. 275-276.

em maior ou menor grau, seu efeito”<sup>307</sup>.

Sob essas circunstâncias, alcançamos o quinto procedimento alicerçado pelas relações capitalistas, compreendido como o “comércio exterior”. Podemos afirmar que o comércio exterior é uma forma efetiva e amplamente testada das relações de produção capitalistas, uma vez que os encadeamentos produtivos do capitalismo lançam as suas teias sobre lugares longínquos da metrópole e menos favorecidos nas conexões de poder. Por isso, nações consideradas “atrasadas” são incorporadas à produção capitalista, sem exercer, porém, o papel de centralidade produtiva, fornecendo apenas *commodities* e bens manufaturados de segunda ordem, sobretudo com tecnologia estrangeira.

Por não estarem amadurecidas nas disputas de classes, fortemente rivalizadas nas nações de capitalismo de vanguarda, as nações ditas “atrasadas” são precárias de organização sindical, ausentes de uma sociedade civil organizada, bem como enfraquecidas de partidos políticos que busquem fazer frente às mazelas direcionadas pelas classes dominantes. O resultado pode ser encontrado na história do modo de produção capitalista: menores salários são pagos às classes trabalhadoras de cada nação, numerosos capitais variáveis são admitidos pelas indústrias estrangeiras, elevando, assim, a taxa de lucro em proveito das necessidades das classes altas da metrópole capitalista. Os capitais investidos em colônias produzem, afirma Marx, taxas de lucro satisfatórias para os capitalistas de outras regiões, devido ao baixo índice de desenvolvimento do capitalismo incipiente e periférico<sup>308</sup>.

Com isso, chegamos ao último apontamento fornecido por Marx a respeito das ações “contra-arrestantes”, sendo ele, o “aumento do capital acionário”. Marx nos relata que essa parte da exposição conceitual não será amplamente analisada “[...] em maior profundidade”<sup>309</sup>. Ainda assim, podemos constatar que, com o progresso das relações capitalistas, os juros possuem papel fundamental para a elevação da taxa de lucro. O aperfeiçoamento da produção capitalista, que caminha de “[...] mãos dadas com a aceleração da acumulação, uma parte do capital só pode ser calculada e empregada como capital portador de juros”<sup>310</sup>. Essa parte é conhecida como taxa média de lucro. Portanto, esses capitais, depois de deduzidos todos os custos, geram, para os capitalistas prestatários, juros, sendo eles, grandes ou pequenos, chamados de dividendos. No entanto, os juros podem agitar a economia de forma dúplice, ou seja, podendo aumentar ou declinar a taxa de lucro, uma vez que, na

---

<sup>307</sup>Ibidem, p. 276.

<sup>308</sup>Ibidem, p. 277.

<sup>309</sup>Ibidem, p. 279.

<sup>310</sup>Ibidem, p. 279.

equalização da taxa geral de lucro, se eles geram uma taxa de lucro menor que a taxa média, essa taxa de lucro tende a declinar ainda mais<sup>311</sup>.

Consideremos investigar mais de perto o conceito apresentado acima, conhecido como taxa média de lucro. Nessa seção, o conceito de taxa média de lucro caminha paralelamente com o de aumento do capital acionário. Antes de tudo, a taxa de lucro é compreendida como um indicativo que simboliza a rentabilidade do capital total aplicado. A taxa de lucro, portanto, precisa ser prevista dividindo a diferença entre as despesas e as receitas aplicadas pelo capital total na produção. Ainda assim, a taxa média de lucro é a taxa entre os diversos ramos absorvidos pela produção capitalista. De acordo com Marx, a taxa média de lucro é um conceito abstrato que permite assentar sobre bases materiais a ideia de que os juros fazem parte da produção do mais-valor. Mas como isso é possível? Como sabemos, o mais-valor é o processo de exploração da força de trabalho assalariada, em que os trabalhadores ativos, ao produzirem trabalho abstrato quantitativo, não recebem o equivalente àquilo que produziram na esteira da sociabilidade capitalista.

Para Marx, a separação do lucro médio em lucro do empresário implica assimilar que o empresário atua de forma ativa na produção e que seus rendimentos advêm de sua função prática na produção. Em contrapartida, o lucro médio adquirido pelos juros é resultado da posse do capital a ser emprestado (capitalista prestamista) a terceiros (prestatários). Ambos exercem na sociabilidade capitalista funções diferentes que tendem a atenuar ou aumentar a taxa de lucro.

Essa é a razão pela qual, uma vez consolidada a divisão qualitativa da taxa média de lucro, a “contabilidade” precisa registrar os dois rendimentos médios: o lucro do empresário ativo e os juros do capitalista usurário.

Isso significa que, quando o capital pertence ao próprio capitalista empresário, resta a ele receber tanto o lucro oferecido a ele pela função social que ocupa na produção como empresário, quanto os juros sobre o capital emprestado, conquistando, assim, o lucro médio integral. Nesse caso, esse capitalista *sui generis* domina toda a relação. Sob outra perspectiva, caso o capital seja emprestado de um capitalista A para um capitalista B, o capitalista A obterá os juros do empréstimo requerido pelo capitalista B — nesse caso, a taxa de lucro se apresenta como taxa média de lucro.

Dessa maneira, chegamos ao final da exposição das ações “contra-arrestantes” apresentadas por Marx no capítulo 14 do Livro III d'*O Capital* (1894). Ademais, resta-nos,

---

<sup>311</sup>Ibidem, p. 279.

para concluir a investigação a respeito da lei da queda tendencial da taxa de lucro, salientar o capítulo 15, presente no Livro III d'*O Capital* (1894), parte da obra denominada por Marx como *Desenvolvimento das contradições internas da lei*<sup>312</sup>.

Antes de qualquer coisa, precisamos manifestar que o capítulo 15 é sumamente importante, pois é nele que Marx exterioriza, em pouco mais de vinte e cinco páginas, a “teoria” da crise concernente à lei da queda tendencial da taxa de lucro. Dessa forma, necessitamos atentar-nos aos detalhes de cada afirmação proposta por Marx.

É preciso pontuar, de início, algumas asserções importantes antes de avançarmos: a) a taxa de lucro só é idêntica à de mais-valor se o capital constante for retraído e se o restante do capital total for despendido em salários; b) a taxa decrescente de lucro exprime a taxa reduzida de mais-valor se permanecer inalterada a relação entre o valor do capital constante e “[...] a quantidade de força de trabalho que põe esse capital em movimento ou se essa força de trabalho aumenta em relação ao valor do capital constante”<sup>313</sup>.

Outra preocupação constante dos capitalistas relativa à queda tendencial da taxa de lucro manifesta-se por meio da proposição de que ela expressa o desenvolvimento excessivo das forças produtivas. Isso significa que a acumulação de capital acelera a queda da taxa de lucro, uma vez que a própria concentração significa o domínio sobre todas as camadas do trabalho em ampla escala. Eis a grande contradição do capitalismo expressa: quanto mais forças produtivas são desenvolvidas, mais crises o sistema tende a incorporar. A crise, portanto, ao contrário do que muitos acreditam, não se apresenta pela escassez de riqueza, mas, ao contrário, consolida-se por meio do excesso de riqueza.

Criou-se tanta riqueza que o próprio complexo produtivo não consegue absorvê-la. Por outro lado, a queda da taxa de lucro apresenta a face mais pavorosa do modo de produção capitalista, pois aumenta a concentração de capital a tal ponto que sua centralização, através da expropriação até mesmo de capitalistas menores, aprofunda ainda mais o distanciamento entre as classes. Assim, a acumulação “[...] se acelera na proporção de sua massa, ainda que a taxa de acumulação diminua juntamente com a taxa de lucro”<sup>314</sup>. Diante disso, como certificamos:

Enquanto a taxa de valorização do capital total, taxa de lucro, é o aguilhão da produção capitalista (assim como a valorização do capital é seu único objetivo), sua queda torna mais lenta a formação de novos capitais independentes e, assim, aparece

---

<sup>312</sup>Ibidem, p. 281.

<sup>313</sup>Ibidem, p. 281.

<sup>314</sup>Ibidem, p. 281.

como ameaça ao desenvolvimento do processo de produção capitalista; tal queda promove a superprodução, a especulação, as crises e o capital supérfluo, além da população supérflua. (MARX, 2020, V-III, p. 281 - 282).

Vale destacar também que a taxa de lucro, em seu processo decrescente, assinala, a depender de sua intensidade, um dos aspectos incontornáveis do modo de produção capitalista. Veremos, pois, em detalhes, esse encadeamento quando analisarmos as crises de hegemonia nas divisões da superestrutura. De qualquer modo, cabe-nos adiantar que o modo de produção capitalista encontra em seu desenvolvimento obstáculos que não têm nenhuma relação com a produção de riqueza propositadamente. Esse entrave particular atesta a estreiteza e a fisionomia meramente transitória e histórica do modo de produção capitalista<sup>315</sup>. Corroborar, também, que essa ordenação produtiva não é a forma mais avançada e ética de sociabilidade enquanto organização econômica e sociopolítica, mas que, em oposição, ao atingir certo estágio de seu desenvolvimento, entra em conflito com o progresso civilizatório ulterior: a substituição de um mundo de necessidades por um mundo de liberdades.

A sociabilidade capitalista lança, quando entra em crise, não apenas as esferas produtivas estruturais à destruição regular, mas as próprias massas subalternizadas. As massas dominadas, inconformadas, mesmo inconscientes de sua posição social, lamentam a peregrinação diária de sua própria existência material. O peso diário, para muitas pessoas que buscam viver ao contrário de sobreviver, apenas reflete seus pensamentos mais íntimos, pois é muito comum ouvirmos regularmente das massas subalternizadas: — “Como a vida é sofrida. Como sobreviver é trabalhoso e entediante”. A pressão “[...] capitalista é muito mais mortal que as armas modernas: faz morrer lentamente de fome e desespero crianças e mulheres, como se cozidos em fogo lento, implacável”<sup>316</sup>. As massas dominadas pelo poder descomunal do capital, uma vez que compreendem que o capitalismo não satisfaz os seus desejos mais básicos de sobrevivência — deslocamento este que não é mecânico, mas fruto de muito trabalho organizativo de setores da esquerda organizada —, agitam, agora conscientemente, setores da superestrutura. Nesse momento de profunda estreiteza, as crises, antes apenas estruturais, rompem as barreiras que antes as solidificaram, sublevando para as camadas da superestrutura — o Estado, as leis, a cultura, o direito, a moral, a política e a ideologia —, colocando de joelhos toda a composição orgânica que assegurava o modo de produção capitalista como modo de produção dominante-dirigente.

---

<sup>315</sup>Ibidem, p. 282.

<sup>316</sup>GRAMSCI, Antonio. *Vozes da Terra*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Rita Coitinho. São Paulo: Boitempo, 2023, p. 56.

Em todo caso, as crises mais cortantes começam na estrutura produtiva e dela se rebelam.

Como se não bastasse, o processo de produção capitalista corresponde basicamente à produção de mais-valor, constituído pelo mais-produto, ou pela porcentagem das mercadorias produzidas, na qual o trabalho não pago está materializado efetivamente por meio do trabalho socialmente necessário<sup>317</sup>. Enquanto isso, é importante lembrar que a produção não pode ser negligenciada “[...] desse mais-valor — e a reconversão de parte dele em capital (ou seja, a acumulação) constitui parcela integrante dessa produção do mais-valor — é a finalidade direta e o motivo determinante da produção capitalista”<sup>318</sup>. Com o desenvolvimento do processo que se exterioriza na queda da taxa de lucro, a massa real do mais-valor produzido aumenta copiosamente. Tem-se, assim, outro processo importante: a necessidade da venda das mercadorias, ou seja, do produto final do trabalho objetivado, tanto da parte que restitui o capital variável e o capital constante, bem como da parte que representa o mais-valor<sup>319</sup>. Marx era enfático sobre esse ponto; assim, cito-o:

Se não se conseguir vendê-la ou se conseguir apenas em parte ou a preços inferiores aos de produção, o trabalhador terá sido explorado, certamente, mas sua exploração não se terá realizado como tal para o capitalista, não terá alcançado em absoluto a realização do mais-valor espoliado ou o terá alcançado apenas parcialmente, podendo inclusive acarretar a perda parcial ou total de seu capital. (MARX, 2020, V-III, p. 284).

A apropriação do mais-valor é a conformação mais característica que assume a exploração no modo de produção capitalista. O valor excedente adquire a fisionomia do lucro e a exploração converte-se no simples fato de a classe trabalhadora produzir bens manufaturados que precisam ser vendidos no mercado por um preço maior que o valor pago ao trabalhador na forma de salário. Sabemos que a produção capitalista é ainda a forma mais completa e direta de fabricação de mercadorias. Por isso, esse modo de produção, como relatamos, é determinado pela união entre capital constante e capital variável. No entanto, o capital variável esconde um pequeno segredo ainda não revelado: ele é variável justamente porque varia do começo ao fim no processo de produção. Mas como isso é possível? No começo da produção, é o valor da força de trabalho empregada que assume o protagonismo; em contrapartida, no fim, é o valor produzido por essa destreza produtiva em ação que

---

<sup>317</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 183.

<sup>318</sup>Ibidem, p. 283.

<sup>319</sup>Ibidem, p. 284.

reclama a preeminência da produção. O mais-valor é a diferença entre esses dois valores variáveis, unida ao capital constante.

Quando a extração do mais-valor, dentro de características normais, alcança seus limites, a alternativa para os capitalistas particulares é empregar o mais-valor relativo. Embora o emprego do mais-valor relativo reduza drasticamente o tempo de trabalho vivo na produção, o capitalista se vê coagido a aplicar melhorias ao aparato produtivo mecanizado, ou seja, ao capital constante. Com tal característica, o mais-valor relativo é o caminho que o capitalismo percorreu em sua breve história, fazendo dele o modo produtivo mais notável e dinâmico nos últimos três séculos. Pois, como muito bem nos relataram Engels e Marx, a burguesia, em seu domínio de classe, produziu:

[...] forças produtivas mais numerosas e mais colossais que todas as gerações passadas em seu conjunto. A subjugação das forças da natureza, as máquinas, a aplicação da química na indústria e a agricultura, a navegação a vapor, as estradas de ferro, o telégrafo elétrico, a exploração de continentes inteiros, a canalização dos rios, populações inteiras brotando da terra como por encanto — que século anterior teria suscitado que semelhantes forças produtivas estivessem adormecidas no seio do trabalho social? (ENGELS, MARX, 2007, p. 44).

Em razão disso, o capitalismo reformula e atualiza continuamente seus métodos de produção. Por exemplo: a sua engenharia única que lhe confere expressão, o seu capital fixo, a sua arquitetura própria, a posição geográfica momentânea de direção de todo o sistema e as inovações tecnológicas são, portanto, todas vertentes do mais-valor relativo. Em consequência disso, as transformações tecnológicas reduzem, ao mesmo tempo, o trabalho socialmente necessário, projetando a queda tendencial da taxa de lucro.

Nessa situação, a aplicação do mais-valor relativo é a investida de todos os capitalistas particulares. Essa partilha não combinada é a consequência do movimento de circulação da concorrência, através do qual os rendimentos de um capitalista são perdidos gradualmente à medida que o valor do produto tende a declinar quando modernas técnicas são adquiridas por outros capitalistas singulares. Se pensarmos bem, a aplicação do mais-valor relativo não se verifica como um método consciente para os capitalistas em longo prazo. De maneira oposta, a concorrência assegura a perda do privilégio que um capitalista singular assegurou a si, sobre seus parceiros de classe, mas concorrentes na produção. Apesar de que a extração do mais-valor é a pedra de toque do capitalismo desde os tempos iniciais, ambos caminham paralelamente — o mais-valor absoluto e o mais-valor relativo —, uma vez que, através da transformação coercitiva da tecnologia e das forças produtivas, novos impulsos de extração do mais-valor são renovados. Sobre isso, Marx escreve:

Essa é uma lei da produção capitalista, lei dada pelas constantes revoluções nos próprios métodos de produção, pela constante desvalorização do capital existente acarretada por essas revoluções, pela luta concorrencial generalizada e a necessidade de melhorar a produção e ampliar sua escala, apenas como meio de autoconservação e sob pena de sucumbir. Por isso, o mercado precisa ser constantemente expandido, de modo que seus nexos e as condições que os regulam assumam cada vez mais a forma de uma lei natural independente dos produtores, tornem-se cada vez mais incontroláveis. A contradição interna procura ser compensada pela expansão do campo externo da produção. Quanto mais se desenvolve a força produtiva, mais ela entra em conflito com a base estreita sobre a qual repousam as relações de consumo. Sobre essa base plena de contradições não é em absoluto uma contradição que o excesso de capital esteja ligado a um excesso crescente de população, pois, se os fatores combinados fazem aumentar a massa do mais-valor produzido, justamente com isso se acentua a contradição entre as condições nas quais esse mais-valor é produzido e as condições nas quais ele é realizado. (MARX, 2020, V-III, p. 284).

Em consideração a isso, a taxa de lucro diminui “[...] não porque o trabalhador seja menos explorado, mas porque se emprega menos trabalho em proporção ao capital investido em geral”<sup>320</sup>. Melhor dizendo, desenvolvem-se tantas forças produtivas que o trabalho vivo quantitativo, para acompanhá-las, precisa ser mais explorado, ou necessita, no melhor dos casos, que se aumente a quantidade de trabalhadores assalariados ativos na produção. Além disso, é salutar destacar que as forças produtivas consideradas obsoletas são descartadas em favor das modernas, engendradas por meio do emprego do mais-valor relativo. Isso condiciona, ao mesmo tempo, a concentração do capital:

[...] já que agora as condições de produção exigem o emprego massivo de capital. E condiciona também sua centralização — isto é, que os pequenos capitalistas sejam engolidos pelos grandes — e a descapitalização dos primeiros. Trata-se, uma vez mais, porém elevada à segunda potência, do divórcio entre as condições de trabalho e os produtores, entre os quais ainda se encontram esses pequenos capitalistas, já que, no caso deles, o trabalho próprio ainda desempenha certo papel; em geral, o trabalho do capitalista se encontra em proporção inversa à grandeza de seu capital, isto é, ao grau em que ele é capitalista. Esse divórcio entre as condições de trabalho, de um lado, e os produtores, de outro, é o que forma o conceito de capital; um divórcio que tem início com a acumulação primitiva aparece em seguida como processo constante na acumulação e na concentração do capital e, por fim, se expressa aqui na centralização de capitais já existentes em poucas mãos e na descapitalização de muitos (fenômeno no qual se converte agora a expropriação). Esse processo logo provocaria o colapso da produção capitalista, se tendências contra-arrestantes não atuassem constantemente com um efeito descentralizador junto à força centrípeta. (MARX, 2020, V-III, p. 286).

A respeito disso, já expusemos alguns exemplos. Em contrapartida, esse modo de produção tem como regra geral a preservação do valor. Seja o valor na figura do capital existente na produção e a sua máxima valorização; seja a ampliação cada vez mais rápida e

---

<sup>320</sup>Ibidem, p. 286.

maior desse valor. Por causa disso, os métodos pelos quais os capitalistas atingem tais objetivos são simples: a) o decréscimo momentâneo da taxa de lucro; b) a desvalorização do capital existente e obsoleto frente às novas necessidades, como também o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho à custa das forças produtivas já realizadas<sup>321</sup>. Com isso, a desvalorização continuada do capital existente — que é um recurso do modo de produção capitalista para barrar a queda da taxa de lucro e apressar a acumulação do valor mediante a formação de novo capital —, perturba as condições estabelecidas nas quais se processa a reprodução do capital, da mesma maneira que o processo de circulação, promovendo, em vista disso, paralisias e crises no processo de produção. A produção capitalista tende constantemente a superar esses limites “[...] que lhes são imanentes, porém consegue isso apenas em virtude de meios que voltam a elevar diante dela esses mesmos limites, em escala ainda mais formidável”<sup>322</sup>. O verdadeiro obstáculo, escreve Marx:

[...] à produção capitalista é o próprio capital, isto é, o fato de que o capital e sua autovalorização aparecem como ponto de partida e ponto de chegada, como mola propulsora e escopo da produção; o fato de que a produção é produção apenas para o capital, em vez de, ao contrário, os meios de produção serem simples meios para um desenvolvimento cada vez mais amplo do processo vital, em benefício da sociedade dos produtores. Os limites nos quais unicamente se podem mover a conservação e a valorização do valor de capital, as quais se baseiam na expropriação e no empobrecimento da grande massa dos produtores, entram assim constantemente em contradição com os métodos de produção que o capital tem de empregar para seu objetivo e que apontam para um aumento ilimitado da produção, para a produção como fim em si mesmo, para um desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais do trabalho. O meio — o desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais — entra em conflito constante com o objetivo limitado, que é a valorização do capital existente. Assim, se o modo de produção capitalista é um meio histórico para desenvolver a força produtiva material e criar o mercado mundial que lhe corresponde, ele é, ao mesmo tempo, a constante contradição entre essa sua missão histórica e as relações sociais de produção correspondentes a tal modo de produção. (MARX, 2020, V-III, p. 289 - 290).

Sobretudo, com a queda da taxa de lucro, aumenta a quantidade necessária de capital que o capitalista individual precisa usar para o emprego produtivo do trabalho. Trata-se, precipuamente, do capital requerido, tanto para a exploração em geral, como para que o tempo de trabalho empregado seja o necessário à produção das mercadorias, ou seja, para que “[...] ele não ultrapasse a média do tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las”<sup>323</sup>. Em paralelo a isso, a concentração aumenta, uma vez que, para além de certos limites, uma quantidade maior de capital, possuindo uma taxa menor de lucro, acumula-se mais

<sup>321</sup>Ibidem, p. 289.

<sup>322</sup>Ibidem, p. 289.

<sup>323</sup>Ibidem, p. 290.

rapidamente do que um capital pequeno com uma grande taxa de lucro. No que diz respeito a isso, essa crescente concentração de capital, alcançando certo nível, motiva uma nova queda da taxa de lucro, o que determina que a massa dos pequenos capitalistas fragmentários seja lançada às imprevisibilidades das especulações, das fraudes creditícias e acionárias e das crises<sup>324</sup>. Assim, o efeito da desestabilização econômica inicia-se no núcleo da própria classe dominante. Sobre isso, Marx escreve:

Enquanto tudo corre bem, a concorrência, tal como se revela no nivelamento da taxa geral de lucro, atua como uma confraria da classe capitalista, que reparte o butim coletivo comunitariamente e em proporção à grandeza da participação de cada um de seus membros. Quando já não se trata de dividir o lucro, e sim as perdas, cada um procura reduzir o máximo possível sua participação e transferi-las a outrem. As perdas são inevitáveis para a classe. Mas a parte que cabe a cada indivíduo nessas perdas, a participação de cada um no cômputo geral, torna-se uma questão de poder e astúcia, e aqui a concorrência converte-se numa luta entre irmãos inimigos. Deflagra-se, então, o antagonismo entre o interesse de cada capitalista individual e o da classe capitalista, do mesmo modo como antes se impunha praticamente a identidade desses interesses por meio da concorrência. (MARX, 2020, V-III, p. 292).

Mas não apenas entre a classe dos capitalistas as crises se manifestam e abalam as relações de convivência. A princípio, as crises se anunciam entre as classes altas. Entretanto, isso não deve ser determinado como uma regra. Em todo caso, as crises, manifestas na estrutura produtiva, tendem a subir, atingindo as camadas da sociedade mais fragilizadas.

Entre os capitalistas singulares, alguns serão engolidos e esquecidos para que outros mais bem fixados ascendam em seus lugares. Entre as mercadorias produzidas precedentes às crises, muitas serão destruídas, outras terão seus valores confrontados, tendo seus preços diminuídos grosseiramente. E, por fim, as classes baixas serão consumidas pelas crises, sem aviso, marginalizadas ainda mais, lançadas na fome e na inadvertência.

Retomaremos essas relações entre as crises e as classes subalternas nas páginas seguintes, pois são essas relações que precisamos, de fato, investigar futuramente. Mas para isso, necessitamos compreender ainda mais de perto alguns detalhes de como essas crises atingem a estrutura e as relações de existência que delas frutificam. Em razão disso, avançaremos um pouco mais.

Assim, vejamos como Marx relata as turbulências nas linhas de crédito, na queda dos preços das mercadorias, no enfraquecimento da moeda dinheiro, uma vez que as crises se estabelecem com mais efetividade. Para que nada se perca, cito Marx:

---

<sup>324</sup>Ibidem, p. 290.

A destruição principal, com o caráter mais agudo, teria lugar com relação ao capital e, na medida em que este possui atributo de valor, com relação aos valores de capital. A parte do valor de capital que só se encontra na forma de indicações de futuras participações no mais-valor, no lucro — de fato, como meros títulos de dívida sobre a produção sob diversas formas —, é imediatamente desvalorizada com a diminuição das entradas sobre as quais está calculada. Uma parte do ouro e da prata cunhados encontra-se inativa, não funciona como capital. Uma parte das mercadorias que se encontram no mercado só pode completar seu processo de circulação e reprodução por meio de uma enorme contração de seus preços, isto é, da desvalorização do capital que essa parte representa. Também os elementos do capital resultam mais ou menos desvalorizados. A isso se acrescenta que determinadas relações pressupostas de preços condicionam o processo de reprodução e que, em virtude disso, esse processo, devido à baixa geral dos preços, entra num estado de paralisação e desequilíbrio. Essa perturbação e esse estancamento paralisam a função do dinheiro como meio de pagamento — função dada simultaneamente com o desenvolvimento do capital e baseada naquelas relações pressupostas de preços —, interrompem em inúmeros pontos a cadeia das obrigações de pagamento em determinados prazos e são intensificados pelo conseqüente colapso do sistema de crédito desenvolvido simultaneamente ao capital, o que conduz a violentas e agudas crises, a súbitas desvalorizações forçadas, a um estancamento e uma perturbação reais do processo de reprodução e, com isso, a uma redução efetiva da reprodução. (MARX, 2020, V-III, p. 293 - 294).

Na medida que esses efeitos se estabelecem na realidade concreta, a classe trabalhadora começa a sentir os resultados das crises. Com a paralisação da produção, ou no melhor cenário, o seu declínio contínuo, porém, não abrupto, a classe subalterna se sente inativa e, com isso, envergonhada, mas colocada em uma situação prática obrigada a tolerar a queda nos salários. À classe capitalista, como já vimos, resta apenas a aplicação cada vez mais desinibida do mais-valor relativo, pois, como Marx afirma:

[...] a queda de preços e a luta concorrencial teriam estimulado todo capitalista a reduzir o valor individual de seu produto total abaixo de seu valor geral mediante o emprego de novas máquinas, de novos métodos aperfeiçoados de trabalho, de novas combinações, isto é, a incrementar a força produtiva de dada quantidade de trabalho, diminuir a relação entre o capital variável e o constante e, com isso, liberar trabalhadores; em suma, a criar uma superpopulação artificial. Além disso, a desvalorização dos elementos do capital constante seria ela mesma um elemento a implicar a elevação da taxa de lucro. A massa do capital constante empregado teria aumentado em relação à massa do capital variável, mas o valor daquela massa poderia ter diminuído. A paralisação verificada na produção teria preparado uma ulterior ampliação desta última, dentro dos limites capitalistas. E assim se percorreria novamente o círculo. Uma parte do capital, desvalorizada pela paralisação de suas funções, recuperaria seu antigo valor. Além disso, o mesmo círculo vicioso seria outra vez percorrido com condições de produção ampliadas, um mercado expandido e uma força produtiva aumentada. (MARX, 2020, V-III, p. 294).

O que ocorre, assegura Marx, é que se fabricam diariamente meios de subsistência e meios de trabalho em uma quantidade considerável para serem aplicados como meios de exploração dos trabalhadores assalariados a uma taxa de lucro determinada. Isso significa que

se produzem mercadorias em excesso para efetivar o mais-valor e o valor nelas contidos sob as condições de distribuição e consumo “[...] dadas pela produção capitalista e reconvertê-los em novo capital, isto é, para efetuar esse processo sem explosões sempre recorrentes”<sup>325</sup>. O resultado dessa relação incompatível é simples: não é que se produza no modo de produção capitalista demasiada riqueza. O que ocorre é que se produz “[...] periodicamente demasiada riqueza sob suas formas capitalistas antagônicas”<sup>326</sup>. Assim, a barreira do modo de produção capitalista se denota:

1. No fato de que o desenvolvimento da força produtiva do trabalho gera, com a queda da taxa de lucro, uma lei que, em certo ponto, opõe-se do modo mais hostil ao desenvolvimento dessa força produtiva e que, por isso, tem de ser constantemente superada por meio de crises.
2. No fato de que é a apropriação de trabalho não pago e a proporção entre este último e o trabalho objetivado em geral — dito em termos capitalistas, o lucro e sua proporção entre esse lucro e o capital empregado, ou seja, certo nível da taxa de lucro — que decidem se a produção deve ser expandida ou restringida, e não a relação entre a produção e as necessidades sociais, as necessidades de seres humanos socialmente desenvolvidos. Por isso, a produção, ao atingir determinado grau de expansão, encontra limitações que, sob outros pressupostos, seriam absolutamente insuficientes. Ela fica paralisada não no ponto em que isso se impõe pela satisfação das necessidades, mas naquele em que isso é exigido pela produção e pela realização de lucros. (MARX, 2020, V-III, p. 299 - 300).

Na sociabilidade capitalista, a gigantesca força produtiva, em relação à população, que se desenvolve no núcleo do modo de produção capitalista e, ainda que não na mesma velocidade, tal como o crescimento dos valores de capital em um ritmo muito mais rápido que o crescimento da população em geral, contradiz a base cada vez mais restrita, em relação à riqueza crescente, para a qual opera essa enorme força produtiva e as condições de valorização do capital em expansão<sup>327</sup>.

O resultado mais agudo dessa relação incompatível: as crises.

Em retrospecto, a queda da taxa de lucro obriga o capitalista individual a aplicar cada vez mais o mais-valor relativo na produção, aumentando, momentaneamente, a taxa de lucro. Mas não apenas isso, o mais-valor relativo é a condição *sine qua non* do modo de produção capitalista para continuar a se desenvolver. No entanto, os outros capitalistas singulares também são coagidos a aplicar o mais-valor relativo na produção, pressionados pela lei coercitiva da concorrência. Em relação a isso, a taxa de lucro volta a subir, até o momento, obviamente, em que a tecnologia aplicada não esteja amplamente democratizada para todos os

---

<sup>325</sup>Ibidem, p. 297.

<sup>326</sup>Ibidem, p. 297.

<sup>327</sup>Ibidem, p. 306.

capitalistas práticos. Entretanto, o mais-valor permanece estagnado, uma vez que o capital variável, ou seja, o trabalho vivo continua o mesmo.

Com efeito, para que algo significativo seja realizado, os capitalistas precisam explorar cada vez mais a classe trabalhadora, aumentando o número de horas trabalhadas ou reduzindo os salários; ou acrescentar, contra a sua vontade, de maneira significativa, o contingente de trabalhadores ativos na produção. O resultado é sempre o mesmo: o trabalho vivo acompanha a produção até determinado instante em que as forças produtivas voltam a aumentar. Nesse momento, a taxa de lucro volta a cair. Caso o mais-valor não se amplie consideravelmente, o capitalista não possuirá reservas futuras para investir em mais capital variável, assim como em mais-valor relativo, precisando desacelerar a produção. Diante disso, dois efeitos práticos podem se seguir dessas causas, a saber: a) o capitalista menor será absorvido por outro capitalista maior; b) o sistema produtivo entrará em crise devido à falta de desenvolvimento constante, conduzindo, com ele, todas as relações que nele se sustentam a perturbações arriscadas.

A queda tendencial da taxa de lucro é a ameaça constante à taxa de lucro do capitalista esclarecido na produção, consequência não da divergência entre a troca comercial e a produção, mas, sim, do aumento da própria produtividade da produção. Diante disso, a lei da queda tendencial da taxa de lucro é compreendida como uma “teoria” que representa que a taxa de lucro tende a diminuir ao longo da produção continuada. Para Marx, pois, a “teoria” comprova empiricamente que a produção capitalista possui uma característica passageira, isto é, apenas uma etapa de mais um sistema produtivo, posterior ao asiático, escravocrata (antigo), feudal, mercantil<sup>328</sup>, visto que, no final, a necessidade por lucros e valores sempre maiores conduz, de tempos em tempos, todo o sistema ao colapso.

Conclui-se que, as inovações tecnológicas necessárias ao capitalismo, asseguradas pelo acréscimo do mais-valor relativo, permitem a consolidação de meios de forças produtivas cada vez mais eficientes, em curto prazo. Mas que sempre encontra uma barreira para o seu aperfeiçoamento.

Para Marx, o progresso tecnológico, concentrado cada vez mais nas mãos dos capitalistas e adaptando-se à atual estrutura produtiva, possui características de economia de trabalho, ao produzir, ainda assim, cada vez mais bens manufaturados. Em contrapartida, as máquinas, sendo hoje a expressão do modo de produção capitalista, voltadas apenas a servir

---

<sup>328</sup>MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 2021, p. 6.

essas relações contraditórias de produção quantitativa de valores-de-uso, ampliam as condições de, em dado momento não determinado, a taxa de lucro voltar a declinar, diante de todas as condições já afirmadas nas páginas anteriores.

As crises provenientes da estrutura produtiva são, portanto, catalisadoras de outras crises, agora nas esferas da superestrutura, como veremos a partir de agora.

### **3.2. Da “teoria” das crises em Marx ao conceito de crise de hegemonia em Gramsci.**

As crises econômicas deixam efeitos duradouros nas populações empobrecidas da classe trabalhadora, isso quando não as empobrecem ainda mais. Para demonstrarmos algumas situações de pauperização, alguns exemplos colhidos pelo olhar humanista de Marx e imortalizados no Livro I de *O Capital* (1867) revelam, em detalhes, como as crises afetam concretamente a vida dos trabalhadores mais desfavorecidos nas esferas sociais do capitalismo. Seguiremos, de tal modo, os caminhos percorridos por Marx em meados do século XIX.

O ano é 1857. Com ele vieram as grandes crises financeiras, em especial as crises de Londres. A história nos revela que os distritos de Londres sofreram com a falta de algodão. Esta fibra natural era a responsável por alimentar as grandes máquinas de fiar das indústrias têxteis da época.

Contudo, algo começou a mudar na segunda parte do século XIX. Com a falta desse produto fundamental, muitos capitais tiveram que se reorganizar, uma vez que as esferas habituais de investimentos se deslocaram para grandes centros do mercado monetário. Nesse tempo, portanto, a crise assumiu um caráter predominantemente financeiro.

Isso nos conta que as bases do capitalismo europeu, principalmente o inglês, não eram mais incipientes. Estava o sistema produtivo completamente consolidado, produtiva e institucionalmente.

Próximo àquele período analisado por Marx, portanto, toda semelhança com a afirmação proferida por Alexis de Tocqueville<sup>329</sup> (1805–1859) não parecia mera analogia. Tocqueville, na França, uma década antes, na Câmara dos Deputados, articulou estas palavras: “Estamos dormindo sobre um vulcão. Os senhores não percebem que a terra treme

---

<sup>329</sup>Alexis de Tocqueville (1805–1859) destacou-se como filósofo e político francês, sendo reconhecido como um dos principais representantes do pensamento liberal.

mais uma vez?”<sup>330</sup>. Entretanto, na Inglaterra, a erupção da crise ocorreu não pela ebulição revolucionária deflagrada pela Revolução Francesa de 1789, mas pela própria contradição do sistema capitalista institucionalizado, pois a crise, após gerar-se por longos nove anos, revela a sua face em maio de 1866.

Fato curioso, pois, foi que, nesse ano, realizou-se em Londres a Conferência de Londres, que levou à Confederação Canadense — ou seja, à confederação que construiu o litígio que uniu as Colônias Britânicas da América do Norte. Todavia, nesse terreno de aparente normalidade, a capital da Inglaterra e do Reino Unido sentiu o “chão estremecer”, visto que os seus principais bancos de investimento entraram, naquele fatídico ano, em falência. Para agravar a situação, já nada confortável, a crise envolveu outro grande ramo de negócios londrinos: a construção de navios de ferro<sup>331</sup>.

Assegura-nos Marx, portanto, que, durante o período de crise apresentado acima, os magnatas da construção de navios haviam não apenas produzido embarcações em excesso, como também irresponsavelmente especulado por fontes de crédito em excesso, acreditando que os mananciais especulativos continuariam a jorrar sem interferências.

O resultado, entretanto, não poderia ser outro. Com a falência dos grandes bancos de investimento de Londres, os créditos se esgotaram, levando, com a sua ausência, grandes industriais da construção de navios — que contavam com esse dinheiro abstrato em suas mãos — à falência. De tal modo que, nesse cenário nada promissor, os trabalhadores foram fortemente afetados, perdendo seus empregos e sendo lançados na incerteza, o que os levou a vivenciar condições de extrema pobreza — como veremos.

Para que nada se perca enquanto verificação histórica, reproduziremos, a seguir, algumas passagens analisadas por Marx, referentes às publicações de um jornal semanal londrino conhecido, à época, como *Morning Star*. O periódico, publicado de 1826 até 1911, particulariza, em 1867, as condições de vida dos trabalhadores dos setores estaleiros.

Segundo a reconstrução feita por Marx a respeito das reportagens do periódico londrino, havia no leste de Londres, especificamente nos distritos de Millwall, Poplar, Greenwich, Deptford, Canning Town e Limehouse, “[...] ao menos 15 mil trabalhadores com suas famílias numa situação de extrema miséria, entre eles mais de 3 mil mecânicos

---

<sup>330</sup>HOBBSBAWM, Eric. *A Era do Capital: 1848–1875*. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2021, p. 31.

<sup>331</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2022, p. 742.

qualificados”<sup>332</sup>. Se não fosse trágica a situação, seus fundos de reserva esgotaram-se após 8 meses de desemprego<sup>333</sup>. Um trabalhador relata — segundo nos conta Marx — que se esforçava para chegar ao portão de uma *workhouse* (instituição que fornecia sustento às pessoas pobres) de Poplar, uma vez que a multidão faminta o cercava à procura de pão<sup>334</sup>.

Ainda assim, a situação dos trabalhadores haveria de se agravar. Apenas nessa *workhouse* descrita por Marx, meses depois do início da crise, mais de 7 mil trabalhadores desempregados recebiam ajuda alimentícia. Diante disso, tendo como referência o jornal *Morning Star*, Marx reproduz um relato comovente de um trabalhador. Segundo nos descreve o filósofo, um homem desempregado há 27 semanas vivia, com toda a sua família, em um quarto frio dos fundos de uma residência maior. A família dividia a pouca comida que tinham em estoque. O quarto, portanto:

[...] não estava inteiramente desprovido de mobília, e havia fogo na lareira. Isso era necessário para proteger do congelamento os pés descalços das crianças, pois era um dia terrivelmente frio. Num prato em frente ao fogo havia uma quantidade de estopa que a mulher e as crianças desfiavam em troca do pão da *workhouse*. (MARX, 2022, V-I, p.743).

Ainda sobre a extrema pobreza vivenciada pelos trabalhadores estaleiros, apresentaremos, em seguida, outro relato evidenciado por Marx no Livro I de *O Capital* (1867), tendo como referência, mais uma vez, o jornal *Morning Star*, sobre a situação vivida por uma família pobre da Irlanda. Com efeito, cito Marx:

Nossa visita seguinte foi à esposa de um irlandês, ex-operário nos estaleiros navais. Encontramo-la doente por falta de alimentação, deitada com suas roupas sobre um colchão, mal coberta por um pedaço de tapete, pois toda a roupa de cama fora penhorada. As crianças miseráveis a cuidavam, embora parecessem necessitar eles de cuidados maternos. Dezenove semanas de inatividade forçada haviam-na reduzido a esse estado, e enquanto nos contava a história do amargo do passado, lamentava-se como se tivesse perdido toda esperança num futuro melhor [...]. Ao sairmos dessa casa, alcançou-nos um jovem que corria atrás de nós e pediu-nos que fôssemos à sua casa para vermos se alguma coisa podia ser feita por ele. Uma jovem esposa, duas belas crianças, um punhado de recibos de penhor e um quarto vazio era tudo o que tinha para mostrar. (MARX, 2022, V-I, p.743-744).

Constatamos que todos esses sofrimentos vividos pelas famílias ligadas à classe trabalhadora se seguiram à crise de 1866<sup>335</sup>. Em nenhuma outra parte, o caráter antagônico da

---

<sup>332</sup>Ibidem, p. 742.

<sup>333</sup>Ibidem, p. 742.

<sup>334</sup>Ibidem, p. 742.

<sup>335</sup>Ibidem, p. 744.

produção e da acumulação capitalista assistida por Marx se manifestou como nos setores da produção industrial. Talvez isso se deva ao fato de essa esfera produtiva ser, naquele período, mais desenvolvida. A sobrevivência seguia — e ainda segue — carregada de muito sofrimento e humilhação. Com a queda da taxa de lucro dos capitalistas, como já vimos, famílias inteiras foram — e são — lançadas à própria sorte, sem saber no futuro o que vão vestir, comer ou onde residir.

Para complementar esta seção, precisamos retornar mais uma vez aos acontecimentos da Irlanda. Entretanto, desta vez, não investigando as condições de vida de uma única família, mas as de um país inteiro. Para tal propósito, Marx nos oferece os dados de sua pesquisa ao afirmar, após exaustivos estudos documentais, o declínio populacional dessa ilha a números próximos aos do período “pré-industrial”. Vejamos as circunstâncias que aqui nos interessam:

A população da Irlanda aumentara, em 1841, a 8.222.664 pessoas; em 1851, reduziu-se a 6.623.985; em 1861, 5.850.309, [...] isto é, aproximadamente a seu nível de 1801. O decréscimo começou com o ano da fome de 1846, de maneira que, em menos de 20 anos, a Irlanda perdeu mais de 5/16 de sua população. O número total da emigração de maio de 1851 a julho de 1865 foi de 1.591.487 pessoas, sendo que a emigração durante os últimos 5 anos, 1861-1865 foi de mais de meio milhão. O número de casas habitadas diminuiu, de 1851 a 1861, em 52.990. (MARX, 2022, V-I, p.770).

Como vimos, a propriedade privada dos meios de produção possui uma dialética própria, sendo ela a antítese fundamental da propriedade social. A propriedade privada dos meios de produção, assentada no modo de produção capitalista, quando desestabilizada por fatores alheios à sua vontade de aumentar constantemente o mais-valor, degenera as condições de vida da classe trabalhadora — agora desempregada.

Observamos que o capitalismo, ao atingir certo coeficiente de seu desenvolvimento, produz, inconscientemente, os meios materiais de sua “possível” destruição. O adjetivo “possível” precisa ser usado categoricamente, visto que nada é mecânico na história; muito menos a superação de um sistema produtivo tão complexo e enraizado. Mesmo assim, esses momentos de anormalidades agitam, na sociedade civil uma vez organizada, as forças e as paixões<sup>336</sup> das classes subordinadas — dominadas cultural e economicamente —, antes paralisadas pela expansão “saúdável” da produção. Diante disso, como veremos, esse encadeamento de “possível” ruptura na hegemonia dominante-dirigente das classes altas precisa ser compreendido a partir do conceito gramsciano de crise de hegemonia — nas

---

<sup>336</sup>Ibidem, p. 831.

camadas da superestrutura. Ainda assim, as crises periclitantes das esferas analisadas da estrutura criam as condições:

[...] da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital se converte num entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um grau em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. (MARX, 2022, V-I, p. 832).

A destruição prolongada das forças produtivas causa efeitos duradouros nas camadas empobrecidas da classe trabalhadora. Por isso, as misérias, a servidão e a degeneração, como asseguradas por Marx, isto é, as relações expressas na prática pelo antagonismo do próprio aparelho produtivo capitalista, podem indicar as revoltas da classe trabalhadora. Essas insurgências, na linguagem de Gramsci (1891–1937), nosso próximo filósofo a ser investigado, são compreendidas a partir do conceito de crise de hegemonia, direção ou autoridade. Sob tal perspectiva, a classe trabalhadora se torna, ou pode se tornar, protagonista de seu próprio destino, podendo se transformar — após muita luta e organização política — em classe dominante-dirigente, enquanto “[...] consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora”<sup>337</sup>.

Ademais, a função derradeira da classe trabalhadora é superar efetivamente a orientação político-ideológica das classes altas, contrapondo o elemento nacional em que vive e se educa “[...] no conjunto da vida estatal e sofre inconscientemente a influência da escola, do jornal, da tradição burguesa”<sup>338</sup>. Nesses momentos de profundas incertezas, a crise, antes apenas estrutural — como vimos, alicerçando camadas inteiras de trabalhadores inativos na miséria —, modifica-se, ou pode se modificar, em força material transformadora, ou seja, em crise política viva e eficaz, sublevando para as esferas da superestrutura, criando consciências novas e enraizando-se em uma profunda crise de hegemonia.

Portanto, partindo das análises de Gramsci — sem abandonar as bases conceituais de Marx —, podemos constatar que ele compreendeu a sociedade de seu tempo como resultado direto do processo histórico, determinado pelas relações materiais capitalistas que organizam a vida humana. Ao examinar as relações superestruturais de sua época, Gramsci não deixou

<sup>337</sup>GRAMSCI, Antonio. *Vozes da terra: a questão meridional*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Rita Coitinho. São Paulo: Boitempo, 2023, p. 138.

<sup>338</sup>Ibidem, p. 139.

de considerar as contribuições apresentadas por Marx, que foram discutidas em detalhes nos capítulos anteriores desta tese. Gramsci reconhecia, portanto, que as crises lançam as massas populares na miséria material e espiritual, mas também as capacitam para possíveis combates no terreno da luta de classes, se efetivamente organizadas politicamente. Nesse cenário, uma parcela da sociedade avança historicamente, buscando caminhos mais progressistas para as classes subalternas.

Por outro lado, as classes dominantes resistem. Consequentemente, a nova possibilidade histórica, emergida das relações do velho mundo em crise e ultrapassado, não pode efetivamente existir sem luta, sendo invariavelmente asfixiada pelos aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes e dirigentes tradicionais. Essa resistência pode acontecer tanto através do consenso quanto por meio da coerção exercida por uma força hegemônica vigente. O consenso atua desarticulando, convencendo ideologicamente ou esterilizando a organização das massas populares em processo de emancipação, solidificando na sociedade civil a hegemonia das classes tradicionais e mantendo o bloco histórico estável e homogêneo.

Em todo momento histórico, portanto, existiram classes subordinadas e classes que as dominam. Talvez a tese fundamental, já rejeitada por Gramsci, seja: o que as impede de agir na luta de classes? A própria condição de subordinado, e a história é a avaliação concreta disso, não as lança automaticamente na luta revolucionária ou por melhores condições de vida; se assim fosse, viveríamos há séculos uma forma elevada de existência material. Se tal ação não acontece, é necessário buscar primeiramente nas terminologias dos partidos enfraquecidos, muitos deles ligados às classes dominadas abstratamente, limitando-se a organizá-las minimamente, por meio de fraseologias vazias, permitindo que se dispersem como massas desorganizadas para posições de direita e até de extrema-direita. No entanto, mais do que identificar no centro da organização social os elementos que conduzem as classes subordinadas a agir em convivência com interesses alheios, isto é, das classes dominantes, é preciso reconhecer que a estrutura social capitalista na qual estamos inseridos se mantém, em primeiro lugar, porque a sociedade, ou melhor, grande parte dela, sustenta o modelo capitalista à medida que o reproduz e amplia<sup>339</sup>.

O conceito de hegemonia, como veremos a partir da Seção 3.3 e nos Capítulos 4 e 5,

---

<sup>339</sup> NICODEMOS, Carlos Eduardo. *Risorgimento, americanismo e fascismo: o conceito de revolução passiva como categoria interpretativa da modernização no mundo da produção capitalista* [recurso eletrônico]. 2021. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2021. Orientação de Ana Maria Said. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.6032>. Acesso em Dezembro de 2024. P. 30.

corresponde à superioridade de uma determinada concepção de mundo sobre as demais. Além disso, conecta-se ao conceito de revolução passiva, pois, segundo Gramsci, as revoluções passivas ocorrem, a depender da formação social de cada país, com ou sem o uso da violência, a depender da profundidade da crise de hegemonia em questão.

Dessa forma, o conceito de hegemonia em Gramsci constitui-se como força mais consenso, revestida de coerção. No entanto, em períodos de calmaria social — ou seja, quando a formação capitalista amplia a extração de mais-valor sem grandes abalos —, o consenso apoia-se na força, ainda que sem explicitá-la, já que a maior parte da sociedade dominada tende a aceitar o mundo atual, suas leis e suas representações. Gramsci entendeu que as agitações históricas no capitalismo avançado se configuram na luta permanente entre classes antagônicas, em sua incessante busca pela conquista da hegemonia, por meio de uma guerra de posição nas sociedades ocidentais, que se materializa na sociedade civil — palco das lutas de classes no capitalismo monopolista e financeiro. Veremos, portanto, a partir de agora, que as crises, uma vez enraizadas nas esferas da superestrutura, remodelam todas as condições de vida, de pensamento e, conseqüentemente, toda a organização social e econômica<sup>340</sup>.

Em contrapartida, o mundo burguês e suas representações — ou seja, o velho mundo — resiste aprimorando suas forças produtivas, propagando aleivosias do velho regime produtivo de que só no passado residem a verdade e a generosidade política e econômica, e deslegitimando todo agente social que emerge da nova sociedade, ainda em construção — lançando, periodicamente, populações trabalhadoras inteiras sob a autoridade coercitiva de Estados fascistas. Assim, o que ocorre no capitalismo avançado ainda hoje é a tendência cada vez mais coercitiva de superar suas crises, por meio de revoluções passivas, na qual as classes dominantes — não mais meramente administradoras ou dirigentes —, ao buscarem preservar o modo de produção capitalista como único vigente, aprofundam a fusão entre o Estado coercitivo burguês, na configuração mais crua da sociedade política, e o modo de produção capitalista na sua fase monopolista e financeira, porém em crise<sup>341</sup>.

### **3.3. Da experiência particular ao contexto universal: a Itália como um espaço de análise diante da crise econômica e da hegemonia do capitalismo.**

---

<sup>340</sup>Ibidem, p. 31-32.

<sup>341</sup>Ibidem, p. 21.

A crise do capitalismo<sup>342</sup>, nas primeiras décadas do século XX, sobretudo na Europa Ocidental, encontrou na Itália seu laboratório para experimentos. É imprescindível assegurar que, de fato, na Itália, o bloco histórico se fragmentou com mais força, dando existência a formas de governo autoritárias, sendo o fascismo a sua mais radical manifestação. Portanto, o fascismo, notadamente o italiano, foi o resultado de uma crise interna e também externa do capitalismo em nível internacional. Com efeito, essas crises se conectavam dialeticamente. Nessa perspectiva, a investigação sobre o fascismo na Itália precisa ser materialista-histórica dialética, ou como defendia Gramsci, através de uma investigação orientada pela filosofia da *práxis*, para compreender essas delicadas relações como situações concretas, ligadas à crise estrutural do capitalismo em nível nacional e mesmo internacional. Assim, a Itália se revelou como um caso particular dessas crises sistêmicas maiores e universais.

Desse modo, é imperativo entender que a Itália se manifestou como um diagnóstico dessas crises maiores e universais, servindo ao capitalismo também como antídoto para o bloco histórico estilhaçado pela disputa imposta pela lei coercitiva da concorrência, bem como pela nova fisionomia do capitalismo monopolista e imperialista — combatendo a crise estrutural do capitalismo através de uma revolução passiva travada por uma guerra de posição no seio da superestrutura das sociedades ocidentais<sup>343</sup>. Por isso, Gramsci está interessado,

<sup>342</sup> Refere-se à crise do capitalismo liberal, marcada principalmente pela ascensão do capitalismo financeiro e monopolista. Essa crise conduziu primeiramente a Europa Ocidental à Primeira Guerra Mundial (1914–1918), bem como à depressão econômica — cujo ápice foi em 1929 (o *crash* de 1929) — e a conflitos sociais dos mais variados e perigosos.

<sup>343</sup> NICODEMOS, Carlos Eduardo. *Risorgimento, americanismo e fascismo: o conceito de revolução passiva como categoria interpretativa da modernização no mundo da produção capitalista*. 2021. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.6032>. Acesso em: 12 dezembro. 2025. “Partindo do pensamento de Gramsci, conceituaremos esse laborioso campo de batalha no qual se desenrolaram as mais sangrentas lutas de classes nos últimos séculos, as quais, não obstante, ainda permanecem em conflito. A tentativa histórica da classe dominada em estabelecer um governo, tendo como ponto de partida os seus interesses, ocorreu na famosa Comuna de Paris (1871), que consumiu todas as potências revolucionárias germinadas na Revolução Francesa (1789), garantindo à classe dominante a tão sonhada posição de dirigente das classes dominadas. Entretanto, a classe dominante, já na época da Comuna de Paris, encontrava-se ultrapassada, tendo desabrochado de sua própria estrutura produtiva e social a nova classe revolucionária: o proletariado. À medida que o proletariado se desenvolveu enquanto classe organizada, a decrépita burguesia seguiu em resistência — e assim persiste. No entanto, as formas de luta e de continuidade da hegemonia burguesa sofreram profundas transformações. Gramsci nos revela que a Revolução Francesa foi uma revolução permanente, de expressão jacobina, sendo a sua estrutura de conflitos uma guerra de movimento. Isso significa que os acontecimentos no interior da revolução caracterizaram-se pelo enfrentamento de vários grupos políticos, confrontando-se entre si e com o ainda frágil Estado em desenvolvimento. Gramsci afirma, entretanto, que a revolução permanente foi a expressão das experiências das lutas jacobinas, de 1789 ao fim do Termidor. No período analisado por Gramsci, os partidos políticos de massas e os sindicatos representativos ainda não existiam como força política; a sociedade política (o Estado) permanecia em estado de fluidez, ou seja, relativamente pouco desenvolvida, o que permitia à sociedade civil uma maior autonomia frente à atividade estatal. Segue-se que, após os anos de 1870, com o fim dos violentos conflitos de classes na França e a expansiva colonização europeia na África, os elementos de outrora mudaram de forma. As relações internas e externas organizativas entre os Estados tomaram novos rumos, amplamente mais complexos. Como resultado, a revolução permanente

principalmente em suas investigações carcerárias, posteriores à derrota do socialismo na Itália, em pensar a Itália real, conectada aos conflitos e crises internacionais, e vice-versa.

Dessa relação, resulta que o fascismo na Itália se apresentou como estratégia para a crise internacional que também se radicava no país, uma vez que ele recuperou a direção hegemônica por vias consensuais, ou seja, por meio de sindicatos fascistas, que ofereciam aos trabalhadores um espaço controlado de participação, e por meios coercitivos, isto é, pelo uso desmedido da força. Além disso, o fascismo italiano foi o modelo para outros contextos internacionais. Para assegurar seu domínio, o fascismo rompeu com as regras democráticas e liberais a partir de 1924, ao promulgar as *Leggi Fascistissime*<sup>344</sup>, que permitiam exterminar os adversários, dissolver os partidos socialistas e comunistas e legislar por decretos<sup>345</sup>. A Itália fascista destacou-se, portanto, por suas características históricas particulares, que sintetizaram, naquele período, tanto as dinâmicas do capitalismo nacional e internacional quanto as novas normas de manutenção dele.

Para elucidar esse ponto, vamos analisar primeiramente o conceito de bloco histórico. Para Gramsci, o bloco histórico forma-se a partir do conjunto entre a sociedade civil e a sociedade política. Além disso, o bloco histórico é a definição metodológica da relação entre a estrutura e a superestrutura. Segundo Gramsci, a sociedade política é o agrupamento do aparelho coercitivo do Estado, enquanto a sociedade civil é formada pela maior parte da superestrutura, ou seja, pelo conjunto dos aparelhos privados de hegemonia, responsáveis por manter o consenso em períodos de estabilidade econômica e política, mas também onde se trava a luta de classes nas sociedades ocidentais do capitalismo avançado.

Ademais, o bloco histórico possui outras particularidades. Segundo Gramsci, ele tem uma ligação estritamente orgânica entre a estrutura e a superestrutura. Isso significa que uma crise na estrutura produtiva tem consequências diretas na superestrutura. Importa destacar que essa amarração orgânica obedece a um arranjo social extremamente concreto, sendo ele: a estrutura econômica nada mais é do que o alicerce econômico de uma sociedade, ou seja, é o modo como a produção é organizada; por sua vez, a superestrutura é a parte coercitiva, ideológica, jurídica e política que se eleva sobre essa estrutura econômica. Dessa forma, um modo de produção se consolida efetivamente quando solidifica seu próprio sistema

---

concedeu lugar para a hegemonia da sociedade civil. Em decorrência dessa nova estruturação política e econômica, a guerra de movimento transformou-se em guerra de posição, sendo esta a nova ordenação das revoluções passivas”. (P. 64).

<sup>344</sup> Leis Fascistíssimas.

<sup>345</sup> GUÉRIN, Daniel. *Fascismo e grande capital*. Tradução de Lara Christina de Malimpensa. Campinas: Editora Unicamp, 2023. p. 144.

hegemônico, sendo este dirigido por uma classe fundamental e seus intelectuais: no caso do modo de produção capitalista, a burguesia e seus intelectuais orgânicos.

Mais precisamente, é no conjunto do bloco histórico que Gramsci investiga materialmente como se desagrega a hegemonia que legitima a exploração e organiza esse agrupamento tão importante. Por conseguinte, a Itália, sendo componente incontestado desse bloco histórico maior e conectando-se ao sistema econômico internacional, sofreu efetivamente com a fissura desse bloco histórico internacional<sup>346</sup>.

Para melhor compreensão do tema, vejamos as principais características da sociedade civil, parte importante do bloco histórico capitalista. Para Gramsci, a sociedade civil é arquitetada a partir de um conjunto de organismos privados. Esses organismos correspondem à função de hegemonia que a classe dominante e dirigente desempenha sobre toda a sociedade dominada. Por isso, a sociedade civil é um aglomerado complexo e muito bem estruturado e seu domínio de atuação é extenso.

Partindo desse pressuposto, é importante salientar que o campo de ação da sociedade civil possui necessariamente quatro aspectos interconectados: a) é na sociedade civil que realmente ocorre a luta de classes no capitalismo avançado, por meio de uma guerra de posição; b) é ainda na sociedade civil que o consenso ligado a uma classe se estabelece sobre as outras, isto é, onde a ideologia da classe dominante e dirigente abrange todas as esferas da vida de uma época, do direito à economia, da ciência à arte; c) é também na sociedade civil que se assegura a concepção de mundo de uma classe, ou seja, o ambiente onde se difundem as ideias mais importantes de um grupo; d) da mesma forma, é na sociedade civil que a direção ideológica se garante, o que nada mais é que a consolidação dos instrumentos técnicos de disseminação ideológica, sendo os principais: o sistema escolar, a moral religiosa, os diversos partidos políticos, a justiça, a instrução, as leis, os jornais, o teatro, o cinema, o rádio, a televisão, a imprensa e os códigos éticos e morais<sup>347</sup>. Gramsci associa a esses “[...] canais de difusão da ideologia a arquitetura e até mesmo a disposição e o nome das ruas, dos quais sublinha a importância como material ideológico”<sup>348</sup>.

Para Gramsci, a relevância da sociedade civil é uma questão fundamental para o funcionamento orgânico do bloco histórico, pois, para que a hegemonia da classe dominante burguesa se desenvolva, é necessário que a sociedade civil e a sociedade política estejam

---

<sup>346</sup> PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Tradução de Angelina Peralva. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 15.

<sup>347</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>348</sup> Ibidem, p. 29.

vinculadas organicamente<sup>349</sup>. Dessa forma, a classe dominante poderá utilizá-las alternadamente, conforme a necessidade do momento. A hegemonia, por sua vez, repousa essencialmente sobre a direção intelectual e moral, organizada pelos intelectuais orgânicos também ligados às classes dominantes. Alguns desses intelectuais são herdados dos modos de produção anteriores e incorporados à hegemonia dominante. Essa situação hegemônica parece sólida quando a economia de um país segue crescendo e as classes subalternas concordam com o modelo econômico e político oferecido pelas elites capitalistas, nacionais e internacionais. Em outras palavras: a taxa de lucro segue em expansão. Assim, nas sociedades ocidentais, o Estado é uma “trincheira” avançada e bem armada, porém ofuscada por uma gigantesca coluna de “casamatas” da sociedade civil, atrelada a uma vigorosa instituição jurídica, ainda que coercitiva<sup>350</sup>.

Por outro lado, a situação é diferente nos países de sociedade civil “gelatinosa”. Gramsci conceitua essas sociedades como sociedades orientais. Mas por qual motivo? Nelas, afirma Gramsci, a luta de classes se limita à ocupação violenta do aparelho estatal por meio de uma guerra de movimento ou por uma revolução permanente, como a de Outubro de 1917, na Rússia. Em contraste, nas sociedades ocidentais, como a italiana, onde os aparelhos privados de hegemonia são muitos e vastamente distribuídos, ocupar o Estado burguês não é mais suficiente para a vitória proletária<sup>351</sup>.

Isso demonstra a fraqueza dos movimentos operários italianos na segunda metade do século XX diante dessa robusta sociedade civil desenvolvida, pois, ao tentarem uma revolução socialista, foram eliminados pelas forças estatais, clandestinas e milicianas fascistas ou absorvidos nos quadros mais conservadores, através daquilo que Gramsci chamou de transformismo político. Nesse contexto, o fascismo assumiu a qualidade de uma guerra de posição, sendo o “[...] representante, além de prático (para a Itália), ideológico (para a Europa)”<sup>352</sup>, derrotando, assim, os adversários políticos, mal articulados e mal dirigidos, principalmente pelo Partido Socialista Italiano (PSI). Essa derrota dos movimentos operários de fábrica<sup>353</sup> levou Gramsci a repensar, no cárcere fascista, que apenas a vontade política e

<sup>349</sup> SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. 4. ed. São Paulo: Ideias e Letras, 2019. p. 97.

<sup>350</sup> PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Tradução de Angelina Peralva. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 42.

<sup>351</sup> Ibidem, p. 42-43.

<sup>352</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 1, p. 300.

<sup>353</sup> MATTEI, Clara E. *A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo*. Tradução de Heci Regina Candini. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024. p. 152.

o enfrentamento de guerrilha frontal (o banditismo) não bastam mais para a derrocada do capitalismo avançado em nível internacional. O capitalismo, melhor dizendo, a classe dominante burguesa, descobriu, sobretudo na Itália, que as revoluções passivas<sup>354</sup> oferecem, nas sociedades ocidentais, os meios práticos para a continuidade do capitalismo avançado, ainda que em crise<sup>355</sup>.

Em contrapartida, a sociedade política, à qual Gramsci opõe a sociedade civil, dirige-se nomeadamente ao aparelho de coerção “legal” do Estado<sup>356</sup>. Ela corresponde, portanto, à função de dominação direta em momentos de intensas crises de hegemonia. A sociedade política opera como força coercitiva uma vez que a crise deixa de ser estrutural e passa a ser de comando, tornando-se aguda demais para ser solucionada na sociedade civil. Dessa forma, a sociedade política assegura “legalmente”, quando administrada pelo Estado constituído, a disciplina dos grupos que não mais consentem com a hegemonia das classes dominantes<sup>357</sup>. Nesse cenário, as classes dominantes deixam de ser classe dirigente e passam a exercer a função de direção por meio da força. No entanto, a sociedade política só deve ser acionada em momentos de extraordinária crise de direção, ou seja, quando falha em absoluto o consenso espontâneo no seio dos aparelhos ideológicos da sociedade civil<sup>358</sup>.

Merece destaque o fato de que a sociedade política prepara as atividades da superestrutura vinculadas à função de repressão. Segue-se, portanto, que a coerção estatal é parte inerente da sociedade política. Nesse sentido, a sociedade política é um alongamento da própria sociedade civil, por isso estão ligadas organicamente, embora a sociedade política não se manifeste em momentos de hegemonia estável. Gramsci nos revela que a sociedade política representa o momento puramente ético-militar, sendo a direção direta e violenta que a classe dominante — mesmo que não mais seja dirigente, uma vez que o consenso se perde — exerce sobre toda a classe dominada que não consente, mostrando o peso de sua autoridade de classe<sup>359</sup>. Apesar disso, a necessidade de sua ativação se dará apenas por necessidade histórica, ou seja, diante das agudas contradições do sistema, a saber: quando as crises

---

<sup>354</sup> SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. 4. ed. São Paulo: Ideias e Letras, 2019. p. 40-41.

<sup>355</sup> PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Tradução de Angelina Peralva. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 42-43.

<sup>356</sup> Ibidem, p. 33-34.

<sup>357</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 2, p. 21.

<sup>358</sup> PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Tradução de Angelina Peralva. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 32.

<sup>359</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 2, p. 21.

econômicas são tão agudas que afastam da direção burguesa as classes dominadas. Ainda assim, e para o próprio bem do sistema hegemônico burguês, a sociedade política deve desempenhar um papel sempre secundário, isto é, a hegemonia da qual faz parte deve ser exercida pela sociedade civil, uma vez que a sociedade civil está apenas “encouraçada” pela coerção da sociedade política, que é utilizada apenas em momentos extremamente específicos de crises de autoridade<sup>360</sup>. Gramsci está consciente deste problema, quando define que:

[...] o aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2011, v. 2, p. 21).

Sendo assim, a função da sociedade política é o exercício da coerção e a manutenção da ordem capitalista estabelecida. Somado a isso, ela não se restringe apenas ao uso da força, mas também não prescinde, em hipótese alguma, dela, estendendo-se também ao governo jurídico, que nada mais é que a força “legal” do Estado<sup>361</sup>. O governo jurídico, portanto, como comprova o caso do fascismo na Itália, constitui o aspecto negativo de qualquer atividade positiva de civilização que se afaste das regras impostas pelo modo de produção capitalista. Com efeito, mesmo que as crises estruturais lancem, de tempos em tempos, as classes dominadas a buscarem outro conformismo social que não seja o capitalista, a força “legal” do Estado, seja qual for a forma assumida, a exemplo da democracia liberal, da ditadura militar ou do Estado fascista, elas, as práticas positivas, serão coibidas pela “legalidade” jurídica. De fato, o bloco histórico é extremamente orgânico. Por isso, é correto afirmar que a Itália representou esse laboratório, uma vez que a crise estrutural, bem como a nova forma assumida pelo capitalismo ocidental, sendo ela o capitalismo monopolista e financeiro, que se desdobrou em crise de autoridade, desorganizou a hegemonia, restando a essa forma coercitiva de Estado reafirmar a autoridade burguesa<sup>362</sup>. Por isso, Gramsci afirma, na importante nota intitulada *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*, do Caderno 12 (1932):

<sup>360</sup> PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Tradução de Angelina Peralva. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 33-34.

<sup>361</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 2, p. 21.

<sup>362</sup> PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Tradução de Angelina Peralva. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 33-34.

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado” planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. (GRAMSCI, 2011, v. 2, p. 21).

É notório que a característica fundamental da sociedade política se revela em momentos de excepcionais crises de autoridade. É importante ressaltar, pois, que essa excepcionalidade confere uma perda absoluta de controle sobre a sociedade civil. Dessa maneira, nem mesmo a força “legal” é suficiente para recuperar o domínio da classe dominante. Isso demonstra que a contradição se tornou tão aguda que as classes dominadas se afastaram da hegemonia da classe dominante. Gramsci, porém, afirma que o aparelho “legal” do Estado, apenas nesse caso muito específico, descentraliza o monopólio da força “legal” e a terceiriza aos grupos paramilitares clandestinos. Dessa forma, quando a sociedade política, mesmo diante de toda a sua força repressiva, se confirma impotente para sufocar ou desbaratar a crise de hegemonia que se formou, não conseguindo neutralizar a antítese fundamental que a constitui, convida, fomenta ou apoia, no seio da sociedade civil, organizações milicianas que, posteriormente, serão incorporadas ao Estado “legal”<sup>363</sup>. Segue-se, portanto, que esse foi o caso dos *Camicie Nere*<sup>364</sup> na Itália. Convém também destacar que foi o próprio poder estabelecido, ou seja, o Rei da Itália, Vitor Emanuel III (1869–1947)<sup>365</sup>, que convidou Benito Mussolini (1883–1945)<sup>366</sup> a formar um governo em 29 de outubro de 1922, uma vez que as forças liberais não conseguiram administrar a excepcional crise<sup>367</sup>.

Dessa relação decorre que “[...] em aparência, o partido confunde-se com o Estado; na realidade, porém, nos próprios termos da lei, ele não passa de uma milícia civil a serviço do

<sup>363</sup> PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Tradução de Angelina Peralva. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 33-34.

<sup>364</sup> As forças milicianas conhecidas como Camisas Negras foram o esquadrão paramilitar da Segurança Nacional da Itália (*Milizia Volontaria per la Sicurezza Nazionale*). Elas funcionavam como grupos armados clandestinos do movimento fascista na Itália.

<sup>365</sup> Vitor Emanuel III da Itália foi o rei da Itália entre os anos de 1900 e 1946. Ele reinou durante os momentos de consolidação do liberalismo no país, assim como nos períodos de instabilidade política e econômica, levando ao poder o fascismo italiano.

<sup>366</sup> Benito Amilcare Andrea Mussolini (1883–1945). Benito Mussolini, conhecido pelos membros do Partido Nacional Fascista (PNF) por *Duce*, foi o líder autocrático do movimento fascista da Itália. Mussolini, além de ser um importante apoiador da entrada da Itália na Primeira Guerra Mundial — motivo de sua expulsão do Partido Socialista Italiano (PSI) —, soube canalizar as revoltas dos italianos, diante da profunda crise de hegemonia que se abriu na península. Assim, de ex-socialista frustrado, Mussolini se tornou o primeiro-ministro da Itália entre os anos de 1922 e 1943. Capturado em 1945 por um grupo de guerrilheiros antifascistas, conhecidos como *partisans*, Mussolini foi fuzilado.

<sup>367</sup> GUÉRIN, Daniel. *Fascismo e grande capital*. Tradução de Lara Christina de Malimpensa. Campinas: Editora Unicamp, 2023. p. 135-136.

Estado”<sup>368</sup>. Assim, enquanto essa “[...] mudança se realiza, a milícia, depurada de todos os elementos indesejáveis, fica subordinada ao exército regular”<sup>369</sup>.

É digno de nota que não existe um sistema social em que o consenso seja exclusivamente a base da hegemonia; muito menos um organismo social em que a coerção seja constante. A dominação fundamentada na força é apenas provisória, tão-somente em momentos de crises de autoridade: a sociedade política e a sociedade civil se mantêm em relação permanentemente<sup>370</sup>.

A crise de hegemonia resulta da crise estrutural em nível superestrutural. Para Gramsci, não existe uma separação entre elas, a não ser metodologicamente. Na essência, tratam-se da mesma coisa, entretanto, vistas de perspectivas diferentes. Isso revela, portanto, que, quando acontece uma crise na estrutura econômica da sociedade capitalista, o elemento ideológico que mantém o bloco histórico unificado também se desfaz. Vale enfatizar que essas relações puramente dialéticas serão desvendadas na Seção 4.6, quando será esclarecida a conexão entre o capitalismo monopolista e o fascismo no contexto italiano.

É inegável, porém, que essa situação de crise orgânica coloque o problema da criação de um novo bloco histórico. A construção desse novo bloco histórico não é um movimento mecânico. Pelo contrário, trata-se de um monumental empreendimento, que envolve aspectos como: a) o desencadeamento de uma crise dessa magnitude, que separa os laços orgânicos entre a estrutura e a superestrutura; b) a necessidade de que a construção desse novo sistema hegemônico seja guiada pelos intelectuais orgânicos ligados às classes subalternas, bem como orientada pelo partido revolucionário: o Moderno Príncipe<sup>371</sup>. Sem essa direção, as massas populares ficam desorganizadas, ou seja, reféns da ação banditista — quer dizer, ligadas apenas a uma revolta primitiva e pré-política. Em oposição, as classes dominantes, contando com vastas reservas restaurativas, recuperam o controle da situação e a velha ordem social é restabelecida: o fascismo na Itália, portanto, foi perfeitamente o resultado dessa ação passiva, assumindo a forma de uma revolução passiva<sup>372</sup>.

Para Gramsci, a disposição das classes dominantes, segundo a dinâmica da correlação de forças, é escolher entre três alternativas constitutivas, conforme veremos: a) um remanejamento da sociedade civil, mudando programas consensuais, intelectuais orgânicos e

---

<sup>368</sup>Ibidem, p. 163.

<sup>369</sup>Ibidem, p. 163.

<sup>370</sup> PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Tradução de Angelina Peralva. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 35-36.

<sup>371</sup>Ibidem, p. 131.

<sup>372</sup>Ibidem, p. 131.

líderes políticos (transformismo); b) recorrer ao emprego da coerção “legal” proveniente da sociedade política; c) apelar à solução fascista de tipo cesarista<sup>373</sup>.

Como vimos, o primeiro recurso consiste na reestruturação molecular da sociedade civil, sendo a solução natural a ser usada. Em contrapartida, com o agravamento da crise orgânica, a sociedade política é convocada a derrotar a organização das classes populares, que ainda não consegue se articular adequadamente. Por outro lado, diante das duas anteriores, quando a crise atinge toda a superestrutura, a solução de tipo fascista cesarista é exigida, revelando que as classes subalternas não consentem mais. Nesse caso, a solução é extrema e violenta, pois liquida os partidos políticos adversários e persegue as principais lideranças de oposição, quando não as abate com indiferença. Essa solução é exclusiva, porque combina o reagrupamento dos diferentes grupos auxiliares em um mesmo campo político-partidário, ao passo que persegue os grupos adversários. Ainda assim, o fenômeno cesarista constitui uma reação concreta contra o campo que compromete o bloco histórico e o aparelho hegemônico. Diante dessas ameaças, as classes dominantes, organizadas a partir de um mesmo interesse comum — especificamente, manter a posse da propriedade privada dos meios de produção —, entregam, provisoriamente, a direção do Estado aos grupos clandestinos extremistas — contanto que estes sejam obedientes—, mantendo, assim, o bloco histórico existente inalterado<sup>374</sup>.

Nesse cenário, Gramsci retoma o conceito de revolução passiva de Vincenzo Cuoco<sup>375</sup> (1770–1823)<sup>376</sup>. Gramsci rearticulou esse conceito para o seu tempo. Em outras palavras, o traduziu. Por essa razão, o conceito permitiu a Gramsci responder à questão de como as classes dominantes reassumem seu domínio em momentos de crises estruturais e superestruturais<sup>377</sup>. Para Gramsci, o conceito de revolução passiva:

[...] me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino”. (GRAMSCI, 2014, p. 209-210).

Além disso, o conceito de revolução passiva serve, pois, para compreender:

---

<sup>373</sup>Ibidem, p. 140.

<sup>374</sup>Ibidem, p. 144.

<sup>375</sup>Vincenzo Cuoco formulou o conceito de revolução passiva na obra *Saggiostoricosullarivoluzionedi Napoli* (1802).

<sup>376</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 5, p. 371.

<sup>377</sup>Ibidem, p. 371.

[...] como, sob um determinado invólucro político, necessariamente se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem. [...] O conceito designa as modalidades de desenvolvimentos de processos de transformação que ocorrem sob a direção das classes dominantes tradicionais porque as classes antagônicas não conseguiram prevalecer; no entanto, as mudanças que estas poderiam promover correspondem a uma exigência, que, por razões derivadas da história mundial, têm uma força incoercível e, portanto, impõem-se: mas ocorre sob a direção das velhas classes dirigentes e, assim, são adaptadas aos seus interesses e à perpetuação dos seus domínios. (VACCA, 2012, p. 210. p. 210).

As revoluções passivas não garantem a iniciativa popular. Trata-se, pois, de um movimento molecular de reconfiguração da economia e da política em crise. Embora as classes dominantes retomem a direção, o processo cria, involuntariamente, as condições para as lutas no futuro, uma vez que as elites cedem direitos às classes populares para manter-se hegemônicas. Mas se as classes dominadas não conseguem estar preparadas<sup>378</sup>:

[...]para esse enfrentamento, continuando o processo, modificando-o qualitativamente, se não consegue organizar-se para contrapor historicamente a essa direção, é a revolução passiva que resultará como horizonte, ao desenvolver o conformismo, ao transformar a função do Estado em “educador”, com a continuidade da hegemonia burguesa. (SAID, 2014, p. 610).

É importante ressaltar que as revoluções passivas procuram eliminar, ou ao menos reduzir significativamente, a participação direta das bases populares<sup>379</sup>:

[...] e qualquer modificação nas relações governantes-governados no interior das superestruturas e das instituições. Quando a dominação prevalece sobre a direção, quando a classe dirigente perde a própria base de massa expansiva, quando o Estado substitui a classe como motor de desenvolvimento econômico-social, chega-se inevitavelmente ao que Gramsci chama uma ditadura sem hegemonia. Então os aparelhos de hegemonia se tornam “aparelhos ideológicos de Estado”. (BUCI-GLUCKSMANN, 1978, p. 132).

Toda essa amarração é possível no Estado integral<sup>380</sup> — ou Estado ampliado. É importante destacar que, para Gramsci, o conceito de Estado integral é o de sociedade política

<sup>378</sup> SAID, Ana Maria. *Estado, sociedade civil e luta hegemônica. Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 28, n. 56, p. 15, jul./dez. 2014, p. 610.

<sup>379</sup> BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva*. In: FERRI, Franco (coord.). *Política e história em Gramsci: atas do Encontro Internacional de Estudos Gramscianos* — Florença, 9-11 de dezembro de 1977. Tradução de Luiz Mario Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. v. 1, p. 132.

<sup>380</sup> POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. Tradução de João G. P. Quintela e M. Fernanda S. Granado. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 319-320.

mais sociedade civil, ou seja, uma hegemonia couraçada de coerção<sup>381</sup>. Essa definição é extremamente importante, pois é ela que organiza o aparelho reprodutivo do capital. Assim, o Estado integral se diferencia do Estado embrionário, no qual, nesse Estado elementar, era concebido apenas o aparelho coercitivo. Nas sociedades ocidentais, entretanto, o Estado integral ganha essa nova característica: a proeminência da sociedade civil. O Estado integral atua na manutenção recíproca entre os dirigentes e os dirigidos, recorrendo, para isso, às funções consensuais, coercitivas “legais” ou clandestinas, sempre que a ordem hegemônica está ameaçada.

As ameaças são muitas e, várias delas, já foram descritas nas análises econômicas do estudo aqui apresentado. Assim como as outras serão reveladas nos Capítulos e Seções seguintes.

Posto isso, essa dialética carrega consigo a sua própria contradição. Com efeito, enquanto as classes tradicionais esforçam-se para conservar a sua hegemonia, a possibilidade de uma sociedade regulada também se apresenta. Por conseguinte, o oposto ao Estado integral é o Estado ético, isto é, o Estado responsável pela atividade moral e educativa das classes populares<sup>382</sup>. Trata-se, portanto, de um Estado que assegura relações igualitárias entre os indivíduos. No Estado ético, as leis também são aceitas livremente<sup>383</sup>. Em outras palavras, refere-se a um coletivismo que respeite a individualidade de cada ser humano singular. Essa possibilidade torna-se viável principalmente em momentos de crises de hegemonia. Por isso, a Itália, uma legítima sociedade ocidental, foi o laboratório para essas crises no século XX, visto que foi também na Itália que o fascismo se apresentou como necessidade histórica do capitalismo em crise.

Nessa direção, conclui-se que o capitalismo se reinventa em momentos de dificuldades. Ele não se arruína facilmente. Ainda assim, as crises são momentos de possibilidade de superação da ordem social estabelecida. No entanto, elas também significam a destruição das forças produtivas avançadas e a abertura de uma nova etapa de crescimento do mais-valor. Sendo assim, a queda tendencial da taxa de lucro é a condição

---

<sup>381</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* (caderno 6): (VIII): 1930-1932: miscelânea. Tradução de vários tradutores. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. 1 recurso online (PDF). Título original: Quadernidelcarcere. ISBN 978-65-83079-09-1, p. 81-82.

<sup>382</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* (caderno 5): (IX): 1930-1932: miscelânea. Tradução de Ana Maria Said, Giovanni Semeraro e Marcos Aurélio da Silva. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. 1 recurso online (PDF). Título original: Quadernidelcarcere. ISBN 978-65-83079-07-7, p. 66-67.

<sup>383</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* (caderno 8): (XXVIII): 1931-1932: miscelânea e notas sobre filosofia III. Tradução de Giovanni Semeraro e Rodrigo Lima. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. 1 recurso online (PDF). Título original: QuadernidelCarcere. ISBN 978-65-83079-08-4, p. 123.

primordial para as crises superestruturais. Uma é o resultado da outra. Mas ela não determina a superação do modo de produção capitalista rumo ao pós-capitalismo<sup>384</sup>. Diante disso, a Itália vivenciou e ensinou às elites capitalistas, nacionais e internacionais, como superar essas crises por meio de uma revolução passiva enquanto guerra de posição. Isso significou que a Itália se serviu das instituições burguesas liberais até certo ponto, colocando-as à prova. Esticou-as ao máximo. Testou-as. Sugou-lhes até a última seiva da força “legal” constituída. Porém, as instituições, por si só, não foram suficientes. Quando estas não conseguiram frear a vontade de constituição de um Estado ético<sup>385</sup> — aberta, sobretudo, pela crise de hegemonia —, as elites capitalistas experimentaram as forças ilegais, depois incorporadas ao Estado.

Assim, a história italiana nos ensinou que as elites conseguiram, ou seja, sobrepuseram-se às classes populares sedentas por vontade de mudança. A Itália, portanto, equilibrou-se nesse mundo em desequilíbrio, foi o laboratório e ofereceu a fórmula, criando novas condições de acumulação para o capitalismo ocidental. Seus ensinamentos perduram até os dias de hoje. As classes dominantes sabem que, quando a queda tendencial da taxa de lucro se intensificar e, com ela, surgirem novos abalos na superestrutura, elas compreendem que podem recorrer, mesmo que contra a sua vontade, ao modelo experimentado na Itália. Diante disso, estudar o capitalismo em colapso negligenciando o fascismo italiano na sua forma mais pura é um trabalho feito pela metade. O fascismo italiano foi — e continua a ser — o resultado direto das acirradas crises nacionais e internacionais do sistema capitalista já decadente.

---

<sup>384</sup> MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 29.

<sup>385</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* (caderno 5): (IX): 1930-1932: miscelânea. Tradução de Ana Maria Said, Giovanni Semeraro e Marcos Aurélio da Silva. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. 1 recurso online (PDF). Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-07-7, p. 66-67.

## **CAPÍTULO IV: A ESTRUTURA SOCIAL DA ITÁLIA— PARTE I: REFLEXÕES SOBRE O INFLUENTE PAPEL DA IGREJA CATÓLICA E DO MOVIMENTO DO RISORGIMENTO.**

### **4.1. Apresentação dos fatores históricos que contribuíram para o desenvolvimento do fascismo na Itália.**

O fascismo italiano tem causas precisas<sup>386</sup>. Do ponto de vista da cultura historiográfica, se existe algo que começa quando ganha um nome, podemos datar com exatidão o início do fascismo italiano: o regime começou em uma manhã de domingo, em 23 de março de 1919, após a reunião realizada na Piazza San Sepolcro, na cidade de Milão<sup>387</sup>. No entanto, no sentido gramsciano, o fascismo foi também uma revolução passiva<sup>388</sup>. Dessa forma, o evento não foi uma ocorrência casual, mas sim resultado de múltiplas relações materiais entrelaçadas.

Assim, as revoluções passivas<sup>389</sup> ocorrem quando as classes tradicionais, diante da expansão das crises econômicas, políticas e sociais, conseguem assimilar e desarticular as revoluções sociais, mantendo o controle sobre as classes subalternas e neutralizando a antítese que surge no centro de uma crise de hegemonia. Dessa forma, elas impedem que as classes dominadas se tornem protagonistas da crise orgânica que se formou, sem conseguir administrar, em sua totalidade, uma nova formação histórica<sup>390</sup>.

A Itália, por possuir uma composição demográfica estratificada e uma história milenar, apresenta interesses de classe diversos enraizados em seu tecido social, cultural e econômico. Diversas forças disputavam a hegemonia econômica e política na Itália. Nesse contexto, a Igreja Católica<sup>391</sup> representou, por séculos, um desses interesses. Além de manter

<sup>386</sup>FRESU, Gianni. *Antonio Gramsci, o homem filósofo*. Tradução de Rita Matos Coitinho. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 27.

<sup>387</sup>PAXTON, Robert O. *Anatomia do fascismo*. Tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 51.

<sup>388</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 5. p. 371.

<sup>389</sup>Gramsci traduz o conceito de revolução passiva do intelectual italiano Vincenzo Cuoco (1770–1823). Cuoco participou ativamente da Revolução Napolitana de 1799. Sua principal obra, *Saggiostoricosullarivoluzionenapoletana* (1801), influenciou profundamente Gramsci, pois foi a partir dela que o filósofo desenvolve a adaptação do conceito para o seu tempo.

<sup>390</sup>No *Caderno do Cárcere* 15, na Nota 17, Gramsci destaca que a revolução passiva pode assumir formas diferentes, dependendo da região e das relações sociais estabelecidas. Ele ressalta que o gandhismo e o pensamento cristão de Tolstói são reflexões ingênuas das reais bases materiais, constituindo, na verdade, traços religiosos da revolução passiva.

<sup>391</sup>Igreja Católica Apostólica Romana.

uma hierarquia rigidamente centralizada, a instituição religiosa atuou — nos termos gramscianos — como um intelectual orgânico. Analisaremos essa relação com maior profundidade na Seção 4.2 deste capítulo. Ainda assim, no período em questão, a Igreja operou como um dos principais aparelhos privados de hegemonia, exercendo profundo domínio ideológico sobre as massas populares.

Durante o período do *Risorgimento*, o clero retardou a implementação do liberalismo<sup>392</sup> na Itália. Atuando como intelectual orgânico das massas populares, a Igreja Católica impediu que elas avançassem em direção aos novos valores introduzidos pelo liberalismo e pelo Iluminismo<sup>393</sup>, que foram postos em prática principalmente nos países ocidentais após a Revolução Francesa (1789–1799)<sup>394</sup>. Sua atuação foi marcada por uma forte resistência à modernidade liberal, bem como pelo rechaço ao uso da razão iluminista, com o objetivo de manter sua influência antiquada na Itália. Diante disso, o Papa Pio IX<sup>395</sup> (1846–1878) destacou-se como grande opositor do nacionalismo, do Iluminismo, do liberalismo e da secularização.

Em contrapartida, como veremos na Seção 4.3, o período do *Risorgimento* — além de ser um movimento nacionalista contrário à soberania da Áustria<sup>396</sup> na península itálica — também restringiu os interesses da Igreja Católica no país. Sendo assim, o movimento de unificação nacional assumiu a função de organização cultural, intelectual, moral e econômica da nação<sup>397</sup>. No entanto, o *Risorgimento* não resolveu concretamente os problemas italianos,

---

<sup>392</sup> O liberalismo é uma filosofia moral e política originada no Iluminismo, que enfatiza a liberdade individual e a igualdade perante a lei. O pensamento liberal defende a proteção dos direitos fundamentais e um governo democraticamente eleito, com poderes limitados. Baseada nos direitos individuais e no livre mercado, essa filosofia também apoia a propriedade privada, o livre comércio e a ampla liberdade de expressão. Dessa forma, o liberalismo é uma corrente de pensamento que sustenta que o Estado deve intervir o mínimo possível na vida dos cidadãos e na economia de mercado.

<sup>393</sup> O Iluminismo foi uma corrente filosófica, intelectual, moral e cultural que floresceu na Europa entre os séculos XVII e XVIII. O movimento promoveu uma agitação intelectual que valorizava o uso da razão, o desenvolvimento da ciência como método investigativo e a liberdade como pilares fundamentais do progresso humano. Seus pensadores defendiam a autonomia individual e a crítica às tradições absolutistas, feudais e religiosas. Entre seus principais expoentes, destacam-se Immanuel Kant (1724–1804), Voltaire (1694–1778), Jean-Jacques Rousseau (1712–1778), Montesquieu (1689–1755), John Locke (1632–1704), Denis Diderot (1713–1784) e Jean le Rond d'Alembert (1717–1783).

<sup>394</sup> A Revolução Francesa (1789–1799) foi um movimento revolucionário que eclodiu na França, provocando o colapso do Antigo Regime feudal e inspirando transformações políticas e econômicas, inicialmente, em todo o continente Europeu.

<sup>395</sup> O Papa Pio IX foi o pontífice com o reinado mais longo da história da Igreja Católica (1846–1878), durando 32 anos. O Papa italiano ficou conhecido por condenar as ideias modernas e racionalistas trazidas pelo Iluminismo e pelo liberalismo. Dessa forma, o líder eclesástico tornou-se uma figura defensora da tradição religiosa e um crítico ferrenho das reformas religiosas e dos progressos sociais.

<sup>396</sup> Desde a Idade Média, o Império Habsburgo da Áustria controlou regiões do norte da Itália.

<sup>397</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere [livro eletrônico]*: caderno 9 (XIV): 1932: *miscelânea e notas sobre risorgimento italiano*. Tradução de Giovanni Semeraro, Leandro Galastri, Tatiana Oliveira. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. p. 73.

visto que unificou o país, mas sob a hegemonia do Norte capitalista. Assim, o movimento de aliança nacional, liderado por Camillo Benso, Conde de Cavour (1810–1861)<sup>398</sup>, apoiado pelo rei Vítor Emmanuel II da Itália (1820–1878)<sup>399</sup> e guiado politicamente pelo partido dos Moderados, não levou em consideração os interesses das populações em condições semifeudais do *Mezzogiorno*<sup>400</sup>.

Naquele momento, essas condições fizeram da Itália um país de capitalismo enfraquecido, se analisado em comparação ao poder econômico das grandes potências ocidentais europeias e aos recém-industrializados Estados Unidos (EUA). Diante disso, constata-se que o peso paralisante da Igreja Católica, somado às fraquezas das classes tradicionais da época do *Risorgimento*, fez com que a Itália chegasse ao século XX carregada de debilidades estruturais. As dependências produtivas e industriais, além das profundas contradições regionais, acentuaram a diferença econômica entre o Norte industrializado e o Sul pobre, subalterno e camponês — o *Mezzogiorno*, como mencionado anteriormente.

Partindo desses pressupostos, no Capítulo 5, analisaremos as notas em que Gramsci argumenta que a Itália, sem resolver a questão meridional — negligenciada principalmente pelo *Risorgimento* — chegou ao turbulento século XX atrasada economicamente e dividida regionalmente. Nesse contexto, porém, o país adere às políticas liberais, encabeçadas principalmente por Giovanni Giolitti<sup>401</sup> (1842–1928). No entanto, foi com o primeiro-ministro Antonio Salandra<sup>402</sup> (1853–1931) que a Itália entrou na Primeira Guerra Mundial, ao lado da poderosa e imperialista Inglaterra. Para Gramsci, esses fatos são importantes, pois o conflito mundial tirou da passividade milhares de pessoas. Segundo ele, de “uma hora para outra”, milhares de italianos foram lançados à guerra, servindo como “bucha de canhão”. Lutaram no conflito defendendo interesses imperialistas que não eram os seus. Em razão disso, na Seção 4.4, discutiremos ainda o papel do imperialismo nesse processo.

---

<sup>398</sup> Camillo Benso, Conde de Cavour (1810–1861) foi um político do Reino da Sardenha e uma das personalidades principais do *Risorgimento*. Líder do partido dos Moderados, Cavour destacou-se por suas habilidades diplomáticas. Entre suas principais ajudas, está a modernização do Piemonte, estimulada por melhoras econômicas e administrativas. Além disso, teve função determinante na anexação dos Ducados Centrais e da Lombardia, concretizando sua imagem como condutor incontestável do movimento nacional. O intelectual e estadista do *Risorgimento* faleceu pouco depois da proclamação do Reino da Itália.

<sup>399</sup> Vítor Emanuel II da Itália (1820–1878) foi o primeiro rei da Itália unificada. Ele exerceu um papel fundamental no processo do *Risorgimento*, ao se aliar a personalidades como Cavour. Seu reinado marcou um período de modernização econômica e política na Itália, ainda que representando os privilégios monárquicos.

<sup>400</sup> O *Mezzogiorno* refere-se ao sul da Itália, uma região marcada por profundos desafios socioeconômicos, desde a época do *Risorgimento*.

<sup>401</sup> Giovanni Giolitti foi primeiro-ministro e político italiano, figura importante para a economia do país e conhecido por suas reformas sociais e econômicas.

<sup>402</sup> Antonio Salandra foi primeiro-ministro da Itália de 1914 a 1916. Seu governo marcou a transição do liberalismo giolittiano para o autoritarismo fascista no período pós-guerra.

Tudo isso acelerou a crise de hegemonia em curso na Itália, agravada pela fragilidade social e econômica das classes dirigentes do país. Além do mais, a crise de hegemonia ganhou força política após a Revolução Bolchevique de 1917<sup>403</sup> e os Conselhos de Fábrica de Turim<sup>404</sup> (1919–1920) — período conhecido como *Biennio Rosso* (Biênio Vermelho), marcado por greves e ocupações de fábricas inspiradas pela Revolução Russa<sup>405</sup>. Portanto, essas conjunturas únicas misturaram-se à desilusão de milhares de italianos que, ao retornarem do conflito sem perspectivas, distantes da glória pessoal prometida anteriormente pela burguesia liberal e sem função social na economia, aliaram-se ao fascismo italiano — movimento que soube canalizar todos esses ressentimentos<sup>406</sup>.

No período entre as duas guerras, uma profunda crise de hegemonia se confirmou no capitalismo europeu. Como resultado, dois movimentos burgueses, isto é, o fascismo italiano e o americanismo, se estabeleceram como formas distintas de revoluções passivas. Para Gramsci, o americanismo, estudado com profundidade no *Caderno 22* (1934), deve ser entendido como a propagação dos valores políticos e dos novos métodos econômicos empregados pelos Estados Unidos (EUA), enquanto modelo cultural e de organização industrial mundial a ser seguido. Embora diversos, ambos foram sistemas que surgiram como formas de revoluções-restaurações, direcionadas a manter a estrutura produtiva capitalista como modo de produção hegemônico, frente às profundas crises que a acometiam. Cada aspecto dessas revoluções inativas representou uma resposta às crises do liberalismo e às instabilidades sociais que se seguiram ao período pós-Primeira Guerra Mundial.

Em vista disso, o fascismo italiano encontrou terreno favorável devido à combinação da crise inflacionária da década de 1920, somada ao medo das classes médias diante do avanço comunista de 1917<sup>407</sup> e, também, à fragilidade das instituições liberais<sup>408</sup>. Diante disso, o movimento fascista — que se tornou um regime institucionalizado em 1922 —

<sup>403</sup>FRESU, Gianni. *Antonio Gramsci, o homem filósofo*. Tradução de Rita Matos Coitinho. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 105.

<sup>404</sup>A Revolução Bolchevique de 1917, liderada por Vladimir Ilyich Lenin (1870–1924) e conduzida pelo Partido Bolchevique, derrubou o Governo Provisório em outubro daquele ano (novembro, no calendário gregoriano), estabelecendo o primeiro Estado comunista do mundo. Também conhecida como “Revolução de Outubro”, ela foi o resultado da organização das classes trabalhadoras contra o modo de produção capitalista e o czarismo. Diante disso, a Revolução Russa destituiu a monarquia absolutista do país e levou ao poder o Partido Bolchevique. A Revolução Russa também se consolidou como um germe organizacional das massas oprimidas de grande parte da Europa Ocidental, espalhando-se, em seguida, para outras partes do mundo. A unidade construída na Revolução Russa constituiu-se como uma resistência ao modo de produção capitalista, apresentando o comunismo soviético como alternativa.

<sup>405</sup>FRESU, Gianni. *Antonio Gramsci, o homem filósofo*. Tradução de Rita Matos Coitinho. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 93.

<sup>406</sup>Ibidem, p. 93.

<sup>407</sup>Ibidem, p. 106.

<sup>408</sup>ROIO, Del Marcos. *Os primas de Gramsci*. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 74.

apresentou-se à nação como uma alternativa entre o liberalismo e o comunismo<sup>409</sup>. Dessa forma, o fascismo italiano defendia que a unidade nacional deveria ser alcançada por meio do modelo corporativista na economia, sem jamais perder de vista que caberia ao Estado a responsabilidade pela militarização controlada da sociedade civil.

Essas relações serão examinadas no Capítulo 6, nas Seções 6.2 e 6.3.

Nesse contexto, o americanismo foi a expressão ocidental dos novos métodos produtivos criados pelo fordismo<sup>410</sup> estadunidense de Henry Ford<sup>411</sup> (1863–1947). O fordismo consolidou a nova hegemonia industrial, baseada na organização social do trabalho, no tempo calculado de cada etapa do processo produtivo e, além disso, no estímulo ao consumo de massas. De tal modo, analisaremos, no Capítulo 6, Seção 6.2, que essa nova matriz produtiva não seria possível na Itália sem a dissolução dos estratos passivos herdeiros das relações feudais de produção. Além do mais, o americanismo exigiu um outro modelo de trabalhador, ativo e integrado à produção, muito diferente daquele da época do nosso filósofo. Para Gramsci, toda transformação social do trabalho ocorre por meio de formas violentas e insidiosas<sup>412</sup>. Na Itália, não seria diferente, cabendo ao fascismo a função dessa abrupta transformação social, econômica e cultural<sup>413</sup>.

Nesse contexto de mudanças, a Itália enfrentou uma crise econômica e social. Analisaremos que o país entrou na Primeira Guerra Mundial na esperança de ganhos territoriais. No entanto, saiu economicamente endividado<sup>414</sup>, somando-se a isso as milhares de mortes ocorridas na Frente Ocidental. Com isso, após a guerra, a nação contraiu dívidas enormes com o Reino Unido, seu antigo aliado, bem como com os Estados Unidos (EUA).

---

<sup>409</sup>Ibidem, p. 74.

<sup>410</sup> O fordismo foi um sistema industrial norte-americano criado pelo empresário Henry Ford (1863-1947) nas primeiras décadas do século XX. O novo modelo industrial, aliado a nova organização social do trabalho, caracterizava-se pela padronização da linha de montagem e pela produção em massa. O fordismo foi a primeira organização social do trabalho no início do século vinte, sendo superada, décadas depois, pelo Toyotismo (1960–1970), pelo Volvismo (década de 1970), pela Economia Digital (final do século XX) e, por último, pela Indústria 4.0 (atualidade).

<sup>411</sup>Henry Ford foi um empresário e inventor estadunidense, fundador da Ford Motor Company, em 16 de junho de 1903.

<sup>412</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* [livro eletrônico]: caderno 4 (XIII): 1930–1932: notas sobre filosofia: miscelânea: o canto décimo do inferno. Tradução de Rita Coitinho, Marcos Aurélio da Silva. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-00-8. p. 101.

<sup>413</sup> FRESU, Gianni. *Antonio Gramsci, o homem filósofo*. Tradução de Rita Matos Coitinho. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 227.

<sup>414</sup> A crise inflacionária da década de 1920 na Itália foi consequência dos gastos durante a Primeira Guerra Mundial (1914–1918). O país financiou o conflito por meio de empréstimos, o que levou à desvalorização da moeda nacional, a lira. Em 1921, os preços dos produtos dispararam devido à alta inflação, corroendo os salários e as poupanças dos italianos mais pobres. Com isso, os extremistas ganharam visibilidade nacional, já que prometiam recuperação econômica e ordem social. Dessa forma, a inflação dos anos 1920 contribuiu decisivamente para a ascensão do fascismo na Itália.

Nesse cenário, a inflação disparou, o desemprego aumentou e a escassez de bens de consumo se agravou drasticamente.

A Itália saiu humilhada, apesar de ter vencido a Primeira Guerra Mundial ao lado dos Aliados<sup>415</sup>. O país beligerante recebeu em partes os territórios prometidos pelo Tratado de Londres<sup>416</sup>, assinado em 1915. Essa situação gerou um sentimento entre os italianos chamado de “vitória mutilada”<sup>417</sup>, responsável por levar as classes médias a apoiarem o nacionalismo de cunho fascista. Diante disso, o fascismo soube aproveitar as oportunidades, apoiando-se em três planos primordiais que lhe deram sustentação. Assim, no plano político, o fascismo absorveu o discurso nacionalista de Enrico Corradini<sup>418</sup> (1865–1931); no plano cultural, o movimento incorporou o futurismo de Filippo Tommaso Marinetti<sup>419</sup> (1876–1944); e, no plano econômico, o regime aplicou o corporativismo de Filippo Carli<sup>420</sup> (1876–1938)<sup>421</sup>.

Veremos que o fascismo italiano surgiu como resposta direta a essas instabilidades. Diante disso, entre os anos de 1919 e 1922, o até então ex-socialista frustrado Benito

---

<sup>415</sup> Principais Aliados na Primeira Guerra Mundial: França, Reino Unido (Grã-Bretanha), Rússia, Itália, Estados Unidos (EUA), Japão, Bélgica e Sérvia. O Brasil declarou guerra à Alemanha em 1917, após ataques a navios brasileiros.

<sup>416</sup> O Tratado de Londres, assinado pela Itália em 1915, foi um acordo secreto entre a Grã-Bretanha, a Rússia e a França no início da Primeira Guerra Mundial. Esse acordo foi decisivo para a entrada da Itália no conflito ao lado da Tríplice Entente. Antes do tratado, a Itália estava se aproximando dos países da Tríplice Aliança, formada pela Alemanha e pela Áustria-Hungria. Nessa jogada dos países da Tríplice Entente, a Itália se aliou aos Aliados com a promessa de ganhos territoriais, incluindo partes do território da Áustria-Hungria, colônias no continente africano e a região da Dalmácia.

<sup>417</sup> FRESU, Gianni. *Antonio Gramsci, o homem filósofo*. Tradução de Rita Matos Coitinho. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 109.

<sup>418</sup> Enrico Corradini (1865–1931) foi o fundador da Associação Nacionalista Italiana (ANI) em 1910, que, em 1923, se uniu ao Partido Nacional Fascista (PNF). Gramsci escreveu um texto não assinado em 19 de agosto de 1916, publicado no *Avanti!* intitulado *Luta de classes e guerra*, no qual refuta o fundador da ANI. Corradini defendia posições contrárias ao pensamento de Marx, ainda que dentro de uma aparente abordagem marxista. A crítica central do autor comunista recai sobre a deturpação conceitual feita por Corradini ao pensamento de Marx, particularmente na definição de “nações proletárias” e “nações capitalistas”. Segundo Gramsci, o campo ideológico defendido por Corradini serviria, anos depois, como base teórica para justificar o uso da violência na luta política. Corradini teria deturpado Marx ao transferir erroneamente o conceito de “classe” para o de “nação”, argumentando que as “nações proletárias” deveriam travar uma guerra contra as “nações capitalistas”. Para ele, a luta se efetivaria no conflito armado, na subordinação econômica e militar das nações consideradas “decrépitas” – ou seja, a “nação digna” seria escolhida por meio do sangue.

<sup>419</sup> Filippo Tommaso Marinetti (1876–1944) foi um poeta reacionário, jornalista e ativista político italiano. Ele foi o criador e articulador do programa político conhecido como futurismo em 1919. Seguindo os passos de Cavour, Marinetti propunha um programa político e econômico de cunho liberal para a Itália. Em 1909, publicou o *Manifesto Futurista*, no qual defendia a destruição das tradições e a celebração da era industrial. Seu movimento, além de influenciar a literatura, a arquitetura, a música e as artes plásticas, também deixou marcas na política, já que o fascismo se apropriou de algumas de suas ideias.

<sup>420</sup> Filippo Carli foi um sociólogo e o principal teórico do corporativismo que fundamentou o modelo econômico do fascismo.

<sup>421</sup> FRESU, Gianni. *Antonio Gramsci, o homem filósofo*. Tradução de Rita Matos Coitinho. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 107.

Mussolini<sup>422</sup> (1883–1945) adotou a visão imperialista e intervencionista. No entanto, em 23 de março de 1919, o ditador fundou os *Fasci Italiani di Combattimento*<sup>423</sup>, um bando armado que reunia veteranos descontentes da Primeira Guerra Mundial<sup>424</sup>. Em 1921, esses grupos de arruaceiros e pistoleiros organizaram-se no *Partito Nazionale Fascista*<sup>425</sup> (PNF). No entanto, foi apenas em 1922 que, com o apoio do rei Vítor Emanuel III da Itália (1869–1947)<sup>426</sup>, Mussolini<sup>427</sup> tornou-se primeiro-ministro, e os fascistas tomaram definitivamente o poder estatal na Itália.

Sendo assim, investigaremos as causas precisas que originaram o fascismo italiano, as quais foram, sobretudo, o medo dos Conselhos de Fábrica<sup>428</sup> (1919–1920), aliado à fragilidade do liberalismo em organizar econômica e politicamente a sociedade italiana, agravado pela dramática crise econômica<sup>429</sup>. Além disso, o fascismo italiano conquistou apoio por meio de milícias paramilitares — que, tempos depois, se tornariam os Camisas Negras<sup>430</sup> — ao atacar sindicatos de esquerda e liberais<sup>431</sup>. O fascismo italiano também se beneficiou do temor das classes médias e dos setores rurais parasitários diante da organização de cooperativas de esquerda e do banditismo camponês meridional, bem como da necessidade, ou tentativa inicial, de implementar, sob a mesma composição demográfica, o americanismo no país, sem, no entanto, alterar os resíduos herdados das relações feudais de produção e de classe<sup>432</sup>.

De qualquer modo, não é o caso de nos estendermos demais.

Portanto, todas essas relações, brevemente mencionadas, ao se unificarem e gerarem uma profunda crise de hegemonia, conduziram a Itália ao arbítrio do fascismo por mais de

<sup>422</sup> Benito Mussolini foi um político e ditador italiano que governou o país entre 1922 e 1943. Inicialmente socialista, rompeu com as ideias de esquerda durante a Primeira Guerra Mundial ao adotar posições intervencionistas.

<sup>423</sup> *Fasci Italianos de Combate*.

<sup>424</sup> FRESU, Gianni. *Antonio Gramsci, o homem filósofo*. Tradução de Rita Matos Coitinho. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 113.

<sup>425</sup> Partido Nacional Fascista (PNF).

<sup>426</sup> Vítor Emanuel III da Itália foi o rei da Itália entre 1900 e 1946.

<sup>427</sup> Gramsci, nos escritos carcerários, fez poucas referências substantivo masculino “fascismo”, devido à forte censura do regime fascista de Mussolini.

<sup>428</sup> Os Conselhos de Fábrica (*Biennio Rosso*) aconteceram nos anos de 1919 e 1920, na Itália. Eles foram movimentos operários surgidos nas fábricas automobilísticas, cujo objetivo era organizar a autogestão trabalhista e a participação ativa dos operários nas decisões produtivas, representando uma alternativa ao capitalismo na Itália. Assim, eles foram uma tentativa de organização revolucionária de inspiração comunista, influenciados, sobretudo, pela Revolução Bolchevique de 1917, na Rússia.

<sup>429</sup> FRESU, Gianni. *Antonio Gramsci, o homem filósofo*. Tradução de Rita Matos Coitinho. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 109.

<sup>430</sup> Os chamados Camisas Negras foram milícias paramilitares formadas por apoiadores do fascismo e de Benito Mussolini. Eles também eram conhecidos como *Squadristi*.

<sup>431</sup> FRESU, Gianni. *Antonio Gramsci, o homem filósofo*. Tradução de Rita Matos Coitinho. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 110.

<sup>432</sup> ROIO, Del Marcos. *Os primas de Gramsci*. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 74-75.

vinte anos. Assim, não podemos iniciar uma pesquisa sobre o fascismo italiano e sobre o americanismo — formas concretas de revoluções passivas — sem antes examinar as causas necessárias que contribuíram para a consolidação do regime no país de Antonio Gramsci. Desse modo, com base na filosofia do pensador marxista italiano, principalmente em seus *Cadernos do Cárcere* (1929–1935), analisaremos os conceitos centrais que nos permitem compreender como uma nação tão rica culturalmente, como a Itália, com uma história milenar e laços de classe tão enraizados, acabou emaranhada nas teias do fascismo.

#### 4.2. O Papel da Igreja Católica como intelectual orgânico no *Risorgimento*.

Para Gramsci, a Igreja Católica — a Igreja — não deve ser entendida, no sentido trivial, como um ambiente elementar destinado à congregação, a assembleias e a reuniões religiosas. Gramsci a entende também como um intelectual orgânico das massas<sup>433</sup> populares, desagregadas e estratificadas em uma visão de mundo consolidada. Desse modo, a Igreja, além de ser um espaço religioso, atua como organizadora e direcionadora de uma visão de mundo calculada, ao proteger uma dada força hegemônica.

Nesse sentido, destacam-se, no interior dessa definição característica de Igreja assinalada por Gramsci, três definições principais assumidas pela instituição religiosa, sendo elas: a religião confessional, a religião laica e a religião como senso comum<sup>434</sup>.

A seguir, destacaremos cada uma delas.

Segundo Gramsci, na religião confessional, concebe-se a afinidade entre Deus e o homem terreno — relação expressa em cultos e missas no centro da instituição monástica. Em seguida, há a religião laica, entendida por Gramsci como o percurso da fé enquanto unidade entre uma concepção de mundo predeterminada e um código de conduta. Por fim, temos a religião como senso comum, em que Gramsci inclui o discurso religioso e a visão de mundo enraizados na cultura popular de um país —, ou seja, a direção hegemônica da instituição religiosa<sup>435</sup>. E, para a pesquisa aqui empreendida, é essa terceira dimensão — a religião como senso comum — que verdadeiramente (nos) interessa.

<sup>433</sup> No senso comum, o termo *massa* designa um grupo social caracterizado pela desorganização, passividade, estratificação e ausência de coesão interna

<sup>434</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. v. 5. p. 21.

<sup>435</sup> Em sua análise, Gramsci compreende o senso comum no âmbito de três discursos abrangentes sobre a cultura popular, identificando e examinando três dimensões fundamentais: a linguagem, o senso comum propriamente dito e o folclore.

Gramsci afirma que o senso comum, por não possuir acesso a um pensamento coeso, organizado e lógico — próprio da filosofia —, recebe sua concepção de mundo de modo limitado, desorganizado e muitas vezes incoerente, como é característico das religiões.

Mesmo assim, seria um equívoco afirmar que as religiões não são formas de compreender a vida. Para Gramsci, as religiões possuem uma determinada concepção de mundo. Desse modo, Gramsci esclarece, especialmente no *Caderno 11*, o conceito de que “todos os homens são filósofos”<sup>436</sup> —, “filósofos”, porém, de uma visão de mundo espontânea<sup>437</sup>. Pois, segundo ele, até mesmo na reflexão instintiva existe análise, concepção de mundo e modos de afirmar a vida<sup>438</sup>. A filosofia, no entanto, o faz de modo coerente e racional, possuindo métodos, ao passo que o senso comum não os possui.

A Igreja, assim, atuou como intelectual orgânico nesse modo espontâneo de conceber a vida humana. Dessa forma, ela foi os grilhões da sociedade italiana, representando o peso que dificultou o avanço da história italiana. Mas como, exatamente? Ela agiu como intelectual orgânico das massas populares, impedindo-as de progredir em direção ao novo mundo que se formava, iniciado, sobretudo, pela Revolução Francesa. Portanto, a Igreja não foi portadora de um novo processo civilizatório, mas exerceu a função de dificultar seu desenvolvimento, principalmente, na Itália.

Naquele momento, contudo, a classe dominante italiana consolidava seus próprios intelectuais orgânicos<sup>439</sup>; enquanto isso, a classe dominada ainda permanecia estratificada nas relações impostas pelos intelectuais orgânicos da Igreja. Diante disso, uma das tarefas do *Risorgimento* foi fazer com que as forças do liberalismo colocassem em risco o poder secular do Vaticano na Itália<sup>440</sup>. De acordo com Gramsci, para que o movimento liberal:

[...] tenha tido êxito em suscitar a força católica-liberal e fazer com que o próprio Pio IX se pusesse, ainda que brevemente, no terreno do liberalismo (o suficiente para desagregar o aparelho político-ideológico do catolicismo e tirar-lhe a confiança em si mesmo) eis a obra-prima política do *Risorgimento* e um dos pontos mais importante de desatamento dos velhos nós que haviam impedido, até então, pensar concretamente na possibilidade de um Estado unitário. (GRAMSCI, 2015, p. 21).

<sup>436</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 1. p. 93.

<sup>437</sup> Ibidem, p. 93.

<sup>438</sup> Ibidem, p. 93.

<sup>439</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* [livro eletrônico]: caderno 4 (XIII): 1930–1932: notas sobre filosofia: miscelânea: o canto décimo do inferno. Tradução de Rita Coitinho; Marcos Aurélio da Silva. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-00-8. p. 80–81.

<sup>440</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* [livro eletrônico]: caderno 9 (XIV): 1932: miscelânea e notas sobre Risorgimento italiano. Tradução de Giovanni Semeraro, Leandro Galastri, Tatiana Oliveira. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. p. 81.

Ao mobilizar o catolicismo liberal na Itália e ao conduzir o Papa Pio IX a aceitar, lentamente, os ideais liberais — enfraquecendo a unidade ideológica e política da Igreja —, o *Risorgimento* alcançou parte de sua vitória, rompendo um dos obstáculos que impediam a unificação italiana sob a hegemonia do Norte liberal e capitalista<sup>441</sup>.

A Igreja, enquanto intelectual orgânico, era compatível com a vida nacional, absorvendo todas as capacidades que poderiam atuar como um grupo dirigente nacional. A Revolução Francesa, porém, abateu parte das forças “anacrônicas” em seu país e serviu como modelo em toda a Europa. No caso italiano, sua contribuição foi o enfraquecimento da força intelectual da Igreja. Assim, o *Risorgimento* soube canalizar os ventos dos novos tempos.

Para Gramsci, esse processo explica como a luta pela hegemonia exige não apenas o uso da força militar — embora não a despreze —, mas também a neutralização das ideologias adversárias<sup>442</sup>. A Igreja, portanto, afirma Gramsci, por mais tradicional e aliada das monarquias absolutistas, perdeu sua influência quando os intelectuais orgânicos do *Risorgimento* impuseram o liberalismo na Itália por meio de uma reforma intelectual e moral — ainda que através de uma revolução passiva<sup>443</sup>. Para Gramsci:

Cada grupo social, nascendo a partir da base originária de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria, ao mesmo tempo, organicamente, uma camada ou mais de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função no campo econômico. (GRAMSCI, 2024, p. 80).

Assim, os intelectuais orgânicos são fundamentais na consolidação de uma hegemonia ligada a uma classe fundamental, que postula a dominação das classes adversárias e a direção das classes aliadas.

Mesmo assim, muitos católicos ligados à Igreja consideraram a Revolução Francesa um “cisma”, ou seja, uma ruptura entre a organização social do “pastor e do rebanho”<sup>444</sup>. De acordo com Gramsci, a instituição religiosa entendeu a Revolução Francesa como um ataque “herético” contra ela<sup>445</sup>. Em vista disso, a Igreja foi reduzida, nas décadas seguintes, ao aspecto laico e confessional, perdendo parte de seu protagonismo hegemônico na Itália.

---

<sup>441</sup>Ibidem, p. 81-82.

<sup>442</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* [livro eletrônico]: caderno 4 (XIII): 1930–1932: notas sobre filosofia: miscelânea: o canto décimo do inferno. Tradução de Rita Coitinho; Marcos Aurélio da Silva. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-00-8. p. 80–81.

<sup>443</sup>Ibidem, p. 80–81.

<sup>444</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* [livro eletrônico]: caderno 3 (XX): 1930: miscelânea. Tradução de Ivete Simionatto, Maria del Carmen Cortizo, Giovanni Semeraro. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-06-0. p. 145.

<sup>445</sup>Ibidem, p. 145.

Frente a essa situação, a Igreja só retomaria sua função de intelectual orgânico com a ascensão do fascismo na Itália. Por esse motivo, a instituição eclesiástica foi uma das causas precisas<sup>446</sup> do fascismo, pois, ao assinar o Tratado de Latrão<sup>447</sup> (em latim *Pactos Lateranenses*) em 11 de fevereiro de 1929, ela voltou a atuar e a influenciar os rumos do país<sup>448</sup>. Após isso, o Papa Pio XI<sup>449</sup>, declarado apoiador do fascismo italiano, recolocou a Igreja no centro das discussões políticas, além de assegurar a criação do Estado da Cidade do Vaticano<sup>450</sup>.

Tendo em vista os argumentos apresentados, a trajetória da Igreja na Itália, entre o período do *Risorgimento* e o fascismo italiano, demonstra como a hegemonia é disputada por meio de transformações e da cooptação de intelectuais orgânicos nas camadas da superestrutura<sup>451</sup>. Dessa forma, podemos observar que a classe dominante italiana, para se tornar também classe dirigente das classes aliadas e das classes subordinadas, precisou organizar, primeiramente, sua liderança no campo da superestrutura, contando com uma camada de intelectuais orgânicos bem-preparados<sup>452</sup>.

Parte dos intelectuais orgânicos da Igreja foi concentrada diante da necessidade de modernização do Estado. Assim, se no passado, a instituição religiosa exercia a função de organizadora da hegemonia do absolutismo, a ascensão do liberalismo reduziu sua influência<sup>453</sup>.

---

<sup>446</sup>FRESU, Gianni. *Antonio Gramsci, o homem filósofo*. Tradução de Rita Matos Coitinho. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 27.

<sup>447</sup>O Tratado de Latrão foi o acordo assinado entre a Santa Sé e o Estado italiano, pondo fim a décadas de conflitos entre o Vaticano e o Reino da Itália. Além de ser responsável pela criação do Estado da Cidade do Vaticano em 1929, o tratado estabeleceu que o governo italiano pagasse uma indenização como compensação pelas perdas territoriais sofridas durante a época do *Risorgimento*. O acordo também reconheceu o catolicismo como religião oficial da Itália e, no campo político, permitiu que a Igreja voltasse a influenciar a educação nas escolas.

<sup>448</sup>KERTZER, David I. *O Papa e Mussolini: A conexão secreta entre Pio XI e a ascensão do fascismo na Europa*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017. p. 26.

<sup>449</sup>Pio XI (1857–1939), nome de nascimento, Achille Ratti, foi o 259º Papa da Igreja Católica Apostólica Romana, governando durante o período entreguerras. Seu pontificado estendeu-se de 6 de fevereiro de 1922 até sua morte em 10 de fevereiro de 1939.

<sup>450</sup>KERTZER, David I. *O Papa e Mussolini: A conexão secreta entre Pio XI e a ascensão do fascismo na Europa*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017. Na biografia do Papa Pio XI, David Kertzer (1948–) revela os estreitos laços entre o bispo de Roma e Benito Mussolini, afirmando que: “[...] o Tratado de Latrão, o histórico acordo que Pio XI firmara com o ditador da Itália, Mussolini, encerrando uma década de hostilidade entre o governo do país e a Igreja Católica Romana. Com esse tratado, a separação entre a Igreja e o Estado, que marcara a Itália moderna desde a sua fundação, sessenta e oito anos antes, tinha chegado ao fim. Uma nova era começara, com a Igreja como parceira solícita do governo fascista de Mussolini”. (p. 26).

<sup>451</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* [livro eletrônico]: caderno 4 (XIII): 1930–1932: notas sobre filosofia: miscelânea: o canto décimo do inferno. Tradução de Rita Coitinho; Marcos Aurélio da Silva. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-00-8. p. 83.

<sup>452</sup>Ibidem, p. 81–83.

<sup>453</sup>Ibidem, p. 81–83.

Somente com o advento do fascismo italiano a Igreja conseguiu se reinventar, recuperando seu protagonismo político.

De tal modo, a análise gramsciana demonstra que a hegemonia não se conquista apenas pela força — embora esta permaneça essencial nos momentos de crise de hegemonia —, mas principalmente pela capacidade de reformular a superestrutura e construir consenso, inclusive entre as antigas classes dominantes.

Veremos que o conceito de revolução passiva explica essa relação em pormenores.

Em síntese, a Igreja Católica, embora enfraquecida pelo *Risorgimento*, encontrou no projeto fascista italiano um mecanismo para reassumir sua centralidade política. Desse modo, a instituição eclesiástica configurou-se como uma das causas necessárias para a ascensão do regime fascista na Itália.

Mas não apenas ela atuou como essa força reacionária.

#### **4.3. Itália cosmopolita: Império Romano e *Risorgimento*.**

A investigação sobre o *Risorgimento* é importante porque analisa os conflitos entre as classes fundamentais da Itália no período de 1815 a 1871. Esse momento foi marcado pela implementação da ideologia liberal no país. No entanto, para Gramsci, a história que possibilitou o desenvolvimento liberal da Itália não deve ser estudada em episódios isolados, mas sim inserida no próprio desenvolvimento europeu e mundial<sup>454</sup>. Dessa forma, a primeira comprovação da desterritorialização da Itália remonta ao período do Império Romano<sup>455</sup>.

Portanto, o estudo sobre a unificação da Itália sob a preeminência liberal deve ser analisado a partir de uma perspectiva dialética.

Segundo Gramsci, as bases desses processos históricos não foram adequadamente compreendidas, pois remetem às transformações ocorridas em Roma — antigo centro do poder republicano — implementadas pelos imperadores Júlio César<sup>456</sup> (100 a.C.–44 a.C.) e

<sup>454</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. v. 5, p. 13.

<sup>455</sup>O Império Romano sucedeu o período republicano na Antiga Roma. Nele, a forma de governo era autocrática, centralizada na figura do imperador. Assim, o Império Romano se tornou um dos maiores domínios econômicos e políticos do mundo antigo, com territórios que se estendiam ao redor do Mediterrâneo, abrangendo partes da Ásia e o Norte da África.

<sup>456</sup>Caio Júlio César (em latim *Gaius Iulius Caesar*), o ditador que marcou a transição da República ao Império Romano. Assassinado por um grupo de senadores aristocratas liderados por Marco Júnio Bruto (em latim *Marcus Junius Brutus*) (85a.C.–42a.C.).

Augusto<sup>457</sup> (63 a.C.–14 d.C.). Estes imperadores retiraram de Roma — e consequentemente da Itália —, sua superioridade territorial e transferiram “[...] a função hegemônica a uma classe imperial, isto é, supranacional”<sup>458</sup>. Essa subordinação territorial deixou marcas profundas para a Itália, iniciando o processo de desnacionalização que afetou não apenas Roma, mas toda a nação mediterrânea<sup>459</sup>. Gramsci defende que, com Júlio César, se inicia uma “[...] época nova, em que o Oriente tem um peso tão grande que termina por sobrepujar o Ocidente e levar a uma fratura entre as duas partes do império”<sup>460</sup>.

Diante desse processo de desterritorialização, Gramsci identifica na história italiana um elemento decisivo que, já no século XX, revelaria mais uma causa estrutural para a ascensão do fascismo, sendo ela: a frágil composição demográfica do país, incapaz de se contrapor às novas exigências produtivas impostas pelo capitalismo industrial.

Ao estudar o passado, observamos que, com as novas práticas econômicas empregadas na Europa Ocidental a partir da Modernidade entre os séculos XV e XVIII — em especial, com o advento do mercantilismo<sup>461</sup> —, e com a Itália permanecendo dividida territorialmente e subordinada a forças estrangeiras, atrasou-se o desenvolvimento econômico da nação<sup>462</sup>. Conforme destacado por Gramsci, na era do mercantilismo e das:

[...] monarquias absolutas, que na Itália, precisamente, tem manifestações de escasso alcance nacional porque a península está sob a influência estrangeira, ao passo que nas grandes nações europeias os novos grupos sociais urbanos, inserindo-se poderosamente na estrutura estatal de tendência unitária, fortalecem a própria estrutura e unitarismo, introduzem um novo equilíbrio nas forças sociais e criam para si as condições de um desenvolvimento rapidamente progressivo. (GRAMSCI, 2015, p. 14).

<sup>457</sup> Caio Júlio César Otaviano Augusto (em latim *Gaius Iulius Caesar Octavianus Augustus*), sobrinho-neto de Júlio César, governou Roma de 63 a.C. até sua morte, em 14 d.C., consolidando definitivamente o Império Romano.

<sup>458</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. v. 5, p. 13.

<sup>459</sup> Marcas que persistiram mesmo após o fim do Império Romano. Esse processo de desnacionalização da Itália resultou no pensamento de autores fundamentais como Maquiavel (1469–1527), que viveu na terra outrora chamada por Dante Alighieri (1265–1324) de “jardim do Império”. Esses pensadores compreendiam que o centro de poder já não residia nos territórios italianos, transformados então em terra espoliada, invadida e dilacerada após o colapso do Império Romano.

<sup>460</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. v. 5, p. 14.

<sup>461</sup> O mercantilismo foi um conjunto de práticas econômicas e políticas que surgiu no continente Europeu na Idade Moderna, entre os séculos XV e XVIII. Com ele, vieram novas medidas econômicas, adotando a crença de riqueza baseada no padrão ouro, nas exportações de mercadorias, no protecionismo e no colonialismo. Nesse modelo econômico, o Estado tinha maior intervenção na economia.

<sup>462</sup> GRAMSCI, Gramsci. *Cadernos do cárcere* [livro eletrônico]: caderno 9 (XIV): 1932: miscelânea e notas sobre Risorgimento italiano. Tradução de Giovanni Semeraro, Leandro Galastri, Tatiana Oliveira. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. p. 66.

Nesse cenário, a influência estrangeira impediu que a Itália se inserisse nas relações econômicas mercantilistas. No entanto, Gramsci afirma que o mercantilismo, se organicamente desenvolvido, consolidaria ainda mais a divisão entre os Estados regionais em disputa<sup>463</sup>. Desse modo, os apoios desses Estados, inclusive as relações entre as regiões setentrionais e meridionais, em conjunto com suas várias camadas de intelectuais, seriam aprofundados ainda mais<sup>464</sup>. Por isso, assegura-nos Gramsci, a tarefa do *Risorgimento* seria resolvê-las. De fato, isso foi em parte realizado, porém sem que a Itália passasse por uma revolução ativa do tipo radical-jacobina. A respeito disso, Gramsci escreve:

Se organicamente desenvolvido, o mercantilismo teria tornado ainda mais profundas, e talvez definitivas, as divisões em Estados regionais; o estado informe e inorgânico em que as diversas partes da Itália se encontravam do ponto de vista econômico, a não formação de fortes interesses constituídos em torno de um forte sistema mercantilista-estatal permitiram ou tornaram mais fácil a unificação na Era do *Risorgimento*. (GRAMSCI, 2015, p. 15).

É necessário argumentar que o *Risorgimento* não aconteceu de forma automática, mas como uma resposta histórica que remonta ao Império Romano e aos eventos da Europa Moderna. Em contrapartida, é importante assegurar que o *Risorgimento* foi um fenômeno necessariamente italiano<sup>465</sup>. Sendo assim, as forças que ganharam importância na sociedade italiana emergiram da desterritorialização da nação e da necessidade de união nacional imposta pelos ventos revolucionários oriundos da França revolucionária. Portanto, a Revolução Francesa foi o elemento “essencial e necessário” para o início do processo de unificação da Itália<sup>466</sup>. Em outras palavras, a necessidade de romper com as correntes do passado. Assim, essa é a origem do *Risorgimento*:

[...] isto é, do processo de formação das condições e das relações internacionais que permitirão à Itália unir-se em nação e às forças nacionais desenvolverem-se e expandirem-se, não devem ser buscadas neste ou naquele evento concreto registrado numa ou noutra data, mas precisamente no mesmo processo histórico pelo qual o conjunto dos sistemas europeu se transforma. Mas este processo não é independente dos eventos internos da península e das forças que nela se localizam. (GRAMSCI, 2015, p. 17).

---

<sup>463</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. v. 5, p. 15.

<sup>464</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>465</sup> GRAMSCI, Gramsci. *Vozes da Terra: escritos de 1916 a 1926*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Rita Coitinho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 7.

<sup>466</sup> Ibidem, p. 16.

Gramsci retoma, no *Caderno 19*, as referências de um respeitável artigo escrito pelo historiador italiano Gioacchino Volpe<sup>467</sup>. O artigo citado chama-se *Una scuola per La storia dell'Italia moderna*<sup>468</sup>, publicado no jornal liberal *Corriere della Sera*, em 9 de janeiro de 1932.

Para Gramsci, Gioacchino Volpe estrutura um processo dialético cujas origens remontam também ao Império Romano. Além disso, segundo o historiador, as guerras napoleônicas impuseram a necessidade de criar o Estado burguês na Itália. Gioacchino Volpe não percebeu, porém, que as classes dominantes aceitaram essa tarefa de modernização, mas a realizaram por meio de uma revolução passiva. Assim, Gramsci, no *Caderno 4*, na nota 57, intitulada *Vincenzo Cuoco e a revolução passiva*, assegura que o conceito de revolução passiva se refere ao processo de modernização do Estado por meio de uma série de reformas pelo alto ou de “[...] guerras nacionais, sem passarem pela revolução de tipo radical-jacobino”<sup>469</sup>. Ainda assim, Gioacchino Volpe acerta ao afirmar que as raízes da dependência italiana remontam às negligências imperiais.

Desse modo, sem solucionar definitivamente a questão demográfica do país, a unificação foi concretizada, porém aprofundando ainda mais as contradições de classe. Na nota 3 do *Caderno 19*, Gramsci faz referência a Gioacchino Volpe:

‘Todos o sabem: para compreender o *Risorgimento*, não basta recuar até 1815 nem sequer até 1796, o ano em que Napoleão irrompeu na península e nela suscitou a tempestade. O *Risorgimento*, como retomada da vida italiana, como formação de uma nova burguesia, como consciência crescente de problemas não só municipais e regionais, mas nacionais, como sensibilidade a certas exigências ideais, é preciso buscá-lo muito antes da revolução: é também sintoma, um dos sintomas, de uma revolução em marcha, não só francesa, mas, num certo sentido, mundial. Todos sabem igualmente que a história do *Risorgimento* não se estuda apenas com os documentos italianos, e como fato somente italiano, mas no quadro da vida europeia; trata-se de correntes de cultura, de transformações econômicas, de situações internacionais novas, que induzem os italianos a novas ideias, a novas atividades, a novo ordenamento político’. (GRAMSCI, 2015, p. 19).

Como vimos, o *Risorgimento* possibilitou a unidade geográfica da Itália, deixando de lado, porém, as classes populares. A unidade nacional não se tornou palatável para a maioria da população italiana. Ao final do processo, a maioria da população, ainda camponesa, sequer

<sup>467</sup> Gioacchino Volpe (1876–1971) foi um historiador italiano que atuou durante o período entre as duas guerras mundiais. Gioacchino Volpe contribuiu para a compreensão do *Risorgimento*.

<sup>468</sup> *Uma escola para a história da Itália moderna*.

<sup>469</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* [livro eletrônico]: caderno 4 (XIII): 1930-1932: notas sobre filosofia: miscelânea: o canto décimo do inferno. Tradução de Rita Coitinho e Marcos Aurélio da Silva. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. (Título original: *Quadernidelcarcere*). ISBN 978-65-83079-00-8. p. 123.

falava o italiano culto da Toscana, preferindo os dialetos regionais<sup>470</sup>. A Itália, nas décadas seguintes, acomodou-se em um frágil equilíbrio: a indústria ainda era incipiente, e a classe operária se formava em regiões muito específicas do país. Além disso, o setor político era burocrático e distante dos anseios das classes menos privilegiadas da Itália. Mesmo o recém-formado Estado liberal era fraco, mantendo compromissos parasitários com setores latifundiários<sup>471</sup>. Para Gramsci, todas essas amarras passivas precisavam ser rompidas pelas novas necessidades produtivas impostas pelo moderno capitalismo anglo-saxão.

Como demonstra esta pesquisa, o *Risorgimento* não pode ser compreendido como um movimento exclusivamente italiano nem limitado apenas ao século XIX, embora seja um fenômeno ocorrido na Itália. Gramsci afirma que a unificação italiana emergiu de mudanças políticas, econômicas e culturais em escala europeia. Desse modo, essa perspectiva reafirma o caráter dialético das investigações de Gramsci, cujo limite histórico será encontrado no fascismo italiano.

---

<sup>470</sup> MARIÁTEGUI, José Carlos. *As origens do fascismo*. Tradução de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008. p. 13.

<sup>471</sup> *Ibidem*, p. 13.

## CAPÍTULO V: A ESTRUTURA SOCIAL DA ITÁLIA — PARTE II: REFLEXÕES SOBRE PARTIDOS POLÍTICOS, O *MEZZOGIORNO* E O IMPERIALISMO.

### 5.1. Partidos Políticos: unidade nacional no *Risorgimento* e vínculo posterior com o fascismo italiano.

O *Risorgimento* caracterizou-se pela ausência de uma revolução burguesa ativa de caráter radical-jacobino<sup>472</sup>. Além disso, o movimento de unificação nacional foi seguido por uma reforma agrária ineficaz e por uma insurreição camponesa deficiente, liderada por intelectuais orgânicos desorganizados do *Mezzogiorno* e pelos partidos políticos envolvidos afastados da luta rural.

Gramsci entende essa relação como a questão meridional<sup>473</sup>.

A questão meridional será tratada detalhadamente na Seção 4.5, não sendo abordada agora.

Daremos continuidade à análise referente ao processo de formação da unidade nacional italiana.

Diante de tais condições, a estrutura produtiva modificou-se muito pouco, tornando o processo de distribuição de renda insidioso para a classe trabalhadora italiana — principalmente nas regiões mais atrasadas do país. Isso revela que a classe trabalhadora na Itália possuía diferentes composições: era industrializada no norte e camponesa no sul. Ainda assim, em sua totalidade, pouco participou do processo de unificação nacional.

Esses laços passivos entre as classes durariam até o advento do fascismo italiano.

No *Risorgimento*, portanto, a guerra de posição teve seus protagonistas. De um lado, representando a doutrina liberal de direita, atuou Camilo Benso, Conde de Cavour (1810–1861), e o Partido dos Moderados. Do outro, ao lado dos camponeses, destacaram-se Giuseppe Mazzini<sup>474</sup> (1805–1872), Giuseppe Garibaldi<sup>475</sup> (1807–1882) e Carlo Pisacane<sup>476</sup>

<sup>472</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* [livro eletrônico]: caderno 4 (XIII): 1930-1932: notas sobre filosofia: miscelânea: o canto décimo do inferno. Tradução de Rita Coitinho e Marcos Aurélio da Silva. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. (Título original: *Quadernidelcarcere*). ISBN 978-65-83079-00-8. p. 123.

<sup>473</sup> GRAMSCI, Antonio. *Vozes da Terra: escritos de 1916 a 1926*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Rita Coitinho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 138.

<sup>474</sup> Giuseppe Mazzini (1805–1872) foi um jornalista e político italiano revolucionário. Ele foi um dos personagens centrais no processo de unificação da Itália. Defensor do republicanismo, Mazzini atuou contra as monarquias absolutistas da Itália. No exterior, combateu a dominação estrangeira na Itália.

<sup>475</sup> Giuseppe Garibaldi (1807–1882) foi um deputado do Reino da Itália e líder revolucionário. Como militar na Itália, foi reconhecido ao defender a consolidação do Estado italiano sob a bandeira do republicanismo. Garibaldi também lutou na América do Sul, nas guerras do Brasil e do Uruguai, incluindo a Revolução Farroupilha.

(1818–1857), representando o Partido de Ação. Enquanto isso, no campo religioso e como intelectual orgânico da doutrina católica, o abade Vincenzo Gioberti<sup>477</sup> (1801–1852) liderou intelectualmente o movimento nacional conhecido como neoguelfismo<sup>478</sup>. Apesar de bem-preparado intelectualmente, o neoguelfismo teve pouca influência no *Risorgimento*<sup>479</sup>. A disputa nacional foi travada, principalmente, entre o Partido dos Moderados e o Partido de Ação.

No entanto, quem triunfou efetivamente foi o Partido dos Moderados.

Os intelectuais orgânicos do Partido de Ação não atraíram a maioria da classe operária urbana, muito menos a maior parte da população trabalhadora explorada do campo<sup>480</sup>. Para Gramsci, esse era “[...] um tema fundamental para um país como a Itália, onde o proletariado era uma “minoría” sem caráter nacional”<sup>481</sup>.

O Partido dos Moderados representava os intelectuais orgânicos da classe dominante. Mas não apenas estes, pois os próprios empresários e agricultores rurais formavam sua base de atuação — eram também seus intelectuais orgânicos. Em outras palavras, todas as ramificações da classe dominante italiana estavam empenhadas em assegurar seus interesses no interior do partido reformador. Diante disso, as fissuras deixadas por esses acontecimentos são tamanhas que o fato central da luta política italiana nas primeiras décadas do século XX foi a tentativa de solução que o “[...] Partido Nacional Fascista quis dar às soluções entre o Estado-governo e o Sul”<sup>482</sup>.

Por isso, o movimento ficou conhecido como obra de uma minoria italiana<sup>483</sup>. Mas que minoria? A minoria que melhor soube canalizar — por meio do transformismo político — as classes antagônicas em favor de seus interesses de classe<sup>484</sup>. A minoria que conseguiu evitar

<sup>476</sup> Carlo Pisacane (1818-1857) foi um político e pensador italiano conhecido por sua participação revolucionária no movimento do *Risorgimento*, ao lado de Giuseppe Mazzini e Giuseppe Garibaldi.

<sup>477</sup> Vincenzo Gioberti (1801–1852) foi um abade e estadista do estado do Piemonte. Principal teórico do neoguelfismo — doutrina liberal-católica —, esse movimento consolidou-se entre 1843 e 1858, como os principais ideais religiosos e políticos no contexto do *Risorgimento*. Foi por meio do neoguelfismo que a Igreja Católica tentou resistir às transformações impostas pelo *Risorgimento*.

<sup>478</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* [livro eletrônico]: caderno 9 (XIV): 1932: miscelânea e notas sobre risorgimento italiano. Tradução de Giovanni Semeraro, Leandro Galastri, Tatiana Oliveira. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. p. 69.

<sup>479</sup> Ibidem, p. 69.

<sup>480</sup> FRESU, Gianni. *Antonio Gramsci, o homem filósofo*. Tradução de Rita Matos Coitinho. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 200.

<sup>481</sup> Ibidem, p. 201.

<sup>482</sup> GRAMSCI, Antonio. *Vozes da Terra: escritos de 1916 a 1926*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Rita Coitinho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 101.

<sup>483</sup> PARIS, Robert. *As origens do fascismo*. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira Coutinho. São Paulo: Khronos 7; Perspectiva, 1993, p. 109.

<sup>484</sup> Ibidem, p. 109.

que as classes subalternas do *Mezzogiorno* unissem forças às do Norte (*Settentrione*)<sup>485</sup>, sem participar concretamente do processo de modernização do Estado liberal e da consolidação efetiva do capitalismo na Itália, garantindo, para si, melhores condições de vida<sup>486</sup>. Segundo Robert Paris (1937–), em seu livro *As origens do fascismo, o Risorgimento*:

[...] lhe apresenta, portanto, como a obra de uma minoria — uma burguesia antes parasitária que produtora — que foi incapaz de “construir uma unidade que fosse a unidade do povo”. A falta de participação das massas populares e a debilidade efetiva da burguesia deixaram a obra inacabada. A essa revolução dos “heróis”, o jovem liberal opõe a dos “heréticos”. Nesse mesmo esquema, Gramsci e seus sucessores integram o tema da *mancatarivoluzione agraria*: diferentemente dos jacobinos franceses, os homens do Partido de Ação (Mazzini, Garibaldi, Pisacane), ao abandonarem a direção do movimento para os Moderados (como Cavour, por exemplo), não teriam realizado uma reforma agrária indispensável. O *Risorgimento* teria sido, assim, apenas uma “revolução passiva”, de onde decorreriam o atraso do desenvolvimento econômico e o retrocesso das estruturas italianas. (PARIS, 1993, p. 109).

Gramsci encontrou uma Itália herdeira de experiências de classe não resolvidas. A constante fragmentação entre o Norte (*Settentrione*) e o Sul (*Mezzogiorno*) solidificou, na estrutura econômica, os interesses dessas minorias. Em um artigo de 1º de abril de 1916, publicado no jornal *Il Gridodel Popolo*, intitulado *O Sul e a Guerra*, Gramsci escreveu:

Já em 1911, em uma publicação semioficial patrocinada pela *Accademia dei Licei*, Francesco Colletti, economista sério e pouco afeito a paradoxos, mostrou que a unificação das regiões italianas sob um mesmo regime centralizador tivera consequências desastrosas para o Sul e que a cegueira dos governantes, esquecidos do programa econômico de Cavour, agravara a situação que deu origem à antiga, e agora crônica, questão meridional. A nova Itália encontrara as duas partes da península, Sul e Norte, em condições absolutamente antitéticas, reunidas depois de mais de mil anos. A invasão lombarda quebrou de vez a unidade criada por Roma, e no Norte as comunas deram um impulso especial à história, enquanto no Sul os reinos dos suevos, dos Anjou, da Espanha e dos Bourbon deram outro impulso. De um lado, a tradição de certa autonomia criou uma burguesia ousada e cheia de iniciativas, e havia uma organização econômica semelhante à dos outros Estados europeus, propícia ao maior desenvolvimento do capitalismo e da indústria. Do outro lado, as administrações paternalistas da Espanha e dos Bourbon nada criaram: a burguesia não existia, a agricultura era primitiva e não bastava sequer para satisfazer o mercado local, sem estradas, sem portos, sem aproveitamento das poucas águas que a região possuía devido à peculiar conformação geológica. A unificação pôs em íntimo contato as duas partes da península. A centralização bestial confundiu suas carências e suas necessidades, e o efeito foi a emigração de toda a liquidez financeira do Sul para o Norte a fim de obter lucros maiores e mais imediatos na indústria, e a emigração das pessoas para o exterior para encontrar o trabalho que lhe faltava em seu próprio país. (GRAMSCI, 2023, p. 32-33).

<sup>485</sup> GRAMSCI, Antonio. *Vozes da Terra: escritos de 1916 a 1926*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Rita Coitinho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 43.

<sup>486</sup> PARIS, Robert. *As origens do fascismo*. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira Coutinho. São Paulo: Khronos 7; Perspectiva, 1993, p. 109.

Gramsci, herdeiro intelectual de Marx, assegura que “[...] o capital procura sempre as formas de emprego mais seguras e lucrativas”<sup>487</sup>. Por isso, a Itália, unificada a partir do imaginário liberal, liderada pelo Norte e administrada pela diplomacia de Cavour, fez com que parte da população meridional não se organizasse como classe, mas se colocasse, inconscientemente, no centro de atração das classes tradicionais<sup>488</sup>. Até mesmo os intelectuais orgânicos do *Mezzogiorno* foram absorvidos por esses ideais.

Esses acontecimentos levaram Gramsci a escrever um importante artigo, intitulado originalmente *A Questão Meridional*. Publicado em 1926 na revista teórica do Partido Comunista da Itália (PCI), chamada *Lo Stato Operaio*, poucos meses após sua prisão pelo regime fascista, o texto visava esclarecer alguns pontos: a) a fraqueza dos intelectuais orgânicos do Sul e sua relação com o transformismo político; b) o papel dos trabalhadores industriais — típicos do capitalismo industrial — na conscientização dos trabalhadores rurais. O artigo aborda, portanto, um tema central para Gramsci, que o acompanhava desde seus tempos de polemista político: a questão dos intelectuais orgânicos e sua ligação com a questão agrária. O assunto seria aprofundado nos *Cadernos do Cárcere*. No entanto, o texto já destacava a importância da questão agrária para a organização orgânica da luta de classes, frequentemente negligenciada pelos partidos políticos e intelectuais orgânicos de esquerda. Uma curiosidade sobre o artigo é que seu título original foi riscado e substituído por uma versão com grafia diferente da de Gramsci. Após essa alteração — não se sabe se com sua autorização —, o escrito tornou-se mundialmente conhecido como *Alguns Temas da Questão Meridional*<sup>489</sup>.

Em consequência disso, ou seja, desses temas discutidos no importante artigo, o *Risorgimento* deixou, na estrutura econômica e social da nação, resquícios feudais passivos e uma classe dominante anêmica — principalmente no Sul<sup>490</sup>. Anos depois, essas forças viram seus interesses entrarem em conflito com as novas imposições do capitalismo norte-americano, uma vez que o americanismo abalaria as relações apáticas das classes médias que

<sup>487</sup> GRAMSCI, Antonio. *Vozes da Terra: escritos de 1916 a 1926*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Rita Coitinho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 43.

<sup>488</sup> FRESU, Gianni. *Antonio Gramsci, o homem filósofo*. Tradução de Rita Matos Coitinho. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 44.

<sup>489</sup> GRAMSCI, Antonio. *Vozes da Terra: escritos de 1916 a 1926*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Rita Coitinho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 133.

<sup>490</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* [livro eletrônico]: caderno 6 (VIII) – 1930-1932: miscelânea. Tradução de vários tradutores. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. (Título original: *Quadernidelcarcere*). ISBN 978-65-83079-00-8. p. 65.

viviam da herança dos avós e do arrendamento de terras. O fato mais importante dessa relação talvez seja que coube ao fascismo remediar essa situação — ou seja, introduzir o americanismo na Itália, porém sem destruir essas classes parasitárias.

A Itália do século XX comportava um frágil equilíbrio. De um lado, a camada camponesa permanecia pobre; do outro, a categoria industrial se organizava politicamente. E, na sociedade civil, os partidos políticos ganhavam robustez — de ambas as classes antagônicas. Com isso, a guerra de posição se intensificava. Nesse cenário em disputa, o Estado liberal — forjado no *Risorgimento* — permanecia burocratizado. O Estado italiano não se destacou no cenário europeu, pois permanecia um Estado coadjuvante, sem protagonismo militar e sem força política e econômica. A industrialização, décadas depois do *Risorgimento*, conservava-se em regiões específicas do país.

Gramsci compreendeu que a Itália não havia superado os resquícios feudais, mas os protegeu através de uma revolução passiva. Assim, as forças do capitalismo anglo-saxão não germinaram no país. Ao contrário, as classes dirigentes italianas permaneciam dominantes por meio de títulos de Estado e pela exploração dos empobrecidos trabalhadores do *Mezzogiorno*. Isso demonstra o perfil anêmico das classes dominantes italianas — principalmente as do Sul. Isso justifica também os motivos do fascismo italiano ganhar proeminência especificamente nas classes rurais do *Mezzogiorno*. Dessa forma, o processo foi posteriormente ampliado para as outras regiões da Itália.

A seguir, investigaremos as raízes desse frágil equilíbrio e como ele contribuiu para ser uma das causas precisas mais importantes para o advento do fascismo italiano.

A questão principal é apresentada: por que o *Risorgimento* foi uma revolução passiva? Segundo Gramsci, pelo medo dos excessos. Mas que excessos? Dos excessos que as classes dominadas poderiam empreender ao se colocarem em movimento — perseguindo posições progressistas. A Europa, de fato, de 1789 a 1871, viveu um constante processo de ebulição revolucionária. Isso deixou as classes dominantes da Itália atormentadas. O Partido dos Moderados, portanto, além de organizar os interesses dominantes, de cima para baixo, representava o freio diante do pânico iniciado pela Revolução Francesa e de como ela poderia se repetir na Itália. Sendo assim, os Moderados eram os mensageiros dos espantos das classes altas da península itálica — estas convivendo com o temor de uma radical transformação de

tipo radical-jacobino<sup>491</sup> e a necessidade de reformular o Estado nacional pelo alto. Nesse momento de incertezas, a burguesia italiana adotou as seguintes ações “passivas”: a) de 1815 a 1845, introduziu a ideologia liberal-nacionalista no país<sup>492</sup>; b) de 1847 a 1849, vários movimentos republicanos de curta duração tiveram protagonismo na disputa pela hegemonia<sup>493</sup>; c) em 1861, Vitor Emmanuel II auto proclamou-se rei da Itália<sup>494</sup>; d) em 1870, Roma foi dominada pelas forças liberais e a unificação passiva se completou na Itália<sup>495</sup>.

Para Gramsci, o *Risorgimento* não foi expansivo. Isso significa que ele não promoveu o desenvolvimento das classes subalternas de baixo para cima. Além disso, o processo não elevou a cultura nacional-popular dos estratos subalternos. O movimento — ao assumir a forma de uma revolução passiva — esterilizou-se na defesa dos anseios mais concretos do povo, ou seja, de suas necessidades mais básicas de existência<sup>496</sup>.

De acordo com Gramsci, deveria ser um princípio de qualquer governo comprometido procurar elevar o nível da vida material da população para além de um certo nível econômico-corporativo<sup>497</sup>. Por isso, ele é categórico ao defender que:

O grau de potência real de um Estado deve ser, portanto, medido também de acordo com este elemento, que está coordenado inclusive com outros elementos de juízo sobre a solidez estrutural de um país. Se, de fato, as classes dominantes de uma nação não conseguiram superar a fase econômico-corporativa que as leva a explorar as massas populares até o extremo permitido pelas condições de força, ou seja, a reduzi-las apenas à vida vegetativa biológica, é evidente que não se pode falar de potência do Estado, mas apenas de disfarce de potência. (GRAMSCI, 2024, p. 61).

Acrescenta-se que outro problema do *Risorgimento* foi a falta de iniciativa intelectual e moral do Partido de Ação. Para Gramsci, o Partido de Ação — o mais próximo dos interesses das massas populares — não ousou confrontar sistematicamente a oposição liberal. Não atuou intelectual e moralmente na construção hegemônica de baixo para cima. Ao contrário: muitos de seus quadros dirigentes foram absorvidos ou cooptados pelas forças liberais dos Moderados. Gramsci, assim, conceitua esse movimento passivo como transformismo político. Naquele momento, os Moderados estavam mais organizados e

<sup>491</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* [livro eletrônico]: caderno 4 (XIII): 1930-1932: notas sobre filosofia: miscelânea: o canto décimo do inferno. Tradução de Rita Coitinho e Marcos Aurélio da Silva. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. (Título original: *Quadernidelcarcere*). ISBN 978-65-83079-00-8. p. 123.

<sup>492</sup> MARI, Cezar Luiz De. *10 lições sobre Gramsci*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2023. p. 28.

<sup>493</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>494</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>495</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>496</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* [livro eletrônico]: caderno 6(VIII), 1930-1932: miscelânea. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. (Título original: *Quadernidelcarcere*). ISBN 978-65-83079-09-1. p. 136.

<sup>497</sup> Ibidem, p. 61.

articulados intelectualmente. Eles agiram como intelectuais orgânicos das classes dominantes e, ao mesmo tempo, dirigiram politicamente as massas populares e o Partido de Ação<sup>498</sup>.

Assim, os Moderados eram, antes de se tornarem dominantes em toda a nação, dirigentes da oposição política, cooptando-a sistematicamente. Inclusive, os Moderados não atuaram tão-somente por meio do uso da força, que é característico de qualquer grupo hegemônico, mas dominaram intelectualmente as forças de oposição por meio de uma reforma intelectual e moral. Por isso, é importante lembrar que, para Gramsci, uma classe hegemônica, antes mesmo de ser dominante, precisa ser dirigente. Dirigente não apenas das classes aliadas economicamente mais fracas, mas dominante-dirigente também das classes oponentes<sup>499</sup>. Essa talvez seja a principal função da hegemonia, e os Moderados a souberam organizar muito bem. Para exemplificar melhor, Vacca (1939–) escreve:

Para Gramsci, o problema histórico do *Risorgimento* é “o problema da conexão entre as [suas] várias correntes políticas, isto é, das suas relações recíprocas e das suas relações com os grupos sociais homogêneos ou subordinados existentes nas várias seções (ou setores) do território nacional”. O problema, portanto, é o de explicar por que prevaleceram os Moderados, imprimindo ao Estado unitário uma orientação e um equilíbrio que condicionariam toda a sua história posterior. A explicação fornecida por Gramsci conduz à formulação dos critérios que caracterizam sua metodologia da história, sua teoria da política e sua concepção dos intelectuais: “O critério metodológico sobre o qual é preciso fundar o próprio exame é este: que a supremacia de um grupo social se manifesta de duas maneiras, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. [...] Um grupo social pode e deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental, “mas deve continuar” a ser “dirigente” também depois de tê-lo conquistado, “quando exerce o poder e mesmo se o mantém firmemente em suas mãos”. Em outras palavras, a direção política, tanto antes quanto depois da conquista do poder, apoia-se numa combinação de “domínio” e “direção intelectual e moral”, sem a qual não pode “ser mantida”. Essa “combinação”, com a qual se explica a hegemonia, é o resultado de uma determinada relação entre os grupos sociais e seus representantes, ou seja, da organicidade entre um determinado grupo social e seus intelectuais<sup>500</sup>. (VACCA, 2014, p. 541).

<sup>498</sup> VACCA, Giuseppe. *La filosofia dell'apraxis di Antonio Gramsci*. Revista Educação e Filosofia, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Educação; Instituto de Filosofia; Programa de Pós-Graduação em Educação; Programa de Pós-Graduação em Filosofia, v. 28, n. 56, p. jun./dez. 2014. ISSN 0102-6801, p. 541.

<sup>499</sup> Ibidem, p. 541.

<sup>500</sup> Per Gramsci il problema storico del Risorgimento è “il problema della connessione fra le [sue] varie correnti politiche, cioè dei loro rapporti reciproci e dei loro rapporti con i gruppi sociali omogenei o subordinati esistenti nelle varie sezioni (o settori) del territorio nazionale”. Il problema, quindi, è quello di spiegare perché prevalsero i moderati, imprimendo allo Stato unitario un indirizzo e un equilibrio che ne avrebbero condizionato tutta la storia successiva. La spiegazione fornita da Gramsci porta alla formulazione dei criteri che caratterizzano la sua metodologia della storia, la sua teoria della politica e la sua concezione degli intellettuali: “Il criterio metodologico su cui occorre fondare il proprio esame è questo: che la supremazia di un gruppo sociale si manifesta in due modi, come “dominio” e come “direzione intellettuale e morale”. [...] Un gruppo sociale può e deve essere dirigente già prima di conquistare il potere governativo”, “ma deve continuare” a essere “dirigente” anche dopo averlo conquistato, “quando esercita il potere e anche se lo tiene fortemente in pugno”. In altre parole, la direzione politica, sia prima sia dopo la conquista del potere, poggia su una combinazione di “dominio” e “direzione intellettuale e morale”, senza la quale non può “esser mantenuta”. Questa

O Partido dos Moderados foi o grupo social que melhor administrou a disputa pela direção hegemônica na Itália. Para esse fim, mudou programas econômicos e cooptou lideranças de oposição. Desse modo, os Moderados cimentaram não apenas os valores econômicos liberais, mas também o modo de vida burguês e a cultura de consumo de bens manufaturados. Fizeram isso por meio de uma reforma intelectual e moral. Mas, acima de tudo, os Moderados foram os portadores não apenas dos valores burgueses — que também eram os seus —, mas de outro modo econômico de produzir: o da grande indústria capitalista. A grande contradição talvez seja que todas essas mudanças não reorganizaram as forças arcaicas na Itália, isto é, não ousaram efetivamente uma revolução burguesa ativa<sup>501</sup>, mas a realizaram passivamente, mantendo os interesses das classes altas e parasitárias inalterados. Em razão disso, décadas mais tarde, coube ao fascismo reforçar essas posições de classes periclitantes por meio de uma guerra de posição.

Para abrangermos ainda mais a iniciativa dos Moderados, precisamos retomar o conceito de hegemonia<sup>502</sup> de Gramsci. Para o filósofo, hegemonia corresponde à supremacia de uma concepção de mundo sobre outra — ou seja, a capacidade das classes tradicionais de dirigir politicamente, culturalmente e economicamente outra classe. À luz desse conceito, Gramsci investiga como a maioria da sociedade dominada serve, passivamente, aos interesses de uma classe que não é a sua. O autor chega à conclusão de que o conceito de hegemonia, no caso do *Risorgimento*, interliga-se também ao de revolução passiva. Para ele, uma formação social também se consolida sem o constante uso da força coercitiva. Todavia, deve-se analisar como isso acontece a partir de uma meticulosa compreensão da composição demográfica de cada país<sup>503</sup>.

A manutenção do poder da classe dominante acontece mediante a capacidade de sua direção irrestrita das classes dominadas. Gramsci afirma que uma classe é hegemônica em

---

“combinazione”, concui si explica l’egemonia, é il risultadodi una determinatarelazione fra i gruppi sociali e i loro rappresentanti, ovverodellaorganicità fra um determinatogrupposociale e i suoiintelletuali.

<sup>501</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* [livro eletrônico]: caderno 4 (XIII): 1930-1932: notas sobre filosofia: miscelânea: o canto décimo do inferno. Tradução de Rita Coitinho e Marcos Aurélio da Silva. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. (Título original: *Quadernidelcarcere*). ISBN 978-65-83079-00-8. p. 123.

<sup>502</sup> Para uma compreensão histórica do conceito de hegemonia, recomenda-se a leitura da obra intitulada *Egemonia: Da OmeroaiGenderStudies*, de Giuseppe Cospito. Nela, o autor refaz o caminho do conceito, desde a Grécia Antiga até a contemporaneidade. Referência completa: COSPITO, Giuseppe. *Egemonia: Da OmeroaiGenderStudies*. Bologna: SocietàEditriceilMulino, 2021. Disponível em: [www.mulino.it/fotocopie](http://www.mulino.it/fotocopie). Acesso em: 20 nov. 2023.

<sup>503</sup> VACCA, Giuseppe. *A vida e pensamento de Antonio Gramsci – 1926-1937*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto; Fundação Astrojildo Pereira; FondazioneIstituto Gramsci Onlus, 2012. p. 213.

dois momentos, a saber: no período em que ela é dominante e dirigente. A dominação não se sustenta apenas pelo uso da força coercitiva. Desse modo, por ela ser dominante, ela se torna também dirigente, ao passo que, por ela ser dirigente, se consolida como dominante. Em outras palavras, uma classe social, antes mesmo de fixar-se no poder, precisa ser classe dirigente. Ainda assim, quando está no poder, precisa continuar exercendo a função de classe dirigente. Caso isso não aconteça, todo o aparelho hegemônico se estilhaça. Gramsci aponta a fraqueza dos movimentos populares nacionais na era do *Risorgimento*, pois eles não ousaram dirigir as classes populares<sup>504</sup>.

Não dirigiram e não foram dominantes: por isso a disputa pela hegemonia é carregada de dificuldades. A disputa irracional, porém, afastada das reais causas materiais, leva à perda de espaço e à não construção efetiva da direção revolucionária.

Assim, na importante nota do *Caderno 1* (1929-1930), intitulada *Direção política de classe antes e depois de chegar ao governo*, Gramsci escreve:

Todo o problema das várias correntes políticas do *Risorgimento*, de suas relações recíprocas e de suas relações com as forças homogêneas ou subordinadas das diversas partes (ou setores) históricas do território nacional, se reduz a este dado fundamental: que os Moderados representavam uma classe social relativamente homogênea, de modo que sua direção sofreu oscilações relativamente limitadas, ao passo que o Partido de Ação não se apoiava especificamente em nenhuma classe histórica e as oscilações sofridas por seus órgãos dirigentes se compunham, em última análise, segundo os interesses dos Moderados: isto é, historicamente o Partido de Ação foi guiado pelos Moderados (a afirmação de Vítor Emanuel II de “ter no bolso” (ou algo semelhante) o Partido de Ação é exata, e não só pelos seus contatos pessoais com Garibaldi; o Partido de Ação, historicamente, foi guiado por Cavour e por Vítor Emanuel II). O critério histórico-político sobre o qual precisa basear as próprias pesquisas é este: que uma classe é dominante em dois modos, isto é, é “dirigente” e “dominante”. É dirigente das classes aliadas, é dominante das classes adversárias. Por isso, uma classe já antes de ir ao poder pode ser “dirigente” (e deve sê-lo): quando exerce o poder, torna-se dominante, mas continua a ser também “dirigente”. Os Moderados continuaram a dirigir o Partido de Ação mesmo depois de 1870 e o “transformismo” é a expressão política desta ação de direção; toda a política italiana de 1870 até hoje é caracterizada pelo “transformismo”, ou seja, pela elaboração de uma classe dirigente nos quadros fixados pelos Moderados depois de 1848, com a absorção dos elementos ativos surgidos das classes aliadas e mesmo das inimigas. A direção política se torna um aspecto do domínio, na medida em que a absorção das elites das classes inimigas leva à decapitação destas últimas e à sua impotência. (GRAMSCI, 2024, p. 51-52).

Em seguida, Gramsci chega à conclusão, afirmando:

<sup>504</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 1 (XVI): 1929 - 1930: primeiro caderno* / tradução Rocco Lacorte, Alex Calheiros, Lucas Moura Vieira. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. Título original: *QuadernidelCarcere*. ISBN 978-65-83079-05-3. p. 52.

Pode e deve haver uma “hegemonia política” mesmo antes da ida ao Governo e não se deve contar apenas com o poder e a força material que ele dá para exercer a direção ou hegemonia política. A política dos Moderados mostrou claramente esta verdade e é a solução deste problema que tem tornado possível o *Risorgimento* nas formas e nos limites em que ele tem se realizado de revolução sem revolução [ou de revolução passiva, de acordo com a expressão de V. Cuoco]. (GRAMSCI, 2024, p. 52).

Mas a pergunta ainda continua em aberto: como isso foi (é) possível?

A resposta mais direta oferecida por Gramsci é a de que, nas sociedades ocidentais — e a Itália faz parte desse tipo de sociedade —, a força é substituída pelo consenso. Isso já demonstra, pois, uma complexa sociedade civil desenvolvida — algo próprio das sociedades ocidentais<sup>505</sup>. Logo, o conceito de hegemonia configura-se como força mais consenso, revestido de coerção. Assim, no caso dos Moderados, sendo a principal força hegemônica da época, as populações subalternas foram lideradas primeiramente pelo uso irrestrito do consenso, em conformidade com as suas várias camadas de intelectuais bem posicionados na direção intelectual e moral das massas populares<sup>506</sup>. Ainda sobre esse tema, assim se lê:

O conceito também é introduzido na análise do *Risorgimento* e refere-se à capacidade dos Moderados de conformar o Estado unitário ao exercício permanente de sua direção sobre toda a sociedade. No entanto, logo assume o valor de um novo paradigma, de um conceito geral de caráter heurístico e estratégico: pode e deve haver uma “hegemonia política” mesmo antes da ida ao governo, e não se deve contar apenas com o poder e a força material que o poder confere para exercer a direção ou hegemonia política. (VACCA, 2012, p. 213).

Assim sendo, a finalidade do conflito contemporizado é a aquisição da hegemonia política antes da conquista do poder, sendo que seu “[...] teatro é a sociedade civil, e o epicentro, a luta política nacional”<sup>507</sup>.

Avancemos mais um pouco.

Como vimos, em momentos de calma social, em que a supremacia de uma classe sobre a outra se expande sem grandes dificuldades, o consenso se apoia na força, mas sem evidenciá-la. A sociedade é direcionada sem grandes abalos e ausente de fortes rupturas institucionais. Isso ocorre uma vez que a maioria da população aceita as relações sem questioná-las. Em sua grande maioria, concorda com essas relações. Essa aceitação ocorre

<sup>505</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 7 (VII): 1930-1932: notas sobre filosofia II e miscelânea* / tradução Ana Maria Said, Marcos Aurélio da Silva. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-04-6. p. 21-22.

<sup>506</sup> VACCA, Giuseppe. *A vida e pensamento de Antonio Gramsci – 1926-1937*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto; Fundação Astrojildo Pereira; FondazioneIstituto Gramsci Onlus, 2012. p. 213.

<sup>507</sup> Ibidem, p. 213.

porque existe — como no caso do *Risorgimento* — um numeroso pessoal bem-treinado, assim como fortes partidos políticos que formam a opinião pública, na medida em que absorvem os dirigentes de oposição em seu seio.

Tudo isso ajuda a expandir ainda mais a hegemonia de uma classe, e isso acontece uma vez que as condições são favoráveis para isso. Gramsci assegura, portanto, que, em momentos de crise de hegemonia, a expansão desses aparelhos privados de hegemonia tende a se multiplicar: a dilatação desses organismos significa ampliar também o número de intelectuais orgânicos. De tal modo, a sua expansão se faz sempre acompanhada de um arrefecimento das forças contrárias. No livro *Uma Estratégia para o Ocidente* (2009), Said afirma:

Central em sua teoria é o entendimento da capacidade que os grupos sociais têm, por meio dos intelectuais orgânicos, de elaborar concepções de mundo universalizantes que possam traduzir uma ideologia, própria de uma classe, em ideologia universal. Isso seria, segundo ele, o exercício da hegemonia. (SAID, 2009, p. 67).

Por esse motivo, é correto afirmar que a hegemonia de uma classe se manifesta na capacidade de estruturar um bloco social adequado à produção, formando um bloco histórico, sendo este, para Gramsci, a união entre a estrutura e a superestrutura<sup>508</sup>. Diante disso, a capacidade da hegemonia de uma classe unificar um bloco social não homogêneo, mas marcado por profundas contradições, é a obra capital da hegemonia. Ademais, a hegemonia de uma classe consolida uma transformação nas relações sociais de produção e, conseqüentemente, uma completa reestruturação entre a estrutura e a superestrutura<sup>509</sup>. Isso significa que uma nova base econômica se levantou, trazendo novas relações políticas e de produção, ou seja, uma *nuova civiltà*<sup>510</sup>.

Em razão disso, fica evidente que, para Gramsci, o Partido de Ação não foi uma organização partidária revolucionária. Mas, ao contrário, pois, no entendimento do autor, o partido revolucionário deveria ser a expressão de uma classe, ou seja, precisaria ser uma organização coletiva emanada das classes populares. Por isso, o partido revolucionário deve se educar enquanto disputa a hegemonia na luta de classes. No entanto, o Partido de Ação não nasceu desses anseios, pois não se alimentou da classe e não lutou para conquistá-la e guiá-la. Caso tivesse feito, ele seria efetivamente um partido armado para a unificação do proletariado,

---

<sup>508</sup> GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 70.

<sup>509</sup> Ibidem, p. 70.

<sup>510</sup> Nova Civilização.

mas, em especial, do campesinato do *Mezzogiorno*<sup>511</sup> — estrato social ainda tão menosprezado pelas forças progressistas nacionais.

Mas nada disso adiantou. Todo esse frágil aparelho hegemônico liberal se quebraria na segunda metade do século XX. Todas essas causas precisas levariam o fascismo ao poder em 1922 — como veremos nos capítulos a seguir. Mas outras causas precisas, ainda mais perigosas, nasceriam dos resquícios deixados por estas aqui investigadas.

Entretanto, a mais significativa era ainda a passagem do modo de produção feudal para o capitalista, através de uma revolução passiva. Por isso, a composição demográfica italiana não se mostrou adequada à produção capitalista, pois as classes subalternas ainda foram mantidas em estado semicolonial, produzindo como se estivessem séculos no passado. Por outro lado, uma parte da elite italiana ainda permanecia vivendo de heranças, sem investir parte delas na produção capitalista.

Nas palavras de Gramsci: “[...] estas sedimentações de massas preguiçosas e inúteis que vivem do “patrimônio” dos “antepassados”, destes aposentados da história econômica, são tanto mais numerosas e onerosas quanto mais vetusta for a história de um país”<sup>512</sup>. Porém, no século XX, o capitalismo norte-americano imporia à Itália modernas e avançadas formas de organização social do trabalho, mas encontraria resistência justamente dessas composições passivas, herdeiras da era do *Risorgimento*, que não queriam perder seus privilégios seculares: elas resistiriam<sup>513</sup>. Corroborando, Gramsci escreve:

De resto, só o critério de utilidade econômica não é suficiente para examinar a passagem de uma forma de organização econômica a outra; é preciso também levar em conta o critério político, ou seja, se a passagem foi objetivamente necessária e correspondeu a um preciso interesse geral, mesmo que de longo prazo. Deve-se admitir que a unificação da península tivesse de custar sacrifícios a uma parte da população em razão das necessidades inderrogáveis de um grande Estado moderno; contudo, é preciso examinar se tais sacrifícios foram distribuídos com equidade e em que medida podiam ser poupados e se foram aplicados numa direção justa. (GRAMSCI, 2015, p. 45).

Na realidade, a introdução do capitalismo na Itália não foi homogênea, mas uma adoção paternalista e inorgânica<sup>514</sup>. Por isso, Gramsci afirma:

<sup>511</sup> DEL ROIO, Marcos. Apresentação. In: GRAMSCI, Antonio. *Vozes da terra: escritos de 1916 a 1926*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Rita Coutinho. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 19.

<sup>512</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 22 (V): 1934: americanismo e fordismo*. Tradução Lincoln Secco, Silvia de Bernardinis. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-14-5. p. 5.

<sup>513</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere [livro eletrônico]: caderno 9 (XIV): 1932: miscelânea e notas sobre Risorgimento italiano*. Tradução Giovanni Semeraro, Leandro Galastri, Tatiana Oliveira. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. p. 99.

<sup>514</sup>Ibidem, p. 131.

É certíssimo que a introdução e o desenvolvimento do capitalismo na Itália não ocorreram segundo um ponto de vista nacional, mas segundo estreitos pontos de vista regionais e de grupos restritos, e em grande parte não cumpriram suas tarefas, determinando uma emigração patológica, nunca reabsorvida, e cuja necessidade jamais cessou, arruinando economicamente regiões inteiras. (GRAMSCI, 2015, p, 45).

Na era do *Risorgimento*, as classes tradicionais implementaram a indústria capitalista. Com isso, introduziram o modo de produção capitalista e as instituições políticas consolidadas nas duas grandes revoluções, a saber: a Revolução Industrial<sup>515</sup> e a Revolução Francesa. Nesse cenário, muitos resíduos passivos resistiram — substratos superados nos países que passaram por uma efetiva revolução burguesa. As consequências dessa revolução passiva foram graves para a Itália. Essas classes parasitárias permaneceram sugando a riqueza da nação até o início do século XX. Mas elas não esperavam que, nesse período, o capitalismo sofreria uma grande transformação: a implementação do capitalismo financeiro e a modernização da indústria.

Todo esse conjunto de relações levaria a Itália a uma segunda revolução passiva. Isso significa que as classes parasitárias não queriam perder os privilégios milenares. Coube ao fascismo assegurar as transformações exigidas pelo grande capital, porém sem retirar as classes parasitárias do protagonismo secular. Isso demonstra uma tese muito aceita: apenas a “[...] superestrutura política está em questão no fascismo. O capitalismo e a exploração burguesa permanecem intocados”<sup>516</sup>. Em razão disso, Gramsci faz os seguintes esclarecimentos:

A Itália é o país que, nas condições criadas pelo *Risorgimento* e por seu modo de desenvolvimento, tem o maior peso de população parasitária, ou seja, uma população que vive sem intervir em absoluto na vida produtiva; é o país de maior quantidade de pequena e média burguesia rural e urbana, que consome uma fração

<sup>515</sup> A Revolução Industrial foi um período de amplas mudanças econômicas, sociais, ambientais e tecnológicas. Ela teve início na Inglaterra na segunda metade do século XVIII. Sua principal contribuição foi a passagem da fabricação artesanal para a produção mecanizada e em série. Para que isso ocorresse, ela contou com modernas máquinas a vapor. Além disso, a Revolução Industrial provocou uma urbanização acelerada e mudou a paisagem das cidades. Essa radical mudança no modo de viver e de produzir marcou o surgimento do capitalismo industrial e alterou profundamente as relações sociais de trabalho. A partir dela, duas novas classes surgem: o proletariado industrial e a burguesia capitalista. A transformação foi de tal magnitude que até Charles Darwin (1809–1882) relatou, em sua obra magna, *A Origem das Espécies* (1859), o impacto das emissões das chaminés na extinção e na mudança de predação de uma espécie para outra. Essas alterações afetaram radicalmente tanto os seres humanos quanto os demais animais sencientes, sendo muitos deles usados como produtos pelo novo modelo econômico. Em um primeiro momento, a Revolução Industrial inglesa serviu de modelo para toda a Europa Ocidental e para os Estados Unidos: partes do mundo que se industrializaram primeiro.

<sup>516</sup> MASCARO, Alysson. Prefácio. In: PACHUKANIS, Evguiéni. *Fascismo*. Tradução de Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 19.

grande de renda nacional, poupando uma fração insuficiente desta mesma renda para as necessidades nacionais. (GRAMSCI, 2015, p. 49).

Dessa forma, essas populações parasitárias — característica da estrutura social e econômica da Itália após o *Risorgimento* — não podem ser compreendidas como mera classe coadjuvante no século XX, mas sim, como condição *sine qua non* para a ascensão do fascismo italiano. Veremos, pois, que o fascismo italiano se constituiu como a expressão política desse grupo, ou seja, dos seus medos e ressentimentos injustificados com as grandes elites industriais estrangeiras e, acima de tudo, dos temores de que elas destruíssem seus privilégios antiquíssimos. Por isso, elas utilizariam o fascismo como uma segunda forma de revolução passiva. Empregariam a força coercitiva do regime para integrá-las corruptamente ao novo projeto capitalista nacional. E, como moeda de troca, as grandes classes industriais as usariam, sobretudo, trabalhando seus ressentimentos, para fazer frente ao perigo do movimento comunista em gestação na Itália. Tudo isso levaria a uma intensa crise de hegemonia no país.

O fascismo, portanto, é resultado dessas incoerências dialéticas — como também de outras. Aliás, ele é marcado pela intervenção do Estado corporativista na economia<sup>517</sup>. Ao mesmo tempo, o fascismo explorou o rancor das classes médias na política e terminou como dinamizador do imperialismo italiano e promotor do fortalecimento do capitalismo norte-americano e financeiro na Itália. Por isso, qualquer análise revisionista ou liberal sobre o fascismo carece de conteúdo crítico<sup>518</sup>. Ele não foi um mal necessário, frente aos arroubos soviéticos; muito menos emergiu a partir de uma crise moral, como defende a corrente liberal: o fascismo possui causas materiais precisas e é delas que se deve partir.

O capitalismo financeiro representou a fase mais desenvolvida do capitalismo nas primeiras décadas do século XX. Assim, ele foi a superação do capitalismo mercantil e de algumas reivindicações produtivas inerentes ao capitalismo industrial<sup>519</sup>.

Inclusive, o capitalismo financeiro possuía características únicas na Itália. Ele, se devidamente aplicado, quebraria parte da economia das classes parasitárias<sup>520</sup>. Gramsci, como

<sup>517</sup>FRESU, Gianni. *Nas trincheiras do Ocidente: lições sobre fascismo e antifascismo*. Ponta Grossa: UEPG, 2017. “O corporativismo tem sua origem na teoria da Igreja Católica e, em particular, na encíclica *Rerum Novarum*, de 1892, do papa Leão XIII, na qual, além da condenação do modernismo e das teorias liberais e socialistas, se afirmava a tarefa da solidariedade social, ou seja, a exigência de juntar, e não dividir, as classes através da criação de corporações das profissões com a simultânea presença de proprietários e operários”. (p. 67).

<sup>518</sup>MASCARO, Alysson. Prefácio. In: PACHUKANIS, Evguiéni. *Fascismo*. Tradução de Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 23.

<sup>519</sup>TOGLIATTI, Palmiro. *Lições sobre o fascismo*. Tradução Maria Tereza Lopes Teixeira. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978, p. 113.

filósofo materialista-dialético, compreendeu essa delicada relação. Isso significa que uma economia controlada pelos grandes bancos e corporações levaria o provincianismo econômico de algumas classes à ruína. De tal modo, uma economia frágil e recém-industrializada como a italiana, onde uma parcela da elite econômica vivia de heranças, seria engolida pelas empresas transnacionais. Mas, acima de tudo, as classes parasitárias não operavam suas riquezas em bolsas de valores internacionais — característica do capitalismo financeiro. Assim, tudo o que essas classes buscaram defender na era do *Risorgimento* foi colocado em disputa pelo capitalismo internacional, nas primeiras décadas do século XX.

Ainda que não se esgote a complexidade da questão, esta pesquisa abre caminhos para discussões mais amplas sobre o fascismo italiano. Para isso, precisamos refazer o caminho das causas precisas até aqui investigadas. Caso não o façamos, podemos cair em um amontoado de informações, ausentes de conteúdo histórico. Então, recordemos alguns pontos. O fascismo italiano ascendeu ao poder devido a uma série de causas interligadas dialeticamente, como demonstra a investigação gramsciana. Além do papel anacrônico da Igreja como intelectual orgânico, da sombra do Império Romano enquanto fragmentação territorial do país e da fraqueza da unificação liberal conduzida pelos Moderados por meio de uma revolução passiva, duas outras questões foram decisivas: a necessidade de superar a frágil estrutura demográfica herdada do período do *Risorgimento* e as exigências do moderno capitalismo do século XX — em conjunto com todos os aspectos que ele representava.

Essas relações inconclusas emergiram com força na Primeira Guerra Mundial. Foi como se todas as agitações adormecidas pela revolução passiva praticada na era do *Risorgimento* ressurgissem. Frações das classes subalternas alijadas do processo produtivo se organizaram nos *Consigli di fabbrica*<sup>521</sup> (1919-1920), o famoso *Biennio Rosso* — responsável por organizar o proletariado industrial de Turim em sua busca revolucionária. Tudo isso ganhou força a partir da Revolução Bolchevique de 1917, sabiamente acusada de quebrar o frágil aparelho liberal também criado na era do *Risorgimento*<sup>522</sup>. O fascismo italiano, portanto, surge “[...] como expressão da desagregação do domínio burguês”<sup>523</sup>.

---

<sup>520</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere [livro eletrônico]: caderno 22 (V): 1934: americanismo e fordismo*. Tradução de Lincoln Secco; Silvia de Bernardinis. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-14-5, p. 40.

<sup>520</sup>Ibidem, p. 3.

<sup>521</sup> Conselhos de Fábrica de Turim.

<sup>522</sup> ALTVATER, Elmar. O capitalismo se organiza: o debate marxista desde a Guerra Mundial até a crise de 1929. In: HOBBSAWM, Eric J. (Org.). *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 8, p. 67-69.

<sup>523</sup>Ibidem, p. 67-69.

Por conseguinte, este capítulo apresentou os aspectos necessários para a compreensão do tema até o momento, estabelecendo as bases para a investigação a ser desenvolvida, a saber: a questão meridional. Embora ela esteja presente na análise do *Risorgimento*, a questão meridional demanda análise específica, pois cristalizou a maior contradição da Itália unificada: o contraste entre o Norte (*Settentrione*)<sup>524</sup> rico e o Sul (*Mezzogiorno*)<sup>525</sup> pobre.

## 5.2. Como a questão do *Mezzogiorno* influenciou o desenvolvimento do fascismo na Itália.

O capitalismo italiano desenvolveu-se a partir de relações parasitárias<sup>526</sup>. Para que Gramsci compreendesse essas semelhanças, ele iniciou uma investigação sobre a Sardenha — ainda nos anos em que atuava como polemista político e líder partidário. Inicialmente, essas análises ficaram conhecidas como sardismo<sup>527</sup>. Para Gramsci, a Sardenha expressava o problema de uma subjetividade frágil e marginal: carregava traços que marcaram diversos níveis de subjugação nacional e internacional da ilha mediterrânea<sup>528</sup>. Essas reflexões, portanto, deixaram marcas no pensamento de Gramsci. Um fato histórico importante é que ele vivenciou algumas dessas dominações ao nascer e viver parte de sua vida na Sardenha. Gramsci, portanto, viveu de perto as dores de uma região tão espoliada pelas elites estrangeiras de seu estado natal<sup>529</sup>.

Diante disso, a partir do sardismo, Gramsci chegou à questão meridional. A questão meridional é uma investigação materialista do desenvolvimento econômico da Itália. Veremos também que a questão meridional é importante para analisar a ascensão do fascismo italiano. De todo modo, foi com o sardismo que a centelha intelectual de Gramsci foi acesa, pois, a partir dela, ele compreendeu as fragilidades políticas e sociais de seu país. Mas, sobretudo, foi apenas com o amadurecimento dessas ideias, ou seja, com a questão meridional, que Gramsci conceituou filosoficamente as debilidades políticas e econômicas da Itália — mas também as contradições estruturais e de classes.

<sup>524</sup> GRAMSCI, Antonio. *Vozes da Terra: escritos de 1916 a 1926*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Rita Coitinho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 43.

<sup>525</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>526</sup> FRESU, Gianni. *Questões gramscianas: da interpretação à transformação do mundo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2025, p. 23.

<sup>527</sup> Ibidem, p. 27.

<sup>528</sup> Ibidem, p. 27.

<sup>529</sup> GRAMSCI, Gramsci. *Vozes da Terra: escritos de 1916 a 1926*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Rita Coitinho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 11.

Assim, a questão meridional não deve ser pensada como um problema cultural italiano, mas investigada como um conflito entre as classes sociais da Itália<sup>530</sup>. Chegamos, assim, à principal conclusão da investigação: o desenvolvimento do capitalismo na Itália ocorreu de maneira distinta nas diversas regiões do país<sup>531</sup>. Assim, a questão sarda e a questão meridional participam de uma investigação interconectada praticada por Gramsci<sup>532</sup>.

Vamos começar pela análise da questão sarda.

O conflitante processo de passagem da Sardenha para a modernidade imposta pelo capitalismo é importante para Gramsci. Concomitantemente a essas mudanças, Gramsci se entusiasma pela consciência socialista de origem sarda<sup>533</sup> ainda em vias de formação<sup>534</sup>. Mas já nesse período, Gramsci compreende o problema do camponês sardo. Esses trabalhadores permaneciam afastados de qualquer melhoria econômica iniciada pelo processo do *Risorgimento*. Gramsci, ao defender a necessidade de uma concepção emancipatória, reflete a respeito desses camponeses, pois, após terem trabalhado arduamente, anos a fio, ainda permaneciam pobres e humilhados.

Gramsci entendeu a insuficiência no novo Estado unitário edificado no *Risorgimento*. Ele sabia, portanto, que os marcos para a modernização econômica da Itália se deram a partir de uma revolução passiva. Segundo Gramsci, a formação de uma vontade coletiva nacional-popular é impossível se os trabalhadores, sobretudo os trabalhadores camponeses, não irrompem na vida nacional. Desprezar esse fato é um grave erro. No entanto, a história italiana revela o contrário. Do ano de 1815 até o fascismo italiano em 1922, a elite fez esforços para impedir a formação dessa vontade coletiva nacional-popular. As classes dirigentes lutaram para manter um equilíbrio passivo nas relações de classes da Itália<sup>535</sup>.

---

<sup>530</sup> FRESU, Gianni. *Questões gramscianas: da interpretação à transformação do mundo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2025, p. 38.

<sup>531</sup> Ibidem, p. 39.

<sup>532</sup> Ibidem, p. 39.

<sup>533</sup> Giuseppe Zino (1872–1943) foi um importante professor sardo. Ele lecionou para Gramsci em sua juventude. Giuseppe Zino defendia a ideia de um socialismo humanista e ético. Mas uma de suas principais bandeiras era a de uma educação libertadora. Além disso, ele era contra a visão internacionalista e determinista do socialismo ao afirmar o colapso do capitalismo, diante de uma crise econômica. Diante disso, a partir dessas orientações, Gramsci desenvolve posteriormente os conceitos de reforma intelectual e moral com base na transformação hegemônica, como, também, o de guerra de posição, para as sociedades ocidentais.

Emilio Lussu (1890–1975) foi um importante escritor, político e fundador do Partido Sardo de Ação. Ele influenciou Gramsci ao revelar a realidade dos camponeses sardos. Defensor da autonomia da Sardenha, Emilio Lussu via a região como uma colônia interna da Itália. Assim, as análises de Emilio Lussu ajudaram Gramsci a entender as relações entre o Norte e o Sul. A partir dessas compreensões, Gramsci desenvolve os conceitos relativos à questão sarda e à questão meridional.

<sup>534</sup> FRESU, Gianni. *Questões gramscianas: da interpretação à transformação do mundo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2025, p. 46.

<sup>535</sup> Ibidem, p. 46.

A questão sarda também antecipou o aspecto racial que Gramsci voltaria a discutir na questão meridional. Gramsci entendia que as pretensões administrativas das elites do Norte criaram uma ideia de subalternidade nas classes camponesas do Sul, mantendo-as, assim, estagnadas para a luta emancipatória. Ninguém nasce subalterno, mas é educado a sê-lo. De tal modo, segundo Gramsci, as elites do Norte defendiam que o atraso das populações sardas tinha relação com a questão racial. Por isso, os habitantes da ilha eram incapazes de escapar ao subdesenvolvimento por razões ligadas à sua natureza vingativa e bárbara. Assim, eles precisavam ser administrados pelas elites liberais do Norte. Para elas, as razões dessa condução se dariam pela falta de ação, pela ausência de disciplina e descompromisso com a lei moral que guiava as sociedades industriais anglo-saxãs. E, na Itália, as elites nortenhas se sentiam suas representantes diretas<sup>536</sup>. Dessa perspectiva, observa-se o processo de modernização da Sardenha:

[...] nos termos de uma revolução passiva, a partir das transformações de seu regime fundiário no curso do século XIX, apesar de suas peculiaridades, constitui um primeiro e importantíssimo caso de colonialismo interno que, em diversos aspectos, também na forma de uma radical insurreição gerada e duramente reprimida, antecipa as características essenciais da questão meridional italiana. (FRESU, 2025, p. 48).

Que o leitor me permita, aqui, uma breve digressão.

A situação sarda e a questão meridional refletem um contexto maior e ainda mais antigo. Assim, Gramsci, ao analisar os escritos de Maquiavel (1469–1527), identificou semelhanças de pensamento em obras como *O Príncipe* (1532). Segundo o pensamento de Gramsci, Maquiavel abordava limitações territoriais e políticas presentes na Itália, entre elas: alguns Estados não conseguiram superar os vestígios feudais. Igualmente, os conflitos entre os Estados também foram marcados pela atuação retrógrada da Igreja e da monarquia absolutista, dificultando as mudanças estruturais necessárias para o desenvolvimento nacional. Embora vivendo em seu contexto histórico, Maquiavel demonstra preocupação com a união nacional da Itália<sup>537</sup>.

Maquiavel direcionou suas críticas ao mundo feudal em completa transformação, e não às classes ascendentes e às forças populares<sup>538</sup>. Para Maquiavel, o povo deveria buscar a suspensão das divisões internas e externas, mas também deveria enfrentar os grandes, sendo,

---

<sup>536</sup>Ibidem, p. 47.

<sup>537</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* [livro eletrônico]: *caderno 13 (XXX): 1932-1934: notas sobre a política de Maquiavel*. Tradução de Anita Schlesener e Maria Socorro Militão. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-02-2. p. 20.

<sup>538</sup>Ibidem, p. 20.

principalmente, a nobreza, articulando apoio aos camponeses e estabelecendo uma estrutura política funcional para o povo<sup>539</sup>.

Porém, o cenário imaginado por Maquiavel não se realizou, pois nem mesmo o processo do *Risorgimento* — como vimos — conseguiu eliminar todas as contradições estruturais internas; ao contrário, as intensificou entre o Norte e o Sul. Diante disso, a Itália entrou no século XX ainda enfrentando esses freios seculares, e as forças políticas e econômicas que sustentam o poder continuariam a ser influentes sobretudo nos tempos do fascismo italiano<sup>540</sup>. A relação completa, portanto, tem ligação direta com a questão sarda, a questão meridional e o fascismo italiano.

Mesmo após os escritos de Maquiavel, as classes dirigentes do *Mezzogiorno* não obtiveram do governo nacional a devida atenção e a promessa financeira capaz de modernizar o Sul do país. Se articuladas, isso se daria do seguinte modo: com a criação de um sistema de crédito agrário, seguido por uma recuperação de terras degradadas<sup>541</sup>. No entanto, elas se contentaram com o pouco que obtiveram. As classes dirigentes do Sul refugiaram-se na renda parasitária, tornando-se uma classe tradicional, mas sem investir suas riquezas produtivamente<sup>542</sup>. Essa ingerência deixou os camponeses insatisfeitos.

Todo esse ressentimento seria canalizado pelo fascismo italiano nas primeiras décadas do século XX, uma vez instalada a crise de hegemonia.

Investigando a questão meridional, Gramsci identifica os limites do *Risorgimento*. Para ele, essa aliança se consolidou por meio de um centralismo político e burocrático imposto pelo Norte sobre o restante da Itália<sup>543</sup>. Diante disso, a alternativa encontrada por parte dos camponeses pobres foi o êxodo para outras regiões e países<sup>544</sup>. O Norte recebeu muitos desses camponeses, que sofreram com a xenofobia regional. Países como o Brasil também se destacaram como destino a partir de 1874, com a chegada do navio *La Sofia* ao porto de Vitória, no Espírito Santo. Compreende-se que o capital se desenvolveu na Itália por meio de um protecionismo estatal que favoreceu o Norte industrializado<sup>545</sup>. O capital

---

<sup>539</sup>Ibidem, p. 20.

<sup>540</sup> FRESU, Gianni. *Questões gramscianas: da interpretação à transformação do mundo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2025, p. 84.

<sup>541</sup>Ibidem, p. 49.

<sup>542</sup>Ibidem, p. 49.

<sup>543</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* [livro eletrônico]: *caderno 13 (XXX): 1932-1934: notas sobre a política de Maquiavel*. Tradução de Anita Schlessener e Maria Socorro Militão. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-02-2. p. 82.

<sup>544</sup> FRESU, Gianni. *Questões gramscianas: da interpretação à transformação do mundo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2025, p. 71.

<sup>545</sup>Ibidem, p. 71.

monetário, buscando formas seguras de valorização, permaneceu investido nas fábricas do Norte. A ausência desse capital no Sul agravou a crise econômica e social, marcada pela escassez de alimentos, de dinheiro e de mercadorias básicas. Assim, toda a potencialidade produtiva após 1871 se restringiu às regiões do Piemonte, Emília, Ligúria e Lombardia, fazendo com que o *Mezzogiorno* definhasse economicamente<sup>546</sup>.

Gramsci afirma que a burguesia italiana era frágil diante daquelas de outros países, sobretudo as da Europa Ocidental<sup>547</sup>. Isso revela que, para as classes dominantes da Itália consolidarem sua posição como classe dirigente, elas precisariam se voltar para o domínio das regiões mais fracas do *Mezzogiorno*, em vez de competir no mercado internacional<sup>548</sup>. Como resposta a isso, nas *Teses de Lyon*<sup>549</sup> (1926), Gramsci, com a colaboração de Palmiro Togliatti (1893–1964), escreve que:

[...] as populações trabalhadoras do Sul são levadas a uma situação análoga à que sofrem as populações coloniais. A grande indústria do Norte realiza para as populações do Sul a função das metrópoles capitalistas; os grandes latifundiários e a própria média burguesia meridionais se colocam, por sua vez, na situação dos segmentos que nas colônias se aliam à metrópole, para manter submissa a massa do povo que trabalha. (GRAMSCI, 2004, p. 13).

Nesse contexto, portanto, o *Risorgimento* também se consolidou como movimento político através da proteção dessas forças, conforme afirmado na tese mencionada. Com efeito, a relação entre o *Risorgimento* e a questão meridional deve abranger a função desempenhada pelo Estado do Piemonte, que assumiu o papel de força dirigente no processo de unificação. Entretanto, essa direção conferiu ao movimento o caráter de uma revolução passiva, ou seja, conduzida de cima para baixo, sem mobilização popular e carente da construção de um bloco histórico nacional-popular<sup>550</sup>. Diante disso, Gramsci expande o conceito de revolução passiva:

<sup>546</sup>Ibidem, p. 72.

<sup>547</sup>Ibidem, p. 83.

<sup>548</sup> GRAMSCI, Antonio. *A situação italiana e as tarefas do PCI – Teses de Lyon*. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/33633>. Acesso em: 20 jun. 2024, p. 13.

<sup>549</sup> *A Situação Italiana e as Tarefas do PCI*, também conhecidas como *Teses de Lyon*, representam uma série de análises do Partido Comunista Italiano (PCI) baseadas em dois eixos: a) a análise da realidade econômica e política italiana; e b) a busca por uma compreensão histórica dos objetivos políticos do proletariado revolucionário. As *Teses de Lyon* consistem em 44 textos escritos por Gramsci com a colaboração de Palmiro Togliatti para o III Congresso do PCI, realizado entre os dias 23 e 26 de janeiro de 1926, na cidade de Lyon, na França.

<sup>550</sup> VACCA, Giuseppe. *La filosofia dell'apraxismi di Antonio Gramsci*. Revista Educação e Filosofia, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Educação; Instituto de Filosofia; Programa de Pós-Graduação em Educação; Programa de Pós-Graduação em Filosofia, v. 28, n. 56, jun./dez. 2014. ISSN 0102-6801, p. 550.

[...] à interpretação de “toda época complexa de transformações históricas” e o propõe como critério de interpretação válido para qualquer período histórico em que às forças dirigentes não se oponham outros elementos ativos de forma dominante<sup>551</sup>. (VACCA, 2014, p. 550)

Recordando os estudos referentes a Marx, podemos afirmar que a ausência de capital cria as condições para as crises de produção e de circulação de mercadorias. Marx, contudo, não foi ingênuo, pois sabia que essas crises criam as condições para crises políticas. No entanto, sob uma perspectiva gramsciana, tais crises expressam a incapacidade do bloco histórico hegemônico de integrar as massas camponesas ao projeto nacional. Por causa disso, o capitalismo incipiente<sup>552</sup> e a estagnação do *Mezzogiorno* revelam problemas ainda mais graves, a saber: a insuficiência da acumulação de capital, seguida por uma crise de hegemonia, revela a limitação do Estado ao tentar construir um acordo nacional-popular capaz de sustentar a modernização do capitalismo na Itália<sup>553</sup>.

Nas notas presentes nas *Teses de Lyon*, Gramsci e Togliatti afirmam que, no Norte, emerge (emergiu) um proletariado industrial que se conservou afastado das reivindicações das classes camponesas do Sul. Sobre esse tema, Gramsci aprofunda sua análise no artigo intitulado *A questão meridional*<sup>554</sup>, escrito pouco tempo antes de sua prisão pelo fascismo italiano, em 1926. Contudo, nas *Teses de Lyon*, os autores asseguram que, na ausência de uma intervenção de intelectuais orgânicos ligados aos interesses estritamente camponeses que pudessem traduzir essas frustrações em uma luta política unificada, verificam-se (verificou-

<sup>551</sup>[...] all'interpretazione di “ogni epoca complessa di trasformazioni storiche” e lo propone come criterio di interpretazione valido per qualunque periodo storico in cui alle forze dirigenti non si contrappongano altri elementi attivi in modo dominante.

<sup>552</sup>O período sob Giovanni Giolitti (1842–1928) intensificou a desigualdade entre as duas regiões da Itália. Embora detivesse os meios para enfrentar esses desafios, Giolitti optou por manter a subordinação territorial. Assim, sua direção não eliminou as contradições fundamentais da nação. Tampouco integrou a Itália ao capitalismo de modo homogêneo. Nesse contexto, observa-se que a convergência dessas relações acelerou a crise nacional em curso, estimulando as classes dominantes a buscarem soluções arbitrárias: o fascismo italiano.

<sup>553</sup> DANTAS, Dallys. *A questão meridional e o conceito de Estado em Gramsci*. Revista de Sociologia da UEM, [S.l.], 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1290>. Acesso em: 2 de jan. 2024. Segundo Dantas, antes da unificação e do Estado burguês na Itália, a península Itálica encontrava-se fragmentada em cinco grandes territórios: a) Reino da Sardenha (ou Piemonte-Sardenha); b) Reino Lombardo-Vêneto; c) Reino das Duas Sicílias; d) Grão-Ducado da Toscana; e) Estados Pontifícios. Após a unificação e suas instituições liberais, o capitalismo na Itália enfrentou resistência devido a diferentes interesses nacionais. p. 35.

<sup>554</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *O leitor de Gramsci*. org. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. “O título original do manuscrito de Gramsci — encontrado por Camila Ravera entre os papéis de nosso autor, logo após sua prisão em 1926 — é ‘Notas sobre o problema meridional e sobre a atitude diante dele dos comunistas, dos socialistas e dos democratas’. Esse título foi riscado e substituído, com grafia que não é de Gramsci, por ‘Alguns temas da questão meridional’, com o qual o ensaio se tornou conhecido desde sua primeira publicação, ocorrida no número de janeiro de 1930 de *Lo Stato operaio*, revista teórica do PCI editada em Paris”. p. 354.

se) as primeiras tentativas insurrecionais das classes meridionais, como o movimento dos *Fasci Siciliani*<sup>555</sup> no final do século XIX e início do XX<sup>556</sup>.

Apesar disso, essa revolta se revelou na forma de banditismo<sup>557</sup> (*brigantaggio*), isto é, como um fenômeno político e social próprio do Sul, no qual as classes camponesas não conseguiram avançar para além da luta econômico-corporativa. Isso significa que elas buscavam prosseguir na defesa de interesses do grupo do qual faziam parte, mas sem uma autêntica consciência de classe. Assim, diante da falta de uma aliança operário-camponesa (Norte-Sul) e da incapacidade do PSI (Partido Socialista Italiano) de unificar e dirigir intelectualmente a luta rural — construindo uma alternativa à hegemonia das classes dominantes —, o espaço ficou vazio, sendo este ocupado pelo fascismo italiano na sua guerra de posição, que se apoiou concretamente nas forças fragmentadas do *Mezzogiorno*<sup>558</sup>.

Por isso, a *miséria crônica dos camponeses*<sup>559</sup> meridionais serviu como combustível que alimentou a chama do fascismo italiano nos anos vindouros. Dessa forma, Gramsci caracteriza o *Mezzogiorno* como:

[...] “uma grande desagregação social”, dentro da qual os camponeses não têm qualquer coesão entre si. As massas camponesas, que constituíam a maioria da população meridional, por não conseguirem dar uma “expressão centralizada” às suas aspirações, materializavam sua perpétua agitação por meio de um estado de rebelião endêmica desprovido de perspectivas. Acima dessas massas estruturava-se a configuração de domínio do bloco agrário, capaz, por meio de suas “proporções definidas”, de manter as plebes rurais permanentemente em sua condição “amorfa e desagregada”, evitando qualquer forma de centralização daquele estado de contínua efervescência. (FRESU, 2025, p. 87).

A ausência de uma direção política centralizada foi decisiva para a conservação do bloco histórico italiano, limitando as revoltas trabalhistas a uma movimentação endêmica e pouco eficaz. Assim, podemos constatar que, desde o período do *Risorgimento* até o advento do fascismo na Itália, as ações das classes dominantes configuraram-se como expressões de uma revolução passiva — cada uma portando diferentes contornos — mas sempre com o

<sup>555</sup> Ligas Sicilianas.

<sup>556</sup> GRAMSCI, Antonio. *A situação italiana e as tarefas do PCI – Teses de Lyon*. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/33633>. Acesso em: 20 jun. 2024, p. 10.

<sup>557</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 1 (XVI): 1929-1930: primeiro caderno*. Tradução de Rocco Lacorte, Alex Calheiros e Lucas Moura Vieira. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-05-3, p. 85.

<sup>558</sup> GRAMSCI, Antonio. *A situação italiana e as tarefas do PCI – Teses de Lyon*. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/33633>. Acesso em: 20 jun. 2024, p. 10.

<sup>559</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 13 (XXX): 1932-1934: notas sobre a política de Maquiavel*. Tradução de Anita Schlesener e Maria Socorro Militão. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-02-2, p. 54.

objetivo de afastar as classes populares da participação política e econômica. Contudo, com a chegada do fascismo, essa estratégia restaurativa adquiriu novas adjacências: sob a aparência de uma mobilização das classes médias e meridionais — sustentada por milícias, sindicatos controlados pelo Estado (PNF) e intensa propaganda nacionalista-imperialista —, consolidava-se, na verdade, o poder irrestrito das altas classes dominantes, reorganizando o bloco histórico em crise com bases modernas, a saber: o americanismo<sup>560</sup>. O fascismo, portanto, surge como:

[...] movimento de reação armada cujo objetivo era desagregar e desorganizar a classe trabalhadora para imobilizá-la, insere-se no quadro da política tradicional das classes dirigentes italianas, e na luta do capitalismo contra a classe trabalhadora. Por esse motivo, se vê indistintamente favorecido em suas origens, em sua organização e em seus caminhos, por todos os velhos grupos dirigentes, de preferência os agrários, que se sentiam mais ameaçados pela pressão da plebe rural. Sem embargo, o fascismo encontra sua base social na pequena burguesia urbana e em uma nova burguesia agrária, surgida de uma transformação da propriedade rural em algumas regiões (fenômenos de capitalismo agrário na Emilia, formação de um segmento médio de origem rural, “bolsas de terra”, novas divisões da terra. (GRAMSCI, 2004, p. 12)<sup>561</sup>.

A questão meridional e o fascismo como revolução passiva, portanto, se configuram de forma profunda. Já sabemos que as fragilidades estruturais das regiões mais empobrecidas do *Mezzogiorno* construíram um terreno favorável à ascensão totalitária do fascismo na Itália — que soube instrumentalizar as tensões regionais, sociais e de classes em favor de um projeto político e econômico autoritário frente à crise de autoridade das classes dirigentes da Itália. Assim, compreender a origem (materialista) da ascensão do fascismo exige da nossa parte entender a questão meridional em sua totalidade e como Mussolini a vinculou, em 1923, a ideologias obscuras e abstratas, como as defendidas por Enrico Corradini (1865–1931), em seu livro intitulado *La teoria Del nazionalismo*<sup>562</sup> (1914).

A seguir, destacaremos alguns pontos importantes relacionados a esse assunto.

É importante ressaltar que a ausência de uma estratégia nacional-popular entre os diversos estratos populares da Itália — de Norte a Sul do país — resultou na incapacidade de formação de um bloco histórico revolucionário, ou seja, uma *nuova civiltà*<sup>563</sup>. Por outro lado, o fascismo se apresenta como um movimento conservador nacional-popular capaz de redimir

<sup>560</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 22 (V): 1934: americanismo e fordismo*. Tradução de Lincoln Secco e Silvia de Bernardinis. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-14-5. p. 3.

<sup>561</sup> GRAMSCI, Antonio. *A situação italiana e as tarefas do PCI – Teses de Lyon*. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/33633>. Acesso em: 20 jun. 2024. p. 10.

<sup>562</sup> *A teoria do nacionalismo* (1914).

<sup>563</sup> Nova civilização.

as classes marginalizadas do *Mezzogiorno*. Em outras palavras, o fascismo, em sua origem, nasce nas classes médias e populares da Itália, sobretudo no *Mezzogiorno*, enraivecidas diante da negligência secular que as classes dominantes impuseram a seus interesses. Dessa forma, o fascismo italiano, através de uma propaganda nacionalista, assistencialista e imperialista, venderia às classes populares e médias o orgulho que lhes faltava, neutralizando assim a revolta em gestação — prestes a irromper em luta social eficaz, se efetivamente organizada —, desviando o foco da luta de classes para a euforia nacionalista. Portanto, o fascismo, ao defender o conceito de “nações proletárias” de Corradini, desvia o foco da luta de classes para a luta nacional ausente de classes sociais<sup>564</sup>.

Dessa maneira, podemos afirmar que o fascismo italiano foi a forma de revolução passiva encontrada pelas classes dominantes frente à crise de autoridade que as atingia. O fascismo neutralizou a busca de outro conformismo social que não fosse o das classes capitalistas — ele manteve o bloco histórico em crise intacto. Em síntese, o fascismo começa como um movimento médio-popular, mas, na prática, serve aos interesses das classes plutocráticas da Itália.

Dessa forma, o fascismo italiano defendeu a ideia de que a pobreza das classes populares do *Mezzogiorno* não resultava das contradições internas, ou seja, de classes antagônicas impostas pelo capitalismo italiano — porém herdeiras de sedimentos mal resolvidos no processo de unificação —, mas de determinações externas, isto é, de injustiças exteriores à nação, atribuídas às potências capitalistas e imperialistas que disputavam o domínio do mundo<sup>565</sup>, em especial a Inglaterra e a França — ainda que o imperialismo tenha contribuído para a ascensão do fascismo na Itália<sup>566</sup>.

Do mesmo modo, o fascismo, enquanto revolução passiva, concentrou o descontentamento popular em um nacionalismo incoerente e agressivo. Em contrapartida, esse nacionalismo não passava de uma ideologia instrumentalizada a favor do grande capital. Desse modo, o fascismo manteve — pela coerção das armas e pelo consenso por meio do conceito de “nações proletárias”<sup>567</sup> — a ordem socioeconômica constituída desde a unificação, desarticulando, assim, as forças populares em processo de sublevação social e

<sup>564</sup> CORRADINI, Enrico. *La teoria de Nazionalismo*. Milano: Fratelli Treves, 1914, p. 10.

<sup>565</sup> GRAMSCI, Antonio. *A situação italiana e as tarefas do PCI – Teses de Lyon*. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/33633>. Acesso em: 20 jun. 2024, p. 10.

<sup>566</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* [livro eletrônico]: caderno 2 (XXIV): 1929-1933: miscelânea I. Tradução de Massimo Sciarretta, Giovanni Semeraro. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-25-1, p. 65.

<sup>567</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* [livro eletrônico]: caderno 3 (XX): 1930: miscelânea. Tradução de Ivete Simionatto, Maria del Carmen Cortizo e Giovanni Semeraro. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024, p. 120.

subordinando-as aos interesses do grande capital, sobretudo o capital financeiro. Em razão disso, com o fascismo, a alta burguesia capitalista continuou a ser força hegemônica e autônoma, perseguindo seus interesses de classe, vendendo, porém, nas periferias da sociedade, a unidade entre as classes antagônicas<sup>568</sup> — algo, sabemos, inconciliável.

Em vista disso, a questão meridional e o fascismo se interligam, pois, sem a pobreza histórica dos camponeses e do ressentimento das classes médias meridionais, o fascismo, muito provavelmente, não teria encontrado respaldo para o seu crescimento.

Ademais, é importante destacar que o conceito de Corradini foi formidável para a alta burguesia italiana, pois, ao nacionalizar a luta camponesa meridional, ele também preparou o campo ideológico para o discurso fascista de libertação econômica da nação, uma vez que, ao exaltar a unidade nacional, Corradini justificava a expansão imperialista<sup>569</sup>.

A Itália, portanto, era uma nação precária em recursos naturais<sup>570</sup>. Por isso, o país precisaria entrar na disputa imperialista em busca de recursos necessários à sua produção industrial em expansão<sup>571</sup>. Na Itália, observa-se uma relação direta entre a guerra imperialista e o fascismo<sup>572</sup>, uma vez que o país carecia, de fato, de matérias-primas e saídas comerciais competitivas, por terem “[...] o aspecto de “nações famintas” diante das nações “abastadas” que a crise em que se debate o conjunto do sistema capitalista assume dentro deles um caráter particularmente agudo’, isto é, “[...] obter, pela força das armas, a nova partilha do mundo”<sup>573</sup>.

Portanto, enquanto Gramsci compreende o sardismo<sup>574</sup> e a questão meridional dialeticamente, sob o prisma da luta de classes, Corradini e Mussolini os substituíram pela dominação externa<sup>575</sup>. Logo, o fascismo transformou o ressentimento social enraizado na realidade concreta em nacionalismo autoritário e expansionista, anulando as reais contradições da nação sob a dissimulação de uma unidade nacional aparente — afastada da realidade material dos homens.

---

<sup>568</sup> GUÉRIN, Daniel. *Fascismo e grande capital*. Tradução de Lara Christina de Malimpensa. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2023, p. 17.

<sup>569</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* [livro eletrônico]: caderno 21 (XVII): 1934-1935 problemas da cultura nacional italiana: 1ª literatura popular. Tradução de Maria Margarida Machado. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024, p. 6.

<sup>570</sup> GUÉRIN, Daniel. *Fascismo e grande capital*. Tradução de Lara Christina de Malimpensa. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2023, p. 32.

<sup>571</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>572</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>573</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>574</sup> GRAMSCI, Gramsci. *Voices da Terra: escritos de 1916 a 1926*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Rita Coitinho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023, p. 11.

<sup>575</sup> CORRADINI, Enrico. *La teoria de Nazionalismo*. Milano: Fratelli Treves, 1914, p. 40.

Em suma, o sardismo, bem como a questão meridional, não se limitou a expressar apenas a composição demográfica italiana em sua totalidade política e econômica, mas também revelou as contradições estruturais e de classes que o fascismo soube explorar muito bem. Assim, ao manipular as desigualdades regionais e deslocar o conflito de classes para o discurso nacionalista, o regime conseguiu transformar a secular fratura entre o *Mezzogiorno*<sup>576</sup> e o *Settentrione*<sup>577</sup> em instrumento de dominação ideológica e política interna.

O Estado, de fato, foi remanejado para reorganizar a exploração capitalista em crise<sup>578</sup>.

Em síntese, o fascismo se conformou, na análise de Gramsci, como uma forma útil de revolução passiva, destinada a assegurar e a rearranjar a hegemonia (autoridade) em crise das classes dominantes na Itália.

### 5.3. A conexão entre o imperialismo e o fascismo no contexto italiano.

O imperialismo<sup>579</sup> refere-se à dominação política, militar, econômica, racial e cultural praticada pelas potências industrializadas sobre os países de capitalismo periférico. Resumidamente, a partir de 1860 e 1870, os Estados nacionais, sobretudo europeus, altamente industrializados, passaram a competir entre si por matérias-primas indispensáveis à produção, como minérios, petróleo e borracha<sup>580</sup>. Do mesmo modo, o imperialismo abriu novas áreas de influência para a exportação de capitais, ou seja, para o capitalismo monopolista, e novos mercados para as diversas mercadorias fabricadas nos países industrializados da Europa Ocidental. Nesse sentido, ele promoveu a intensificação da colonização por meio de uma reorganização do sistema capitalista internacional — a saber, a passagem do capitalismo

<sup>576</sup> GRAMSCI, Antonio. *Vozes da Terra: escritos de 1916 a 1926*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Rita Coitinho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 43.

<sup>577</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>578</sup> GUÉRIN, Daniel. *Fascismo e grande capital*. Tradução de Lara Christina de Malimpensa. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2023, p. 25.

<sup>579</sup> LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Tradução de Edições Avanti! e Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2025. “A Guerra Hispano-Americana de 1898 foi a primeira guerra imperialista da história; segundo a definição de Lênin, um dos principais marcos que assinalaram o início da época do imperialismo. A guerra começou numa situação de insurreição em Cuba (desde 1895) e nas Filipinas (desde 1896) contra a opressão colonial espanhola. Atuando pretensamente em apoio à luta desses povos, os Estados Unidos aproveitaram-se dela para os seus objetivos e para a conquista de Porto Rico, da ilha de Guam e das Filipinas, e ocuparam Cuba, formalmente declarada independente. A Guerra Anglo-Bôer de 1899-1902 foi uma guerra de conquista da Grã-Bretanha contra as repúblicas bôeres da África do Sul — Estado Livre de Orange (*Orange Free State*) e Transval; uma das primeiras guerras da época do imperialismo. Como resultado da guerra, ambas as repúblicas foram transformadas em colônias inglesas; a população nativa africana ficou sob um duplo jugo: dos bôeres e dos colonizadores ingleses”. (p. 33).

<sup>580</sup> FRESU, Gianni. *Nas trincheiras do ocidente: lições sobre fascismo e antifascismo*. Ponta Grossa: UEPG, 2017, p. 30.

tecnicamente industrial para o capitalismo monopolista e financeiro<sup>581</sup>. É necessário, pois, destacar que, dentre as principais potências imperialistas da época, encontram-se a França e o Reino Unido. Em contrapartida, a Alemanha, recém-unificada em 1871, adotou uma política externa agressiva e nacionalista<sup>582</sup>, o que resultou na anexação da Alsácia-Lorena<sup>583</sup> no mesmo ano<sup>584</sup>.

Dessa forma, o conflito aumentou as tensões entre as potências capitalistas imperialistas da Europa e impulsionou a expansão colonial nas décadas seguintes.

A Itália era uma potência regional e semiperiférica no capitalismo europeu. Com industrialização tardia e desigualdades regionais, o país necessitava de diversas matérias-primas para avançar com a sua incipiente industrialização. A Itália já possuía pequenas colônias, como a Somália Italiana e a Eritreia. Contudo, a Itália foi derrotada pela Etiópia em 1896, na tentativa de estabelecer um protetorado no país da África Oriental. Em contrapartida, ao buscar retomar o seu prestígio interno, a Itália conquistou a Líbia em 1912, consolidando sua presença no Norte da África<sup>585</sup>.

Para Gramsci, o contexto político e econômico da Itália não poderia ser separado do contexto europeu e, conseqüentemente, do mundial. Segundo ele, o fascismo italiano não foi um fenômeno isolado, mas a guerra de posição dessa fase imperialista do capitalismo na sua etapa monopolista. Assim, Gramsci assegura que uma das incoerências fundamentais é esta:

[...] que, enquanto a vida econômica tem como premissa necessária o internacionalismo, ou melhor, o cosmopolitismo, a vida estatal se desenvolveu cada vez mais no sentido do “nacionalismo”, “do bastar-se a si própria” etc. Uma das características mais visíveis da “crise atual” nada mais é do que a exasperação do elemento nacionalista (estatal nacionalista) na economia: contingenciamentos, *Clearing*, restrições ao comércio de divisas, comércio equilibrado entre apenas dois Estados etc.”. Poder-se-ia dizer, então, e isso seria mais exato, que a “crise” nada mais é do que a intensificação quantitativa de certos elementos, nem novos nem originais, e especialmente a intensificação de certos fenômenos, enquanto outros que antes apareciam e operavam simultaneamente aos primeiros, neutralizando-os, tornaram-se inoperantes ou desapareceram por completo. Em suma, o

<sup>581</sup> HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. Tradução de Reinaldo Mestrinel. Tradução da Introdução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 217.

<sup>582</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>583</sup> A Alsácia-Lorena foi uma região historicamente disputada entre a Alemanha e a França até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Posteriormente ao conflito Franco-Prussiano, que durou de 1870 a 1871, a Alsácia-Lorena foi anexada pela Alemanha em 1871. Entretanto, anos depois, com a vitória da França sobre a Alemanha na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e com a assinatura do Tratado de Versalhes em 1919, a Alemanha foi obrigada a devolver à França o território ocupado. No entanto, ele voltaria a ser tomado pela Alemanha Nazista em 1940, durante a Segunda Guerra Mundial.

<sup>584</sup> HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 25. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2018, p. 70-72.

<sup>585</sup> Ibidem, p. 71-72.

desenvolvimento do capitalismo foi uma “contínua crise”. (GRAMSCI, 2024, v. 15, p. 10-11).

Nessa perspectiva, a política econômica praticada pelo fascismo na Itália foi estruturada visando modernizar, pelo alto — ou seja, por meio de uma revolução passiva — o capitalismo italiano e fortalecer a posição periclitante das classes dominantes diante da concorrência das grandes potências imperialistas. Na realidade, isso de fato ocorreu. Mas, ainda que o fascismo tenha se aproximado do capital internacional, inclusive do fordismo norte-americano<sup>586</sup>, essa nova política não tinha como prática principal apenas atrair investimentos — mesmo que isso tenha acontecido —, mas impedir, acima de tudo, que a economia italiana, ou melhor, a elite italiana, fosse subordinada ao capital monopolista estrangeiro<sup>587</sup>.

Vale ressaltar, porém, que a administração econômica e política do regime fascista, isto é, o corporativismo, consistiu em dar uma resposta rápida e efetiva aos anseios das classes dominantes da Itália, que desejavam modernizar a indústria, porém sem alterar a sua posição privilegiada<sup>588</sup>. Com o corporativismo, o Estado se transformou em um tipo de empresa

<sup>586</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere [livro eletrônico]: caderno 22 (V): 1934: americanismo e fordismo*. Tradução de Lincoln Secco e Silvia de Bernardinis. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-14-5. p. 11.

<sup>587</sup> BARATTA, Giorgio. *As rosas e os cadernos: O pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. 1.ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004. “Das cartas e dos Cadernos resulta que os estudos gramscianos em relação a ‘americanismo e fordismo’ se colocam fundamentalmente entre 1927 e 1930. Entre os livros que Gramsci leu, encontram-se as traduções francesas dos dois livros de Henry Ford: *Mavie et monoeuvre* (1926) e *Aujourd'hui et demain* (em colaboração com Samuel Crowther); três ensaios franceses: *Les États-Unis d'aujourd'hui*, de André Siegfried (1928), *Quisera le maître, Europe ou Amérique*, de Lucien Romier (1927), e sobretudo *Le problème ouvrier aux États-Unis*, de André Philip (1927); dois romances em tradução francesa: *Le Pétrole*, de Upton Sinclair (1928), e *Babbitt*, de Sinclair Lewis (1930) — este pouco apreciado por Gramsci no nível literário, mas, para ele, preciso por revelar uma embrionária capacidade “autocrítica” da sociedade americana; também *Fra i duemondi*, de Guglielmo Ferrero (1913), já conhecido pelo jovem Gramsci, importante porque na origem de muitos “lugares comuns [...] em relação à América” (Q 2, parágrafo 75, p. 237). Os livros mais importantes para Gramsci a propósito da relação entre americanismo e corporativismo-fascismo — *Rendita e salario nello Stato sindacale* (1928) e *Economia e corporativismo* (1929), de N. Massimo Fovel — são citados de fonte indireta. Entre 1927 e 1930, Gramsci leu (e depois citou) sobre o tema numerosos artigos de revistas, em particular na “Nuova Antologia” (sobretudo em 1928 e 1929), mas também em “La Civiltà Cattolica”, “Pegaso”, “L'Italia Letteraria”, “Rivista di Politica Economica” e “Il Corriere della Sera”. Uma fonte muito particular da análise gramsciana do americanismo é certamente o número especial de 14 de outubro de 1927, dedicado à literatura dos Estados Unidos, de “Die literarische Welt”, que Gramsci traduziu inteiramente durante 1929, antes de se dedicar à redação do Primeiro Caderno. Trata-se de um fascículo nada excepcional, mas rico e bem documentado sobre as tendências literárias, artísticas e político-culturais na América da época, que sugeriu a Gramsci também a modernidade dos novos meios de expressão nela difundidos, importantes pelas capacidades hegemônicas do “americanismo”: desde uma certa maneira de entender o jornalismo até a fotografia, o cinema e a música (o jazz)”. p. 155-156.

<sup>588</sup> FRESU, Gianni. *Nas trincheiras do ocidente: lições sobre fascismo e antifascismo*. Ponta Grossa: UEPG, 2017. Gianni Fresu nos indica que o “[...] corporativismo tem sua origem na teoria da Igreja Católica e, em particular, na encíclica *Rerum Novarum*, de 1892, do papa Leão XIII, na qual, além da condenação do modernismo e das teorias liberais e socialistas, se afirmava a tarefa da solidariedade social, ou seja, a exigência

concentradora de riquezas, e presume-se que esse modelo econômico próprio do fascismo se consolidou na Itália como uma revolução-restauração, visto que promoveu mudanças na economia sem modificar as classes dominantes existentes. Dessa forma, o corporativismo modificou a economia da Itália, todavia evitou uma ruptura radical com as elites italianas. Em razão disso, a nova indústria, sobretudo a americana fordista, e o capitalismo financeiro<sup>589</sup> e monopolista, ao entrarem na Itália, poderiam — sem uma reorganização do atrasado capitalismo por meio do corporativismo — invalidar algumas posições de classe e de propriedade secularmente protegidas<sup>590</sup>.

A esse respeito, a tendência da Itália fascista ao imperialismo expressou o movimento necessário do capitalismo italiano na fase financeira<sup>591</sup> e monopolista do capitalismo global. Mesmo com essa proteção, as classes dominantes da Itália foram instrumentalizadas e pressionadas pelas grandes potências e monopólios internacionais que possuíam pretensões globais<sup>592</sup>. Em razão disso, grande parte das elites italianas não estava preparada para enfrentar os grandes monopólios do capital internacional. Sem o fascismo, portanto, elas seriam seriamente derrotadas nessa disputa desleal — e sabemos, no entanto, que foram. Qual foi então o resultado? O aprofundamento da crise de hegemonia já em aberto.

No Capítulo 5.3, analisaremos os graves impactos da crise de hegemonia no tecido socioeconômico da Itália.

No momento, examinaremos as relações imperialistas de modo mais detalhado.

De acordo com Gramsci, o grupo dirigente tenderá a sustentar o melhor equilíbrio “[...] não apenas por sua permanência, mas por sua permanência em determinadas condições de prosperidade e mesmo de incrementar tais condições”<sup>593</sup>. Todavia, como a área social de cada nação é limitada geograficamente, será “[...] levado a estendê-la nas áreas coloniais e áreas de influência” [...] <sup>594</sup> e, portanto, a “[...] entrar em conflito com outros grupos dirigentes

---

de juntar, e não dividir, as classes através da criação de corporações das profissões com a simultânea presença de proprietários e operários”. p. 67.

<sup>589</sup> HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. Tradução de Reinaldo Mestrinel. Tradução da Introdução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 217.

<sup>590</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere [livro eletrônico]: caderno 22 (V): 1934: americanismo e fordismo*. Tradução de Lincoln Secco e Silvia de Bernardinis. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-14-5. p. 4.

<sup>591</sup> HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. Tradução de Reinaldo Mestrinel. Tradução da Introdução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 217.

<sup>592</sup> GRAMSCI, Antonio. *A situação italiana e as tarefas do PCI – Teses de Lyon*. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/33633>. Acesso em: 20 jun. 2024, p. 15.

<sup>593</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 13 (XXX): 1932-1934: notas sobre a política de Maquiavel*. Tradução de Anita Schlessener e Maria Socorro Militão. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-02-2. p. 79.

<sup>594</sup> *Ibidem*, p. 79.

que aspiram ao mesmo fim ou em prejuízo dos quais a expansão deveria necessariamente acontecer, já que também o globo terrestre é limitado”<sup>595</sup>. Gramsci continua assegurando que todo grupo dominante-dirigente tende, em abstrato, a ampliar a base da sociedade trabalhadora da qual se extrai o mais-valor, mas a “[...] tendência abstrata torna-se concreta e imediata quando a extração da mais-valia em sua base histórica se torna difícil ou perigosa para além de certos limites que são, todavia, insuficientes”<sup>596</sup>.

Gramsci, portanto, pensa a questão imperialista, advertindo sobre as radicais mudanças no capitalismo desenvolvido ocorridas no final do século XIX e no início do século XX. Nesse momento, começou a se destacar o sistema de cartéis<sup>597</sup> e, assim, o processo de centralização monopolista do capital e sua fase de financeirização, como desenvolvimento da relação entre o capital industrial produtivo e o capital bancário<sup>598</sup>.

Nesse sentido, no que se refere ao capitalismo financeiro, o economista austríaco marxista Rudolf Hilferding (1877–1941) publicou a importante obra intitulada *O Capital Financeiro* (1910), sendo um trabalho indispensável na análise das modificações nas relações entre o capital industrial produtivo e o capital bancário.

É importante destacar que, no capítulo XIV, intitulado *Os monopólios capitalistas e os bancos*, Hilferding oferece uma demonstração das alterações ocorridas entre o capital industrial e o capital financeiro. Segundo Hilferding, a evolução da indústria capitalista fez com que a concentração do capital bancário se desenvolvesse rapidamente. Somado a isso, o próprio sistema bancário se revelou um importante mecanismo destinado a ampliar a concentração capitalista<sup>599</sup>. Em outras palavras, uma cartelização avançada conduz “[...] os bancos a se associarem e se ampliarem, para não cair na dependência do cartel ou dos trustes”<sup>600</sup>. Por exemplo, a própria “[...] centralização promove, assim, a união dos bancos, como, ao inverso, a união dos bancos fomenta a cartelização”<sup>601</sup>. Em contrapartida, o cartel provoca uma “[...] ampla intensificação das relações entre banco e indústria”<sup>602</sup>. A cartelização, portanto, promove maior segurança e “[...] uniformidade do rendimento das

---

<sup>595</sup>Ibidem, p. 79.

<sup>596</sup>Ibidem, p. 79.

<sup>597</sup> LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Tradução de Edições Avanti! e Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2025. p. 41.

<sup>598</sup> FRESU, Gianni. *Questões gramscianas: da interpretação à transformação do mundo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2025, p. 79.

<sup>599</sup> HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. Tradução de Reinaldo Mestrinel. Tradução da Introdução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 217.

<sup>600</sup>Ibidem, p. 217.

<sup>601</sup>Ibidem, p. 217.

<sup>602</sup>Ibidem, p. 217.

empresas cartelizadas. São suprimidos os riscos da concorrência que, frequentemente, eram muito perigosos para a empresa industrial”<sup>603</sup>. Em outras palavras, a indústria atual:

[...] é acionada por um capital que é muito maior do que o capital global de prosperidade dos capitalistas industriais. Com a evolução capitalista cresce também continuamente a quantia do dinheiro colocada pelos capitalistas não produtivos à disposição dos bancos e, por meio destes, à disposição dos industriais. A disponibilidade desses fundos, imprescindíveis para a indústria, pertence aos bancos. Assim, com o desenvolvimento do capitalismo e sua organização creditícia, cresce a dependência da indústria com relação aos bancos. (HILFERDING, 1985, p. 218).

Isso significa que uma parcela do capital industrial não pertence aos industriais que o aplicam na produção, mas aos conglomerados bancários. Hilferding chama essa relação de capitalismo financeiro. De acordo com ele, o capital bancário, no capitalismo avançado, é, na realidade, transformado em capital industrial<sup>604</sup>. Com a formação de cartéis, o capital financeiro “[...] alcança seu mais alto grau de poder, enquanto o capital comercial sofre sua mais profunda degradação. Além disso, o capital bancário, facilita as operações de crédito entre os capitalistas industriais”<sup>605</sup>. Assim, Hilferding finaliza assegurando que a força dos bancos aumenta, isto é, eles tornam fundadores e, finalmente, os senhores “[...] da indústria, cujo lucro usurpam como capital financeiro, exatamente como usurário se apoderava, outrora, com seu “juro”, do rendimento do trabalho dos camponeses e da renda do senhor da terra”<sup>606</sup>. Nesse processo, assume um valor:

[...] absoluto a transformação nas formas e funções dos bancos. Em primeiro lugar, tem-se a eliminação dos pequenos bancos pelos grandes, e depois a mudança deles em proprietários dos capitais das empresas. Com a transformação financeira da economia e o crescimento dos negócios, surge um único “capitalista coletivo”. O progressivo crescimento das funções dos bancos leva, por fim, as empresas a se tornarem sempre mais dependentes destas instituições, até à etapa da fusão dos bancos com as maiores empresas industriais e comerciais, por meio da posse das ações e ingresso nos conselhos de administração das empresas. A simbiose entre capital bancário e industrial leva ao nascimento de um novo capitalismo, o financeiro, que identifica os seus interesses com os interesses nacionais (e vice-versa), e assim “a união pessoal dos bancos com as indústrias é completada com a união pessoal de ambos com os governos. (FRESU, 2017, p. 31-32).

Hilferding não analisou as relações econômicas da Itália, mas apenas as da Alemanha e da Europa Central. Essa interpretação ficou destinada a Gramsci, que, ao investigar a Itália, argumentou que o desenvolvimento limitado do capitalismo no país conduziu as classes

---

<sup>603</sup>Ibidem, p. 218.

<sup>604</sup>Ibidem, p. 218.

<sup>605</sup>Ibidem, p. 219.

<sup>606</sup>Ibidem, p. 219.

dominantes a recorrer ao fascismo italiano e ao corporativismo, como forma de estabilizar a economia e promover, em seguida, a modernização econômica da nação.

Convém destacar que Gramsci compartilhou das ideias de Vladímir Lênin (1870–1924), especialmente pela capacidade deste de compreender as necessidades de seu tempo a partir das especificidades nacionais. Somado a isso, na obra intitulada *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (1916), Lênin analisa as tensões entre as potências capitalistas ocidentais às vésperas da Primeira Guerra Mundial, formulando conceitos centrais sobre o imperialismo na época do capitalismo desenvolvido. Por conseguinte, esses conceitos serão posteriormente reelaborados por Gramsci ao interpretar materialmente a realidade italiana — principalmente nas notas contidas nos *Cadernos do Cárcere* (1929–1935). Em decorrência disso, Gramsci retoma o pensamento de Lênin levando em consideração as instáveis contradições políticas, sociais e econômicas de seu país<sup>607</sup>.

Consequentemente, passaremos agora a examinar alguns conceitos presentes na mencionada obra de Lênin.

Em primeiro lugar, para Lênin, o imperialismo é uma etapa do modo de produção capitalista, em sua fase monopolista. Essa nova etapa é a consequência das modificações do sistema produtivo, a saber: o estágio do capitalismo monopolista. Logo, o imperialismo representa um passo da acumulação capitalista, visto que prevalece a concentração da economia em grandes cartéis<sup>608</sup>. Assim como Hilferding, Lênin reconheceu o capital financeiro como força motora do imperialismo em sua fase monopolista, pois é na esfera financeira que acontecem as transformações mais significativas do sistema capitalista desenvolvido: a fusão entre as indústrias e os grandes bancos. Ademais, nessa nova etapa do capitalismo, a exportação de capitais ganha cada vez mais proeminência. Assim, tendo em vista que a característica do capitalismo industrial é a produção e a exportação de mercadorias, na fase imperialista, é a ela acrescentada a exportação de capitais. Dessa forma, a exportação de capitais acelera a internacionalização da economia e, com isso, a competição cada vez mais agressiva entre os Estados-nação. Em decorrência disso, as condições para as guerras entre esses Estados-nação se tornaram cada vez mais regulares nessa fase do capitalismo<sup>609</sup>.

<sup>607</sup> FRESU, Gianni. *Nas trincheiras do ocidente: lições sobre fascismo e antifascismo*. Ponta Grossa: UEPG, 2017, p. 30.

<sup>608</sup> FERNANDES, Marcelo Pereira. Prefácio à edição brasileira. In: LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. Tradução de Edições Avante! e Paula Vaz de Almeida. 1. ed., 4. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2024, p. 15.

<sup>609</sup> Ibidem, p. 15.

Vale ressaltar que, também na visão de Gramsci, foi isso que aconteceu — somando-se a isso uma ruptura com o aparelho hegemônico das classes dominantes aberta pela Primeira Guerra Mundial<sup>610</sup>.

A Primeira Guerra Mundial foi uma guerra imperialista, isto é, uma guerra travada pela partilha das colônias e pelas esferas de influência<sup>611</sup>. Nesse conflito, contudo, a Itália saiu humilhada e derrotada. As classes dominantes italianas não conseguiram seus objetivos por meio do conflito armado — mesmo após exigir sacrifícios da classe trabalhadora, lançando-a na guerra. A classe trabalhadora, por outro lado, ao retornar do conflito armado, todavia sem função social na produção e sofrendo com uma perigosa crise econômica, que consumia seus poucos recursos financeiros, distanciou-se da direção das classes dominantes tradicionais. Elas se sentiram enganadas pela retórica vazia das elites italianas que, ao defenderem a participação do país no conflito mundial, prometiam que a Itália sairia rica e vitoriosa. O resultado, porém, foi outro: abriu-se na Itália uma catastrófica crise de hegemonia e uma radical ruptura com o consenso das classes dominantes — que só retornaria com o uso da força estatal.

Nesse cenário de instabilidade, o capitalismo monopolista apresentou uma importante particularidade, denominada por Hilferding e por Lênin de “combinação”, que nada mais é que a união, em apenas uma grande empresa — ou em um pequeno número de empresas —, dos diferentes setores produtivos da indústria<sup>612</sup>. Hilferding afirma, tal como Lênin compreendeu, que a “combinação”:

[...] nivela as diferenças de conjuntura e garante, portanto, à empresa combinada uma taxa de lucro mais estável. Em segundo lugar, a combinação conduz à eliminação do comércio. Em terceiro lugar, permite o aperfeiçoamento técnico e, por conseguinte, a obtenção de lucros suplementares em comparação com as empresas “simples” (isto é, não combinadas). Em quarto lugar, fortalece a posição da empresa combinada relativamente à “simples”, reforça-a na luta de concorrência durante as fortes depressões (dificuldade nos negócios, crise), quando os preços das matérias-primas caem menos do que os preços dos artigos manufaturados. (HILFERDING, 1985, p. 286-287).

As empresas “combinadas” determinam a fusão de vários setores da indústria em apenas uma propriedade — ou em um reduzido número de empresas.

<sup>610</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 13 (XXX): 1932-1934: notas sobre a política de Maquiavel*. Tradução de Anita Schlessener e Maria Socorro Militão. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-02-2. p. 79.

<sup>611</sup> LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Tradução de Edições Avanti! e Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2025. p. 26.

<sup>612</sup> *Ibidem*, p. 37.

Para Lênin, bem como para Hilferding<sup>613</sup>, a “combinação” é o agrupamento de diferentes partes da mesma cadeia produtiva em uma única empresa. Segundo Lênin, na obra *Imperialismo, estágio superior do capitalismo* (1916), principalmente no capítulo I, intitulado *Concentração da produção e monopólios*, a “combinação” ocorre quando uma grande empresa conecta diversos setores da produção. Vejamos um exemplo: o setor da mineração. Uma empresa “combinada”, após extrair o minério bruto da natureza, funde o metal, sem necessitar exportá-lo para outra empresa terceirizada, mas não apenas isso, pois, após a fundição, o metal trabalhado é conduzido à laminação, ainda no interior da mesma empresa. Isso significa que a própria empresa domina toda a cadeia produtiva. Mas quais são as verdadeiras vantagens? No capitalismo monopolista, são principalmente três. Analisemos cada uma delas. A primeira vantagem é a eliminação da concorrência, ou seja, a empresa “combinada” não precisa de intermediários, já que ela controla da matéria-prima ao produto final; a segunda vantagem é a estabilidade comercial, isto é, a empresa “combinada” controla os fluxos dos preços; e, por fim, a terceira vantagem é a resistência às crises financeiras, sempre recorrentes no capitalismo — seja ele industrial ou monopolista-financeiro. Evidentemente, em momentos de depressão econômica, as empresas “combinadas” têm os meios para resistir, ao passo que as empresas menores são sufocadas por esses grandes conglomerados capitalistas<sup>614</sup>.

Os cartéis, em contrapartida, constituem contratos entre empresas independentes e, algumas, já “combinadas”. Elas não apenas se conectam, mas compartilham o mercado local e global, estabelecem os preços e tarifas e limitam a produção para amortizar a concorrência e enfraquecer as empresas menores. São criados, de fato, verdadeiros monopólios industriais e financeiros. Vale observar que os cartéis formam acordos entre si sobre as condições de venda dos produtos industrializados, mas também fixam os limites de pagamento a serem adotados pelo mercado, também local e global<sup>615</sup>. Além disso, eles repartem entre si “[...] os mercados de vendas. Determinam a quantidade de produtos produzidos. Estabelecem os preços. Distribuem os lucros entre as diferentes empresas, e assim por diante”<sup>616</sup>.

Essa relação, além de ser a fase mais concentradora do capitalismo, cria tensões entre empresas e, conseqüentemente, entre países. Nesse sentido, o capitalismo, na sua fase

---

<sup>613</sup> HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. Tradução de Reinaldo Mestrinel. Tradução da Introdução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 286-287.

<sup>614</sup> LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Tradução de Edições Avanti! e Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2025. p. 37.

<sup>615</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>616</sup> Ibidem, p. 41.

imperialista:

[...] conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos, arrasta, por assim dizer, os capitalistas — contra a sua vontade e sem que disso tenha consciência — para um novo regime social, um regime de transação entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa. [...] Os meios sociais de produção permanecem propriedade privada de um número reduzido de pessoas. O quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida permanece, e o jugo de poucos monopólios sobre o resto da população torna-se cem vezes mais pesado, mais sensível, mas insuportável. [...] Não nos encontramos mais na presença da luta da concorrência entre pequenas e grandes empresas, entre estabelecimentos tecnicamente atrasados e tecnicamente avançados. Estamos diante do estrangulamento por parte dos monopólios de todos aqueles que não se submetem ao monopólio, ao seu jugo, à sua arbitrariedade. (LÊNIN, 2025, p. 44-45).

Somando a isso, é fundamental notar que a passagem do capitalismo industrial para o capitalismo monopolista está inserida no adensamento da disputa entre os diferentes Estados-nação pela partilha violenta do mundo<sup>617</sup>. Diante disso, no capítulo VI, intitulado *A partilha do mundo entre as grandes potências*, Lênin escreve na mesma obra:

[...] Segundo os cálculos: a Inglaterra adquiriu durante esse período 9.58 milhões de quilômetros quadrados, com uma população de 57 milhões de habitantes; a França, 9,32 milhões de quilômetros quadrados, com 36,5 milhões de habitantes; a Alemanha, 2,59 milhões de quilômetros quadrados, com 14,7 milhões de habitantes; a Bélgica, 2,33 milhões de quilômetros quadrados, com 30 milhões de habitantes; Portugal, 2,07 milhões de quilômetros quadrados, com 9 milhões de habitantes. A corrida por colônias em fins do século XIX, sobretudo a partir da década de 1880, por parte de todos os Estados capitalistas representa um fato notório da história da diplomacia e da política externa. (LÊNIN, 2025, p.103).

Essa nova fase do capitalismo conduziu esses países à Primeira Guerra Mundial<sup>618</sup>. Igualmente, esse conflito também foi mais uma causa precisa<sup>619</sup> para o advento do fascismo na Itália.

Por isso, é importante frisar que em 1914, essas potências europeias haviam “[...] adquirido colônias com uma área de 14, 1 milhões de quilômetros, ou seja, cerca de uma vez e meia a área da Europa, com uma população de quase 100 milhões de habitantes”<sup>620</sup>. Nesse processo, o imperialismo acumulou territórios que antes seriam inimagináveis. Mas projetou “[...] as rivalidades da Europa por todo o mundo. Entre 1800 e 1914, a proporção da superfície

---

<sup>617</sup>Ibidem, p. 103.

<sup>618</sup>Ibidem, p. 107.

<sup>619</sup>FRESU, Gianni. *Antonio Gramsci, o homem filósofo*. Tradução de Rita Matos Coitinho. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 27.

<sup>620</sup>LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Tradução de Edições Avanti! e Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2025. p. 106.

da Terra ocupada pelos europeus, sob a forma de colônias ou antigas colônias, cresceu de 35% para 84,4%”<sup>621</sup>. Para Lênin, tais monopólios são fortes quando

[...] arrebatam em uma única mão todas as fontes de matérias-primas, e já vimos com que ardor as associações internacionais de capitalistas dirigem os seus esforços para retirar do adversário qualquer possibilidade de concorrência, para adquirir, por exemplo, as terras que contêm minérios de ferro, as jazidas de petróleo etc. A posse de colônias é a única coisa que dá plenas garantias ao sucesso do monopólio contra todas as contingências da luta com o oponente, mesmo quando este procura se defender com uma lei que implante o monopólio estatal. Quanto maior o desenvolvimento do capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais agudas são a concorrência e a corrida por fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias (LÊNIN, 2025, p. 107-108).

Notadamente, o capitalismo imperialista possui características únicas, que o distinguem, em partes, do capitalismo industrial. Ainda assim, ele nada mais é do que o desenvolvimento direto do próprio capitalismo industrial. Apesar disso, a natureza dinâmica do capitalismo, que o conduziu a essa etapa, enfraqueceu a livre concorrência entre as empresas, ao passo que intensificou a luta entre os grandes monopólios, alicerçados no interior das nações. Assim, esses monopólios são constituídos pelos cartéis, pela exportação de capitais, pelas empresas “combinadas”, bem como pela união entre as grandes indústrias e os grandes bancos, formando, assim, o capitalismo financeiro. De modo semelhante, os grandes monopólios não eliminam a livre concorrência completamente entre as nações, sobretudo as imperialistas, mas criam conflitos cada vez mais instáveis, conduzindo-as a soluções extremamente difíceis, sendo a guerra a forma mais perigosa dessa fase atual do capitalismo<sup>622</sup>.

Sobre isso, Lênin escreve no capítulo VII, intitulado *Imperialismo, estágio particular do capitalismo*:

O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo tornou-se imperialismo capitalista apenas quando chegou a um determinado estágio, muito elevado, de seu desenvolvimento, quando algumas de suas características fundamentais começaram a se transformar no seu oposto, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. Economicamente, é fundamental nesse processo a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da

<sup>621</sup> STEVENSON, David. *A história da Primeira Guerra Mundial, 1914-1918: A Deflagração, A Escalada, As Consequências, O Legado*. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Novo Século, 2016.p. 9.

<sup>622</sup> LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Tradução de Edições Avanti! e Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2025. p. 113.

produção mercantil em geral; o monopólio é o oposto direto da livre concorrência, mas esta última começou a se transformar diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, suplantando a pequena, substituindo a grande por uma maior, e terminando por concentrar a produção e o capital de tal maneira que, a partir deles, surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trustes, fundindo-se com eles o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulavam bilhões. Ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando, assim, contradições, atritos e conflitos particularmente agudos e severos. O monopólio é a transição do capitalismo para um sistema mais elevado. (LÊNIN, 2025, p. 113).

Em meio a toda essa tensão, que outro meio poderia existir, além da guerra, para eliminar a “[...] desproporção existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital, por um lado, e, por outro, a partilha das colônias das esferas de influência do capital financeiro?”<sup>623</sup>. Se existia outro meio, nunca iremos saber, já que a Primeira Guerra Mundial aconteceu em 1914 e devastou grande parte das forças produtivas dos países envolvidos, criadas no desenvolvimento secular do capitalismo ocidental — sem entrar em detalhes das milhares de vidas cruelmente perdidas no conflito armado.

Antes de concluirmos, convém avaliarmos mais algumas questões.

Diante do avanço da Primeira Guerra Mundial, a Itália precisaria, de fato, se posicionar, de uma vez por todas. Embora, inicialmente, membro da Tríplice Aliança — bloco este que contava com a Áustria-Hungria e a Alemanha —, a Itália optou pela neutralidade no conflito armado. A Itália defendeu que o grupo possuía caráter defensivo e que a Áustria-Hungria tinha iniciado uma guerra de natureza ofensiva contra a Sérvia. Cabe ainda ressaltar que, entre os anos de 1914 e 1915, o governo da Itália, de perfil conservador, negociou secretamente com ambos os blocos beligerantes, buscando, com isso, compensações territoriais, caso apoiasse um dos lados. Assim, como a Tríplice Aliança desvalorizou as doações pedidas pela Itália, as tratativas com a Tríplice Entente, composta pela França, Império da Rússia e Reino Unido, avançaram às escondidas, porém celeremente. Diante disso, em abril de 1915, o Primeiro-Ministro italiano, Antonio Salandra<sup>624</sup> (1853–1931), assinou o Tratado de Londres, comprometendo-se com a Tríplice Entente a fazer a Itália entrar na guerra em troca de ganhos territoriais. Consequentemente, em maio de 1915, a Itália declarou guerra à sua antiga aliada Áustria-Hungria e, em 1916, à Alemanha, uma potência imperialista em ascensão e a principal rival da Inglaterra na disputa pela partilha do mundo. Ao final da Primeira Guerra Mundial, em 1918, apesar de a Itália ter recebido parte dos territórios prometidos pelo Tratado de Londres, a nação saiu economicamente endividada — sustentar-

<sup>623</sup>Ibidem, p. 124.

<sup>624</sup> Antonio Salandra (1853–1931) serviu como 21º Primeiro-Ministro da Itália de 1914 a 1916.

se na guerra lhe custou caro. Além disso, a nação mediterrânea precisaria frear o endividamento e a instabilidade política cada vez mais perigosa, responsável por deteriorar o tecido social do país, levando a uma crise de autoridade das classes dominantes, alimentando, assim, o sentimento de “vitória mutilada”, sabiamente reforçado pelo discurso fascista<sup>625</sup>. Vale ressaltar que o desastre da Primeira Guerra Mundial:

[...] é a tradução concreta desse processo, em uma fase na qual as contradições entre as potências capitalistas já não podem mais ser resolvidas pela via diplomática. As profundas transformações do capitalismo mundial nessa fase histórica, além disso, têm também duas consequências fundamentais em relação à crise que leva ao nascimento do fascismo. (FRESU, 2025. p. 79).

Em razão disso, uma dessas “consequências fundamentais”<sup>626</sup> foi o processo de deterioração econômica sofrido pela pequena e média burguesia italiana. Analogamente, como vimos na Seção 4.5, a pequena e a média burguesia subjugaram, internamente, as classes populares da Itália, sobretudo as do *Mezzogiorno*, ao passo que foram, externamente, suplantadas pelas elites imperialistas, as verdadeiras representantes do grande capital monopolista. Assim, a pequena e a média burguesia perderam toda a sua autoridade e foram afastadas de qualquer função no mundo da produção. De igual modo, elas, após o surgimento da grande indústria “combinada” e do capital financeiro, se tornaram, de vez, na Itália, apenas uma classe política<sup>627</sup>.

Esse real contraste entre o antes e o depois descreve a sua raiva, assim como, lamentavelmente, justifica a sua guinada para o fascismo italiano. Logo, a pequena e a média burguesia culpavam as outras classes pelos seus fracassos econômicos, mas não ousaram reconhecer a sua pequenez diante das verdadeiras elites globais, as reais responsáveis por administrar quase todo o mais-valor explorado no mundo do trabalho global — sendo estas, de fato, as verdadeiras responsáveis pelos seus fracassos econômicos.

Sob essa perspectiva, a chegada do fascismo italiano ao poder está alinhada às guerras imperialistas, particularmente à Primeira Guerra Mundial. Para Gramsci, a Primeira Guerra Mundial, além de ser um conflito armado entre as nações imperialistas, foi a responsável pelo agravamento da crise de hegemonia em curso. Em outras palavras, esse conflito desorganizou o equilíbrio entre as classes fundamentais no interior das principais potências europeias,

---

<sup>625</sup>STEVENSON, David. *A história da Primeira Guerra Mundial, 1914-1918: A Deflagração, A Escalada, As Consequências, O Legado*. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Novo Século, 2016. p. 251-263.

<sup>626</sup>FRESU, Gianni. *Questões gramscianas: da interpretação à transformação do mundo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2025, p. 79.

<sup>627</sup>Ibidem, p. 79-80.

notadamente da Itália e da Alemanha. Gramsci, porém, não aborda exaustivamente o cenário alemão, ainda que tenha dedicado notas importantes sobre o país em diversos *Cadernos do cárcere*. Ainda assim, nesse cenário de incertezas, as representações liberais perderam o prestígio representativo, muito devido à responsabilidade de ter arrastado as nações para a guerra, e o consenso, antes utilizado para organizar a luta de classes na sociedade civil ocidental, foi necessariamente substituído pelo uso irrestrito da força, principalmente nos países onde a crise de hegemonia estava mais acentuada. Nesse contexto, a esfera político-militar assumiu a função privilegiada de organizar a sociedade civil, tornando-se, assim, o instrumento central da política praticada pelos representantes das classes dominantes. Sendo assim, a Primeira Guerra Mundial não apenas devastou cidades e ceifou vidas, mas serviu como “[...] premissa política para um agrupamento retórico essencial da ideologia fascista [...]”<sup>628</sup> — isto é, o uso permanente do poder militar, durante longos quatro anos, tornou-se o instrumento cada vez mais fundamental e frequente de se fazer política na Europa.

Em síntese, compreender o fascismo na Itália significa reconhecer que o movimento não derivou apenas de uma tensão nas conjunturas econômicas estrangeiras — mesmo que isso seja verdade —, mas surgiu de um processo muito mais problemático e demorado, que precisa ser entendido necessariamente a partir das especificidades nacionais e internacionais. Assim, todas as contradições internas da Itália precisam ser alinhadas ao contexto internacional. Sem essa vinculação materialista, é passível que caiamos em frases vazias e desprovidas de significado. A título de ilustração, precisamos partir do particular, isto é, da Itália, para o universal, ou seja, para o mundo, e vice-versa. Essa relação é dialética e rejeita as análises moralizantes sobre a origem do fascismo, bem como a ideia de uma única causa, como as defendidas pelos revisionistas, sendo elas: o fascismo irrompeu na história como um mal menor, para lutar contra um mal maior, isto é, o avanço da Revolução Bolchevique na Europa Ocidental<sup>629</sup>. Essas leituras revisionistas tendem a ver o fascismo como “antípoda”<sup>630</sup> de um perigo maior: o socialismo ou comunismo. Portanto, para os revisionistas:

Debaixo do grande arco de tais críticas, ainda há aquelas que acabam por ser diretamente legitimadoras e sustentadoras dos fascismos. As mais abjetas delas são as que buscam igualar esses fenômenos aos socialismos. Trata-se de legitimação e da defesa do fascismo sob a desculpa de um inimigo principal do qual este seria seu gêmeo e ao mesmo tempo seu antípoda e, portanto, escusado de seus gravames pelo combate realizado contra as lutas socialistas. E, ainda, há as críticas revisionistas

<sup>628</sup> FRESU, Gianni. *Questões gramscianas: da interpretação à transformação do mundo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2025, p. 80.

<sup>629</sup> MASCARO, Alysson Leandro. *Crítica do fascismo*. São Paulo: Boitempo, 2022, p. 13.

<sup>630</sup> *Ibidem*, p. 13.

que buscam no parcial a contradição em face do geral e, daí, o enfraquecimento da totalização do fenômeno social do fascismo. Assim, fala-se em fascismo como remédio amargo para doenças piores ou como experiência de alcance mitigado. (MASCARO, 2022, p. 13).

No entanto, apenas a abrangência da “materialidade histórica e social”:

[...] do modo de produção capitalista enseja a crítica ao fascismo em suas causas e em suas especificidades. O marxismo permite estabelecer os nexos entre fascismo e capitalismo e disso extrair tanto o diagnóstico sobre sua manifestação no seio da sociabilidade burguesa quanto, também, a inferência do tratamento: as instituições não salvam; a genérica subjetividade é constituída ideologicamente e, portanto, forjada para a exploração, para as dominações e para as opressões, sem que reclames morais surtam efeitos decisivos. O fascismo é sempre um possibilidade do capitalismo em sua reprodução, dadas suas contradições e crises. (MASCARO, 2022, p. 14).

O fascismo, portanto, precisa ser investigado em todas as suas camadas, isto é, a partir de todas as principais contradições estruturais e superestruturais do capitalismo. Apenas assim podemos entender as reais causas precisas — até aqui registradas — que conduziram a Itália à coerção fascista. A tarefa não é fácil. Ademais, é preciso salientar mais duas questões extremamente importantes, que serão consideradas na Seção 6.1: os Conselhos de Fábrica e a Revolução Bolchevique de 1917. Só assim poderemos adentrar a discussão sobre a crise de hegemonia nas sociedades ocidentais, que será abordada nas Seções 6.2 e 6.3. É importante destacar que a crise de hegemonia aberta por essas causas precisas exigiu novas formas de direção política. Por isso, o uso da força é, no fascismo, a expressão histórica de uma revolução passiva que reorganizou o Estado burguês e a sociedade civil, preservando, desse modo, o domínio das classes dirigentes tradicionais em períodos de desagregação das velhas formas de consenso. Diante de tudo isso, todas essas causas precisas são as “[...] progenitoras do radicalismo nacionalista antecipador do fascismo”<sup>631</sup>.

---

<sup>631</sup> FRESU, Gianni. *Questões gramscianas: da interpretação à transformação do mundo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2025, p. 81.

## CAPÍTULO VI: REVOLUÇÃO OU RESTAURAÇÃO? A CRISE DO PÓS-PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E AS PERSPECTIVAS DE RESTAURAÇÃO DO AMERICANISMO E DO FASCISMO NA ITÁLIA.

### 6.1. Futuro da Itália: superar a crise de hegemonia ou promover uma transformação revolucionária.

Os Conselhos de Fábrica, também conhecidos como Biênio Vermelho<sup>632</sup>, ocorreram na Itália em um contexto de crise de hegemonia. Eles representaram um fator determinante, ou seja, mais uma causa precisa, para o advento do fascismo na Itália. O movimento de ordem trabalhista foi um período de conflitos de classe decisivo para a Itália no momento que se seguiu à Primeira Guerra Mundial<sup>633</sup>. Eles ocorreram entre os anos de 1919 e 1920 e foram marcados por contradições internas e externas, agravadas pela crise econômica, pelo desemprego, pela instabilidade política e pela desvalorização monetária no país mediterrâneo<sup>634</sup>. Como resultado, a inflação atingiu níveis muito altos. O tradicional grupo político liberal, representado à época novamente pelo primeiro-ministro Giovanni Giolitti (1842–1928), representante das velhas classes em esgotamento, não conseguiu controlar a perigosa crise de hegemonia que se alastrava.

Nesse contexto de crise de orgânica, parte dos trabalhadores industriais e camponeses italianos, influenciados sobretudo pela Revolução Bolchevique de 1917<sup>635</sup>, na Rússia, posteriormente União Soviética (URSS) (1922–1991), sentiu-se inspirada por ela, resultando nos conflitos mais importantes da história recente da Itália — após o *Risorgimento*: a autogestão por meio da ocupação de fábricas automobilísticas e metalúrgicas, bem como a coletivização das terras<sup>636</sup>. O fato mais marcante desses Conselhos de Fábrica foi que eles não ficaram restritos apenas às lutas nas fábricas industriais do Norte, mas influenciaram também a luta camponesa no país<sup>637</sup>. Em razão disso, esses Conselhos de Fábrica atingiram o seu

<sup>632</sup>Em italiano, *Biennio Rosso*.

<sup>633</sup>FRESU, Gianni. Apresentação. In: GRAMSCI, Antonio. *Homens ou máquinas? Escritos de 1916 a 1920*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Rita Coitinho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 10.

<sup>634</sup>MARIÁTEGUI, José Carlos. *As origens do fascismo*. Tradução de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008, p. 24.

<sup>635</sup>FITZPATRICK, Sheila. *Breve história da União Soviética*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Todavia, 2023, p. 19.

<sup>636</sup>MATTEI, Clara E. *A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo*. Tradução de Heci Regina Candini. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024, p. 151.

<sup>637</sup>POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. Tradução de João G. P. Quintela e M. Fernanda S. Granado. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 296.

apogeu nas cidades industriais de Milão e Turim, ao passo que também se espalharam para o campo, principalmente para as áreas agrícolas da Planície Padana<sup>638</sup> — marcadas por greves de camponeses e conflitos de guerrilha<sup>639</sup>.

A importância dos Conselhos de Fábrica, como causa precisa para o advento do fascismo, exige uma atenção minuciosa.

Após a Revolução Bolchevique de 1917 e a Primeira Guerra Mundial, os operários industriais italianos iniciaram um autogoverno na forma de comitês de fábrica<sup>640</sup>. Esses trabalhadores da indústria queriam edificar um sistema econômico alternativo ao capitalismo — capitalismo este baseado na propriedade privada dos meios de produção e nas contraditórias relações assalariadas. Nessa direção, os trabalhadores industriais e os camponeses compartilhavam dos mesmos interesses: construir uma sociedade alternativa que não se contentasse com o protocolo da democracia política liberal, mas, em vez disso, que se alicerçasse em uma economia baseada nas regras da democracia econômica<sup>641</sup>.

Os trabalhadores industriais exigiram que a ação fosse coordenada e direta — o que resultou na tomada das fábricas aos capitalistas por quase um mês. Nesse contexto, os operários administraram as fábricas automobilísticas e metalúrgicas, desde a aquisição de matérias-primas até o produto manufaturado final<sup>642</sup>. É digno de nota que os Conselhos de Fábrica foram uma experiência única para a classe trabalhadora nacional e internacional, pois, pela primeira vez, um setor importante da economia foi administrado pela classe trabalhadora consciente e organizada, em torno de um projeto real de mudança socioeconômica<sup>643</sup> — após a experiência soviética. No outono de 1919, a notoriedade desses comitês administrativos atingiu seu ápice, como relatou Gramsci: “[...] a propaganda a favor dos conselhos de fábrica foi recebido com entusiasmo pelas massas”<sup>644</sup>.

Ao mesmo tempo em que o movimento operário ganhava legitimidade, aumentava também a reação dos industriais<sup>645</sup>. Diante disso, o confronto entre trabalhadores e industriais

<sup>638</sup>Região do Vale do Pó, norte da Itália.

<sup>639</sup>FRESU, Gianni. Apresentação. In: GRAMSCI, Antonio. *Homens ou máquinas? Escritos de 1916 a 1920*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Rita Coitinho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021, p. 10-11.

<sup>640</sup>MATTEI, Clara E. *A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo*. Tradução de Heci Regina Candini. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024, p. 151.

<sup>641</sup> Ibidem, p. 151.

<sup>642</sup> Ibidem, p. 153.

<sup>643</sup> Ibidem, p. 153.

<sup>644</sup> GRAMSCI, Antonio. *Homens ou máquinas? Escritos de 1916 a 1920*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Rita Coitinho. São Paulo: Boitempo, 2021, p. 271.

<sup>645</sup>MATTEI, Clara E. *A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo*. Tradução de Heci Regina Candini. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024, p. 174.

manifestou-se em abril de 1920<sup>646</sup>. Foi nesse momento que a crise de hegemonia ganhou força na Itália. Em razão disso, em meio a uma situação de difícil:

[...] negociação de quatro meses para um contrato de trabalho entre Fiom e os industriais metalúrgicos, o sindicato dos metalúrgicos convocou “uma operação-padrão” — uma desaceleração do trabalho aos níveis mínimos, um gesto obstrucionista diante dos olhos dos donos das fábricas. Os industriais foram rápidos em responder com loucautes, começando pela fábrica Romeo de Milão. A divisão Fiom em Milão respondeu com o início de um movimento de ocupação de fábrica que se espalhou como fogo. Em 31 de agosto de 1920, os trabalhadores tomaram mais de 280 fábricas em Milão, e em dois dias o movimento se estendeu de forma capilar para toda a península. Cerca de meio milhão de trabalhadores em pelo menos sessenta cidades ocuparam fábricas, altos-fornos, minas, estaleiros, ferrovias, docas e indústrias não metalúrgicas. Na segunda quinzena de setembro, operários dos setores de calçados, borracha, produtos químicos e têxteis também aderiram. Gramsci escreveu em *L'Avanti*: “As hierarquias sociais estão rompidas; os valores históricos, derrubados. As classes executoras, as instrumentais, tornaram-se as classes diretivas”<sup>647</sup>. (MATTEI, 2024, p. 175).

Os industriais sentiram o perigo e reagiram de forma aguerrida. Acusaram o governo liberal do então primeiro-ministro Giovanni Giolitti de: “[...] “absenteísmo total e conivência com os infratores da lei”<sup>648</sup>. Além disso, eles lamentaram que “[...] nenhum soldado ou policial tivesse sido enviado para defender a propriedade e a liberdade”<sup>649</sup>.

Diante desses acontecimentos, a conclusão a que Gramsci chegou não poderia ser mais verdadeira — e a história é a prova disso. Para o filósofo, os interesses momentâneos dos industriais ou dos latifundiários, ou seja, das elites, poderiam se desencontrar, quando coagidos pela lei coercitiva da concorrência. Não obstante, sempre que a sua hegemonia fosse ameaçada pela classe trabalhadora organizada, formariam um bloco de aço — político e econômico — intransponível. Gramsci compreendeu que a burguesia italiana, amparada pela elite internacional, iria apoiar as forças clandestinas do fascismo, visando garantir o controle da produção, da política e da cultura — afastando-se da democracia liberal tradicional<sup>650</sup>.

O desejo de vingança das elites italianas seria satisfeito pela violência fascista<sup>651</sup>.

Contrariamente ao que se esperava, no auge dos Conselhos de Fábrica e das revoltas camponesas, o Partido Socialista Italiano (PSI) mostrou sua imaturidade em conduzir a

<sup>646</sup> Ibidem, p. 174.

<sup>647</sup> *L'Avanti!*, ed. Piemonte, set. 1920; apud SPRIANO, Paolo. *The Occupation of the Factories*. cit., p. 66.

<sup>648</sup> MATTEI, Clara E. *A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo*. Tradução de Heci Regina Candini. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024, p. 182.

<sup>649</sup> Ibidem, p. 182.

<sup>650</sup> Ibidem, p. 183.

<sup>651</sup> Ibidem, p. 183.

situação, uma vez que não possuía uma estratégia capaz de unificar as exigências dos trabalhadores industriais urbanos com as reivindicações dos trabalhadores rurais<sup>652</sup>. Mais precisamente, essa incapacidade tornou impossível o sucesso daquela fase histórica internacional única, inaugurada pelos movimentos revolucionários de inspiração bolchevique. Gramsci, atento ao que acontecia, sabia da importância desses eventos e travou, assim, duríssimas batalhas intelectuais contra os dirigentes do Partido Socialista Italiano (PSI), acusando-os de transformismo político e distanciando-se tanto dos dirigentes reformistas do partido quanto de suas políticas internas abstratas<sup>653</sup>.

Convém observar que o vazio político deixado pelo Partido Socialista Italiano (PSI) foi ocupado pelas forças reacionárias encabeçadas pelo fascismo italiano. Dessa forma, os Conselhos de Fábrica e as lutas camponesas foram derrotados pelas reações reacionárias de diversas matizes que se organizavam no movimento fascista. O fim dos Conselhos de Fábrica e das lutas camponesas foi sucedido pelo Biênio Negro<sup>654</sup> (1921–1922), marcado pelo agravamento das investidas fascistas, ou seja, por um período de ofensiva violenta contra as forças trabalhistas organizadas, que culminou na consolidação institucional do fascismo na Itália, com o apoio de setores importantes da elite italiana<sup>655</sup>. Dessa forma, a experiência realizada para testar a viabilidade estratégica dos Conselhos de Fábrica

[...]como órgãos de base na condução do processo revolucionário surgiu na esteira do movimento de ocupação de fábrica desencadeado pelo proletariado de Turim em 1920. O confronto entre operários e patrões já vinha se arrastando desde abril, quando uma greve dos operários de Turim acabou em derrota. Mas esse revés momentâneo não impediu que a constituição de novos Conselhos de Fábrica se ampliasse para diversas indústrias importantes do ramo metalúrgico. Em função disso, temendo a ação de dissolução do poder patronal que os Conselhos difundiam entre os operários, os industriais decretaram o *lockout* das empresas, desencadeando em 30 de agosto o movimento de ocupação das fábricas pelos operários. Esse foi o último grande levante proletário ocorrido na Itália, antes do início da ofensiva da reação fascista e do refluxo do movimento socialista revolucionário. (NERES, 2012, p. 73).

Dessa forma, após o fracasso do movimento de ocupação das fábricas:

<sup>652</sup> GRAMSCI, Antonio. *Alguns temas da questão meridional*. In: COUTINHO, Carlos Nelson (org.). *O leitor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 110.

<sup>653</sup> NERES, Geraldo Magella. *Gramsci e o “moderno príncipe”: a teoria do partido nos Cadernos do cárcere*. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 73.

<sup>654</sup> Em italiano, *Biennio Nero*.

<sup>655</sup> FRESU, Gianni. Apresentação. In: GRAMSCI, Antonio. *Homens ou máquinas? Escritos de 1916 a 1920*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Rita Coitinho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021, p. 11

[...]determinada em grande parte pela falta de apoio do PSI e da *Confederazione Generale del Lavoro* (CGL), mas também devido a deficiência intrínsecas ao próprio movimento — que não contava com preparação ideológica e organizativa suficiente para dar início ao processo de insurreição —, que ficou restrito à cidade de Turim, Gramsci finalmente reconheceu a necessidade imperiosa de constituição de um partido verdadeiramente comunista (Fiori, 1979, p. 173). Com efeito [...], a derrota do movimento de ocupação de fábricas e o descontentamento diante da ambiguidade da direção do Partido Socialista coloca de modo inexorável a necessidade de ruptura organizativa com o reformismo. (NERES, 2012, p. 73-74).

Os Conselhos de Fábrica e as lutas camponesas foram fundamentais para o desenvolvimento do pensamento político-filosófico de Gramsci. O autor pôde testar as suas teorias na prática, corrigi-las, inová-las e descartá-las. Gramsci compreendia que a adesão do Partido Socialista Italiano (PSI) ao reformismo praticado pelos liberais não faria a guerra de posição avançar de forma favorável à classe trabalhadora. Além disso, a negligência do Partido Socialista Italiano (PSI) frente ao real perigo fascista exigia das forças verdadeiramente progressistas uma ação enérgica contra a barbárie que se aproximava. Até mesmo a neutralidade do Partido Socialista Italiano (PSI) o levaria à clandestinidade, uma vez que o fascismo fosse ao poder. Diante disso, romper com o Partido Socialista Italiano (PSI) não era apenas uma atitude de descontentamento meramente político, mas uma tomada de posição ética e normativa diante do terror que se estabelecia e ganhava cada vez mais adeptos na Itália<sup>656</sup>.

Vale esclarecer que a omissão do Partido Socialista Italiano (PSI) foi uma das peças fundamentais no fortalecimento do fascismo, mas outro problema, ainda mais devastador, agravou a crise de hegemonia na Itália: a crise econômica. Diante desse cenário, enquanto a crise econômica contribuiu para afastar as classes populares desorganizadas da direção tradicional das classes dominantes, o abandono dos Conselhos de Fábrica à própria sorte colaborou para lançar os industriais e latifundiários — muitos ainda indecisos, porém assustados com a organização proletária na indústria e no campo, mesmo que, no final, fracassada — no colo do fascismo.

Dessa forma, apresentaremos uma síntese dos principais eventos ocorridos nesse período.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, a Itália afundou em uma perigosa crise econômica e política. Se nos anos de conflito a grande indústria ganhou produtividade, com o término da guerra, a produção industrial, vinculada ao complexo industrial-militar, precisou

---

<sup>656</sup> NERES, Geraldo Magella. *Gramsci e o “moderno príncipe”: a teoria do partido nos Cadernos do cárcere*. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 67.

ser redirecionada. Ainda assim, nesse momento, setores da indústria química, siderúrgica e automobilística tiveram crescimento recorde. Sob essa perspectiva, a taxa média de crescimento da grande indústria passou de 4,26% para 7,75% nesse período. Para termos uma ideia, a produção de ferro quadruplicou, de 200 mil toneladas para mais de um milhão. Em contrapartida, a produção agrícola estagnou. Nesse sentido, as pequenas e médias empresas foram sufocadas pela ampla concorrência, tanto nacional quanto internacional. Isso implicou na desvalorização da lira — a moeda oficial da Itália na época. Como resultado, a inflação aumentou. Vale enfatizar que, mesmo com o aumento da produção industrial, os demais setores ficaram defasados, contribuindo para desaquecer a economia. Diante desse quadro, as classes médias empobreceram, uma vez que foram sobrecarregadas pela enorme carga tributária<sup>657</sup>.

À luz das considerações anteriores, podemos constatar que o fascismo não surgiu de um declínio moral, mas de causas precisas e muito bem estabelecidas. Em síntese, temos agora novas causas precisas: os Conselhos de Fábrica, as lutas camponesas e a crise econômica. É digno de nota que as elites tradicionais não conseguiram controlar a situação de crise pela via democrática. A conjuntura piorou quando os ex-combatentes retornaram do campo de batalha e buscaram a sua reinserção na vida social<sup>658</sup>. Eram mais de 170 mil militares de volta ao país, sem trabalho e sem função política na sociedade<sup>659</sup>. Esses eventos contribuíram para a crise de hegemonia. A direção política das elites liberais colapsou<sup>660</sup>. Mas por quê? Porque elas exigiram demais. Pediram derramamento de sangue em prol de uma grande Itália. Todavia, no final, entregaram uma nação dividida, endividada e periférica no cenário internacional.

A grande indústria, antes símbolo de grandeza, precisou ser reintroduzida na produção local. Apesar disso, o Estado democrático liberal não possuía forças para tal tarefa. Nem mesmo a garantia à propriedade privada dos meios de produção o Estado liberal assegurou em

<sup>657</sup>MARIÁTEGUI, José Carlos. *As origens do fascismo*. Tradução de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008, p. 24.

<sup>658</sup>Ibidem, p. 24.

<sup>659</sup>Ibidem, p. 24.

<sup>660</sup>GUÉRIN, Daniel. *Fascismo e grande capital*. Tradução de Lara Christina de Malimpensa. Campinas: Editora Unicamp, 2023. A passagem do liberalismo ao autoritarismo como estratégia de manutenção da dominação burguesa: “Uma vez vencido o absolutismo, a burguesia instaurou a forma de governo que melhor correspondia a sua missão histórica. A livre concorrência — o *laissezfaire*, *laisserpasser* — era a própria condição do ímpeto capitalista. O liberalismo econômico teve seu prolongamento no liberalismo político, na “democracia” parlamentar. Chega, porém, o dia que a liberdade e a “democracia” são incompatíveis com a dominação burguesa. A era da livre concorrência é sucedida pela era do capitalismo monopolizador. Vimos que, para salvarem seus lucros ameaçados pela crise, os magnatas capitalistas precisam do apoio do Estado. É-lhes necessários substituir o Estado “democrático” pelo Estado autoritário. Então, a burguesia pisoteia furiosamente seus antigos ídolos, e os teóricos reacionários da antidemocracia tornam-se seus mestres intelectuais”. (p. 187).

tempo integral — vejamos os exemplos que os Conselhos de Fábrica revelam. Diante disso, os grandes industriais, os latifundiários, as classes médias empobrecidas, os ex-militares sem função na vida social, somadas à fraqueza dos movimentos socialistas, aceleraram a chegada do fascismo ao mais alto cargo político da Itália: ao posto de primeiro-ministro — assumido por Benito Mussolini.

Pode-se concluir que o advento do fascismo não se deve a um suposto declínio moral da sociedade italiana, mas a causas históricas bem articuladas e precisas. Diante disso, ele não foi um acontecimento accidental. O fascismo foi, portanto, o resultado direto das contraditórias relações entre o capital e o trabalho assalariado, desenvolvidas em uma composição demográfica muito específica: a realidade italiana. Ainda assim, comete-se um erro bastante comum: nomear acontecimentos reacionários como fascistas<sup>661</sup>. Em contrapartida, nem toda opressão — por mais sangrenta que seja — é fascista<sup>662</sup>. O conceito de fascismo não se deixa reduzir aos conceitos de ditadura ou de autoritarismo<sup>663</sup>. Nota-se, portanto, que os Conselhos de Fábrica e as lutas camponesas — conflitos especificamente italianos — mostraram, de forma concreta, a profundidade da crise de hegemonia que interrompeu o funcionamento do Estado liberal italiano. Em outros termos: o fascismo é a própria crise de hegemonia em seu equilíbrio catastrófico. De igual maneira, confirmaram os limites políticos do Partido Socialista Italiano (PSI) em conduzir o processo revolucionário. Em outras palavras, a incapacidade de unificar as necessidades dos trabalhadores urbanos e rurais, somada à crise econômica e ao temor das elites em crise, favoreceu a constituição de um bloco reacionário que encontrou no fascismo o instrumento para a restauração da sua direção ameaçada. Assim, o fracasso dos movimentos trabalhistas não apenas marcou o refluxo do movimento socialista rumo ao declínio político, mas também abriu o caminho para a concretização de um regime autoritário, revelando como a derrota das forças progressistas foi uma das condições precisas para a ascensão do fascismo no país de Antonio Gramsci.

## **6.2 Americanismo e fordismo no capitalismo industrial moderno e o fascismo italiano.**

Gramsci considerou o americanismo como uma nova fase civilizatória ocidental — a construção de novas relações sociais humanas e de produção. No início do século XX, os Estados Unidos da América já eram a nova força capitalista ocidental inquestionável, uma vez

<sup>661</sup>KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 25.

<sup>662</sup>Ibidem, p. 25.

<sup>663</sup>Ibidem, p. 25.

que comparados com a Europa, ainda marcada por persistentes resíduos feudais. Assim, o americanismo não foi apenas a implementação de modernos métodos produtivos — como a aplicação na produção da linha de montagem fordista e o tempo calculado —, mas também representou um novo processo de produção que exigiu um moderno tipo de humano, novas estruturas psicofísicas dos trabalhadores e uma ordem moral renovada da sociedade — diga-se puritana. O americanismo, além de ser essa nova organização social do trabalho, emergiu em um contexto de profunda crise de hegemonia no capitalismo europeu. Sabemos que a Europa estava mergulhada nessa crise catastrófica. Nesse sentido, a Europa, ao perder o protagonismo sobre a produção capitalista, enfrentando conflitos internos de classes, abriu o caminho para os Estados Unidos se tornarem os administradores por excelência dos novos arranjos econômicos, políticos e culturais. Portanto, é preciso esclarecer que essas novas técnicas produtivas e sociais não vieram isentas de sacrifícios, pois elas exigiram a superação da animalidade do homem por meio da subjugação de seus instintos a costumes rigorosos de ordem, exatidão e precisão produtiva<sup>664</sup>.

Ainda assim, os Estados Unidos tinham uma ligação cultural estreita com a Europa. Eles receberam da civilização europeia um adequado grau de seu avanço econômico e intelectual — os traços mais marcantes de sua civilização —, que foi transplantado em terra “virgem” estadunidense<sup>665</sup>. Mas essas circunscrições se desenvolveram mais rapidamente nos Estados Unidos do que na Europa. Gramsci se questionou sobre esse fato concreto, sobretudo no *Caderno 22*, intitulado *Americanismo e Fordismo* (1934), mas também em outros cadernos miscelâneos. Para Gramsci, os Estados Unidos não tinham uma série de freios morais, políticos, econômicos e intelectuais incorporados, em certa medida, em todos os estratos da vida social<sup>666</sup>. A composição demográfica estadunidense era saudável para o crescimento econômico, isto é, ausente de empecilhos parasitários. Na Europa, a situação era diferente. Gramsci compreendeu e conceituou essas sedimentações passivas na Europa de classes parasitárias e de relíquias do passado, pois elas aspiravam a não desaparecer uma vez ameaçadas pelo americanismo<sup>667</sup>. Segundo Gramsci, elas queriam as riquezas do americanismo passivamente ou frear o rápido avanço econômico de marca americana na

---

<sup>664</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 1 (XVI): 1929–1930: primeiro caderno*. Tradução de Rocco Lacorte, Alex Calheiros e Lucas Moura Vieira. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024, p. 170.

<sup>665</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 12 (XXIX): 1932: apontamentos e notas esparsas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*. Tradução de Maria Margarida Machado. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book (PDF), p. 15–16.

<sup>666</sup> Ibidem, p. 15–16.

<sup>667</sup> Ibidem, p. 15–16.

Europa, uma vez que ele afetaria radicalmente as conciliações de classes secularmente aceitas<sup>668</sup> — e era isso que aconteceria.

É a respeito desse importante problema que vamos investigar a partir de agora, a saber: a composição demográfica europeia, as classes parasitárias, as novas estruturas psicofísicas em disputa, a base sadia para a produção capitalista nos Estados Unidos, a exigência de outro modelo de trabalhador de tipo fordista, a superação da animalidade do homem e como o fascismo italiano se interliga a tudo isso.

Assumindo esse ponto de partida, Gramsci inicia o *Caderno 22* (1934) indicando que o americanismo consiste em uma série de modificações ocorridas nas contraditórias condições modernas de produção<sup>669</sup>. Dessa forma, o americanismo não foi uma inovação estrutural, mas uma nova organização social do trabalho materializada na forma de uma revolução passiva.

O americanismo resultou da própria — imanente<sup>670</sup> — necessidade de desenvolver o capitalismo industrial. Ao final, ele visou alcançar uma economia programática<sup>671</sup>. Assim, nos Estados Unidos, a indústria que melhor cumpriu essa função foi a automobilística Ford Motor Company — a Ford. Porém, essa empresa exigiu novas relações humanas e outros contatos com a natureza material. Apesar disso, essas mudanças encontrariam resistências na *societas rerum* e na *societas hominum*<sup>672</sup>.

Mas, afinal, o que são essas duas formas de *societas*?

De acordo com Gramsci, a *societas rerum* é a sociedade da natureza ou das coisas exteriores aos homens. A *societas hominum*, por outro lado, é a sociedade da natureza dos homens — ou a sociedade dos homens. Gramsci afirma que a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática ocorreu com o enfraquecimento do capitalismo industrial liberal. Em uma economia programática, o capitalismo é planejado e organizado. Isso resulta na atenuação do individualismo econômico confuso, concorrencial e caótico. Mas qual é a segurança para os capitalistas? A segurança se faz na remediação das crises, seja econômica ou de hegemonia. No entanto, para que essa remediação aconteça, as duas *societas* precisam ser transformadas<sup>673</sup>.

---

<sup>668</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 4 (XIII): 1930–1932: notas sobre filosofia: miscelânea: o canto décimo do inferno*. Tradução de Rita Coitinho e Marcos Aurélio da Silva. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book (PDF), p. 88.

<sup>669</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 22 (V): 1934: americanismo e fordismo*. Tradução de Lincoln Secco e Silvia de Bernardinis. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book (PDF). Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-14-5, p. 3.

<sup>670</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>671</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>672</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>673</sup> Ibidem, p. 3.

Por consequência, a economia programática foi a fase em que os grandes monopólios empresariais e o Estado planejaram a produção e o consumo de massas. A indústria fordista não produzia meramente carros, mas esquematizava a vida dos trabalhadores, desde os altos salários até o consenso na vida privada. Disso resulta a necessidade imanente<sup>674</sup> a que Gramsci se refere: Henry Ford<sup>675</sup> (1863–1947) construiu essa nova etapa produtiva porque o próprio capitalismo a impôs materialmente. Mais precisamente, ou a sociedade capitalista se reorganizava ou seria engolida pela crise econômica e pela crise de hegemonia europeia.

Em discordância com isso, as resistências a essas inovações produtivas apareceram. Houve o enfrentamento entre a nova indústria e a luta por redefinir as duas *societas*. Se, no caso da *societas rerum*, o conflito se revelou nos limites naturais, isto é, na finitude das matérias-primas, terras e forças produtivas, na *societas hominum* ele foi mais grave: a natureza humana seria modificada. Mas o americanismo e a sua indústria fordista negligenciaram que os humanos não são máquinas para serem alteradas: eles possuem impulsos sexuais, necessidades de repouso, ritmos biológicos, alterações de humor e aspiração própria. Ainda assim, o americanismo e o fordismo precisaram de que os homens funcionassem com a regularidade de uma máquina, sempre no mesmo ritmo. Assim, nesse violento processo, a natureza humana resistiu. Por isso, o americanismo deveria ser aplicado por meio do consenso dos altos salários ou pela coerção estatal fascista. Gramsci comenta sobre as duas formas de *societas*:

Pode-se dizer, genericamente, que o americanismo e o fordismo resultam da necessidade imanente de alcançar a organização de uma economia programática e que os vários problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que marcam precisamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática: estes problemas nascem de diversas formas de resistência que o processo de desenvolvimento encontra ao desenvolver-se, resistências que derivam das dificuldades inerentes à “*societas rerum*” e à “*societas hominum*”. (Gramsci, 2024, C 22, p. 3).

Gramsci destaca o conceito de proibicionismo<sup>676</sup>. Para ele, o proibicionismo está ligado ao conceito de *societas hominum*. Portanto, ele foi uma das formas encontradas para reorganizar o processo produtivo do americanismo-fordismo. O proibicionismo se configurou

---

<sup>674</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>675</sup> Henry Ford (1863–1947) foi o criador da indústria norte-americana Ford Motor Company.

<sup>676</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 22 (V): 1934: americanismo e fordismo*. Tradução de Lincoln Secco e Silvia de Bernardinis. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book (PDF). Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-14-5, p. 3.

na norma institucional da Lei Seca<sup>677</sup>. Assim, essa lei demonstrou como os grupos dominantes-dirigentes influenciaram a direção do Estado, instrumentalizando-o na reorganização das relações sociais conforme os interesses de classe. Desse modo, a Lei Seca foi uma das primeiras tentativas concretas de criar um novo modelo de trabalhador adaptado à produção fordista<sup>678</sup>.

Em contrapartida, contrariando as esperanças das elites industriais, a Lei Seca descobriu limites em sua implementação<sup>679</sup>. Mesmo não enfrentando resistência por parte dos trabalhadores integrados ao fordismo e, conseqüentemente, ao americanismo, ela foi transgredida por grupos marginais que resistiam ao fordismo: a máfia<sup>680</sup>. O que fica evidente nessa investigação é que, embora os Estados Unidos despontassem como uma nação industrial avançada à época, o processo de consolidação da hegemonia capitalista ainda estava em curso. Assim, ela seria edificada por meio de importantes esforços: a) a Lei Seca, por meio da coerção institucional; b) os altos salários, por meio do consenso no consumo de massas. Isso demonstra que a hegemonia da classe capitalista industrial nos Estados Unidos ainda se encontrava em processo de construção para aparelhar toda a sociedade consensualmente na produção<sup>681</sup>. Gramsci observa que:

O industrialismo é uma contínua vitória sobre a animalidade do homem, um processo ininterrupto e doloroso de subjugação dos instintos a novos e rígidos hábitos de ordem, de exatidão, de precisão. [...] Isso ocorre porque até agora as mudanças ocorrem por coerção *brutal*, ou seja, por imposição de uma classe sobre uma outra. A seleção dos homens aptos ao novo tipo de civilização, isto é, ao novo tipo de trabalho ocorreu com inaudita brutalidade, lançando no inferno das subclasses os débeis, os refratários. [...] Para obter uma nova adaptação ao novo trabalho, se exerce uma pressão em toda a área social, se desenvolve uma ideologia *puritana* que confere como forma externa de persuasão e de consenso à intrínseca coerção brutal. (GRAMSCI, 2024, C 1, p. 170-171).

Os Estados Unidos, porém, ao buscarem construir uma sociedade e, logo, uma produção racionalizada segundo as regras do americanismo, encontraram, como sabemos, resistências de setores não integrados à nova ordem social e econômica. Ainda assim, esses setores foram sustentados, e a grande contradição veio das próprias elites industriais, que estavam entre os maiores consumidores de bebidas do mercado clandestino. Isso significa, segundo Gramsci, que as bebidas foram destinadas ao júbilo das elites industriais — as

<sup>677</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>678</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>679</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>680</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>681</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 1 (XVI): 1929–1930: primeiro caderno*. Tradução de Rocco Lacorte, Alex Calheiros e Lucas Moura Vieira. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024, p. 170.

mesmas elites que apoiavam a Lei Seca, visando criar a nova supremacia da indústria fordista na sociedade<sup>682</sup>. Sobre isso, Gramsci afirma que:

O fato de uma tentativa progressiva ser iniciada para uma ou para outra força social é algo que não deixa de ter consequências fundamentais: as forças subalternas, que deveriam ser “manipuladas” e racionalizadas segundo as novas finalidades, necessariamente resistem. Entretanto, resistem também alguns setores das forças dominantes, ou pelo menos aliadas das forças dominantes. O proibicionismo, que nos Estados Unidos era uma condição necessária para desenvolver um novo tipo de trabalhador compatível com uma indústria fordizada, certamente não caiu pela oposição dos industriais ou dos operários, mas pela oposição de forças marginais, ainda atrasadas. (Gramsci, 2024, C 22, p. 3).

Mesmo assim, a supremacia do americanismo não seria construída facilmente, tanto nos Estados Unidos como no exterior. Em razão disso, Gramsci identifica uma série de arranjos que emergiram do processo de reorganização das novas relações sociais de produção<sup>683</sup>. Assim, Gramsci escreve:

Registro de alguns dos problemas essencialmente mais importantes ou interessantes ainda que à primeira vista não apareçam em primeiro plano: 1) substituição do atual estrato plutocrático, por um novo mecanismo de acumulação e distribuição do capital financeiro fundado imediatamente na produção industrial; 2) questão sexual; 3) questão se o americanismo pode constituir uma “época” histórica, ou seja, se pode determinar um desenvolvimento gradual do modelo, examinado em outro lugar, das “revoluções passivas” próprias do século passado, ou se, ao invés, representa apenas a | acumulação molecular de elementos destinados a produzir uma “explosão”, isto é, uma revolução de tipo francês; 4) questão da “racionalização” da composição demográfica europeia; 5) questão se o desenvolvimento deve ter seu ponto de partida no coração do mundo industrial e produtivo, ou se pode ocorrer de fora, pela construção cautelosa e maciça de uma couraça jurídica formal que dirigia de fora os desenvolvimentos necessários do aparelho produtivo; 6) questão dos assim chamados “altos salários” pagos pela indústria fordizada e racionalizada; 7) o fordismo como ponto extremo do processo de sucessivas tentativas da indústria de superar a lei tendencial de queda da taxa de lucro; 8) a psicanálise (a sua enorme difusão no pós-guerra) como expressão do aumento da coerção moral exercida pelo aparelho estatal e social sobre os indivíduos e das crises mórbidas determinadas por esta coerção; 9) o Rotary Club e a Maçonaria [...]. (Gramsci, 2024, C 22, p. 3-4).

Gramsci começa o parágrafo acima apontando a mudança dos velhos estratos plutocráticos para um modelo de direção econômica ligado à indústria programática<sup>684</sup>. Nesse sentido, a chamada questão sexual ganha centralidade na obra do autor. O filósofo afirma que o americanismo determinou a disciplina não apenas dentro da indústria fordista, mas também

<sup>682</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 22 (V): 1934: americanismo e fordismo*. Tradução de Lincoln Secco e Silvia de Bernardinis. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book (PDF). Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-14-5, p. 3.

<sup>683</sup> Ibidem, p. 3-4.

<sup>684</sup> Ibidem, p. 3-4.

na vida particular dos trabalhadores. Assim, a racionalização do trabalho da fábrica fordista implicou o controle dos instintos na *societas hominum*. Em outras palavras, a questão sexual foi a responsável pela harmonia familiar e pela moralização dos costumes<sup>685</sup> — ao lado da Lei Seca<sup>686</sup>. Portanto, o americanismo não estabeleceu uma ruptura radical de tipo jacobino com o capitalismo industrial liberal, tampouco foi uma alternativa real a ele. No entanto, representou seu aprofundamento em um alicerce mais coerente, racional e integrado, isto é, em uma economia programática<sup>687</sup>. Diferentemente da Europa, sobretudo da Itália, saturada de revoluções passivas, o experimento norte-americano surgiu como resultado das novas exigências estruturais e superestruturais do capitalismo ocidental. Cabe-nos observar que, na Europa, especificamente na Itália, a persistência das classes plutocráticas e improdutivas dificultou sobremaneira a aplicação da nova indústria racionalizada<sup>688</sup>. Desse modo, o fascismo italiano também é investigado por Gramsci como a tentativa real de racionalizar coercitivamente a composição demográfica ainda retrógrada da península, buscando impor a disciplina produtiva do americanismo por meio do Estado coercitivo.

Nesse contexto, o fascismo na Itália cumpriu mais essa função — dentre tantas outras causas precisas aqui evidenciadas. No entanto, essa alternativa estatal não substituiu a necessidade de um desenvolvimento anterior das forças produtivas, isto é, “de fora”<sup>689</sup>, nos Estados Unidos<sup>690</sup>. Assim, a “coerção jurídica formal”<sup>691</sup> só se tornou possível na Itália porque as condições materiais da nova indústria já estavam criadas e solidificadas no

<sup>685</sup> BARATTA, Giorgio. *As rosas e os cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004, p. 164.

<sup>686</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 22 (V): 1934: americanismo e fordismo*. Tradução de Lincoln Secco e Silvia de Bernardinis. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book (PDF). Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-14-5, p. 3.

<sup>687</sup> NICODEMOS, Carlos Eduardo. *Risorgimento, americanismo e fascismo: o conceito de revolução passiva como categoria interpretativa da modernização no mundo da produção capitalista*. 2021. Dissertação (Mestrado em Filosofia) — Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Uberlândia, 2021. Orientadora: Ana Maria Said. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.6032>. Acesso em: 17 de dez. 2024. “Destaca-se, primeiramente, o terceiro problema apontado pelo autor: se as bases do americanismo visavam apenas conceber uma “época” histórica de caráter passivo ou, de maneira oposta, inclinavam-se a desenvolver-se por meio de uma “explosão”, trazendo em seu interior os germes do jacobinismo próprios da Revolução Francesa. Caso os elementos do americanismo fossem portadores de princípios organizativos inerentes a outra possibilidade histórica, ele poderia conduzir à supressão das relações capitalistas de produção. No entanto, se assumisse, em sua formulação, traços de uma “época” histórica, não passaria de uma investida da classe dominante em sua busca por restaurar uma hegemonia fragilizada, organizando e atualizando as forças produtivas do capitalismo em crise. À medida que a obra se revela, os elementos passivos da indagação acima referida assumem formas concretas: o americanismo apresenta-se como portador de novas e modernas forças produtivas, contudo orientadas e direcionadas pelas classes dominantes tradicionais”. (p. 72-73).

<sup>688</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 22 (V): 1934: americanismo e fordismo*. Tradução de Lincoln Secco e Silvia de Bernardinis. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book (PDF). Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-14-5, p. 3-4.

<sup>689</sup> Ibidem, p. 3-4.

<sup>690</sup> Ibidem, p. 3-4.

<sup>691</sup> Ibidem, p. 3-4.

capitalismo estadunidense. Em contrapartida, nos Estados Unidos, o elemento mais determinante foi a política consensual dos altos salários<sup>692</sup>. Nesse sentido, os altos salários, longe de serem um altruísmo empresarial, eram mecanismos racionais de estabilização da força de trabalho dispersa e da produção do consenso. No plano moral, Gramsci destacou a difusão da psicanálise, percebida como sintoma dos conflitos provocados pela necessidade de reorganização dos instintos na *societas hominum* no pós-guerra — além de refletir a sobrevivência de uma sociedade esgotada pela coerção produtiva<sup>693</sup>. Por fim, Gramsci, ao considerar a maçonaria e o Rotary Club, evidencia as diferentes formas de ideologia burguesa na sociedade civil. Em linhas gerais, a maçonaria estava ligada às tradições políticas da média e alta burguesia, ao passo que o Rotary Club funcionava como a expressão moderna da ética empresarial da elite do capitalismo programático<sup>694</sup>. Ambas participaram efetivamente da construção da hegemonia do americanismo.

Em *Americanismo e fordismo* (1934) de Gramsci, a questão sexual desempenha um tema importante. Para ele, a questão sexual, em toda sociedade, quando se encontra com um desenvolvimento subsequente, é a que mais sofre. Conforme mencionado por ele:

Os instintos sexuais são os que mais sofreram repressão por parte da sociedade em desenvolvimento; a “regulamentação” destes, pelas contradições que produz e pelas perversões que lhe são atribuídas, parece a mais “contrária à natureza”, portanto, as referências à “natureza” neste campo são mais frequentes. Até a literatura “psicanalítica” é uma forma de criticar a regulamentação dos instintos sexuais, de maneira por vezes “iluminista”, com a criação de um novo mito do “selvagem” com base sexual (inclusive as relações entre pais e filhos). (Gramsci, 2024, C 22, p. 12).

No americanismo e no fordismo, portanto, o sexo era visto como gasto desmedido de energia. Desse modo, a indústria fordista necessitou reprimir o “sexo como esporte”<sup>695</sup>. Assim, a questão sexual precisou ser controlada, porém sem perder de vista a necessidade reprodutiva<sup>696</sup>. A sexualidade:

---

<sup>692</sup> Ibidem, p. 3-4.

<sup>693</sup> Ibidem, p. 3-4.

<sup>694</sup> Ibidem, p. 3-4.

<sup>695</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>696</sup> NICODEMOS, Carlos Eduardo. *Risorgimento, americanismo e fascismo: o conceito de revolução passiva como categoria interpretativa da modernização no mundo da produção capitalista*. 2021. Dissertação (Mestrado em Filosofia) — Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Uberlândia, 2021. Orientadora: Ana Maria Said. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.6032>. Acesso em: 23 de dez. 2024. “As relações sexuais, além de marcarem biologicamente as características da reprodução, combinando particularidades genéticas, exercem também a função de “esporte”. Nesse sentido, os novos modos de trabalho exigiram ações repressivas do sexo como “esporte”, refreando, assim, o dispêndio das energias motoras necessárias à produção. O sexo na lógica capitalista — na época do americanismo — deveria ser regulado na medida certa, a saber: perpetuar racionalmente a espécie — no caso, a força de trabalho proletária —,

[...] como função de reprodução e como “esporte”: o ideal “estético” da mulher oscila entre a concepção de “reprodutora” e de “brinquedo”. Contudo, não é só na cidade que a sexualidade se tornou um “esporte”; os ditos populares: “o homem é caçador, a mulher é sedutora”, “quem não possuir coisa melhor, vai para a cama com a esposa” etc. mostram a difusão da concepção esportiva também no campo e nas relações sexuais entre elementos da mesma classe. A função econômica da reprodução: ela não é apenas um fato geral, que interessa à sociedade em seu conjunto, para a qual se torna necessária uma determinada proporção entre as diversas idades para fins de produção e para a manutenção da parte passiva da população (passiva em sentido normal, pela idade, invalidez etc.), mas é também um fato “molecular” interno às mais ínfimas agregações econômicas, como a família. A expressão “arrimo da velhice” mostra a consciência instintiva da necessidade econômica de certa relação entre jovens e idosos em toda a área social. (Gramsci, 2024, C 22, p. 12).

Portanto, o americanismo e a indústria Ford usaram o “puritanismo”<sup>697</sup> para regular a sexualidade dos operários. No fim, era para criar uma sociedade voltada para a produção racionalizada. Por isso, a questão sexual coloca a necessidade de uma nova hegemonia, alinhada a uma reforma da superestrutura. Em síntese, era indispensável uma mudança de comportamento na *societas hominum*. Para Gramsci, qualquer tentativa:

[...] de criar uma nova ética sexual adequada aos novos métodos de produção e de trabalho. Por outro lado, é necessário caminhar rumo a esta regulamentação e à criação de uma nova ética. É preciso ressaltar que os industriais (especialmente Ford) se interessaram pelas relações sexuais de seus empregados e em geral pela organização de suas famílias; o aparente “puritanismo” que este interesse assumiu (como no caso do proibicionismo) não deve induzir em erro; a verdade é que não se pode desenvolver o novo tipo de homem que a racionalização da produção e do trabalho exige até que o instinto sexual não estiver compativelmente regulamentado, até que este mesmo não estiver racionalizado. (Gramsci, 2024, C 22, p. 14).

De acordo com Gramsci, o americanismo e o fordismo impuseram a superação da concepção “iluminista e libertária”<sup>698</sup> do sexo. As instituições vinculadas:

[...] à vida sexual sofreram um forte abalo e novas formas de utopia iluminista desenvolveram-se com a questão sexual. A crise se tornou (e ainda é) mais violenta porque atingiu todos os estratos da população e entrou em conflito com as necessidades dos novos métodos de trabalho que, no entanto, se impuseram (taylorismo e racionalização em geral). Estes novos métodos demandam uma rígida disciplina dos instintos sexuais (do sistema nervoso), isto é, um fortalecimento da “família” em sentido amplo (não desta ou daquela forma do sistema familiar), da

---

garantindo, assim, a continuidade do processo acumulativo capitalista. Em conjunto com as relações sexuais, Gramsci reflete sobre o papel que o “puritanismo” assumiu no ordenamento da vida social como instrumento repressivo dos instintos sexuais”. (p. 78-79).

<sup>697</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 22 (V): 1934: americanismo e fordismo*. Tradução de Lincoln Secco e Silvia de Bernardinis. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book (PDF). Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-14-5, p. 14.

<sup>698</sup> Ibidem, p. 26.

regulamentação e estabilidade das relações sexuais. É preciso insistir no fato de que, no terreno sexual, o fator ideológico mais depravador e “regressivo” é a concepção iluminista e libertária própria das classes não estreitamente vinculadas ao trabalho produtivo, e que estas classes contagiam as classes trabalhadoras. (Gramsci, 2024, C 22, p. 26).

Entre todos esses arranjos estruturais e superestruturais, destaca-se primeiramente a importância da racionalização da composição social-demográfica europeia. De acordo com Gramsci:

Na Europa as diversas tentativas de introduzir alguns aspectos do americanismo e do fordismo se devem ao velho estrato plutocrático que queria conciliar o que, até prova em contrário, parece inconciliável, [ou seja], a velha e anacrônica estrutura social-demográfica europeia com uma moderníssima forma de produção e de modo de trabalhar como aquela oferecida pelo tipo americano mais aperfeiçoado, a indústria de Henry Ford. Por isto a introdução do fordismo encontra tantas resistências “intelectuais” e “morais” e acontece em formas particularmente brutais e insidiosas, através da mais extremada coerção. Para dizer em palavras simples, a Europa queria sair na chuva sem se molhar, isto é, todos os benefícios que o fordismo produz no poder de concorrência, mas mantendo seu exército de parasitas que, ao devorar ingentes quantidades de mais valia, agrava os custos iniciais e deprime o poder de concorrência no mercado internacional. (Gramsci, 2024, C 22, p. 4-5).

No entendimento de Gramsci, a Europa introduziria o americanismo, mesmo com a sua atrasada composição social-demográfica<sup>699</sup>. Lembrando que o americanismo foi o aspecto ideológico e sociocultural, ao passo que o fordismo foi a configuração técnica e econômica da nova organização social do trabalho. Ainda assim, a resistência ao americanismo e ao fordismo demonstrou que ambos não eram apenas uma nova técnica industrial, mas um novo período civilizatório, que exigiu a destruição das velhas classes plutocráticas. Mesmo assim, as elites europeias desejavam os benefícios do americanismo e do fordismo, mas mantinham-se, cinicamente, improdutivas. Ademais, a composição demográfica europeia seguia sobrecarregada para a concorrência que o americanismo e o fordismo exigiam. Assim, a Europa, diante dessa nova relação social e econômica, revelou a sua debilidade produtiva. Dessa forma, a saída seria a introdução do americanismo e do fordismo na Itália por meio de uma revolução passiva, sem modificar as relações gelatinosas de classes<sup>700</sup>. Por essa razão, eles deveriam ser introduzidos, nos termos de Gramsci, pelas formas mais “brutais e

<sup>699</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>700</sup> VACCA, Giuseppe. *La filosofia dell'apraxis di Antonio Gramsci*. Revista Educação e Filosofia, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Educação; Instituto de Filosofia; Programa de Pós-Graduação em Educação; Programa de Pós-Graduação em Filosofia, v. 28, n. 56, p. jun./dez. 2014. ISSN 0102-6801, p. 551.

insidiosas”<sup>701</sup>. Consequentemente, o fascismo forçaria a reindustrialização por meio do Estado corporativo e resguardaria as classes improdutivas<sup>702</sup>.

Não obstante, nos Estados Unidos não havia classes parasitárias. Isso significa que não existiam as camadas de chumbo que sugavam toda a riqueza da nação, como o clero, os burocratas, as forças armadas, a propriedade fundiária e os intelectuais tradicionais. Para Gramsci, os Estados Unidos mantinham uma composição social-demográfica saudável para as novas exigências do capitalismo moderno. Por isso o filósofo afirma que, quanto mais antiga for a história de uma nação, mais robustas serão as classes parasitárias<sup>703</sup>. Em razão disso, Gramsci escreve que:

O americanismo, em sua forma mais completa, exige uma condição preliminar, da qual os americanos que trataram destes problemas não se ocuparam, porque na América ela existe “naturalmente”: esta condição pode ser chamada de “uma composição demográfica racional” e consiste no fato de que não existem classes numerosas sem uma função essencial no mundo produtivo, isto é, classes absolutamente parasitárias. A “tradição”, a “civilização” europeia é caracterizada, ao contrário, exatamente pela existência de classes similares, criadas pela “riqueza” e pela “complexidade” da história passada que deixou uma grande quantidade de sedimentações passivas através de fenômenos de saturação e fossilização do pessoal estatal e dos intelectuais, do clero e da propriedade fundiária, do comércio de rapina e do exército, que foi inicialmente profissional e em seguida conscrito, mas profissional no nível do oficialato. Pode-se dizer, aliás, que estas sedimentações de massas preguiçosas e inúteis que vivem do “patrimônio” dos “antepassados”, destes aposentados da história econômica, são tanto mais numerosas e onerosas quanto mais vetusta for a história de um país. (Gramsci, 2024, C 22, p. 5).

Gramsci progrediu em suas investigações a respeito da composição demográfica italiana e europeia. Sob essa perspectiva, Gramsci resgatou a importante observação feita pelo poeta alemão Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832)<sup>704</sup>. Gramsci nos descreve que Goethe, ao se estabelecer em Nápoles, cidade localizada no sul do país, na região da Campânia, não a reconheceu como um lugar de pessoas indolentes, como dizia o falso mito lazzariano. Cabe-nos problematizar que o falso mito lazzariano defendia que os trabalhadores napolitanos eram preguiçosos, incultos e improdutivos. Mas esse falso mito não passava de uma construção ideológica das elites sobre as classes populares. Goethe, em contrapartida, discordou desse falseamento da realidade, pois ele constatou que os napolitanos eram pessoas

<sup>701</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 22 (V): 1934: americanismo e fordismo*. Tradução de Lincoln Secco e Silvia de Bernardinis. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book (PDF). Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-14-5, p. 4.

<sup>702</sup> Ibidem, p. 4-5.

<sup>703</sup> Ibidem, p. 5.

<sup>704</sup>Johann Wolfgang von Goethe (1749–1832) destacou-se como escritor e poeta da tradição alemã durante o período do Sacro Império Romano-Germânico (962–1806).

ativas na produção e no cultivo. Muitos desses napolitanos trabalhavam até os últimos dias de vida. Para Gramsci, essa inquirição de Goethe era extremamente admirável, uma vez que demonstrou que eram as elites parasitárias que impediam o avanço histórico em Nápoles e, conseqüentemente, na Itália e na Europa. Em termos gerais, o produtivismo passivo estava ligado às classes plutocráticas, e apenas a elas<sup>705</sup>.

Diante disso, Gramsci demonstrou que não bastava os camponeses trabalharem nas lavouras, mas como trabalhavam. Eles precisavam laborar de forma inteligente, gastar as energias psicomotoras com o máximo de cuidado. Malgrado, o fruto do trabalho em Nápoles era parasitário, voltado apenas a satisfazer as necessidades das classes ociosas. Os napolitanos trabalhavam, mas seus rendimentos iam para os cofres das elites desocupadas, e elas não reinvestiam na produção. Em Nápoles, portanto, o dinheiro não circulava corretamente e não mudava de mãos<sup>706</sup>.

Em linguagem marxiana, não se transformava novamente em capital monetário reinvestido. A economia napolitana era um passivo consumo de mais-valor, de renda agrária fossilizada, e não de uma produção industrial programática na circulação e forma de  $D—M—FT + MP...P...M'—D'$ <sup>707</sup>

De acordo com Gramsci, o falso mito lazzariano servia notadamente para colonizar os trabalhadores napolitanos, ou seja, educá-los na falsa condição de subalternos, improdutivos e incultos. Ele mantinha o *status quo*. Por isso Gramsci utiliza o exemplo de Nápoles para demonstrar como a Europa sofria dessa enfermidade estrutural passiva: muitas pessoas trabalhavam para servir quem não produzia. Sob esse prisma, em Nápoles, na Itália e na Europa a produção era ineficiente, custosa e parasitária, incapaz de competir com a eficiente indústria programática norte-americana<sup>708</sup>. Para explicar melhor essa afirmação, recorro a uma citação de Gramsci:

O assim chamado “mistério de Nápoles”. Cabe lembrar as observações de Goethe sobre Nápoles e as “consoladoras” conclusões “morais” que Giustino Fortunato tirou delas (o opúsculo de Fortunato sobre Goethe e seu juízo sobre os Napolitanos foi reeditado pela Biblioteca editora de Rieti na série dos “Quadernicritici” dirigida por

<sup>705</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 22 (V): 1934: americanismo e fordismo*. Tradução de Lincoln Secco e Silvia de Bernardinis. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book (PDF). Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-14-5, p. 5-6.

<sup>706</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>707</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro II: O processo de circulação do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 131.

<sup>708</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 22 (V): 1934: americanismo e fordismo*. Tradução de Lincoln Secco e Silvia de Bernardinis. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book (PDF). Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-14-5, p. 6.

Domenico Petrini; no opúsculo de Fortunato é importante ler a resenha de Luigi Einaudi na “Riforma Sociale”, talvez de 1912). Goethe tinha razão ao demolir a lenda do “lazzaronismo” orgânico dos napolitanos e ao ressaltar, ao invés, o fato de que eles são muito ativos e laboriosos. Mas a questão consiste em ver qual é o verdadeiro resultado desta laboriosidade: ela não é produtiva e não está voltada a satisfazer as necessidades e as exigências de classes produtivas. Nápoles é a cidade em que a maior parte dos proprietários fundiários do Sul (nobres e não nobres) gasta a renda da terra. Ao redor de algumas dezenas de milhares destas famílias de proprietários, de maior ou menor importância econômica, com seus cortejos de servos e lacaios diretos, está organizada a vida prática de uma imponente parcela da cidade, com suas indústrias artesanais, com seus ofícios ambulantes, com o inaudito desmembramento da oferta imediata de mercadorias e serviços dirigida aos ociosos que circulam pelas ruas. Outra importante parcela da cidade está organizada ao redor da circulação [das mercadorias] e do comércio por atacado. A indústria “produtiva”, no sentido de que cria e acumula novos bens, é relativamente pequena, apesar de que nas estatísticas oficiais Nápoles esteja incluída como a quarta cidade industrial da Itália, depois de Milão, Turim e Gênova. (Gramsci, 2024, C 22, p. 5-6).

No trecho a seguir, Gramsci conclui:

A situação de Nápoles se repete em maior escala em Palermo e em Roma, e em toda uma série numerosa (as famosas “cem cidades”) de cidades não só da Itália meridional e das Ilhas, mas também da Itália Central e do Norte (Bolonha, em boa medida, Parma, Ferrara etc.). (Gramsci, 2024, C 22, p. 6).

Gramsci faz o diagnóstico final sobre a composição demográfica italiana e a sua fragilidade econômica. Ele desfaz a tradição de que a burguesia poupava dinheiro por possuir virtude econômica — revela-se, portanto, o caráter social e parasitário desses pensionistas e rentistas de poupança<sup>709</sup>. Para Gramsci, o direito à propriedade se sustentava pela diferença entre a aparência e a realidade: a aparência era a ideia de que a propriedade rural pertencia ao camponês que a cultivava; a realidade, por sua vez, era que a posse da terra pertencia à burguesia. Gramsci chamou ironicamente esses estratos rentistas de “burgueses da cidadezinha”<sup>710</sup>, sendo os principais deles os padres, os militares de carreira, os médicos, os burocratas e os aposentados do Estado. A maioria deles vivia da renda fundiária. Nessa relação entre a aparência e a realidade, o camponês detinha apenas o direito de cultivar a terra; o proprietário, o direito sobre os rendimentos da terra. Essa relação se estabelecia por meio do trabalho ou do dinheiro, ou em serviços ou em aluguel pago *in natura*: a) do trabalho,

<sup>709</sup> BARATTA, Giorgio. *As rosas e os cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004, p. 176-177.

<sup>710</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 22 (V): 1934: americanismo e fordismo*. Tradução de Lincoln Secco e Silvia de Bernardinis. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book (PDF). Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-14-5, p. 7.

associado ao sistema de parcerias, como a meação; b) do dinheiro, a forma jurídica arcaica, como a enfiteuse<sup>711</sup>.

A título de exemplo, a meação consistia na divisão dos riscos e dos resultados da colheita entre o camponês e o proprietário; a enfiteuse era a relação jurídica na qual o proprietário ocioso mantinha domínio sobre a terra arrendada. Assim, o camponês a cultivava, e o proprietário rentista se beneficiava com a renda. Ambas eram relações de produção com características fundamentalmente feudais. Essa organização social era blindada por um otimismo ideológico pequeno-burguês semelhante à apreciação do filósofo iluminista francês Voltaire (1694-1778), em sua obra intitulada *Cândido, ou o Otimismo* (1759)<sup>712</sup>. Gramsci utilizou a obra como metáfora para expressar a sua aversão pelas leituras dos economistas liberais, que expressavam a ordem vigente como virtude econômica. Diante disso, o autor italiano empregou esse otimismo para desagradar esses economistas liberais, que exaltavam a acumulação malsã como sinal de progresso econômico e técnico. Mas no final, não passavam de “produtores de poupança”<sup>713</sup>. No entanto, a suposta virtude econômica não derivava de inovação técnica, mas de extração de renda parasitária garantida pela estrutura social antiquada. Consequentemente, o sistema agrário italiano buscava conservar o camponês em condições de vida miseráveis e semi feudais, visando sustentar os estratos improdutivos dos “burgueses da cidadezinha”<sup>714</sup>. Para que nada se perca conceitualmente, cito Gramsci:

O fato que ainda não foi adequadamente estudado é o seguinte: a média e a pequena propriedade rural não está nas mãos dos camponeses cultivadores, mas dos burgueses da cidadezinha ou da aldeia, e esta terra é concedida em forma de meação primitiva (isto é, com aluguel pago in natura e em serviços) ou em enfiteuse; de modo que existe um volume enorme (em relação à renda bruta) de pequena e média burguesia de “pensionistas” e “rentistas”, o que criou, em certa literatura econômica digna de *Candide*, a monstruosa figura do assim dito “produtor de poupança”, isto é, um estrato de população economicamente passiva que não só extrai seu próprio sustento do trabalho primitivo de um número determinado de camponeses, mas que ainda consegue poupar: modo de acumulação de capital dos mais monstruosos e doentios, porque fundado sob a iníqua exploração usurária dos camponeses, deixados à beira da desnutrição e que tem custos enormes; já que ao pequeno capital poupado corresponde um gasto inaudito, como é aquele necessário para sustentar muitas vezes um elevado nível de vida de grande massa de absolutos parasitas. (O fenômeno histórico que possibilitou esta situação anormal, que determinou estagnação histórica, e que se formou na península italiana por ondas sucessivas, após a queda das Comunas medievais e da decadência do espírito de iniciativa capitalista da burguesia urbana [...]). (Gramsci, 2024, C 22, p. 7).

---

<sup>711</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>712</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>713</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>714</sup> Ibidem, p. 7.

De acordo com Gramsci, a administração estatal também representava uma fonte de parasitismo.

Renato Spaventa calculou que na Itália um décimo da população (4 milhões de habitantes) vive à custa do orçamento do Estado. Acontece que homens relativamente jovens (de pouco mais de 40 anos) em ótima saúde, no pleno vigor das forças físicas e intelectuais, depois de 25 anos de trabalho como servidores públicos, não se dediquem mais a nenhuma atividade produtiva, mas se vegetam com aposentadorias mais ou menos elevadas, ao passo que um operário só pode desfrutar de uma aposentadoria após os 65 anos, e enquanto um camponês não tem limite de idade para o trabalho [...]. Se em uma família um padre torna-se cônego, imediatamente o “trabalho manual” torna-se “uma vergonha” para toda a parentela; quando muito, podem dedicar-se ao comércio. (Gramsci, 2024, C 22, p. 7-8).

Essa situação “[...] não decorre apenas na Itália; em maior ou menor medida existe em todos os países da velha Europa”<sup>715</sup>. Em decorrência disso, cada sistema econômico possui as suas leis definidas pela composição social-demográfica, um equilíbrio “excelente” e desequilíbrios que, “[...] se não forem corrigidos por uma oportuna legislação, podem se tornar por si mesmos catastróficos, porque secam as fontes da vida econômica nacional, para além de qualquer outro elemento de dissolução”<sup>716</sup>.

Sabemos que os Estados Unidos possuíam uma composição demográfica profícua para a produção capitalista. Mas afirmar apenas isso não é suficiente. Gramsci escreve que os Estados Unidos não possuíam grandes “tradições históricas e culturais”<sup>717</sup>. Por possuírem uma história relativamente nova, quer dizer, relações burguesas, a concentração de riqueza se revelou saudável no país. Não existiam pesos e contrapesos socioeconômicos no país, ou seja, densas sedimentações “pegajosamente parasitárias”<sup>718</sup>, isto é, uma camada de chumbo gelatinosa e pegajosa, deixada pelas etapas históricas passadas<sup>719</sup>. Isso permitiu a base natural de que a indústria Ford necessitava. Nessas circunstâncias, toda a sociedade foi incorporada e educada na produção racionalizada<sup>720</sup>. Diante disso, a indústria Ford projetou a produção, combinando duas iniciativas essenciais, sendo elas: a força e a persuasão na forma de consenso<sup>721</sup>. Ela utilizou a força como coerção para enfraquecer os sindicatos livres, ou

---

<sup>715</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>716</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>717</sup> Ibidem, p. 9-10.

<sup>718</sup> Ibidem, p. 9-10.

<sup>719</sup> Ibidem, p. 9-10.

<sup>720</sup> Ibidem, p. 9-10.

<sup>721</sup> Ibidem, p. 9-10.

seja, o “sindicalismo operário de base territorial”<sup>722</sup>; a persuasão, para alinhar os trabalhadores na produção fordista, isto é, alinhados à “habilíssima propaganda ideológica e política”<sup>723</sup>.

Nos vestígios desses acontecimentos, Gramsci afirmou que a hegemonia fordista nascia da fábrica<sup>724</sup>. Algo bem diferente da Europa. Na Europa, a construção ideológica era mais difícil e demorada. Assim, para a edificação ideológica europeia, o clero, os intelectuais e a burocracia cumpriam essa função fundamental. Cada uma dessas mediações ideológicas exercia funções distintas na sociedade, por exemplo: a) o clero era o responsável pela resignação moral da sociedade; b) os intelectuais tradicionais construíam a ideologia dominante, sendo eles os “[...] ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social”<sup>725</sup>; c) a burocracia estatal era a responsável pela administração. No entanto, nos Estados Unidos, a hegemonia nascia das relações materiais de produção. Já sabemos que o trabalhador estadunidense aceitava a ordem social porque o sistema da fábrica, ligado aos altos salários, à propaganda e à disciplina rígida, modificava a *societas hominum*. A estrutura econômica norte-americana era tão eficiente que ela mesma gestava a sua própria ideologia<sup>726</sup>. Isso revela, portanto, uma característica fundamental dos Estados Unidos: a eficácia que a ideologia burguesa ganhou no país, visto que grande parte da população recusa até os dias atuais os programas civilizatórios de esquerda. De acordo com Gramsci:

A América não tem grandes “tradições históricas e culturais”, mas tampouco está sobrecarregada por esta camada de chumbo: esta é uma das principais razões — certamente mais importante do que a assim dita riqueza natural — de sua formidável acumulação de capitais, apesar do superior teor de vida entre as classes populares em relação ao europeu. A inexistência destas sedimentações, pegajosamente parasitárias, legadas pelas fases históricas passadas, permitiu uma base sadia para a indústria e, especialmente para o comércio, e possibilita cada vez mais a redução da função econômica representada pelos transportes e pelo comércio a uma real atividade subordinada à produção, ou melhor, a tentativa de assimilar estas atividades à própria atividade produtiva (cf. os experimentos feitos por Ford e as economias realizadas pela sua empresa através da gestão direta do transporte e do comércio da mercadoria produzida, economias que influíram sobre os custos de produção, isto é, possibilitaram melhores salários e menores preços de venda). Como estas condições preliminares já existiam, racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de

<sup>722</sup> Ibidem, p. 9-10.

<sup>723</sup> Ibidem, p. 9-10.

<sup>724</sup> Ibidem, p. 9-10.

<sup>725</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 21.

<sup>726</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 22 (V): 1934: americanismo e fordismo*. Tradução de Lincoln Secco e Silvia de Bernardinis. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book (PDF). Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-14-5, p. 9-10.

base territorial) com a persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política) e conseguindo centrar toda a vida do país ao redor da produção. A hegemonia nasce da fábrica e precisa apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia. (Gramsci, 2024, C 22, p. 9-10).

O americanismo também determinou a necessidade de criar um “novo tipo de humano”<sup>727</sup>, adaptado ao novo “tipo de trabalho e de processo produtivo”<sup>728</sup>. Para Gramsci, esse processo, no entanto, ainda estava na “fase de adaptação psicofísica”<sup>729</sup>, como sugere o texto abaixo:

Na América a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo: até o atual momento, esta elaboração está apenas na fase inicial e por isto é (aparentemente) idílica. Está ainda na fase de adaptação psicofísica à nova estrutura industrial, buscada através dos altos salários; ainda não ocorreu (antes da crise de 1929), exceto esporadicamente, talvez, nenhum florescimento “superestrutural”, isto é, ainda não foi posta a questão fundamental da hegemonia. (Gramsci, 2024, C 22, p. 10).

Na Itália, iniciou-se aquilo que Gramsci chamou de “alarde fordista”<sup>730</sup>. Essa fanfarra fordista retratou a fantasia de transformar a Itália, mesmo com toda a sua atrasada composição demográfica, em potência industrial. Ainda assim, o “alarde fordista” iniciou-se com o fascismo italiano ao tentar fazer da Itália uma nação industrial moderna. Mas essa transformação deveria ser feita sem alterar as relações de classes já apontadas acima, isto é, deveria ser feita por meio de uma revolução passiva. Existia, assim, nas políticas iniciais do fascismo, o sonho de fazer da cidade de Milão a “grande Milão”<sup>731</sup>, ou seja, uma metrópole industrial moderna, adaptada para competir com as grandes cidades industriais estadunidenses, a exemplo de Chicago e Detroit. Segundo Gramsci, esse entusiasmo, todavia, durou pouco tempo. Ao contrário dos Estados Unidos, a Itália não possuía dinheiro suficiente para arcar com o fordismo. Como vimos nas análises sobre o imperialismo, a Itália ainda era uma nação fraca frente às grandes potências capitalistas ocidentais. Isso significa que a incipiente indústria italiana não podia pagar os altos salários e criar um mercado interno consumidor. Ou seja, ela não poderia criar, naquele momento, a nova hegemonia apenas por

---

<sup>727</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>728</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>729</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>730</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>731</sup> Ibidem, p. 11.

meio do consenso<sup>732</sup>.

Assim, após o “alarde fordista” a que Gramsci se refere, o fascismo na Itália retrocedeu e direcionou as políticas para o “ruralismo” e para a “exaltação do artesanato e do patriarcalismo idílico”<sup>733</sup>. O regime fascista passou a exaltar o artesanato. Se a Itália não podia ter a grande indústria fordista que tanto desejava, que o país voltasse as suas políticas para o mais seguro, isto é, para o já consolidado artesanato local. Isso comprova que a “fanfarra fordista” foi a modernização abortada inicialmente pelo fascismo na Itália. Contudo, o americanismo, sendo a nova fase do capitalismo, iria se impor dentro da Itália. Assim, diante da fraqueza econômica italiana, o corporativismo ofereceu uma saída rápida para as fracas elites italianas: ofereceu os “direitos profissionais”<sup>734</sup>, ou os títulos de Estado, para assegurar as posições ameaçadas pelo americanismo e pelo fordismo. Entretanto, essa proteção enfraqueceu ainda mais o capitalismo italiano à época, pois o fascismo não desenvolveu industrialmente a economia, mas protegeu a burguesia local por meio de uma blindagem jurídica. De acordo com Gramsci, na Itália:

[...] houve um início de alarde fordista (exaltação das grandes cidades, planejamentos urbanos para a grande Milão etc., a afirmação de que o capitalismo ainda se encontra na fase inicial e que é preciso preparar grandiosos quadros de desenvolvimento etc.; [...] em seguida ocorreu a conversão ao ruralismo e à depressão iluminista da cidade, a exaltação do artesanato e do patriarcalismo idílico, menções aos “direitos profissionais” e a uma luta contra a liberdade industrial. Contudo, embora o desenvolvimento seja lento e pleno de compreensíveis cautelas, não é possível afirmar que a parte conservadora, a parte que representa a velha cultura europeia com todas as suas sequelas parasitárias, não tenha antagonistas [...]. O livro de De Man também, à maneira dele, é uma expressão destes problemas que abalam o velho alicerce europeu, uma expressão sem grandeza e sem adesão a nenhuma das principais forças históricas que disputam entre si o mundo. (Gramsci, 2024, C 22, p. 11).

Chegamos, assim, a uma parte importante de *Americanismo e fordismo* (1934), a parte em que Gramsci investiga a real função do corporativismo. Primeiramente, é importante destacar que Gramsci inicia o capítulo intitulado *Autarquia financeira da indústria*, apontando o importante artigo escrito por Carlo Pagni<sup>735</sup>, intitulado *A proposito di un*

<sup>732</sup> BARATTA, Giorgio. Título do verbete. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). *Dicionário Gramsciano (1926–1937)*. Tradução de Ana Maria Chiarini et al. Revisão técnica de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 39–40.

<sup>733</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 22 (V): 1934: americanismo e fordismo*. Tradução de Lincoln Secco e Sílvia de Bernardinis. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book (PDF). Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-14-5, p. 11.

<sup>734</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>735</sup> Não há registros confiáveis sobre o nascimento e morte de Carlo Pagni.

*tentativo di teoria pura del corporativismo*<sup>736</sup>, publicado na *Riforme Sociale* em 1929. Através desse artigo, Gramsci conhece dois importantes livros intitulados *Economia e Corporativismo* (1929) e *Rendita e salario nello Stato Sindicale*<sup>737</sup> (1928), ambos de Nicola Massimo Fovel (1881–1944)<sup>738</sup>.

Estudando os escritos de Fovel, Gramsci considerou duas visões distintas sobre o corporativismo: a) a primeira, uma visão capitalista; b) a segunda, uma visão ligada à revolução passiva.

Analisemos cada uma.

A visão de Fovel era capitalista. Segundo ele, o corporativismo era um “bloco industrial-produtivo autônomo”<sup>739</sup>. Conforme Gramsci, contudo, o corporativismo de Fovel não passava de uma visão capitalista, destinada a resolver o problema econômico da Itália. Nesse sentido, o corporativismo era o instrumento responsável pela unificação dos diferentes interesses entre capitalistas e trabalhadores. Essa tese é falsa, pois ela anula a real luta de classes — interesses historicamente opostos. Além disso, essa tese defendia a luta contra os setores improdutivos da sociedade italiana. Assim sendo, Fovel defendia que o corporativismo usasse a sua força contra as classes parasitárias. Gramsci, todavia, discordou de Fovel, visto que essas modificações não passavam de uma revolução capitalista real alinhada ao americanismo, indo na contramão dos interesses das classes que sustentavam politicamente o fascismo<sup>740</sup>. Sob esse prisma, por mais que o fascismo tenha sido instrumentalizado pelo grande capital, a sua base de apoio ainda era a pequena e a média burguesia<sup>741</sup>. Assim, em momento algum o fascismo ousou acabar com essas classes plutocráticas. Conceituando as afirmações, cito Gramsci:

O que parece significativo da tese de Fovel, resumida por Pagni, é sua concepção da corporação como bloco industrial-produtivo autônomo, destinado a resolver em sentido moderno e acentuadamente capitalístico o problema de um ulterior desenvolvimento do aparelho econômico italiano, contra os elementos semifeudais e parasitários da sociedade que se apropriam de uma parcela demasiado grande da mais-valia, contra os assim ditos “produtores de poupança”. (Gramsci, 2024, C 22, p. 18-19).

<sup>736</sup>A propósito de uma tentativa de teoria pura do corporativismo (1929).

<sup>737</sup>Renda e salário no Estado Sindical (1928).

<sup>738</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 22 (V): 1934: americanismo e fordismo*. Tradução de Lincoln Secco e Silvia de Bernardinis. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book (PDF). Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-14-5, p. 17.

<sup>739</sup>Ibidem, p. 18.

<sup>740</sup>Ibidem, p. 19.

<sup>741</sup>GUÉRIN, Daniel. *Fascismo e grande capital*. Tradução de Lara Christina de Malimpensa. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2023, p. 35.

Caso o modelo corporativo defendido por Fovel fosse implementado, a “produção de poupança” seria:

[...] uma função interna (a mais barata) do próprio bloco produtivo, através de um desenvolvimento da produção a um custo decrescente para permitir, além de uma maior massa de mais-valia, maiores salários, com a consequência de um mercado interno mais capaz, de alguma poupança operária e de lucros mais elevados. De modo que seria possível assim, um ritmo mais acelerado de acumulação de capitais no próprio seio da empresa e não pela intermediação dos “produtores de poupança”, que na realidade são devoradores de mais-valia. (Gramsci, 2024, C 22, p. 19).

De acordo com Gramsci, o Estado corporativista praticado pelo regime fascista não foi uma nova etapa civilizatória. Sua função foi a de “polícia econômica”<sup>742</sup>, sendo também o instrumento de uma revolução passiva. O Estado corporativista salvou as elites italianas do colapso diante da crise de hegemonia. Assim, o Estado corporativista também não racionalizou a produção, como argumentou Fovel, mas protegeu a burguesia italiana da concorrência monopolista da nova fase do capitalismo ocidental. Diante disso, a “polícia econômica” realizou duas ações importantes: fechar os sindicatos trabalhistas<sup>743</sup> e proibir as

<sup>742</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 22 (V): 1934: americanismo e fordismo*. Tradução de Lincoln Secco e Silvia de Bernardinis. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book (PDF). Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-14-5, p. 19-20.

<sup>743</sup> NICODEMOS, Carlos Eduardo. *Risorgimento, americanismo e fascismo: o conceito de revolução passiva como categoria interpretativa da modernização no mundo da produção capitalista*. 2021. Dissertação (Mestrado em Filosofia) — Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Uberlândia, 2021. Orientadora: Ana Maria Said. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.6032>. Acesso em: 25 de janeiro. 2024. O fim do sindicalismo trabalhista na Itália foi impactado sobretudo após a aprovação da *Carta del Lavoro*, publicada em 1927: “A *Carta del Lavoro* (A Carta do Trabalho) foi o documento no qual o Partido Nacional Fascista (de Mussolini) apresentou as orientações que deveriam nortear as novas relações de trabalho impostas pelo regime. A *Carta del Lavoro* criou o Tribunal do Trabalho com o dever de considerar os interesses entre o capital e o trabalho, assim como eliminar os seus conflitos internos. A Carta foi publicada no jornal *Lavoro d'Italia* em 23 de abril de 1927, contendo no total de 30 teses. Dentre as 30 teses, destacam-se: Tese 2: “O trabalho, em todas as suas formas de organização e execução, intelectuais, técnicas, manuais, é um dever social. Por isso, e somente por isso, é tutelado pelo Estado. Do ponto de vista nacional, o conjunto da produção é unitário; os seus objetivos são unitários e se resumem no bem estar individual e no desenvolvimento do poder”; Tese 3: “A organização sindical ou profissional é livre. Mas, só o sindicato legalmente reconhecido e subordinado ao controle do Estado tem direito de representar legalmente toda a categoria dos empregadores ou dos trabalhadores, em virtude da qual é constituído; de defender seus interesses perante o Estado e as demais associações profissionais; de celebrar contratos coletivos de trabalho obrigatórios para todos os membros da categoria; de impor a eles contribuições e de exercer, com respeito aos mesmos, funções delegadas de interesse público”; Tese 5: “A magistratura do trabalho é o órgão pelo qual o Estado intervém para regular as controvérsias do trabalho, quer elas se refiram à observância dos pactos e de outras normas existentes, quer às determinações de novas condições de trabalho”; Tese 6: “As associações profissionais legalmente reconhecidas asseguram a igualdade jurídica entre os empregadores e os empregados, mantendo a disciplina da produção e do trabalho, promovendo o seu aperfeiçoamento. As corporações constituem a organização unitária das forças de produção, representando integralmente seus interesses. Devido a esta representação integral, sendo os interesses da produção, interesses nacionais, as corporações são reconhecidas por lei como órgãos do Estado. Como representantes dos interesses unitários da produção, as corporações podem ditar normas obrigatórias sobre a disciplina das relações de trabalho e também sobre a coordenação da produção, sempre que tenham sido devidamente autorizadas pelas associações coligadas”; Tese 19: “As infrações à disciplina e os atos que

greves operárias — como as realizadas nos Conselhos de fábrica. Essas ações se exercem primeiramente contra a classe operária:

“[...] o Estado fascista começa por criar as condições que permitem o achatamento dos salários: destruição dos sindicatos operários, supressão de suas extensões dentro da fábrica, abolição do direito de greve, anulação do contratos coletivos, restabelecimento do absolutismo patronal no âmbito da empresa. (GUÉRIN, 2023, p. 197).

Foram “realizações jurídicas”<sup>744</sup>. Vale enfatizar que o Estado corporativista defendia a coerção por meio da “polícia econômica” e a ideologia nacionalista para a obtenção do consenso na Itália. Na mesma direção, o Estado corporativista possibilitou à grande burguesia na Itália sair em sua defesa, contanto que não eliminasse as velhas classes plutocráticas. Ele manteve, assim, a velha estrutura econômica e política decrépita do país, em vez de limpá-la. Mesmo assim, o Estado corporativista foi o responsável por pequenas reformas estruturais, aplicando algumas técnicas industriais modernas à produção, bem superestruturais, como da intervenção do Estado fascista na organização trabalhista das massas, a exemplo do sindicalismo fascista. No entanto, a propriedade privada continuou a mesma: a modernização foi “pelo alto”, isto é, por meio de uma revolução passiva, pois evitou que as classes populares participassem ativamente da vida econômica e política naquele período. Segundo Gramsci:

As maiores deficiências de Fovel consistem em negligenciar a função econômica que o Estado sempre teve na Itália em razão da desconfiança dos poupadores para com os industriais, e de descuidar o fato de que a diretriz corporativa não teve origem nas exigências de uma transformação das condições técnicas da indústria e tampouco daquelas de uma nova política econômica, mas sim das exigências de uma polícia econômica, exigências que se agravaram com a crise de 1929 e que estão ainda em curso. Na realidade os trabalhadores qualificados italianos, tanto como indivíduos quanto como sindicatos, nem ativa nem passivamente, nunca se opuseram às inovações que tendem a uma redução dos custos, à racionalização do trabalho, à introdução de automatismos mais perfeitos e de mais perfeitas organizações técnicas do conjunto empresarial. (Gramsci, 2024, C 22, p. 19-20).

Como foi revelado acima, os trabalhadores italianos não foram contrários à modernização na produção. Eles, de fato, aceitaram as modernas máquinas e a base industrial

---

perturbem a atividade normal da empresa cometidos pelos empregados são punidos, conforme a gravidade da falta, com multa, com pena de suspensão, e nos casos mais graves, com a despedida imediata, sem indenização. Serão especificados os casos em que o empregador pode aplicar a multa, a suspensão, ou a despedida imediata sem indenização”. P. 83.

<sup>744</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 22 (V): 1934: americanismo e fordismo*. Tradução de Lincoln Secco e Silvia de Bernardinis. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book (PDF). Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-14-5, p. 20.

forte do americanismo. Todavia, foi a burguesia italiana que rejeitou essa modernização<sup>745</sup>. Os trabalhadores eram atuais e as elites, atrasadas. Diante disso, deve-se chegar à “[...] conclusão objetiva de que justamente os operários foram os portadores das novas e mais modernas exigências industriais, e que, de sua maneira, as afirmaram incansavelmente”<sup>746</sup>.

Assim, chegamos à conclusão mais importante a respeito do Estado corporativista. Ele poderia ser usado de modo progressista ou regressista. Para Gramsci, juridicamente, o Estado corporativista abriu passagem para o capitalismo moderno avançar na Itália por meio de “realizações jurídicas”<sup>747</sup>. Em linhas gerais, ele purificou o terreno jurídico, com o fim dos sindicatos trabalhistas e do direito de greve: uma das exigências do americanismo. Ainda assim, as classes parasitárias escolheram a forma regressista desse Estado corporativista. Nem a classe trabalhadora — outrora disputando a hegemonia econômica e política nos Conselhos de fábrica, posteriormente amordaçada pelo regime fascista — ousou ser a “porta-bandeira” dessa modernização<sup>748</sup>. Em virtude disso:

[...] o movimento corporativo existe e por alguns aspectos as realizações jurídicas que já ocorreram criaram as condições formais em que a transformação técnico-econômica pode ocorrer em grande escala, já que os operários não podem se opor a ela e nem podem lutar para se tornarem eles mesmos seus porta-bandeiras. (Gramsci, 2024, C 22, p. 20).

Em momentos de crise de hegemonia, as classes parasitárias procuraram garantias nos títulos oferecidos pelo Estado corporativista<sup>749</sup>. Nesse caso, o Estado corporativista atuou como mediador entre a poupança parasitária e a indústria. Em outras palavras, ele captou recursos através de pesados impostos, financiou o capital produtivo e preveniu a paralisação da produção e da acumulação, mas garantiu também, por meio dos títulos de Estado, um “juro módico, mas seguro”<sup>750</sup> para as classes parasitárias. Ainda assim, grande parte do capital monetário veio do próprio Estado corporativista. Desse modo, esse modelo de Estado tornou-se o garantidor do enrijecido capitalismo italiano, preservando os lucros para as elites e socializando os riscos ao conjunto da sociedade. Com isso, manteve-se a propriedade privada por meio da interferência do Estado corporativista, mesmo ela ameaçada pela profunda crise de hegemonia. Assim, diante dessa crise — catalisada pela crise do liberalismo que também

---

<sup>745</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>746</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>747</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>748</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>749</sup> Ibidem, p. 39.

<sup>750</sup> Ibidem, p. 39.

era a sua expressão —, o Estado corporativista reorganizou, por vias coercitivas, a hegemonia burguesa, protegendo as classes parasitárias prestes a desaparecer<sup>751</sup> e abrindo o caminho jurídico para a grande indústria, como observamos acima.

De acordo com Gramsci, o Estado corporativista precisa ser compreendido como uma fase específica da reorganização do capitalismo em um contexto de crise de hegemonia, jamais fora dele. Sendo assim, essa intervenção estatal não representou a superação da ordem burguesa em crise, mas a sua recomposição sob direção autoritária. Por isso, ele foi a expressão de uma revolução passiva. Portanto, essa forma de Estado é absolutamente capitalista, assumindo, assim, a função de coordenar a economia, oferecer títulos de Estado a preços baixos para as classes parasitárias fragilizadas viverem de juros, absorver as empresas em colapso, acabar com os movimentos trabalhistas e garantir às classes sem função social na produção uma sobrevida<sup>752</sup>. Esse foi o real acordo entre as elites italianas na constituição do Estado corporativista no processo de consolidação do fascismo na Itália — sendo esse Estado o verdadeiro Estado fascista. Toda essa relação se inscreve na lógica da revolução passiva, ou seja, na reorganização da estrutura e superestrutura do capital, evitando, com isso, uma ruptura revolucionária. Logo, o Estado corporativista constituiu o melhor mecanismo institucional e jurídico para a nova hegemonia capitalista em países de capitalismo atrasado, como no caso da Itália, nas primeiras décadas do século XX<sup>753</sup>. Além disso, ele estabilizou o consenso necessário à continuidade do sistema capitalista, em muitos casos, por via coercitiva, como já sabemos<sup>754</sup>. Assim, conceituando a afirmação acima, cito Gramsci:

A massa de poupadores busca desfazer-se completamente de todo tipo de ações, desvalorizadas de modo inaudito, prefere as obrigações às ações, mas prefere os títulos de Estado a qualquer outra forma de investimento. Pode-se dizer que a massa de poupadores quer romper qualquer vínculo direto com o conjunto do sistema capitalístico privado, mas não rejeita a confiança para com o Estado: quer participar da atividade econômica, mas através do Estado, que garanta um juro módico, mas seguro. O Estado torna-se assim investido de uma função de primeira importância no sistema capitalista, como empresa (holding estatal) que concentra a poupança disponibilizando-a para a indústria e a atividade privada, como investidor a médio e longo prazo (criação italiana de diversos Institutos, de Crédito mobiliário, de reconstrução industrial etc.; transformação do Banco Comercial, consolidação das Caixas de poupança, criação de novas formas na poupança postal etc.).(Gramsci, 2024, C 22, p. 39).

<sup>751</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 1 (XVI): 1929–1930: primeiro caderno*. Tradução de Rocco Lacorte, Alex Calheiros e Lucas Moura Vieira. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024, p. 155.

<sup>752</sup> Ibidem, p. 155.

<sup>753</sup> Ibidem, p. 154.

<sup>754</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 22 (V): 1934: americanismo e fordismo*. Tradução de Lincoln Secco e Silvia de Bernardinis. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book (PDF). Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-14-5, p. 39.

Os aspectos fundamentais relativos ao Estado corporativista são.

[...] 1) o regime corporativo é um regime inseparável da reação política completa, da destruição de todas as liberdades democráticas; 2) o regime corporativo corresponde a um grau avançado da economia e a uma forma com a qual o capitalismo financeiro busca reforçar suas posições na vida econômica do país; 3) a forma do Estado deve ser totalitária, de maneira a poder manter sob seu controle as amplas massas trabalhadoras; 4) as corporações são instrumentos para reprimir qualquer tentativa de nova luta das massas trabalhadoras; 5) as corporações são um instrumento para a propaganda ideológica da colaboração de classe; 6) embora se disfarce sob uma ideologia anticapitalista, as corporações representam a organização mais reacionária do regime capitalista.” (TOGLIATTI, 1978, p. 113).

Constatamos que o fordismo e a sua expressão hegemônica compreendida como americanismo, assim como o Estado corporativista, foram mudanças estruturais e superestruturais na nova fase do capitalismo monopolista e financeiro — todas assumiram formas de revoluções passivas. Elas representam, pois, transformações na *societas rerum* e na *societas hominum*. Como sabemos, algumas dessas mudanças ocorreram por meio do consenso; outras, pela coerção. Para entender cada uma delas, é necessário analisar materialmente a composição demográfica de cada nação e tudo que ela envolve. Por isso, é correto assegurar que as condições para o americanismo e para o fordismo na Itália se deram como mais uma causa precisa para o advento do fascismo<sup>755</sup>.

Modificar a *societas hominum* nunca foi tarefa fácil, independentemente do modo de produção que a exige. No caso capitalista, por exemplo, a coerção foi ainda mais violenta, no qual muitas pessoas se tornaram “subclasses”<sup>756</sup> quando não se adaptaram ao novo processo; assim como outras se tornaram “refratárias”<sup>757</sup>, pois resistiram e viram na crise a possibilidade de novas formas socioeconômicas — a exemplo dos Conselhos de fábrica. Até agora todas as mudanças:

[...] do modo de ser e de viver ocorreram pela coerção brutal, isto é, pelo domínio de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade: a seleção ou “educação” do homem apto aos novos tipos de civilização, isto é, às novas formas de produção e de trabalho, ocorreu empregando inauditas brutalidades, jogando para o inferno das subclasses os débeis e os refratários, ou eliminando-os completamente”. (Gramsci, 2024, C 22, p. 25).

Contudo, é importante afirmar que as mudanças nunca foram — ou são — naturais e

---

<sup>755</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>756</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>757</sup> Ibidem, p. 25.

voluntárias. Essa é, portanto, a lei de ferro da evolução social e econômica do capitalismo até aqui. As classes dominantes historicamente impuseram novos ritmos de trabalho, alinhadas a novas instruções morais e éticas. Em linhas gerais, exigiram uma adaptação psicofísica da classe trabalhadora<sup>758</sup>. No caso do fordismo, o ritmo de trabalho foi alinhado ao tempo de trabalho adaptado, conhecido como taylorismo<sup>759</sup>. Esse ritmo de trabalho ordenou gestos cada vez mais maquinais nos humanos, levando Gramsci a definir esse novo modelo de trabalhador, isto é, nos seres humanos, como “gorila amestrado”<sup>760</sup>. Ainda assim, nesse processo, muitas pessoas sucumbiram diante do peso da modificação imposta; muitas outras foram lançadas no inferno das subclasses. Para Gramsci, o objetivo era:

[...] desenvolver no trabalhador, ao máximo grau, as posturas maquinais e automáticas, quebrar o velho nexo psicofísico do trabalho profissional qualificado que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador e reduzir as operações produtivas ao único aspecto físico maquinal. Mas na realidade não se trata de novidades originais: trata-se apenas da fase mais recente de um longo processo que iniciou com o nascimento do próprio industrialismo, fase que é apenas mais intensa do que as precedentes e que se manifesta sob formas mais brutais, mas que também será superada através da criação de um novo nexo psicofísico de um tipo diferente dos precedentes e sem dúvida de um tipo superior. Inelutavelmente ocorrerá uma seleção forçada, uma parte da velha classe trabalhadora será eliminada sem piedade do mundo do trabalho e talvez do mundo *tout court*. [...] O industrial americano se preocupa em manter a continuidade da eficiência física do trabalhador, de sua eficiência muscular-nervosa. (Gramsci, 2024, C 22, p. 29-30).

Dessa forma, chega-se à conclusão que o americanismo e sua indústria racionalizada fordista precisaram desenvolver no trabalhador posturas cada vez mais maquinais e quebrar o velho “nexo psicofísico”<sup>761</sup>. Esse processo, no entanto, não pararia no fordismo, mas novas e mais modernas etapas produtivas imporiam às classes populares outras necessidades psicofísicas. Essas mudanças são reais na *societas hominum*. Seja o americanismo, o fordismo ou o fascismo, todos exigiram formas específicas de Estado. Isso significa que sempre o ator da modernização da vida nacional é o Estado, seja qual for a forma que ele assumir. No caso específico analisado, a sua forma é o Estado liberal (Estados Unidos) e o Estado corporativista fascista (Itália). Portanto, para Gramsci, *convém dizê-lo*: “[...] abertamente, isto é, que não se

<sup>758</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>759</sup> O taylorismo foi um modelo de administração científica criado no final do século XIX pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor (1856-1915). Sua intenção era padronizar os movimentos dos trabalhadores e a divisão técnica do trabalho, cuja função principal era aumentar a eficiência industrial.

<sup>760</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 22 (V): 1934: americanismo e fordismo*. Tradução de Lincoln Secco e Silvia de Bernardinis. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book (PDF). Título original: *Quadernidelcarcere*. ISBN 978-65-83079-14-5, p. 29-30.

<sup>761</sup> Ibidem, p. 29-30.

trata da realização de um processo efetivo, mas da constatação de um atraso que se quer superar a qualquer custo, e pagando o preço [...]”<sup>762</sup> para isso.

### 6.3 A história dos 45 cavaleiros húngaros: fascismo, cesarismo e autoritarismo político.

Escrever sobre o fascismo impõe várias cautelas metodológicas. Sendo assim, para Gramsci, o fascismo foi um fenômeno tipicamente italiano, nascido de diversas causas precisas — como as que vimos até aqui. Ademais, o que precisa ficar evidente a respeito desse regime político coercitivo é que ele foi o instrumento autoritário capaz de reorganizar as massas populares em torno de um programa político e ideológico — porque não econômico — em um momento de agravamento da crise de hegemonia em diversas partes da Europa. Com efeito, é essa manipulação das massas populares e de seus mecanismos superestruturais de classes que veremos a partir de agora.

No *Caderno do cárcere* 15 (1933), na seção 35, na nota intitulada *História dos 45 cavaleiros húngaros*, Gramsci relembra a narrativa contada pelo historiador italiano Ettore Ciccotti (1863–1939). Convém observar que a história nos descreve um evento na Guerra dos Trinta Anos (1618–1648), na época na região de Flandres, localizada nos Países Baixos Espanhóis; atualmente, corresponde ao norte da Bélgica. Nesse longo conflito territorial e religioso, esses 45 cavaleiros húngaros aproveitaram a situação de vulnerabilidade e tiranizaram a população desarmada e desunida pela extensa guerra. Na narrativa, esses 45 cavaleiros húngaros, apesar de serem poucos, dominaram a região por seis meses, aumentando ainda mais o sofrimento da população e criando novos ressentimentos<sup>763</sup>.

Gramsci utiliza a história dos 45 cavaleiros húngaros como metáfora para demonstrar a possibilidade real de um número maior de pessoas ser tiranizada por outro grupo, porém menor, desde que esse último grupo esteja unificado em torno de um projeto de classe bem delimitado. Assim, os 45 cavaleiros húngaros representam concretamente essa possibilidade em todas as épocas históricas, desde que a população em questão esteja dispersa politicamente, ou seja, afastada de um projeto de classe bem definido, sendo obrigada a sobreviver diariamente por meio do trabalho enfadonho e alienado — como nos

---

<sup>762</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 15 (II): 1933: miscelânea*. Tradução de Ivete Simionatto e Maria del Carmen Cortizo. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. Livro eletrônico (PDF). Título original: *QuadernidelCarcere*, p. 3.

<sup>763</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 15 (II): 1933: miscelânea*. Tradução de Ivete Simionatto e Maria del Carmen Cortizo. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024, p. 41-42.

corroborar a situação capitalista<sup>764</sup>. Esse exemplo é importante, pois ele serve tanto para demonstrar a debilidade da classe média dispersa na luta de classe, defendendo valores políticos e econômicos que não são os seus, isto é, não se reconhecendo como parte da classe trabalhadora, quanto para a classe trabalhadora que vive com um salário irrisório — a mais marginalizada — que, mesmo assim, está afastada de uma consciência de classe libertadora da sua situação<sup>765</sup>. Na realidade:

[...] é possível que surjam “45 cavaleiros húngaros” em toda ocasião onde não exista um sistema protetivo das populações inermes, dispersas, forçadas ao trabalho para viver e, portanto, não dispostas em todo momento a rechaçar os assaltos, as investidas, as depredações, os golpes de *mano* seguidos com certo espírito de sistema e com um mínimo de previsão “estratégica”. (GRAMSCI, 2024, C 15, p. 42).

Entretanto, Gramsci afirma que “[...] a quase todos lhes parece impossível que uma situação como esta dos “45 cavaleiros húngaros” nunca possa verificar-se: nesta “incredulidade” pode-se ver uma prova de inocência política”<sup>766</sup>.

Conforme se observa, portanto, essas “incredulidades”<sup>767</sup> e “inocência política”<sup>768</sup> a que Gramsci se refere abrem espaços — ou facilitam esses espaços — para a vulnerabilidade das classes populares se tornarem grupos ausentes de consciência de classe. Mas como isso ocorre, podemos nos perguntar. Tomemos a situação italiana como exemplo. Na Itália das primeiras décadas do século XX, as massas populares estavam dispersas, sobretudo, em povos meridionais subalternizados, afastados da direção política dos partidos socialistas e ausentes de qualquer visão de mundo que não fosse a visão de mundo da classe dominante. Para Gramsci, quando não se organiza a classe trabalhadora com responsabilidade, ela se dispersa em várias frentes políticas. Muitas dessas frentes políticas são cooptadas pela burocracia política dos partidos tradicionais burgueses, bem como pelos partidos gelatinosos ligados a interesses imediatos ou pelos líderes carismáticos e demagógicos. O resultado é sempre o mesmo: as massas populares se espalham em vários átomos sem vontade coletiva e orientação política. Em virtude disso, um grupo menor consegue orientar demagogicamente

<sup>764</sup>FRESU, Gianni. *Nas trincheiras do Ocidente: lições sobre fascismo e antifascismo*. Ponta Grossa: UEPG, 2017, p. 164.

<sup>765</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 15 (II): 1933: miscelânea*. Tradução de Ivete Simionatto e Maria del Carmen Cortizo. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024, p. 42.

<sup>766</sup>Ibidem, p. 42.

<sup>767</sup>Ibidem, p. 42.

<sup>768</sup>Ibidem, p. 42.

os grupos maiores e os funde em um bloco político compacto, reacionário e impenetrável<sup>769</sup>. Isso demonstra concretamente que os partidos de esquerda falharam na sua tarefa histórica de criar uma classe trabalhadora consciente da exploração burguesa. Diante disso, a metáfora dos 45 cavaleiros húngaros não é mera narrativa desprovida de significado. Por isso, esse robusto bloco reacionário ganha proeminência sociopolítica em momentos de crise de hegemonia, pois ele impede que as massas disfuncionais, uma vez direcionadas politicamente, se tornem classe dirigente eficiente<sup>770</sup>. Com efeito, no caso italiano, essas massas ausentes de vontade coletiva foram facilmente cooptadas e formaram o núcleo duro de sustentação do fascismo<sup>771</sup>. Segundo Gramsci, não se compreende que:

[...] em cada situação política a parte ativa é sempre uma minoria, e se esta, quando seguida pelas multidões, não organiza de forma estável este séquito, e é dispersa, por um fato qualquer propício à minoria adversária, e todo o aparato se desfaz e se forma um novo no qual as velhas multidões não contam nada e não podem mais mover-se e operar. Aquilo que se chamava “massa” foi pulverizado em tantos átomos sem vontade e orientação e se forma uma nova “massa”, ainda que de volume menor à primeira, porém, mais compacta e resistente, que tem a função de impedir que a primitiva massa se reformule e se torne eficiente. (GRAMSCI, 2024, C 15, p. 42).

De acordo com as ideias de Gramsci:

[...] o político realista, que conhece as dificuldades de organizar uma vontade coletiva não acredita facilmente que esta se reformule mecanicamente depois que se desintegre. O ideólogo, que como o cuco, coloca os ovos em um ninho já preparado e não sabe construir ninhos, pensa que as vontades coletivas sejam um dado de fato naturalista, que desabrocham e se desenvolvem por razões inerentes às coisas etc. (GRAMSCI, 2024, C 15, p. 42-43).

Depreende-se, portanto, que a força material de uma classe não se avalia exclusivamente pelo seu número, mas pela sua capacidade de organizar a vontade coletiva dos demais grupos que não consentem. Desse modo, o fascismo foi a expressão desse grupo que triunfou sobre o outro. Logo, na Itália, os 45 cavaleiros húngaros foram os esquadrões fascistas (*squadristi*) e o Partido Nacional Fascista (PNF). Ao lado deles estavam a pequena e a média burguesia rural e urbana italiana, apoiada pelo grande capital nacional e internacional. Cabe ressaltar que o fascismo na Itália foi a consequência política da incapacidade de a classe trabalhadora construir a sua própria capacidade de direção. Assim, a metáfora dos 45 cavaleiros húngaros serve como crítica àqueles que acreditam que as massas se deslocam por

<sup>769</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>770</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>771</sup> Ibidem, p. 42.

instinto ou por vontade coesa, sem a necessidade constante de organização e de um plano estratégico bem estruturado<sup>772</sup>. Para Gramsci, as classes subalternas não se reorganizam mecanicamente depois que se desintegram, e essa talvez seja a lição mais importante para os dias atuais. Diante disso, é correto afirmar que as ideias e as opiniões “[...] não “nascem” espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: elas tiveram um centro de irradiação e difusão, um grupo de homens ou até mesmo um homem isolado que as elaborou e as representou em forma política de atualidade”<sup>773</sup>.

Vejamos um exemplo: na democracia liberal, os partidos políticos ainda são a forma mais aceita de disputar a hegemonia. Porém, quando a crise de hegemonia se instala, aparecem com ela os movimentos que se apresentam como antipartidários. Contudo, o enfrentamento a esse charlatanismo não é tarefa fácil. De acordo com Gramsci, até mesmo os antipartidos são formas de organização política que expressam interesses de classe bem definidos. O fascismo italiano, todavia, recusou o sistema parlamentar liberal, embora tenha se utilizado das estruturas políticas e institucionais para alcançar o poder. Por isso, Gramsci argumenta que até mesmo os líderes carismáticos, que se apresentam à sociedade civil como antipartidários, continuam como representantes das elites socioeconômicas. Desse modo, esse exemplo nos demonstra a metáfora dos 45 cavaleiros húngaros, pois esses líderes carismáticos só ganham relevância em uma sociedade dividida em vários grupos ausentes de vontade coletiva<sup>774</sup>. Em razão disso, Gramsci postula:

Estabelecido o princípio de que existem dirigidos e dirigentes, governados e governantes, é verdade que os partidos são até agora o modo mais adequado de elaborar os dirigentes e a capacidade de direção (os “partidos” podem se apresentar sob os mais diversos, mesmo sob o nome de antipartido e de “negação dos partidos”; na realidade, mesmo os chamados “individualistas” são homens de partido, que bem gostariam de ser “chefes de partido”, pela graça de deus ou da imbecilidade dos que os seguem). (GRAMSCI, 2024, C 15, p. 8-9).

Haja vista a complexidade da questão, precisamos investigar a diferença entre as sociedades ocidentais e as sociedades orientais e como as classes se organizam no interior de cada uma delas.

---

<sup>772</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>773</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 9 (XIV): 1932 – miscelânea e notas sobre o Risorgimento italiano*. Tradução de Giovanni Semeraro, Leandro Galastri e Tatiana Oliveira. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book (PDF). p. 52.

<sup>774</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 15 (II): 1933: miscelânea*. Tradução de Ivete Simionatto e Maria del Carmen Cortizo. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024, p. 8-9.

No *Caderno do cárcere 7* (1930–1932), na seção 10, na nota intitulada *Estrutura e superestrutura*, Gramsci postula a diferença entre essas duas formas de sociedades, mostrando que, com o desenvolvimento da sociedade civil nas sociedades ocidentais, houve a “[...] passagem da guerra manobrada para a guerra de posição”<sup>775</sup>. Convém esclarecer, contudo, que a guerra manobrada é própria das sociedades orientais, ao passo que a guerra de posição ocorre nas sociedades ocidentais.

Sob essa perspectiva, a guerra manobrada se assemelha a uma situação real de guerra. Assim, a guerra manobrada abre um *vão* na defesa inimiga “[...] depois de ter destruído e feito o inimigo perder a confiança em si, nas suas forças e em seu futuro”<sup>776</sup>. Nessa direção, ela reorganiza rapidamente os lugares de comando, colocando as tropas vitoriosas nas posições antes ocupadas pelas forças vencidas. Em seguida, começa-se a criar a nova ideologia e a concentrá-la, substituindo a ideologia antiga. Em outras palavras, necessita-se construir nas massas outro conformismo social<sup>777</sup>. Todas essas medidas evitam a rearticulação das antigas forças na retomada do poder. Em contrapartida, essas ações são específicas das sociedades orientais, ou seja, em lugares onde a sociedade civil ainda não se encontra amplamente desenvolvida.

Apesar disso, a guerra de posição se alicerça em um sistema cultural e de fortificações, isto é, em todo um sistema institucional organizativo utilizado na reconquista das posições perdidas, em momentos de investidas dos adversários. Em vista disso, essa guerra de posição é particular das sociedades ocidentais, pois a sociedade civil já se encontra madura o suficiente para travar a luta de classes em vários espaços institucionais da superestrutura. Além desses espaços institucionais, ela se expande para os diversos aparelhos privados de hegemonia, a exemplo das rádios, dos canais de televisão, das escolas, dos partidos, das igrejas etc. Diante disso, romper com a ordem de classe estabelecida nas sociedades ocidentais é muito mais difícil, uma vez que os próprios mecanismos da superestrutura atuam ativamente para que isso não ocorra. E, em momentos de profunda crise orgânica, esses mecanismos tendem a aumentar. Assim sendo, a guerra de posição não é construída tão somente por verdadeiras trincheiras, como no assalto rápido da guerra de movimento, mas a partir de todo um sistema “[...] organizativo e industrial que está por trás do exército

---

<sup>775</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 7 (VII): 1930-1932: notas sobre filosofia II e miscelânea*. Tradução de Ana Maria Said; Marcos Aurélio da Silva. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. p. 13.

<sup>776</sup> Ibidem, p. 14.

<sup>777</sup> Ibidem, p. 14.

posicionado”<sup>778</sup>. Desse modo, a luta de classes nas sociedades ocidentais é muito mais intrincada do que se acredita.

Sendo assim, nas sociedades ocidentais, a estratégia de assalto e de avanço violento da guerra manobrada perde sentido; encontra-se em desuso. Insistir nessa tática é um erro grosseiro cometido pelas forças populares. Dessa maneira, a disputa pela hegemonia nos Estados capitalistas avançados civilmente e industrialmente precisa, antes de mais nada, priorizar a função estratégica de tomada de posição na sociedade civil. Isso significa disputar efetivamente a sociedade civil em toda a sua complexidade. A classe trabalhadora industrial italiana, à época dos Conselhos de fábrica, perdeu a luta pela hegemonia, porque não disputou a superestrutura em toda a sua dimensão. De fato, ela não compreendeu que a luta de classes no capitalismo avançado se dá na sociedade civil por meio de uma guerra de posição<sup>779</sup>.

Para Gramsci, nas sociedades ocidentais, a sociedade civil “[...] tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às irrupções catastróficas”<sup>780</sup>. Ela é o abrigo à prova de balas na guerra de posição. Sendo assim, toda tentativa de tomar os Estados capitalistas modernos, até mesmo em períodos de crises — sejam elas econômicas ou de hegemonia —, não representa um perigo imediato para a ordem estabelecida<sup>781</sup>. No Ocidente, a sociedade civil se encontra tão bem desenvolvida que ela rearticula os grupos atomizados e ausentes de vontade coletiva por meio de uma série de mecanismos — e o fascismo é um deles.

Vejamos mais um exemplo. Como sabemos, a Itália, na época de Gramsci, passava por uma grave crise econômica e de hegemonia e, mesmo assim, a nação não viu o fim do capitalismo, mesmo que todas as condições para isso estivessem dadas. Gramsci, todavia, afirma que as sociedades ocidentais resistem aos avanços revolucionários, uma vez que esses não se ocuparam de ganhar espaço nas “casamatas”<sup>782</sup> da sociedade civil. Por isso, é importante situar as sociedades ocidentais no interior de uma guerra de posição, e não fora dela.

É verdade que na Rússia czarista de 1917, a guerra manobrada deflagrada pelos bolcheviques saiu vitoriosa; porém, na Itália, ela fracassou. O fascismo representou essa sociedade civil ocidental desenvolvida e robusta, atuando, na prática, como representante

---

<sup>778</sup> Ibidem, p. 14.

<sup>779</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>780</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>781</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>782</sup> Ibidem, p. 22.

dessa guerra de posição<sup>783</sup>. Ocorre, portanto, que nas sociedades ocidentais, ainda mais em períodos de crises orgânicas, as modificações são moleculares, isto é, de tipo passivo, dentro da própria estrutura econômica<sup>784</sup>. Diante disso, retomamos o conceito de revolução passiva e a metáfora dos 45 cavaleiros húngaros, recordando que nas sociedades ocidentais as modificações são quase sempre pelo alto, direcionadas pelas minorias esclarecidas que atuam sobre toda a totalidade social dispersa e ausente de vontade coletiva. Trata-se, portanto, de “[...] estudar, com profundidade, quais são os elementos da sociedade civil que correspondem ao sistema de defesa na guerra de posição”<sup>785</sup>. A esse respeito, Gramsci registra em seus escritos:

Tal como um ataque furioso de artilharia contra as trincheiras adversárias que parecia ter destruído tudo, na realidade, havia destruído somente a superfície da defesa, e, no momento de avanço, os assaltantes encontravam-se de frente à uma defesa ainda eficaz, assim acontece na política durante as grandes crises econômicas: nem as tropas de assalto, pelo efeito da crise, organizam-se fulminantemente no tempo e no espaço, nem mais, nem menos, adquirem o espírito agressivo; como recíproca, os assaltados não se desmoralizam nem abandonam as defesas, mesmo entre os escombros, nem perdem a confiança na própria força e no próprio futuro. Não que as coisas continuem tais e quais; mas, as coisas não se desenrolam fulminantemente e com marcha progressiva definitiva como esperaria os estrategistas do cadornismo político. O último fato de tal gênero são os acontecimentos de 1917. Eles assinalaram uma reviravolta decisiva na história da arte e da ciência da política. (GRAMSCI, 2024, C 7, p. 15).

A diferença entre os conceitos de guerra de movimento e de guerra de posição refere-se ao modelo de sociedade em que são aplicados. A guerra de movimento é o ataque frontal, decisivo e rápido, tomando o poder do Estado de forma rápida. Não há tempo de as forças atacadas se organizarem e efetuarem uma ofensiva articulada. A guerra de posição, por sua vez, é a estratégia do desgaste prolongado, que não procura apenas o confronto direto e decisivo, mas também a conquista gradual da sociedade civil. De acordo com Gramsci, a guerra de posição se adequa às sociedades complexas, onde o poder é repartido em diversas instituições<sup>786</sup>. A crise de hegemonia italiana consolidou o fascismo como o principal representante dessa disputa pela sociedade civil. Para Gramsci, o fascismo ocupou as

<sup>783</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 1, p. 300.

<sup>784</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 7 (VII): 1930-1932: notas sobre filosofia II e miscelânea*. Tradução de Ana Maria Said; Marcos Aurélio da Silva. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. p. 15.

<sup>785</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>786</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 6 (VIII): 1930-1932: miscelânea*. Tradução de vários tradutores. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-00-8, p. 118.

“trincheiras”<sup>787</sup> e as “casamatas” da sociedade civil, não apenas por meio de uma ditadura imposta violentamente, mas a partir de uma vitoriosa guerra de posição. O fascismo edificou o consenso ideológico e desarticulou as forças revolucionárias, que pretendiam assumir o poder no país usando o elemento de uma guerra de movimento, pois elas não disputaram a sociedade civil em sua totalidade. Assim, o fascismo não foi apenas um regime que alcançou o poder pela violência, mas foi também o resultado desse processo gradual e calculado de tomada de posições na sociedade civil<sup>788</sup>. Segundo Gramsci, a guerra de posição:

[...] demanda enormes sacrifícios de extensas massas de população; por isso, é necessária uma concentração inaudita da hegemonia e, portanto, uma forma de governo mais “intervencionista”, que tome mais abertamente a ofensiva contra os opositores e organize permanentemente a “impossibilidade” de desagregação interna: controles de todo tipo, políticos, administrativos etc., fortalecimento das “posições” hegemônicas do grupo dominante etc. Tudo isto indica que se entrou em uma fase culminante da situação político-histórica, já que na política a “guerra de posição”, uma vez vencida, é definitivamente decisiva. (GRAMSCI, 2024, C 6, p. 118).

Em contrapartida, o conceito político relacionado à guerra de movimento refere-se à ideia de ações rápidas e estratégicas dentro do contexto político e:

[...] é própria de um período histórico em que não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos, e a sociedade ainda estava sob muitos aspectos, por assim dizer, no estado de fluidez: maior atraso do campo e monopólio quase completo da eficiência político-estatal [...]. No período posterior a 1870, com a expansão colonial europeia, todas as questões elementares mudam, as relações organizativas internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e massivas e a fórmula da revolução permanente, própria de 1848, é elaborada e superada na ciência política na fórmula da “hegemonia civil”. Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara minuciosamente e tecnicamente no tempo de paz. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais seja como um complexo de associações na vida civil, constituem para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes do fronte na guerra de posições: fazem com que seja “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra etc. (GRAMSCI, 2024, C 13, p. 14).

No *Cadernos do cárcere* 7 (1930–1932), porém, na seção 16, na nota intitulada *Guerra de posição e guerra manobrada ou frontal*, Gramsci escreve que as condições gerais-econômicas de uma nação “[...] em que os quadros da vida nacional são

<sup>787</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 13 (XXX): 1932–1934: notas sobre a política de Maquiavel*. Tradução de Anita Schlesener; Maria Socorro Militão. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-02-2, p. 14

<sup>788</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 6 (VIII): 1930–1932: miscelânea*. Tradução de vários tradutores. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-00-8, p. 118.

embrionários e soltos, e não podem tornar-se trincheiras ou fortalezas”<sup>789</sup> na sociedade civil, qualificam, assim, a ausência de uma guerra de posição.

No Ocidente, mesmo os exércitos ou as forças contrárias à ordem estabelecida tomando pontos estratégicos do governo ou da economia, na sociedade civil haveria resistência. Essa oposição dificultaria a tomada efetiva do poder, pois faltam às forças de oposição, ainda hoje, a direção intelectual e moral sobre todas as classes dominadas. Em razão disso, os exércitos “[...] podiam acumular quantidades inumeráveis de munições, onde os quadros sociais, eles próprios, ainda eram capazes de tornar-se trincheiras munições”<sup>790</sup>. Esse fato explica a força que a ideologia dominante exerce sobre as classes dominadas ocidentais. As classes dominadas ocidentais são forjadas no consumo de massas, nas diversas mídias hegemônicas nacionais e internacionais, nas escolas, cujo todo material é pré-elaborado de acordo com os interesses da continuidade do capital e nas igrejas, que ainda hoje desempenham um papel muito importante de intelectual orgânico da ordem estabelecida. Isso demonstra que a luta de classes no capitalismo avançado e nas sociedades ocidentais é travada sobremaneira na sociedade civil. Por esse motivo, Gramsci afirma que:

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente, entre Estado e sociedade civil havia uma relação justa e, no abalo do Estado, poder-se-ia ver, imediatamente, uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era somente uma trincheira avançada, atrás da qual estava uma robusta rede de fortalezas e casamatas; mais ou menos, de Estado a Estado, compreende-se, mas isso exigia, certamente, um reconhecimento acurado de caráter nacional. (GRAMSCI, 2024, C 7, p. 15).

Nas sociedades ocidentais, a formação hegemônica avançou muito mais do que nas sociedades orientais. Mesmo assim, a formação de uma hegemonia de classe é um processo demorado. Segundo Gramsci, o primeiro momento da formação hegemônica, ou seja, o “mais elementar”, é o econômico-corporativo<sup>791</sup> — interesses não universais. Nessa fase, a união de interesses é meramente grupal. Gramsci utiliza os exemplos do comerciante e do fabricante. Vejamo-los. Suponhamos que exista um comerciante de cadeiras em uma região específica do bairro, da cidade ou do município; este, sem ser incomodado em seus negócios,

<sup>789</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 7 (VII): 1930-1932: notas sobre filosofia II e miscelânea*. Tradução de Ana Maria Said; Marcos Aurélio da Silva. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. p. 21.

<sup>790</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>791</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 4 (XIII): 1930-1932: notas sobre filosofia: miscelânea: o canto décimo do inferno*. Tradução de Rita Coitinho; Marcos Aurélio da Silva. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book (PDF), p. 56.

sente-se solidário com o outro comerciante de cadeiras. Não existe uma rivalidade aberta entre eles. Isso muda, porém, quando o comerciante de cadeiras é confrontado com os interesses do fabricante de sapatos. Um não vê interesses semelhantes aos do outro. Isso significa que ele não se sente solidário com esse fabricante de sapatos e não se sente parte desse grupo. Para o comerciante, o único vínculo se dá com outro comerciante, pois apenas o outro sabe das suas dificuldades. De acordo com Gramsci, essa unidade é meramente de grupo, mas ainda não é social. Assim, a hegemonia se encontra em fase inicial de formação<sup>792</sup>.

O segundo momento para o desenvolvimento da hegemonia de uma classe é aquele em que se atinge a consciência solidária de interesses entre membros de grupos diferentes, mas ainda no campo puramente econômico-corporativo<sup>793</sup>. Assim, o comerciante de cadeiras e o fabricante de sapatos passam a se apoiar. Nessa fase um pouco mais avançada, coloca-se a questão do Estado, mas ainda no ambiente da igualdade política embrionária, que reivindica apenas o direito de participar ativamente da administração pública e de modificar as leis visando aprimorar apenas seus negócios ainda grupais<sup>794</sup>.

O terceiro momento é o mais importante, pois é nesse período que se chega à consciência dos próprios interesses de classes, e não mais de grupos. Nesse estágio, superam-se os dois momentos anteriores e passa-se à fase genuinamente política. Gramsci assinala que é nessa etapa que ocorre a expansão das superestruturas e o fortalecimento da sociedade civil nas sociedades ocidentais. Nesse momento histórico, portanto, as antigas ideologias entram em confronto com as novas ideologias, até a ocasião em que apenas uma delas prevaleça e se difunda sobre toda a sociedade<sup>795</sup>.

Nesse contexto, o Estado é concebido como organismo particular de classe, elaborando o terreno favorável à expansão dessa classe. De tal modo, os diversos grupos dirigentes se fundem em uma única classe dominante e dirigente. Nesse momento, para manter os interesses dessa classe coesos, o Estado assume várias formas particulares, a depender da situação em questão. Ele pode assumir a configuração de Estado liberal, de Estado ditatorial ou de Estado corporativo fascista. São todas formas estatais das sociedades ocidentais e da luta de classes como guerra de posição. Seus contornos, entretanto, são desenhados em presença das necessidades históricas. Nesse estágio, a expansão da hegemonia é vendida como universal, isto é, como a única possibilidade possível para toda sociedade.

---

<sup>792</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>793</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>794</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>795</sup> Ibidem, p. 56-57.

Assim sendo, durante algum tempo indeterminado, essa hegemonia parece expandir-se em uma relação de equilíbrio estável: o consenso sobrepõe-se à coerção e as demais classes a aceitam na medida em que a amplia<sup>796</sup>.

Em resumo, os três momentos da formação hegemônica são: a) a fase econômico-corporativa, alinhada aos interesses de grupos específicos; b) a etapa da solidariedade entre os diversos grupos dirigentes, ainda que no terreno meramente econômico; c) a fusão desses grupos em classe e o avanço da luta de classes nas esferas da superestrutura. Nessa última configuração, a hegemonia se solidifica e passa a ser difundida nas diversas áreas da superestrutura. Forma-se, assim, o bloco histórico e o alicerce sobre o qual a sociedade se organiza.

Segundo Gramsci, uma classe “[...] é dominante em dois modos, isto é, é ‘dirigente’ e ‘dominante’. É dirigente das classes aliadas, é dominante das classes adversárias”<sup>797</sup>. Diante disso, continua Gramsci, uma “[...] classe já antes de ir ao poder pode ser ‘dirigente’ (e deve sê-lo): quando exerce o poder, torna-se dominante, mas continua a ser dirigente”<sup>798</sup>. Essa relação é a obra-prima da hegemonia de uma classe: dirigir as outras classes antes mesmo de as dominar. Por isso, as classes subalternas não aceitam a exploração capitalista pela força das armas — mesmo não negando o seu uso —, mas aceitam passivamente, pois concordam consensualmente com a exploração imposta. Diante disso, o “exercício ‘normal’ da hegemonia”<sup>799</sup> é assinalado por uma combinação da “força e do consenso que se compensam”<sup>800</sup>, sem que a força predomine “[...] muito sobre o consentimento, mas antes pareça apoiada pelo consenso da maioria, expresso pelos órgãos chamados órgãos de opinião pública (os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados)”<sup>801</sup>. Na Itália, todavia, no período do pós-guerra:

[...] o aparelho hegemônico racha e o exercício da hegemonia torna-se cada vez mais difícil e incerto. O fenômeno é apresentado e tratado com vários nomes e sob vários aspectos. Os mais comuns são: “crise do princípio de autoridade” — “dissolução do regime parlamentar”. Naturalmente, descrevem-se do fenômeno apenas as manifestações centrais, no campo parlamentar e governativo, e são explicadas pela falência do “princípio” parlamentar, do “princípio” democrático etc., não, porém, do “princípio” de autoridade (esta falência é proclamada por outros). Praticamente, esta

<sup>796</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>797</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 1 (XVI): 1929–1930: primeiro caderno*. Tradução de Rocco Lacorte; Alex Calheiros; Lucas Moura Vieira. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-05-3, p. 52.

<sup>798</sup> Ibidem, p. 52.

<sup>799</sup> Ibidem, p. 77.

<sup>800</sup> Ibidem, p. 77.

<sup>801</sup> Ibidem, p. 77.

crise se manifesta na sempre crescente dificuldade de formar governos e na sempre crescente instabilidade dos próprios governos e tem sua origem imediata na multiplicação dos partidos parlamentares e nas crises internas [permanentes] de cada um destes partidos (ou seja, ocorre dentro de cada partido o que se verifica em todo o parlamento: dificuldade de governo). (GRAMSCI, 2024, C 1, p. 77-78).

Quando a função de consenso se esgota, segue-se a coerção, cada vez menos disfarçada. Por esse motivo, Gramsci faz a seguinte observação:

Este fenômeno se verifica “espontaneamente” nos períodos em que aquela determinada classe é realmente progressiva, isto é, faz avançar toda a sociedade, satisfazendo não só suas exigências vitais, mas ampliando continuamente os próprios quadros para uma contínua ocupação de novas esferas de atividade industrial-produtiva. Quando a classe dominante tem esgotado sua função, o bloco ideológico tende a fragmentar-se e, então, à “espontaneidade” se segue a “coerção” sob formas cada vez menos disfarçadas e indiretas, até as medidas propriamente policiais e aos golpes de Estado. (GRAMSCI, 2024, C 1, p. 53).

Dessa forma, a repressão estatal garante “legalmente” a disciplina daqueles grupos que não “consentem”<sup>802</sup> “[...] nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, quando o consentimento espontâneo falha”<sup>803</sup>.

Aqui se revela a tese da pesquisa: os aspectos da crise moderna, que também se denomina como “onda de moralismo”<sup>804</sup>, estão vinculados ao que Gramsci conceituou como “crise de autoridade”<sup>805</sup> ou crise de hegemonia. O que os intelectuais tradicionais burgueses chamam de “moralismo” nada mais é do que o próprio sistema capitalista em crise. Segundo Gramsci, se as classes dominantes perderam o consenso das classes dominadas, restando-lhes apenas a dominação direta, isto é, a pura força coercitiva, isso significa que as massas subalternas se afastaram das ideologias das classes tradicionais. Isso revela, portanto, que elas não acreditam mais no sistema de ideias que antes acreditavam passivamente. A crise catastrófica consiste propriamente “[...] no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: nesse interregno ocorrem os fenômenos morbosos mais variados”<sup>806</sup>. Assim, nesse não

<sup>802</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 12 (XXIX): 1932: apontamentos e notas esparsas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*. Tradução de Maria Margarida Machado. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book (PDF). ISBN 978-65-83079-26-8, p. 9.

<sup>803</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>804</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 3 (XX): 1930: miscelânea*. Tradução de Ivete Simionatto; Maria del Carmen Cortizo; Giovanni Semeraro. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-06-0, p. 35.

<sup>805</sup> Ibidem, p. 35.

<sup>806</sup> Ibidem, p. 35.

nascer das novas ideologias e nesse não morrer das velhas ideologias, surgem os líderes carismáticos regressivos capazes de tudo para assegurar a velha ordem social e econômica.

Em alguns grupos das classes populares, ao se desprenderem das ideologias tradicionais, surgem, com eles, alguns movimentos “espontâneos”<sup>807</sup>. Os partidos políticos realmente ligados às classes subalternas não podem “negligenciar ou desprezar” esses movimentos, ou seja, renunciar a “[...] dar-lhes uma direção consciente, a elevá-los a um patamar superior, inserindo-os na política”<sup>808</sup>. Para Gramsci, acontece quase sempre que simultaneamente a um “[...] movimento espontâneo das classes subalternas venha a surgir um movimento reacionário da direita da classe dominante”<sup>809</sup>. Uma crise “[...] econômica, por exemplo, determina descontentamento nas classes subalternas e movimentos espontâneos de massa de um lado, e de outro lado determina complôs de grupos reacionários”<sup>810</sup> que aproveitam “[...] do enfraquecimento objetivo do governo para tentar golpes de Estado”<sup>811</sup>. Por isso, os movimento espontâneos precisam de direção de classe. Sendo assim, as causas eficientes “[...] destes golpes de Estado deve ser posta a renúncia dos grupos responsáveis a dar uma direção consciente aos movimentos espontâneos e, portanto, a torná-los um fator político positivo”<sup>812</sup>.

Para responder a essas questões, precisamos investigar cautelosamente o *Caderno do cárcere* 13 (1932–1934): *Notas sobre a política de Maquiavel*. A obra apresenta os conceitos de partido político, moderno príncipe, cesarismos, hegemonia e crise de hegemonia, direção política, Estado ampliado, bloco histórico, revolução passiva e fascismo. Embora muitos deles já tenham sido expostos, precisamos retomá-los para concluir a nossa investigação sobre crise, crise de hegemonia e fascismo.

Gramsci inicia o *Caderno do cárcere* 13 (1932–1934) relembrando *O Príncipe* (1532), de Nicolau Maquiavel (1469–1527). Mas por que Maquiavel é importante para Gramsci? Porque Maquiavel é o símbolo de intelectual orgânico ligado a uma vontade coletiva nacional e popular. Sendo o fundador da ciência política moderna, ele compreendeu os fatos reais de seu tempo, sendo o portador de uma nova hegemonia para a Itália dividida, além de entender como se dá a direção política e a manutenção dela.

---

<sup>807</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>808</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>809</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>810</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>811</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>812</sup> Ibidem, p. 57-58.

A obra *O Príncipe* (1532) não é um tratado sistemático, mas um livro “vivo”, no qual a ideologia política e a ciência política se fundem “[...] na forma dramática do mito”<sup>813</sup>. Portanto, o “mito” é um “símbolo” e se refere à figura do príncipe ou do Moderno Príncipe, sendo eles os *condottieri* da vontade coletiva nacional-popular. Desse modo, *O Príncipe* (1532) não deve ser entendido como “tratado escolástico” ou como “utopia” política, mas deve ser apreendido como a obra que investigou as ideologias e as políticas de seu tempo. Diante disso, a figura do príncipe se personifica na forma do guia, do líder, isto é, do *condottiero*, que nada mais é que o condutor da vontade coletiva. Isso indica que a classe trabalhadora — se devidamente conduzida — não é (ou não deve ser) influenciada pelas forças demagógicas, a exemplo dos 45 cavaleiros húngaros. Ainda assim, o processo de formação de uma “[...] determinada vontade coletiva, para um determinado fim político, é representado não através de investigações e classificações”<sup>814</sup> abstratas, mas a partir de deveres e necessidades concretas de cada época. Em razão disso, o príncipe a que Maquiavel se refere é Lourenço II de Médici (1492–1519)<sup>815</sup>, para Maquiavel, aquele possível de libertar a Itália das forças estrangeiras; já na época de Gramsci, o *condottiero* é o Partido Político, ou seja, o Moderno Príncipe, sendo ele o responsável por organizar as várias frações da classe trabalhadora contra as forças do capitalismo. Por isso, em cada época histórica se deve convocar o “*condottiero* real”<sup>816</sup> analisando as condições materiais de cada momento.

Vejamos um exemplo desse “*condottiero* real”. Segundo Gramsci, nas relações capitalistas, o Moderno Príncipe não deve ser uma “fria utopia”, como se apresenta no “mito soreliano”<sup>817</sup>. Gramsci critica o “mito soreliano” de George Sorel<sup>818</sup> (1847–1922), pois esse símbolo representa as forças reformistas da sociedade burguesa. Ele não organiza as massas populares concretamente. De acordo com Gramsci, o “mito soreliano” demonstra como a ação de grupos da classe trabalhadora pode ser instrumentalizada pelas forças reacionárias ligadas à elite capitalista. Sorel defendeu, portanto, a ação grevista, mas não endossou a construção de uma hegemonia popular e ligada à classe trabalhadora. Mas qual a debilidade desse “mito soreliano”? Segundo Gramsci, o “mito príncipe” não deve atuar instintivamente, mas como

<sup>813</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 13 (XXX): 1932–1934: notas sobre a política de Maquiavel*. Tradução de Anita Schlesener; Maria Socorro Militão. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-02-2, p. 3.

<sup>814</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>815</sup> Lourenço II de Médici foi governante de Florença e duque de Urbino de 1513 até 1519.

<sup>816</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 13 (XXX): 1932–1934: notas sobre a política de Maquiavel*. Tradução de Anita Schlesener; Maria Socorro Militão. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-02-2, p. 3.

<sup>817</sup> Ibidem, p. 3-4.

<sup>818</sup> Georges Eugène Sorel (1847–1922) foi um pensador francês ligado ao sindicalismo.

ação concreta, ética e organizada<sup>819</sup>. Ele necessita, pois, construir uma hegemonia que seja da classe trabalhadora, não por meio de abstrações, mas como “fantasia” que se transforme em força material concreta<sup>820</sup>.

Ao contrário da greve reformista e sindicalista defendida por Sorel, Gramsci propôs a construção de outra concepção de mundo, ou seja, um novo bloco histórico, ligado a uma reforma intelectual e moral e dirigido eticamente pelo Moderno Príncipe. Após as derrotas trabalhistas — principalmente nos Conselhos de fábrica —, Gramsci sabia que esses movimentos poderiam ser usados pelas forças regressistas das elites capitalistas. Em razão disso, o Moderno Príncipe deveria e, ainda deve, atuar sobre o povo disperso e pulverizado de consciência de classe, dando-lhes a direção correta, antes que esses movimentos fossem cooptados por políticas transformistas ligadas às elites dominantes. Gramsci defende, portanto, que essas agitações sejam conduzidas pelo Moderno Príncipe, pois esse “mito príncipe” é a expressão do povo, que veio do povo e se “confunde com o povo”<sup>821</sup>. Em razão disso, o Moderno Príncipe precisa ser o responsável por administrar a construção de uma *nuova civiltà*<sup>822</sup>. Para Gramsci:

Pode-se estudar como Sorel, que partindo da concepção da ideologia-mito, não atingiu a compreensão do partido político, mas se deteve na concepção do sindicato profissional. É verdade que, para Sorel, o “mito” não encontrava sua expressão maior no sindicato, como organização de uma vontade coletiva, mas na ação prática do sindicato e de uma vontade coletiva já operante, ação prática cuja máxima realização deveria ser a greve geral, isto é, uma “atividade passiva”, por assim dizer, isto é, de caráter negativo e preliminar (o caráter positivo é dado apenas pelo acordo alcançado nas vontades associadas) de uma atividade que não prevê uma fase própria “ativa e construtiva”. (GRAMSCI, 2024, C 13, p. 4-5).

Assim, o “mito soreliano” não é construtivo, mas o instrumento político reformista que deixa a vontade coletiva “[...] na sua fase primitiva e elementar”<sup>823</sup>. Mesmo assim, essa vontade coletiva “primitiva e elementar” não deixa de existir, de atuar na sociedade e de apoiar projetos e grupos diversos. Por isso, o “mito soreliano” se confunde ao proteger as greves afastadas de uma reforma intelectual e moral, ou seja, de construir uma nova

<sup>819</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 13 (XXX): 1932–1934: notas sobre a política de Maquiavel*. Tradução de Anita Schlesener; Maria Socorro Militão. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-02-2, p. 3-4

<sup>820</sup> Ibidem, p. 3-4.

<sup>821</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>822</sup> Nova Civilização.

<sup>823</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 13 (XXX): 1932–1934: notas sobre a política de Maquiavel*. Tradução de Anita Schlesener; Maria Socorro Militão. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-02-2, p. 5.

hegemonia. De acordo com Gramsci, em momentos de instabilidade social, a classe trabalhadora tende a se dissipar em diversos estratos sem expressão política concreta. Assim, não pode existir “[...] destruição, negação, sem uma implícita construção, afirmação, e não em sentido ‘metafísico’, mas praticamente, isto é, politicamente, como programa de partido”<sup>824</sup>. Gramsci afirma que a destruição e a construção precisam ser orgânicas e ser edificadas pelo Moderno Príncipe. Em contrapartida, o “mito soreliano” não propõe nenhuma dessas duas coisas, mas apenas reformas dentro da mesma estrutura econômica do capitalismo. Nesses momentos, diversos grupos subalternos se dispersam e, quase sempre, são reunidos pelas forças partidárias, midiáticas e intelectuais da classe dominante. A situação se agrava em momentos de crise de hegemonia, pois essas formas aglutinadoras não são — ou podem deixar de ser —, democráticas, e passam a ser radicais, como podemos constatar nas experiências do fascismo na Itália.

Assim, o Moderno Príncipe, o “[...] mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo”<sup>825</sup>; um elemento “[...] complexo de sociedade no qual já tem início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada na ação”<sup>826</sup>. Em Maquiavel, o príncipe era uma pessoa real, a única responsável por unificar o povo disperso e fundar um novo Estado soberano; em Gramsci, todavia, o Moderno Príncipe não pode mais ser uma pessoa real, mas um organismo coletivo capaz de fundar uma *nuovaciviltà*, isto é, uma nova hegemonia. Dessa forma, isso revela a característica complexa e coletiva da sociedade civil ocidental. Logo, o Moderno Príncipe, já está “[...] dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais”<sup>827</sup>.

Nesse sentido, nas sociedades ocidentais, o Estado é uma superestrutura complexa e burocrática, e as disputas políticas são de longa duração. Como vimos, a luta de classes no capitalismo avançado é travada pelo embate cultural, ideológico e consensual. Desse modo, as transformações não dependem exclusivamente de golpes de Estado individuais, mas da acirrada disputa da sociedade civil em transformação. No entanto, Gramsci reconhece que, em momentos decisivos, isto é, de equilíbrio catastrófico, um “[...] procedimento rápido e fulminante”<sup>828</sup> se revela, concentrando a vontade coletiva dispersa em torno de uma figura

---

<sup>824</sup> Ibidem, p. 5.

<sup>825</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>826</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>827</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>828</sup> Ibidem, p. 6.

concreta e viva<sup>829</sup>. Nesse momento, a vontade coletiva dissipada se reúne em volta desse indivíduo demagógico. Ele se vende às massas populares como o herói, o chefe ou o mito escolhido por alguma força divina. As massas o seguem. Porém, esse líder carismático não é o criador de algo novo, mas o conservador da realidade morta, impedindo que a nova nasça.

Historicamente, Mussolini foi o arquétipo máximo dessa imagem de herói, de mito ou de líder. Não é à toa que, na Itália fascista, ele foi reverenciado pelos seus asseclas como *Il Duce*— o líder, o guia. Após a Primeira Guerra Mundial (1914–1918), a Itália conviveu com o alto índice de desemprego, com a degradação da política tradicional, com a inflação descontrolada, com o descrédito nas instituições liberais. Em contrapartida, Mussolini se ofereceu como esse homem astuto e deífico. Assim, ele foi a ação “rápida e fulminante”<sup>830</sup> apropriada para solucionar a crise de hegemonia. Em razão disso, as classes populares sem direção se reuniram ao redor desse líder falacioso, porém real e concreto. No mundo moderno, só uma ação histórico-política:

[...] imediata e iminente, caracterizada pela necessidade de um procedimento rápido e fulminante, pode encarnar-se miticamente em um indivíduo concreto: a rapidez só pode tornar-se necessária diante de um grande perigo iminente, grande perigo que cria, de modo fulminante, o fogo das paixões e do fanatismo, aniquilando o senso crítico e a corrosividade irônica que podem destruir o caráter “carismático” do *condottiero*. (GRAMSCI, 2024, C 13, p. 6).

Porém, uma ação imediata “[...] não pode ser ampla e de caráter orgânico: será sempre de tipo restauração, e não do tipo peculiar à fundação de novos Estados e novas estruturas nacionais e sociais”<sup>831</sup>.

Gramsci pontua que, quando a classe dominante precisa assumir um protagonismo “defensivo”, isso significa que a expansão “criativa” da hegemonia se esgotou. Sua direção tornou-se “enfraquecida” e “dispersa”<sup>832</sup>. Assim, esse caráter “defensivo” revela que a ideologia dominante perdeu coerência e que é preciso reorganizá-la, ou até mesmo fortalecê-la. Gramsci assegura que o empreendimento:

[...] será de tipo “defensivo” e não criativo original, isto é, no qual se supõe que uma vontade coletiva já existente tenha se enfraquecido, dispersado, tenha sofrido um colapso perigoso e ameaçador, mas não decisivo e catastrófico, sendo necessário redirecioná-la e fortalecê-la. (GRAMSCI, 2024, C 13, p. 6).

---

<sup>829</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>830</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>831</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>832</sup> Ibidem, p. 6.

Ainda no *Caderno do Cárcere 13* (1932–1934), na nota 17, intitulada *Análises das situações: relações de força*, Gramsci retoma o pensamento de Marx, expresso no *Prefácio* de 1859<sup>833</sup>, referente à obra *Contribuição à crítica da economia política* (1859). Nas palavras de Gramsci, é preciso mover-se no âmbito de dois princípios fundamentais:

[...] 1) o de que nenhuma sociedade se põe a tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações. (GRAMSCI, 2024, C 13, p. 26).

Essa análise, portanto, corrobora o problema da hegemonia e como ela se conecta ao conceito de fascismo como revolução passiva na Itália. É digno de nota que, quando Gramsci retoma a afirmação de Marx, enfatizando que “[...] nenhuma sociedade se dissolve nem pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações”<sup>834</sup>, ele está descrevendo que a característica essencial da hegemonia é o consenso encorajado de coerção. Como eles se relacionam entre si? Para Gramsci, hegemonia é a dominação e a direção consentida, porém protegida pela força. A título de exemplo, as sociedades se desenvolvem até certo momento consensualmente; no entanto, quando esse consenso se “enfraquece” ou se “dissipa”, ainda assim a classe detentora da hegemonia tende a não desaparecer, pois ela ainda não utilizou “[...] todas as formas de vida implícitas em suas relações”<sup>835</sup>. Segundo Gramsci, isso significa empregar a força em situações tidas como “necessárias”. Na circunstância italiana, o fascismo foi o expoente dessa relação: ele atuou como revolução passiva, ou seja, agiu de cima para baixo, assegurando as relações sociais burguesas, resguardadas tanto pelo consenso quanto pela coerção.

No estudo dessas duas sociedades, devem-se distinguir também dois movimentos distintos: os movimentos “orgânicos”<sup>836</sup> e os movimentos de “conjunturas”<sup>837</sup>. Por conseguinte, os movimentos “orgânicos” são agitações de superação de uma hegemonia por outra; em contrapartida, os movimentos de “conjuntura” são direções restaurativas, eventuais

<sup>833</sup>MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 2021. “Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade”. (P. 6).

<sup>834</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 13 (XXX): 1932–1934: notas sobre a política de Maquiavel*. Tradução de Anita Schlesener; Maria Socorro Militão. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-02-2, p. 26.

<sup>835</sup>Ibidem, p. 26.

<sup>836</sup>Ibidem, p. 27.

<sup>837</sup>Ibidem, p. 27.

e imediatas da mesma hegemonia. Como consequência, o fascismo foi uma forma desses movimentos de “conjuntura”. Gramsci reconhece que os movimentos de “conjuntura” dependem inicialmente de movimentos “orgânicos”, mas seu “[...] alcance não tem amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma crítica miúda, do dia a dia, que envolve os pequenos grupos dirigentes e as personalidades responsáveis pelo poder”<sup>838</sup>. Nas classes populares, eles atuam sobre as massas dispersas e sem orientação histórica e político-partidária. Por outro lado, os movimentos realmente “orgânicos” dão lugar à crítica “[...] social e histórica, que envolve os grandes agrupamentos, para além das pessoas imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente”<sup>839</sup>. Dessa forma, os movimentos de “conjuntura” têm como finalidade promover a resolução de:

[...] uma crise que às vezes se prolonga por dezenas de anos. Esta duração excepcional significa que na estrutura se revelaram (chegaram à maturidade) contradições insanáveis na estrutura e que as forças políticas que atuam positivamente para a conservação e defesa da própria estrutura se esforçam, contudo, para saná-las dentro de certos limites e superá-las. Esses esforços incessante e perseverantes (porque nenhuma forma social jamais confessará que foi superada) formam o terreno do “ocasional”, no qual se organizam as forças antagônicas que tendem a demonstrar (demonstração que, em última análise, só tem êxito e é “verdadeira” se se torna nova realidade, se as forças antagônicas triunfam, mas que imediatamente se explicita numa série de polêmicas ideológicas, religiosas, filosóficas, políticas, jurídicas etc., cuja concretude pode ser avaliada na medida em que são convincentes e deslocam o alinhamento preexistente das forças sociais) que já existem as condições necessárias e suficientes para que determinadas tarefas possam e, portanto, devam ser resolvidas historicamente (devam, porque, cada falha do dever histórico aumenta a desordem necessária e prepara catástrofes mais graves). (GRAMSCI, 2024, C 13, p. 27-28).

A sociedade capitalista é dividida em três circunstâncias de forças. Essas relações de forças medem o nível de confronto entre as classes sociais em cada época histórica. Gramsci afirma que essas relações de forças são separadas metodologicamente em “forças sociais”, “forças políticas” e “forças militares”<sup>840</sup>. Analisemo-las. A primeira, a relação de força definida como social, é objetiva, pois ela se encontra no nível da estrutura econômica, sendo “[...] independente da vontade dos homens”<sup>841</sup>. Com base no nível de desenvolvimento “[...] das forças materiais de produção, têm-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e tem uma posição determinada na própria produção”<sup>842</sup>. A

---

<sup>838</sup> Ibidem, p. 27.

<sup>839</sup> Ibidem, p. 27.

<sup>840</sup> Ibidem, p. 31.

<sup>841</sup> Ibidem, p. 31.

<sup>842</sup> Ibidem, p. 31.

característica dessa relação é mostrar *o que é*<sup>843</sup>; estruturalmente, nenhuma pessoa “[...] pode modificar o número das empresas e de seus empregados, o número das cidades com sua dada população urbana etc.”<sup>844</sup>. Para Gramsci, essa relação permite examinar se na sociedade capitalista existem as condições indispensáveis e “[...] suficientes para a sua transformação, isto é, se permite verificar o grau de realismo e de viabilidade das diversas ideologias que nasceram em seu próprio terreno, no terreno das contradições que ele [...]”<sup>845</sup> próprio, o capitalismo, criou durante seu desenvolvimento.

Contudo, as relações de forças políticas não são objetivas, mas subjetivas, pois dizem respeito ao grau de organização social, de consciência de classe e de preparação das diversas classes sociais no campo da luta de classes. De acordo com Gramsci, as relações de forças políticas definem como as classes sociais tomam consciência de suas posições na luta de classes, ainda que, em um primeiro momento, de forma incipiente. Gramsci conceitua essa fase inicial como “econômico-corporativa”<sup>846</sup>, uma vez que as classes reconhecem seus interesses mais imediatos. Porém, esse nível não se restringe apenas a esse momento elementar, podendo alcançar formas mais elevadas de consciência política, nas quais se coloca progressivamente o problema da disputa pela hegemonia. Mesmo assim, nesse momento inicial, aparecem as primeiras visões de mundo. Essas relações de forças, afirma Gramsci, avaliam o “[...] grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais”<sup>847</sup>. Esse contexto, por sua vez, “analisa e diferencia” os “[...] diversos momentos da consciência política coletiva, tal como se manifestaram na história até agora”<sup>848</sup>. Assim, nessa ocasião embrionária, coloca-se “[...] a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica”<sup>849</sup>.

Em seguida, o momento das relações de forças militares ou político-militares diz respeito à possibilidade de confronto decisivo entre as classes sociais. No caso capitalista, entre a burguesia e a classe trabalhadora. No entanto, para Gramsci, a disputa não se esgota no terreno militar estrito, sendo também mediada — como vimos — pela sociedade civil por meio de uma guerra de posição nas sociedades ocidentais. Nesse sentido, a estratégia deve assumir a forma de guerra de posição ou de guerra de movimento, conforme a estrutura dessas sociedades. Por isso, a terceira relação está sempre vinculada à primeira relação, pois se deve

---

<sup>843</sup> Ibidem, p. 31.

<sup>844</sup> Ibidem, p. 31.

<sup>845</sup> Ibidem, p. 31.

<sup>846</sup> Ibidem, p. 31-32.

<sup>847</sup> Ibidem, p. 31-32.

<sup>848</sup> Ibidem, p. 31-32.

<sup>849</sup> Ibidem, p. 31-32.

investigar as condições indispensáveis e “[...] suficientes para a sua transformação”<sup>850</sup> também na estrutura econômica. Assim, a relação é sempre dialética. Contudo, em momentos de extraordinária crise de hegemonia no capitalismo avançado, pode surgir um equilíbrio catastrófico ou equilíbrio estático<sup>851</sup>, no qual nenhuma classe — a burguesia ou o proletariado — consegue avançar hegemonicamente. Contudo, ambas as classes conquistaram traços importantes de hegemonia que tendem a assumir a direção de toda a sociedade. Esse momento é o mais perigoso para qualquer sociedade. Esse período é ético-político, no qual uma classe supera o nível “econômico-corporativo”<sup>852</sup> e tende a universalizar seus interesses e visões de mundo, tornando-se capaz de dirigir hegemonicamente as outras classes populares. Porém, é importante destacar que a classe dominante também é hegemônica e tende a resistir a uma hegemonia que não é a sua<sup>853</sup>. Diante disso, surge o equilíbrio catastrófico ou o equilíbrio estático. Nesse momento de difícil solução, nascem os cesarismos regressivos ou progressivos, os líderes carismáticos e os regimes fascistas. Ao fundamentar essas declarações, recorro às ideias de Gramsci:

Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem da estrutura à esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confronto e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a difundir-se por toda a área social, determinando além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta, e não só no plano corporativo, mas também no plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. (GRAMSCI, 2024, C 13, p. 31-32).

Faremos uma abstração analítica.

As relações de forças militares correspondem a um terceiro momento, que pode ser elaborado como força C. Segundo Gramsci, para que a força C se imponha socialmente, é necessário que exista uma crise de hegemonia e, conseqüentemente, um equilíbrio catastrófico ou equilíbrio estático<sup>854</sup>. A fórmula geral para essas situações de “equilíbrios” é  $A \neq B \Rightarrow$

<sup>850</sup> Ibidem, p. 31.

<sup>851</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 4 (XIII): 1930–1932: notas sobre filosofia: miscelânea: o canto décimo do inferno*. Tradução de Rita Coitinho; Marcos Aurélio da Silva. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-00-8, p. 1333-134.

<sup>852</sup> Ibidem, p. 31-32.

<sup>853</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 13 (XXX): 1932–1934: notas sobre a política de Maquiavel*. Tradução de Anita Schlesener; Maria Socorro Militão. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-02-2, p. 30.

<sup>854</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 4 (XIII): 1930–1932: notas sobre filosofia: miscelânea: o canto décimo do inferno*. Tradução de Rita Coitinho; Marcos Aurélio da Silva. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-00-8, p. 1333-134.

C. De acordo com Gramsci, esses “equilíbrios” representam a falência da direção intelectual, moral, consensual e política da classe dominante burguesa, aqui representada pela força B. Nesse contexto, a classe dominante deixa de ser classe dirigente, restando-lhe apenas a dominação direta por meio da força C<sup>855</sup>. Assim, cria-se um perigoso impasse. Para Gramsci, quando a força progressiva:

[...] A luta contra a força regressiva B, pode acontecer não só que A vença B ou B vença A, pode também acontecer que nem A nem B vençam, mas eles se destroem reciprocamente e uma terceira força C intervenha de fora subjugando o que resta de A e B. (GRAMSCI, 2024, C 9, p. 121).

Em linhas gerais, as forças progressistas, necessariamente ligadas à classe trabalhadora, são a força A. Ainda assim, essa força progressista A não é forte o suficiente para superar a força regressiva B. No entanto, a força regressiva B não é capaz de retomar o consenso deteriorado nem esmagar os adversários da força progressiva A. Diante disso, aparece a possibilidade real de uma força coercitiva C<sup>856</sup>. Essa força C, a princípio, não é necessariamente fascista, mas a gestação de um conservadorismo muito perigoso. Ela irá atuar sobre as massas dispersas da sociedade ausentes de vontade coletiva. Assim, ela é uma solução para a crise de hegemonia, de autoridade ou orgânica, podendo assumir diferentes contornos históricos: ela pode adotar a forma de ditadura, partidos populistas, transformismos, e cesarismos ou fascismo. A força coercitiva C é, portanto, uma forma de intervenção que busca resolver o impasse entre A e B<sup>857</sup>. Nesse cenário de equilíbrio catastrófico, a força coercitiva C ligada:

[...] a velha sociedade resiste e garante para si um período de “tomada de fôlego”, exterminando fisicamente a elite adversária e aterrorizando as massas de reserva; ou, então, verifica-se a destruição recíproca das forças em conflito com a instauração da paz dos cemitérios, talvez sob a vigilância de um sentinela estrangeiro. (GRAMSCI, 2024, C 13, p. 36).

Por conseguinte, em situações extremas, a força coercitiva C assume a forma de regime fascista. Esse momento pode levar à violência aberta entre as demais forças em

<sup>855</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 9 (XIV): 1932: miscelânea e notas sobre risorgimento italiano*. Tradução de Giovanni Semeraro; Leandro Galastrí; Tatiana Oliveira. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book, p. 121.

<sup>856</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 6. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 3, p. 61.

<sup>857</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 9 (XIV): 1932: miscelânea e notas sobre risorgimento italiano*. Tradução de Giovanni Semeraro; Leandro Galastrí; Tatiana Oliveira. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book, p. 121.

disputa ou a mitigação da contestação. Caso não se atinja o resultado concreto na solução do conflito de classes, tem-se a ruína completa de ambas as classes, resultando na “paz dos cemitérios”<sup>858</sup>. Disso resulta que a crise de hegemonia não foi solucionada e ambas as classes se destruíram completamente. Nesse caso, a barbárie se impôs. Quando isso ocorre, é porque “[...] o mal-estar se tornou intolerável e não se vê na velha sociedade nenhuma força que seja capaz de mitigá-lo e de restabelecer uma normalidade por meios legais”<sup>859</sup>. O governo militar, portanto, “[...] é um parêntese entre dois governos constitucionais: o elemento militar é a reserva permanente da “ordem”, é uma força política permanentemente operante “publicamente”<sup>860</sup>. Sendo assim, o regime fascista é a última fortaleza construída pela classe dominante na salvaguarda de seus interesses.

Soma-se a isso o fato de que a crise de hegemonia também afeta a unidade social da nação, unidade esta representada, sobretudo, pelos partidos, pela Coroa ou pelo presidente<sup>861</sup>. Segundo Gramsci, esses momentos de crise de hegemonia concebem uma crise de representação, na qual as classes sociais deixam de seguir os partidos e líderes tradicionais ligados às classes dominantes. Como resultado, esses partidos e líderes deixam de ser concebidos como expressão legítima de diversos interesses sociais, comprometendo ainda mais a função organizativa da vontade coletiva. Sendo eles organismos privados de hegemonia da sociedade civil, esses partidos e líderes, ao desempenharem uma função essencial na construção da hegemonia dominante, são os primeiros a serem atacados quando a direção se estilhaça. De tal modo, as classes populares — ao buscarem outra vontade coletiva — passam a não aceitar as antigas ideias, atacando esses partidos e líderes tradicionais<sup>862</sup>.

Nos regimes liberais, como o da Itália pré-fascista, essa unidade representada juridicamente pela figura do chefe de Estado assegura a continuidade do Estado burguês. Trata-se, portanto, de uma regra jurídica que expressa o consenso dos governados à ação estatal liberal, garantindo, assim, a estabilidade institucional e a permanência das superestruturas político-democráticas essenciais para a manutenção da circulação do capital,

---

<sup>858</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 13 (XXX): 1932–1934: notas sobre a política de Maquiavel*. Tradução de Anita Schlesener; Maria Socorro Militão. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-02-2, p. 36.

<sup>859</sup> Ibidem, p. 35.

<sup>860</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 4 (XIII): 1930–1932: notas sobre filosofia: miscelânea: o canto décimo do inferno*. Tradução de Rita Coitinho; Marcos Aurélio da Silva. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-00-8, p. 131.

<sup>861</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 13 (XXX): 1932–1934: notas sobre a política de Maquiavel*. Tradução de Anita Schlesener; Maria Socorro Militão. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-02-2, p. 49.

<sup>862</sup> Ibidem, p. 49.

independentemente das alternâncias políticas no poder<sup>863</sup>. Desse modo, o chefe de Estado caracteriza a unidade política e os interesses estatais “permanentes”, contribuindo para a manutenção do bloco histórico e da hegemonia capitalista, não importando, todavia, a sua visão de mundo ou sigla partidária. Uma vez que a guerra de posição não foi disputada, esse chefe de Estado fica à mercê das regras jurídicas do Estado burguês<sup>864</sup>. No caso das democracias liberais das sociedades ocidentais, diante de quaisquer desvios de interesses, a lei é acionada e o chefe de Estado dissidente é deposto do cargo “democraticamente”. No entanto, isso ocorre quando a expansão dos interesses das elites avança consensualmente. Contudo, como veremos, a regra muda quando sobrevém uma crise de hegemonia.

Em contrapartida, quando a crise de hegemonia se aprofunda nas relações superestruturais e elas se fragilizam, a unidade tende a se deslocar para formas mais restritas de poder. Desse modo, essa unidade é absorvida pelo partido fascista, que se apresenta cada vez mais como Estado. Ainda assim, a sociedade civil não é eliminada, mas subordinada ao aparelho estatal do Fascismo. Nas democracias liberais, a sociedade civil é a protagonista, mas em momentos de aguda crise orgânica, ela é sobrepujada pela sociedade política, ainda que continue em plena disputa com as demais forças em conflito, por meio de uma guerra de posição. Isso significa, pois, que a sociedade política assume a complicada tarefa de restaurar a direção em espaços onde a sociedade civil não consegue mais penetrar. Assim, a coerção, antes encouraçada, se desnuda e se sobrepõe sobre a sociedade civil. O tempo de duração dessa coerção não é determinado pelo Estado fascista, mas fixado pelas relações materiais de produção. Nesse período, o direito passa a operar conforme a necessidade do Estado fascista e a função de unidade — antes atribuída à Coroa e ao presidente — é assumida pelo próprio Estado fascista<sup>865</sup>. Sendo assim, o Estado integral revela a sua verdadeira face, ou seja, a de ser ditadura mais hegemonia: sociedade civil mais sociedade política encouraçada de coerção<sup>866</sup>. Com o fascismo, função de unidade “[...] é incorporada pelo partido, que exaltará o conceito abstrato de “Estado” e procurará de vários modos dar a impressão de que a função “de força imparcial” continua ativa e eficaz”<sup>867</sup>. Em síntese, faço referência a Gramsci<sup>868</sup>:

---

<sup>863</sup> Ibidem, p. 49.

<sup>864</sup> Ibidem, p. 49.

<sup>865</sup> Ibidem, p. 50.

<sup>866</sup> PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Tradução de Angelina Peralva. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 156.

<sup>867</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 13 (XXX): 1932–1934: notas sobre a política de Maquiavel*. Tradução de Anita Schlesener; Maria Socorro Militão. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-02-2, p. 50.

<sup>868</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 4 (XIII): 1930–1932: notas sobre filosofia: miscelânea: o canto décimo do inferno*. Tradução de Rita Coitinho; Marcos Aurélio da Silva. Rio de Janeiro: IGS-Brasil,

Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, os representam e os dirigem, não são mais reconhecidos como expressão da sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, porque abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos. Como se formam estas situações de contraste entre representantes e representados, que, a partir do terreno dos partidos (organizações de partido em sentido estrito, campo eleitoral-parlamentar, organização jornalística), reflete-se em todo o organismo estatal, reforçando a posição relativa do poder da burocracia (civil e militar), da alta finança, da Igreja e, em geral, de todos os organismos relativamente independentes das flutuações da opinião pública? Em cada país o processo é diferente, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (especialmente de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram de repente da passividade política a uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade” e isto é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto. (GRAMSCI, 2024, C 13, p. 50-51).

Na citação, Gramsci afirma que a classe dirigente italiana fracassou em um “grande empreendimento político”<sup>869</sup>, que foi a I Guerra Mundial (1914–1918). Portanto, esse evento é importante, pois deixa cicatrizes na população italiana, mandada à guerra com promessas de prosperidade. No entanto, ao retornar do conflito, a confiança na direção das classes dirigentes se fragmenta, pois, mesmo saindo vencedora, a Itália sofre perdas humanas graves, bem como crises econômicas e frustrações territoriais— como vimos. Assim, as promessas de prosperidade não foram cumpridas. Com isso, o prestígio das classes dirigentes se esgota e as massas se deslocam dos partidos tradicionais liberais. Para Gramsci, essa foi a contribuição

---

2024. E-book. ISBN 978-65-83079-00-8, p. 131. No Caderno 4, Gramsci afirma a mesma coisa em uma nota parecida. Lê-se na nota: “Em certo ponto do desenvolvimento histórico, as classes se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela determinada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os formam e os dirigem, já não representam mais sua classe ou fração de classe. Esta é a crise mais delicada e perigosa, porque abre campo para os homens providenciais ou carismáticos. Como se forma essa situação de contraste entre representados e representantes, que, a partir do terreno das organizações privadas (partidos ou sindicatos), não podem influenciar o Estado, reforçando de modo formidável o poder da burocracia (em lato senso: militar e civil)? Em cada país o processo é diferente, embora o conteúdo seja o mesmo. A crise é perigosa quando se espalha para todos os partidos, em todas as classes, quando não se dá de forma aceleradíssima a passagem das tropas de um ou vários partidos a um partido que melhor represente os interesses gerais. Este último é um fenômeno orgânico [e normal], mesmo que seu ritmo de desenvolvimento seja muito acelerado quando comparado aos períodos normais: representa a fusão de uma classe sob uma só direção para se resolver um problema dominante e existencial. Quando a crise não encontra essa solução orgânica, mas sim aquela do homem providencial, significa que existe um equilíbrio estático, que nenhuma classe, nem a conservadora nem a progressiva têm força para vencer, e até mesmo a classe conservadora precisa de um chefe”. (P, 133-134).

<sup>869</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 13 (XXX): 1932–1934: notas sobre a política de Maquiavel*. Tradução de Anita Schlessener; Maria Socorro Militão. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-02-2, p. 50-51.

significativa para que o aparelho hegemônico se estilhaçasse na Itália. A guerra, travada no contexto das investidas imperialistas, foi o maior empreendimento que as elites italianas poderiam impor ao povo, sendo o sacrifício mais atroz. As consequências, porém, foram anômalas, nas quais as classes dirigentes mostraram a sua total incapacidade de resolver os problemas internos e guiar a nação. Nesse contexto, a hegemonia se quebra e a classe dirigente passa a ser vista como ilegítima. Com efeito, as massas populares passam da passividade à atividade política, influenciadas, sobretudo, pela revolução bolchevique de 1917, na Rússia. Assim, a parcela organizada da classe trabalhadora se vincula aos movimentos trabalhistas italianos; em contrapartida, as massas ausentes de visão coletiva são aliciadas pelas forças do fascismo. Diante disso, é correto afirmar que, quando a classe dirigente falha em seus “empreendimentos”, ela perde também o consenso sobre as classes dirigidas, momento em que o poder passa a ser exercido não através da direção intelectual e moral, mas quase exclusivamente pela dominação direta<sup>870</sup>. A crise cria, portanto, circunstâncias perigosas:

[...] porque os diversos estratos da população não possuem a mesma capacidade de orientar-se rapidamente e de reorganizar-se com o mesmo ritmo. A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal treinado, muda homens e programas e reassume o controle que lhe fugia com uma celeridade maior do que a que ocorre entre as classes subalternas; faz talvez sacrifícios, expõe-se a um futuro obscuro com promessas demagógicas, mas mantém o poder, o reforça momentaneamente e dele se serve para esmagar o adversário e dispersar o pessoal da direção, que não pode ser muito numeroso nem muito treinado. A passagem das tropas de muitos partidos sob a bandeira de um único partido, que melhor representa e sintetiza as necessidades de toda uma classe é um fenômeno orgânico e normal, ainda que seu ritmo seja muito rápido e quase fulminante em relação aos tempos tranquilos: representa a fusão de todo um grupo social sob uma só direção, considerada a única capaz de resolver um problema dominante existencial de afastar um perigo mortal. Quando a crise não encontra esta solução orgânica, mas a do chefe carismático, isto significa que existe um equilíbrio estático (cujos fatores podem ser muito variados, mas entre os quais prevalece a imaturidade das forças progressivas), que nenhum grupo, nem o conservador nem o progressivo, dispõe da força necessária à vitória e que até o grupo conservador tem necessidade de um senhor. (GRAMSCI, 2024, C 13, p. 51-52).

Assim, comparada à classe capitalista, a classe trabalhadora não é bem equipada para decifrar rapidamente o que está acontecendo em momentos de crise de hegemonia. Historicamente, a classe dominante possui um grupo de intelectuais bem treinados que conseguem processar rapidamente a situação e mudar “homens e programas”<sup>871</sup>, quando não

---

<sup>870</sup> Ibidem, p. 50-51.

<sup>871</sup> Ibidem, p. 51-52.

absorvem os dirigentes das classes adversárias por meio de transformismos<sup>872</sup>. Por outro lado, a classe trabalhadora tem um ritmo mais arrastado para entender a situação de crise colocada, já que à sua dispersão se deve a menor experiência política e a ausência de administração dos meios privados de hegemonia. Em razão disso, certos grupos da classe trabalhadora ficam vulneráveis às propostas messiânicas da classe dominante — sempre reformistas e revisionistas. Assim, ao “mudar homens”, a classe dominante retira de circulação os líderes que falharam em sua missão de conduzir as massas populares; ao “mudar programas”, ela adota formas de Estado mais adequadas às suas exigências. Ainda assim, quando a crise atinge um equilíbrio estático<sup>873</sup>, a classe dominante se vê obrigada a esmagar os adversários e a dispersar as suas principais lideranças<sup>874</sup>. A partir dessa necessidade, a forma histórica conhecida como transformismo<sup>875</sup> é resgatada e utilizada como revolução passiva, pois, após abater os adversários por meio da violência escancarada, a classe dominante absorve os melhores quadros políticos e intelectuais de seus adversários<sup>876</sup>, fazendo-os trabalharem para ela.

Em seguida, examinaremos o conceito de cesarismo. Esse fenômeno pode ser regressivo ou progressivo. Por isso, Gramsci o situa nas análises de relações de forças. Assim, o cesarismo se insere em contextos de crises de hegemonia. Trata-se, portanto, de momentos perigosos, pois é a partir da falta de representação dos partidos políticos tradicionais que as forças ocultas representadas por homens carismáticos se apresentam. Sendo assim, o

<sup>872</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 3 (XX): 1930: miscelânea*. Tradução de Ivete Simionatto, Maria del Carmen Cortizo, Giovanni Semeraro. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-06-0, p. 128.

<sup>873</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 13 (XXX): 1932–1934: notas sobre a política de Maquiavel*. Tradução de Anita Schlesener; Maria Socorro Militão. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-02-2, p. 51-52.

<sup>874</sup> Ibidem, p. 51-52.

<sup>875</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 10 (XXXIII): 1932-1935: a filosofia de Benedetto Croce*, tradução de Ana Maria Said e Gianni Fresu (Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024), e-book (PDF), p. 34.

<sup>876</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 8: (XXVIII): 1931-1932: miscelânea e notas sobre filosofia III*. Tradução de Giovanni Semeraro e Rodrigo Lima. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. 1 recurso online (PDF). Título original: *QuadernidelCarcere*. ISBN 978-65-83079-08-4. No *Caderno do cárcere 8 (1931–1932)*, encontra-se uma observação relevante acerca do conceito de transformismo: “O transformismo como uma das formas históricas do que já foi observado sobre a “revolução-restauração” ou “revolução passiva” a propósito do processo de formação do Estado moderno na Itália. O transformismo como “documento histórico real” da real natureza dos partidos que se apresentavam como extremistas no período da ação militante (Partido de Ação). Dois períodos de transformismo: 1) de 1860 até 1900, transformismo “molecular”, ou seja, as diversas personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente na “classe política” conservadora-moderada (caraterizada pela aversão a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituísse uma “hegemonia” ao bruto “domínio” ditatorial); 2) de 1900 em diante, o transformismo de inteiros grupos radicais que passam para o campo moderado (o primeiro acontecimento é a formação do Partido nacionalista com os grupos ex-sindicalistas e anárquicos, que culmina na guerra líbica, num primeiro momento, e no intervencionismo, em um segundo tempo). Entre os dois períodos, é preciso situar o período intermediário – 1890-1900 –, no qual uma massa de intelectuais passa pelos partidos de esquerda, assim chamados de socialistas, mas, na realidade, puramente democráticos”. (P. 31–32).

cesarismo é possível quando as forças políticas divergentes se equilibram de modo catastrófico<sup>877</sup>.

As duas formas de cesarismo se apresentam da seguinte forma: o cesarismo é progressivo quando “[...] sua intervenção ajuda a força progressiva a triunfar”<sup>878</sup>; é regressivo “[...] quando a sua intervenção ajuda a força regressiva a triunfar”<sup>879</sup>. Segundo Gramsci, Caio Júlio César (100 a.C.–44 a.C.)<sup>880</sup> e Napoleão Bonaparte (1769–1821)<sup>881</sup> são exemplos de cesarismo progressivo. Em contrapartida, Napoleão III da França (1808–1873)<sup>882</sup> e Otto Eduard von Bismarck (1815–1898)<sup>883</sup> são exemplos de cesarismo regressivo<sup>884</sup>. Trata-se de examinar “[...] se na dialética revolução-restauração é o elemento revolução ou aquele restauração que prevalece”<sup>885</sup>. Relativo a Caio Júlio César e a Napoleão Bonaparte<sup>886</sup> (Napoleão I):

[...] pode-se dizer que A e B, embora fossem distintos e contrastantes, não eram tais que não pudessem “absolutamente” chegar a uma fusão e assimilação recíproca após um processo molecular, o que de fato aconteceu, ao menos em certa medida (porém, suficiente para os fins histórico-políticos da interrupção da luta orgânica fundamental e, portanto, da superação da fase catastrófica). (GRAMSCI, 2024, C 13, p. 69).

#### O cesarismo de Caio Júlio César e de Napoleão Bonaparte (Napoleão I):

[...] foi, por assim dizer, de caráter quantitativo-qualitativo, representou a fase histórica de passagem de um tipo de Estado para outro, uma passagem na qual as inovações foram muitas e que representaram uma transformação completa.(GRAMSCI, 2024, C 13, p. 69).

<sup>877</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 13 (XXX): 1932–1934: notas sobre a política de Maquiavel*. Tradução de Anita Schlesener; Maria Socorro Militão. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-02-2, p. 66.

<sup>878</sup> Ibidem, p. 67.

<sup>879</sup> Ibidem, p. 67.

<sup>880</sup> Caio Júlio César (100 a.C.–44 a.C.) foi um militar e ditador romano. Ele colocou fim à República Romana em crise, pois, naquele período, as facções populares e o Senado estavam em uma disputa paralisante. Assim, Caio Júlio César representou a força que colocou fim à disputa, agindo como mediador e mantendo a ordem social.

<sup>881</sup> Napoleão Bonaparte (1769–1821) foi um líder político e militar francês durante os anos finais da Revolução Francesa iniciada em 1789. Exerceu a função de imperador da França (Napoleão I) entre os anos de 1804 e 1814, posição que voltou a ocupar por poucos meses em 1815.

<sup>882</sup> Otto Eduard von Bismarck (1815–1898) foi um diplomata e político prussiano.

<sup>883</sup> Napoleão III (1808–1873) ocupou o cargo de Primeiro Presidente da Segunda República Francesa e posteriormente foi Imperador do Segundo Império francês.

<sup>884</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 13 (XXX): 1932–1934: notas sobre a política de Maquiavel*. Tradução de Anita Schlesener; Maria Socorro Militão. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-02-2, p. 67.

<sup>885</sup> Ibidem, p. 67.

<sup>886</sup> Após a Revolução Francesa de 1789, a direção dos partidos revolucionários se esgota. As principais forças em disputa eram a antiga nobreza contra a burguesia incipiente. Se nada fosse feito, a revolução seria aniquilada. Napoleão Bonaparte, por meio do Golpe de 18 de Brumário, concretizou as conquistas burguesas por meio de leis e derrotou a contrarrevolução que se acirrava.

Napoleão Bonaparte, ao se oficializar imperador da França, deu continuidade ao movimento de expansão da sociedade burguesa e de suas instituições. Assim, os ventos liberados pela Revolução Francesa de 1789 varreram os “[...] exércitos dos velhos regimes da Europa como se fossem feitos de palha”<sup>887</sup>. Essas agitações consolidaram novas instituições políticas e asseguraram os fundamentos do novo Estado liberal, pensados pelos filósofos iluministas e economistas ingleses. Por consequência, Napoleão Bonaparte foi um caso de cesarismo progressivo, pois fez triunfar as forças ainda progressistas da incipiente burguesia europeia em detrimento das obsoletas classes feudais. Em vista disso, o Napoleão Bonaparte:

[...] estabeleceu ou restabeleceu o mecanismo das instituições francesas como existem até hoje. Reconhecidamente, a maioria de suas ideias — talvez todas — foram previstas pela Revolução e pelo Diretório; sua contribuição pessoal foi torná-las um pouco mais conservadoras, hierárquicas e autoritárias. Mas seus predecessores apenas previram; ele realizou. Os grandes monumentos de lucidez do direito francês, os códigos que se tornaram modelos para todo o mundo burguês, exceto o anglo-saxão, foram napoleônicos. A hierarquia dos funcionários — a partir dos prefeitos para baixo —, das cortes, das universidades e das escolas foi sua obra. As grandes “carreiras” da vida pública francesa — o exército, o funcionalismo público, a educação e o direito — ainda têm formas napoleônicas. Ele trouxe estabilidade e prosperidade para todos, exceto para os 250 mil franceses que não retornaram de suas guerras, embora, mesmo para os parentes deles, tivesse trazido a glória. (HOBBSAWM, 2019, p. 131).

Gramsci enxerga elementos de cesarismo regressivo em personalidades como Bismarck e Bonaparte III. Suas políticas representam características de revolução-restauração<sup>888</sup>. Por exemplo: Napoleão III lutou contra as forças do proletariado francês e dirigiu as classes aliadas. Nesse sentido, Napoleão III conduziu os grupos monárquicos e também o clero: os principais grupos monárquicos eram os Legitimistas<sup>889</sup> (Bourbon), Orleanistas<sup>890</sup> (Orléans), Partido da Ordem (a união dos dois grupos monárquicos), Igreja Católica, os Republicanos<sup>891</sup> e Bonapartistas<sup>892</sup>. Desse modo, enquanto o cesarismo

<sup>887</sup>HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções. 1789-1848*. Tradução de Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019, p. 131.

<sup>888</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 9 (XIV): 1932: miscelânea e notas sobre risorgimento italiano*. Tradução de Giovanni Semeraro; Leandro Galastrí; Tatiana Oliveira. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book, p. 122.

<sup>889</sup>Os Legitimistas eram a alta nobreza.

<sup>890</sup>Os Orleanistas eram a burguesia financeira.

<sup>891</sup>Os Republicanos eram os jacobinos-republicanos. Eles apoiavam a República Social, protegiam os direitos sociais e a participação popular nas decisões.

<sup>892</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 13 (XXX): 1932-1934: notas sobre a política de Maquiavel*. Tradução de Anita Schlesener; Maria Socorro Militão. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-02-2, p. 69.

progressivo reforça o avanço de um Estado para outro modelo, o cesarismo regressivo restaura as relações de classes. Nesse caso, não existe a passagem de um Estado para outro modelo, mas apenas a evolução dentro do mesmo tipo de Estado<sup>893</sup>. Nas sociedades ocidentais desenvolvidas, todavia, as iniciativas cesaristas regressivas podem se afirmar sem a figura de um Napoleão III, ou seja, sem a personalidade “[...] heroica e representativa. Também o sistema parlamentar gerou um mecanismo para tais soluções de compromissos”<sup>894</sup>. É importante notar que o sistema parlamentar ou cesarismo parlamentar não significa estritamente fascismo, mas uma etapa anterior a ele. Portanto, o fascismo circunscrito na Itália é uma ação cesarista regressiva desenvolvida em um contexto de profunda crise de hegemonia. No entanto, o sistema parlamentar é a forma institucional e inicial desse evento posterior, pois ele não exige de imediato a figura de um líder carismático e total. Inicialmente, o próprio sistema parlamentar procura resolver a crise de hegemonia sem apelar para a ditadura ou para o fascismo. O cuidado se deve ao fato de o fascismo ser a ruptura final com a ordem democrática liberal. Para Gramsci, a fase catastrófica:

[...] pode emergir de uma deficiência política “momentânea” da força dominante tradicional e não de uma deficiência orgânica necessariamente insuperável. Isto se verificou no caso de Napoleão III. A força dominante na França de 1815 a 1848 dividiu-se politicamente (tendenciosamente) em quatro frações: a legitimista, a orleanista, a bonapartista, a jacobino-republicana. As lutas internas entre as frações foram tais que possibilitaram à força antagonista B (progressiva) avançar em uma forma “precoce”; entretanto, a forma social existente ainda não havia exaurido suas possibilidades de desenvolvimento, como a história subsequente abundantemente demonstrou. Napoleão III representou (a seu modo, conforme a estatura do homem, que não era grande) estas possibilidades latentes e iminentes: seu cesarismo, portanto, tem um tom particular. (GRAMSCI, 2024, C 13, p. 69).

Assim sendo, a fase inicial é quase sempre parlamentar, evoluindo gradativamente para o cesarismo regressivo. Analisemos o caso italiano: a evolução do fascismo se deve ao fato de o movimento deixar de ser força banditista e miliciana e assumir a ordem institucional em 1922. Esse episódio marca a evolução do movimento dentro do sistema parlamentar. Ainda assim, as instituições e o sistema parlamentar aparentavam decidir os rumos da nação. Entretanto, a crise de hegemonia se ampliava. Assim, sem sucesso na solução dessa anormalidade, em 1924, um grupo fascista sequestra e assassina o deputado socialista Giacomo Matteotti (1885–1924)<sup>895</sup>. Era a oportunidade que o regime fascista de Mussolini

---

<sup>893</sup> Ibidem, p. 69.

<sup>894</sup> Ibidem, p. 67.

<sup>895</sup> Giacomo Matteotti (1885–1924) foi um deputado socialista e apoiou as lutas camponesas. Foi assassinado pelos fascistas em 10 de junho de 1924.

aguardava para romper com a ordem institucional estabelecida<sup>896</sup>. Em razão disso, o cesarismo regressivo veio à tona após a promulgação das “leis fascistíssimas”, nos anos de 1925 e 1926<sup>897</sup>. Diante disso, o cesarismo regressivo foi um processo gradual de tomada de posições que se movimentou primeiramente dentro do sistema parlamentar até atingir a maturidade com o regime fascista cesarista regressivo. Quando o fascismo chega ao poder e se consolida em um regime total na figura do líder carismático, ou seja, na de Mussolini, ele atinge a sua fase regressiva e as instituições — ainda que existindo — operam em segundo plano. Por isso, o cesarismo parlamentar é uma tentativa de recuperar a direção consensual através das instituições. Por outro lado, o fascismo ou cesarismo regressivo é a total vandalização das instituições, ou seja, quando a crise de hegemonia não encontra uma solução no sistema parlamentar<sup>898</sup>. Sendo assim, na Itália:

[...] em outubro de 1922, até a separação dos populares e depois gradualmente até 3 de janeiro de 1925 e novamente até 8 de novembro de 1926, houve um movimento político-histórico em que diferentes gradações do cesarismo se sucederam até uma forma mais pura e permanente, embora ela também não imóvel e estática. Todo governo de coalizão é um grau inicial de cesarismo, que pode ou não se desenvolver até os graus mais significativos. No mundo moderno, com suas grandes coalizões de caráter econômico-sindical e político-partidário, o mecanismo do fenômeno cesarista é diferente do que foi até Napoleão III; no período até Napoleão III, as forças militares regulares ou de linha eram um elemento decisivo do cesarismo e isto se verificava com golpes de Estado bem precisos, com ações militares etc. (GRAMSCI, 2024, C 9, p. 122).

Assim sendo, na Itália de “[...] outubro de 1922, até o afastamento dos populares e depois gradualmente até 3 de janeiro de 1925 e novamente até 8 de novembro de 1926”<sup>899</sup>, existiu uma agitação histórico-política “[...] em que diferentes gradações do cesarismo se sucederam até uma forma mais pura e permanente, embora também sem ser imóvel e estática”<sup>900</sup>.

Para Gramsci, no mundo moderno um desdobramento cesarista regressivo não ocorre apenas por meios militares, como aconteceu na época de Napoleão III. O principal motivo dessa transformação é a estrutura das sociedades modernas em sociedades ocidentais — e não

<sup>896</sup>PAXTON, Robert O. *Anatomia do fascismo*. Tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 185.

<sup>897</sup>Ibidem, p. 185.

<sup>898</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 9 (XIV): 1932: miscelânea e notas sobre risorgimento italiano*. Tradução de Giovanni Semeraro; Leandro Galastrí; Tatiana Oliveira. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book, p. 122.

<sup>899</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 13 (XXX): 1932–1934: notas sobre a política de Maquiavel*. Tradução de Anita Schlesener; Maria Socorro Militão. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-02-2, p. 68.

<sup>900</sup>Ibidem, p. 68

em sociedades orientais. Por isso, o cesarismo regressivo — ao se consolidar — deixa de ser amplamente militar, manifestando-se primeiramente por meios policiais e políticos. Isso acontece devido à complexidade das sociedades ocidentais. Gramsci afirma que o esqueleto das democracias modernas ocidentais é sobrecarregado de partidos de vários matizes, de sindicatos e de organizações privadas da sociedade civil<sup>901</sup>. Diante disso, a intervenção militar aberta — como acontece nas sociedades orientais — torna-se menos eficaz e mais arriscada. Assim, na Itália, o fascismo empreendeu a luta contra as classes populares através de medidas policiais e maior controle da sociedade civil. Isso significa que ele foi mais uma guerra de posição do que uma guerra de movimento. A ação policial emprega uma quantidade imensa de vigilância e de segurança calculada, mantendo as forças progressistas afastadas das escolhas políticas e econômicas. Em outras palavras, trata-se, portanto, de abater os adversários e dissipar a sua direção. Além disso, o controle total da sociedade civil exige uma repressão administrada e bem direcionada, isto é, saber quais são os partidos e os sindicatos a serem devidamente atacados. Isso revela que o fascismo italiano, ao assumir a sua forma mais pura e moderna de cesarismo regressivo, foi uma solução política e policial, visto que as suas ações foram tanto no campo da coerção calculada quanto no campo do consenso direcionado — ainda que o consenso fosse precário. Dessa forma, a dominação fascista não se baseia exclusivamente na força aberta, mas também em um sistema de vigilância e repressão. Ambos, porém, não se anulam. Por isso, o cesarismo regressivo atua nas sociedades ocidentais como partido, polícia e política<sup>902</sup>. Gramsci afirma isso de forma objetiva:

No mundo moderno, com suas grandes coalizões econômico-sindicais e político-partidárias, o mecanismo do fenômeno cesarista é muito diferente do que foi até Napoleão III. No período até Napoleão III, as forças militares regulares ou de carreira foram um elemento decisivo para o advento do cesarismo, que ocorria com golpes de Estado precisos, de ações militares etc. No mundo moderno, as forças sindicais e políticas, com os meios financeiros incalculáveis dos quais podem dispor os pequenos grupos de cidadãos, complicam o problema. Os funcionários dos partidos e dos sindicatos econômicos podem ser corrompidos ou aterrorizados, sem a necessidade de ação militar em grande estilo, como César ou 18 Brumário. Reproduz-se neste campo a mesma situação examinada a propósito da fórmula jacobina de 1848, da chamada “revolução permanente”. A técnica política moderna mudou completamente depois de 1848, depois da expansão do parlamentarismo, do regime associativo sindical e de partido, do formar-se de extensas burocracias estatais e “privadas” (político-privadas, partidárias e sindicais) e as transformações ocorridas na organização da polícia em sentido amplo, isto é, não somente do serviço estatal destinado à repressão da delinquência, mas do conjunto das forças organizadas do Estado e dos privados para defender o domínio político e econômico das classes dirigentes. Neste sentido, partidos “políticos” inteiros e outras

---

<sup>901</sup> Ibidem, p. 68.

<sup>902</sup> Ibidem, p. 68.

organizações econômicas ou de outro gênero devem ser considerados organismos de polícia política, de caráter investigativo e preventivo. (GRAMSCI, 2024, C 13, p. 68).

O cesarismo regressivo fascista revela o antagonismo irreconciliável entre a burguesia e o proletariado. Se nas outras formas de cesarismo regressivo — a exemplo de Napoleão III — o equilíbrio se resolvia pela unificação das classes sociais em disputa, na situação moderna isso não acontece. Elas são diametralmente opostas. Diante disso, no capitalismo avançado e nas sociedades ocidentais, como sabemos, o equilíbrio entre as duas classes fundamentais não conduz a uma fusão orgânica — como no primeiro caso apresentado — mas à destruição recíproca de ambas as forças em confronto<sup>903</sup>. Gramsci nos demonstra essa situação ao afirmar que a continuidade da disputa pela hegemonia será resolvida pela “paz dos cemitérios”<sup>904</sup>. Dessa forma, o cesarismo regressivo fascista nasce como necessidade imperiosa da terceira força ( $A \neq B \Rightarrow C$ ) que reorganiza a luta de classes em equilíbrio estático a favor dos interesses da classe dominante capitalista. Portanto, o fascismo italiano foi a intervenção “segura” na crise de hegemonia. Por conseguinte, o regime realizou mudanças econômicas e políticas importantes para a continuidade do capitalismo italiano, como também empregou a fórmula do transformismo político, ao absorver em seu centro de atuação os partidos e dirigentes políticos adversários<sup>905</sup>. Muitos desses dirigentes eram liberais e socialistas, ao passo que líderes e pensadores, como o próprio Gramsci, foram afastados de suas funções por vias extremamente coercitivas. Assim, o cesarismo regressivo fascista atuou na forma de uma revolução passiva, pois ele modernizou o “[...] Estado por meio de uma série de reformas ou de guerras nacionais”<sup>906</sup>, sem passar, todavia, “[...] pela revolução política de tipo radical-jacobina”<sup>907</sup>.

À luz do que foi apresentado, podemos afirmar que o exercício normal da hegemonia no regime parlamentar — que é clássico nas sociedades ocidentais — é caracterizado pela força e pelo consenso que se equilibram de modo alternado, sem, todavia, que a força supere em excesso o consenso. Assim, a força demonstra apoiar-se no consenso. De modo diferente, o consenso ancora-se nos órgãos da opinião pública ou nos aparelhos privados de hegemonia — que são a mesma coisa. Em momentos de crise de hegemonia, porém, esses órgãos da

<sup>903</sup> Ibidem, p. 70.

<sup>904</sup> Ibidem, p. 36.

<sup>905</sup> Ibidem, p. 70.

<sup>906</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: caderno 4 (XIII): 1930–1932: notas sobre filosofia: miscelânea: o canto décimo do inferno. Tradução de Rita Coitinho, Marcos Aurélio da Silva. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-00-8, p. 123.

<sup>907</sup> Ibidem, p. 123.

opinião pública tendem a se multiplicar artificialmente. Buscam, com isso, aumentar sua participação na construção do consenso na sociedade civil. É a primeira ação empregada. No entanto, quando essa atuação não é suficiente, a força se impõe, e entre a força e o consenso existe a “corrupção-fraude”<sup>908</sup>, que nada mais é do que as situações de difícil exercício da hegemonia por meio do consenso<sup>909</sup>.

Nesse momento, portanto, as soluções de força se apresentam — como vimos no cesarismo regressivo fascista — bem como o “enfraquecimento e a paralisia” dos adversários políticos por meio da absorção de seus dirigentes mais importantes. Sabemos que essa segunda atitude é conhecida como transformismo político. Diante disso, foi revelado que no período do pós-Primeira Guerra Mundial (1914–1918), o aparelho hegemônico se estilhaça em definitivo e o seu exercício se torna incerto na Itália. A situação se agravou, pois essa crise se somou às outras instabilidades internas que estavam em gestação desde o período do *Risorgimento*, a exemplo das diferenças regionais entre o *Mezzogiorno* (Sul) e o *Settentrione* (Norte) — além da crise econômica deixada pela guerra e que ganhava contornos perigosos no país. Essa conjuntura tornou-se um elemento explosivo e a estabilidade econômica e política viu-se ameaçada. Dessa forma, todas essas “causas precisas” levaram à dissolução do regime parlamentar liberal, um dos primeiros a ser afetado. Na superestrutura, percebemos apenas o “teatro”<sup>910</sup> dessas contradições, porém as raízes são mais profundas e quase sempre estruturais.

Quando a crise atinge as apresentações parlamentares, isso significa que ela ganhou proporções gigantescas e rompeu com as amarrações consensuais. Assim, a tensão se demonstra pela maior dificuldade de formar novos governos democráticos e na instabilidade dos governos constituídos. Isso conduz à multiplicação dos partidos sem expressão ou à concentração política em apenas uma força (a força C) ou personalidade — como nos revela a história dos 45 cavaleiros húngaros. Portanto, o aspecto superestrutural de uma crise de hegemonia manifesta algo mais perigoso: o descrédito nos partidos políticos tradicionais não é a causa da instabilidade política, mas a exposição “teatral” e visível de uma crise muito mais profunda e mais grave, sendo ela, contudo, estrutural. A crise de hegemonia nada mais é do que a crise econômica nas camadas da estrutura manifestada na superestrutura. A relação é sempre dialética e a separação conceitual é apenas metodológica. Por isso, a causa

---

<sup>908</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 13 (XXX): 1932–1934: notas sobre a política de Maquiavel*. Tradução de Anita Schlessener; Maria Socorro Militão. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-02-2, p. 86-87.

<sup>909</sup> Ibidem, p. 86-87.

<sup>910</sup> Ibidem, p. 86-87.

real da crise econômica, quando se apresenta como crise de hegemonia, leva quase sempre a uma ruptura entre os dirigentes e os dirigidos. As causas são várias e não são determinadas por uma fórmula universal e acabada: cada nação apresenta as suas características singulares expressas em sua própria história de formação. No entanto, essas crises não estão afastadas do contexto internacional. Ainda assim, o perigo é sempre o mesmo: as grandes massas populares, ausentes de conformismo social próprio, se afastam das ideias e partidos tradicionais que sempre se afirmaram e se movimentaram<sup>911</sup>. Quando essa tensão alcança o equilíbrio catastrófico, as soluções de força tornam-se viáveis e o cesarismo regressivo fascista se apresenta como resposta.

À luz do que foi apresentado, as crises constituem as condições reais tanto para o advento de regimes fascistas quanto para a superação da ordem capitalista. A contradição que elas representam oferece essa possibilidade concreta; apesar disso, a superação de um modo de produção por outro não é mecânica: em momentos de crise de hegemonia, ambas as possibilidades se colocam como alternativas na luta de classes. Nesse sentido, abrem-se duas alternativas históricas: de um lado, a restauração do sistema capitalista em desequilíbrio por meio de uma revolução passiva; de outro, sua superação, uma vez que as crises podem impulsionar as classes populares a buscar alternativas definitivas para além do capitalismo. Por isso, a organização da classe trabalhadora, a partir de um programa estritamente revolucionário, social e libertário, afastando, todavia, as investidas reformistas e revisionistas, hoje, mais do que nunca, é necessária. Em razão disso, não existe no capitalismo uma crise mais perigosa do que uma crise de hegemonia, pois ela significa que as contradições atingiram níveis de extrema agitação e ela não pode ser resolvida sem o uso da força. A Itália, sendo uma autêntica sociedade ocidental, serve como exemplo do que pode acontecer em outras nações de mesma estrutura, buscando, porém, as causas precisas de cada país e época. Ainda assim, o primeiro laboratório foi a Itália e é a ela que devemos nos direcionar, contanto que não repliquemos o que aconteceu por lá, mas aprendamos com os eventos italianos. Conclui-se, portanto, que para compreender o fascismo italiano, precisamos partir de suas causas precisas específicas e únicas apresentadas neste estudo. Ainda assim, sejamos vigilantes: novos modelos “[...] de conduta política passam a ser inculcados sob a capa de atitudes ‘não políticas’. As circunstâncias exigem dos fascistas que eles sejam mais prudentes e mais discretos do que desejariam”<sup>912</sup>. Objetivamente, eles “[...] adaptam-se às exigências

---

<sup>911</sup> Ibidem, p. 86-87.

<sup>912</sup> KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p. 178-179.

dos novos tempos. Mas continuam a trabalhar, infatigavelmente, preparando-se para tempos ‘melhores’, que lhes permitam maior desenvoltura”<sup>913</sup>.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas nesta pesquisa conectam-se com o poema *Consolo na praia*, de Carlos Drummond de Andrade<sup>914</sup> (1902–1987), no qual os versos permanecem atuais e expressam a resistência no contexto da luta de classes. Assim, em uma passagem do poema, que reflete o tema da aceitação das perdas inevitáveis da vida humana, Drummond escreve que “[...] a injustiça não se resolve. À sombra do mundo errado, murmuraste um protesto tímido. Mas virão outros”<sup>915</sup>. Na poesia, entretanto, o eu lírico sugere ao leitor a confiança na esperança e a resistência serena, uma vez que, para Drummond, a vida, apesar das persistentes decepções, de fato, resiste e persiste. Diante disso, faz-se necessário considerar as palavras expressas pelo poeta brasileiro, no sentido de que outros protestos tímidos virão, quiçá, mais desinibidos, pois, do contrário, torna-se difícil sustentar a esperança em um mundo no qual as maiores injustiças sejam sempre a regra; no qual a força do mais forte, imoral e dissimulada, seja a única respeitada e reconhecida; e no qual tantas pessoas sejam sacrificadas sem justificativa aceitável por aqueles que antecipam a morte de inocentes.

Observa-se que o infortúnio impera com força no mundo e que, ainda hoje, as guerras, novamente imperialistas, mais uma vez, se apresentam aos olhos de milhares de seres humanos, sem direito de escolha pessoal, como a única forma de “organizar” o convívio em um mundo obsoleto e imoralmente dividido em classes antagônicas e diferenças regionais. Para as classes dominantes, os pobres são reduzidos a número. Na torpe linguagem dos agentes do grande capital e de seus representantes políticos, afirma-se metaforicamente que “o mundo se encontra dividido entre as forças do bem e as forças do mal”. Nessa frágil formulação da realidade, o “bem” corresponde às forças econômicas e políticas alinhadas aos interesses da grande burguesia nacional e internacional, enquanto o “mal” assinala aquelas forças que ainda resistem e não sucumbiram aos desmandos dos poderosos. Os que resistem buscam outras formas de convívio socioeconômico que não estejam alinhadas aos interesses espúrios da propriedade privada dos meios de produção, concentrada cada vez mais nas mãos

---

<sup>913</sup> Ibidem, p. 178-179.

<sup>914</sup> Carlos Drummond de Andrade foi um poeta e cronista brasileiro, nascido no estado de Minas Gerais.

<sup>915</sup> DRUMMOND, Carlos de Andrade. *Antologia poética*. 67. Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2011, p. 38.

de uma parcela reduzida da população global. Segundo o *World Bank*, estima-se que quase 700 milhões de pessoas, correspondendo a 8,5% da população global, vivem em extrema pobreza, com menos de US\$ 2,15 por dia<sup>916</sup>.

Embora o cenário global evidencie esse quadro, não é preciso buscar contextos apenas internacionais para constatar esse cenário de desigualdade. No Brasil, país periférico no capitalismo — o que agrava a situação —, existem sofrimentos humanos visíveis. Mesmo assim, observa-se que as parcelas privilegiadas da classe trabalhadora — absorvidas pela hegemonia da classe dominante — não se mobilizam diante desse quadro de empobrecimento; esses grupos, pertencentes, sobretudo, à classe média, responsabilizam os mais pobres por sua condição. Contudo, desconsideram as origens históricas da desigualdade, assim como a forma pela qual o Brasil foi constituído e o modo como os mais desfavorecidos sempre foram tratados pelas elites. Nesse contexto, nas periferias das grandes cidades brasileiras, acumulam-se experiências de dor, resultantes da fome, da moradia precária, da violência — policial ou criminal —, da agressão contra as mulheres, da ausência efetiva do Estado e da falta de perspectivas para o futuro.

A hegemonia burguesa ainda se mantém bem-sucedida e executa uma função crucial na reprodução do capitalismo. Na atualidade, grupos da classe trabalhadora apoiam projetos da classe dominante, votam em seus representantes e incorporam a sua visão de mundo como a única autêntica. Para esses grupos, sem a elaboração de um projeto hegemônico próprio, a emancipação humana deixou de ser concebida como transformação revolucionária e passou a ser entendida como ascensão individual à condição de burguês. No ano de 1932, Gramsci identifica esse fenômeno ao afirmar que o consenso em alguns grupos ligados à classe trabalhadora nasce “[...] historicamente do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção”<sup>917</sup>. Assim, o “prestígio” econômico das classes dominantes projeta influência ideológica sobre uma parcela da classe trabalhadora dispersa e contribui para desarticular as forças de esquerda — que enfrentam dificuldades tanto para retomar os espaços perdidos nas últimas décadas quanto para lidar internamente com a fragmentação partidária e conceitual.

Atualmente, existem ofensivas de extrema direita com características neofascistas em várias partes do mundo, o que reforça a importância de retomar a leitura das obras de Marx e

---

<sup>916</sup>WORLD BANK. *Poverty, Prosperity, and Planet Report 2024: Pathways Out of the Polycrisis*. Washington, DC: World Bank, 2024. Disponível em: <https://www.worldbank.org/>. Acesso em: 28 abril 2026.

<sup>917</sup>GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 5. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 2, p. 21.

Gramsci, especialmente seus conceitos de bonapartismo e cesarismo regressivo. Os movimentos neofascistas voltam a ganhar força no mundo na medida em que a burguesia — nacional e internacional — encontra limites para a sua expansão por meio do consenso. Embora esta pesquisa não tenha investigado os movimentos neofascistas no século XXI, ela oferece as bases conceituais para a compreensão do fascismo italiano. Além disso, o fascismo na Itália vincula-se organicamente às crises econômicas — ele também é resultado delas. Assim sendo, a leitura das obras de Marx e Gramsci deve ser compreendida como resgate da energia teórica presente em suas obras. Ambos os autores recusaram explicações fáceis para problemas complexos de seu tempo, conduzindo a crítica a níveis concretos de análise. Como consequência, os dois filósofos enfrentaram punições: Marx — exilado em países diferentes — morreu na condição de apátrida; Gramsci — após onze anos de prisão (1926–1937) — morreu na clínica Quisisana, vigiado pelo Estado fascista. Tanto Marx quanto Gramsci tiveram seus direitos cassados. No entanto, ainda hoje, seus pensamentos permanecem atuais: suas obras continuam construindo uma dimensão conceitual adequada para enfrentar essas investidas de extrema direita com traços neofascistas que retornam em nosso tempo.

A pesquisa contribui em três níveis. No plano teórico, estabelece uma articulação orgânica entre a crítica da economia política de Marx e a teoria da hegemonia de Gramsci, revelando que a crise de hegemonia na Itália também foi a forma superestrutural da crise estrutural do capitalismo. Desse modo, supera tanto o economicismo vulgar, que reduz o fascismo italiano à fraqueza moral ou a um acidente histórico, quanto a visão revisionista que o interpreta como um “mal necessário” diante da Revolução Bolchevique de 1917. No nível histórico-filosófico, reconstrói as “causas precisas” italianas como uma totalidade orgânica articulada, evidenciando também o papel de uma composição demográfica frágil. Já no plano metodológico, demonstra a fertilidade do materialismo histórico-dialético e da filosofia da práxis na análise concreta de eventos políticos complexos, oferecendo um modelo que articula estrutura e superestrutura em um bloco histórico coerente.

A Itália, além de ser o primeiro laboratório do fascismo, expressou as contradições mais significativas que atravessavam o capitalismo ocidental. Assim, o país combinou amargamente a crise estrutural que atravessava o capitalismo internacional-monopolista com a sua composição demográfica passiva e parasitária. Em razão disso, estudar o fascismo, a partir do materialismo histórico de Marx, da filosofia da *práxis* de Gramsci, significa compreender as formas de reorganização da hegemonia burguesa em momentos de crise de hegemonia em sua totalidade — e não parcialmente.

As filosofias de Marx e de Gramsci se articulam dialeticamente. Ambos os filósofos, embora analisando momentos históricos diferentes, partem da mesma relação social de produção: o capitalismo. Dessa forma, podemos constatar que o fascismo italiano foi a forma política e de Estado necessária para superar as condições de crises estruturais e superestruturais do capitalismo. Portanto, a crise de hegemonia foi o momento de passagem em que a crise econômica se converteu em crise política. No entanto, a tese não se afasta dos métodos de Marx e de Gramsci, pois ela parte de uma situação sempre dialética: ao mesmo tempo em que as crises econômicas criam as condições para crises de hegemonia na superestrutura, as crises de hegemonia intensificam as crises econômicas na estrutura. Por isso, rejeitam-se as tendências liberais e revisionistas, uma vez que elas afirmam que o fascismo na Itália tenha surgido de desvios morais ou como “mal necessário”. O fascismo, contudo, foi uma articulação dialética entre o contexto do capitalismo internacional, vinculado à composição demográfica parasitária italiana. Logo, o fascismo foi o resultado direto de um momento muito específico do capitalismo nas primeiras décadas do século XX, a saber: crise econômica, Primeira Guerra Mundial (1914–1918), imperialismo, capitalismo monopolista e financeiro, Revolução Bolchevique de 1917 e as diversas “causas precisas” italianas.

Entre os possíveis debates futuros, destacam-se principalmente a investigação entre o cesarismo regressivo fascista italiano e as outras formas de cesarismo regressivo no século XX e XXI, sendo os principais na Europa, o nazismo alemão (1933–1945), o franquismo espanhol (1939–1975), o salazarismo português (1933–1974). Soma-se a isso as principais ditaduras implementadas em quase toda a América Latina, sendo as principais delas: Brasil (1964–1985), Chile (1973–1990), Argentina (1976–1983), Uruguai (1973–1985) e Paraguai (1954–1989). Além disso, a pesquisa precisa ser atualizada sobre as novas formas de resistências da burguesia capitalista sobre as classes exploradas, compreendendo, assim, as novas formas de revoluções passivas no âmbito da guerra de posição nas sociedades ocidentais na atualidade.

Se a história é movimento, ela se atualiza: sabemos, portanto, que novos levantes neofascistas se espalham pelo mundo, cada um mostrando as suas características próprias de acordo com a composição demográfica de cada nação; porém, todos estão conectados entre si internacionalmente — ainda mais em um mundo integrado digitalmente. No Brasil, não é diferente: o perigo bate à nossa porta novamente. Aqui, o neofascismo retoma alguns traços já conhecidos: ele se esconde por detrás de discursos já experimentados sobre a propriedade, a família, a religião e a ordem. Nada mais sem criatividade, é claro, pois Marx, em sua obra *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (1852), já havia alertado para esses instrumentos

ideológicos. Marx afirma, portanto, que a burguesia capitalista utiliza esses valores para classificar qualquer tentativa de reforma social alinhada às classes trabalhadoras. Em outras palavras: tudo que foge da ideologia burguesa é contra a propriedade, a família, a religião e a ordem. Ainda mais em um país como o Brasil colonizado a partir da Contrarreforma Católica (XVI-XVII), na qual qualquer alusão contra esses quatro fundamentos ideológicos cativa as massas populares ausentes de conformismo social próprio, levando-as a defender valores dominantes que não são os seus.

Esses problemas, no entanto, permanecem como tarefas para pesquisas no futuro. O que quis demonstrar, é que sem a devida compreensão do materialismo histórico, da filosofia da *práxis* no caso do fascismo original, isto é, puramente italiano, em conjunto com as suas “causas precisas”, somada à sua articulação com a crise estrutural do capitalismo nacional e internacional naquele período, quaisquer análises futuras desses fenômenos políticos autoritários, que ousam se apresentar ao mundo novamente, permanecerão superficiais e desarmadas de conteúdo intelectual para o enfrentamento. Se a história se repete, a ligação conceitual entre Marx e Gramsci e os problemas contemporâneos ainda permanecem fecundos: enquanto o capitalismo existir como modo de produção vigente, as crises também serão produzidas. Entretanto, elas serão cada vez mais destrutivas. Nem mesmo o planeta em que vivemos suporta mais a produção irresponsável e sem seriedade de mercadorias cada vez mais obsoletas: a crise é a “[...] própria expressão da produção e da reprodução de riquezas para o capital”<sup>918</sup>. Portanto, o capitalismo, pela primeira vez, mostrou qual é o limite ambiental do planeta Terra.

Por fim, enquanto as crises forem produzidas no seio das relações sociais capitalistas, as condições para os neofascismos sempre permanecerão como possibilidade, pois o fascismo é um fenômeno tipicamente capitalista. No entanto, elas também abrem a possibilidade de superação da ordem capitalista. Assim, o cuidado e a vigilância exigem teoria filosófica e política combativa daqueles que compreendem que a barbárie não é o oposto da civilização burguesa. A sociedade burguesa não eliminou a barbárie, mas apenas a encobriu com seu leve verniz civilizatório, que, se “[...] levemente raspado, deixa logo aparecer a pele de lobo. Os instintos foram amansados, mas não destruídos; e o direito do mais forte é o único reconhecido”<sup>919</sup>.

---

<sup>918</sup>SAITO, Kohei. *O capital no antropoceno*. Tradução de Caroline M. Gomes. São Paulo: Boitempo, 2023, p. 10.

<sup>919</sup>GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Organização, introdução e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1 (1910-1920), p. 46.

Enquanto houver capitalismo, a barbárie permanecerá como possibilidade — e a resistência, como necessidade histórica.

## REFERÊNCIAS

- ALTVATER, Elmar. *O capitalismo se organiza: o debate marxista desde a Guerra Mundial até a crise de 1929*. In: HOBBSBAWM, Eric J. (org.). *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 8.
- ANTUNES, Jadir; BENOIT, Hector. *O problema da crise capitalista em O capital de Marx*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- ANTUNES, Ricardo. *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- BARATTA, Giorgio. *As rosas e os cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1983.
- BRAGA, Ruy. *Risorgimento, fascismo e americanismo: a dialética da passivação*. In: DIAS, Edmundo Fernandes et al. (org.). *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.
- BUCCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BUCCI-GLUCKSMANN, Christine. *Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva*. In: FERRI, Franco (coord.). *Política e história em Gramsci: atas do Encontro Internacional de Estudos Gramscianos - Florença, 9-11 de dezembro de 1977*. Tradução de Luiz Mario Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. v. 1.
- BURGIO, Alberto. *Gramsci. Il sistema in movimento*. Roma: Derive Approdi, 2014.
- CORRADINI, Enrico. *La teoria de Nazionalismo*. Milano: Fratelli Treves, 1914.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O leitor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- DANTAS, Dallys. *A questão meridional e o conceito de Estado em Gramsci*. Revista de Sociologia da UEM, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 77-94, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1290>. Acesso em: 2 jan. 2024.
- DE FELICE, Antonio. *Revolução passiva, fascismo americanismo em Gramsci*. In: FERRI, Franco (org.). *Política e História em Gramsci*. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. p. 189-257.
- DEL ROIO, Marcos. *Apresentação*. In: GRAMSCI, Antonio. *Vozes da terra: escritos de 1916 a 1926*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Rita Coutinho. São Paulo: Boitempo, 2023.
- D'ORSI, Angelo. *Gramsci: uma nova biografia*. Tradução de Cristina Bezerra. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto comunista*. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2007.

FERNANDES, Marcelo Pereira. *Prefácio à edição brasileira*. In: LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. Tradução de Edições Avante! e Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2024.

FIORI, Giuseppe. *A vida de Antonio Gramsci*. Tradução de Sergio Lamarão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Pensamento crítico, 30).

FRESU, Gianni. *Antonio Gramsci, o homem filósofo*. Tradução de Rita Matos Coitinho. São Paulo: Boitempo, 2020.

FRESU, Gianni. *Nas trincheiras do Ocidente: lições sobre fascismo e antifascismo*. Ponta Grossa: UEPG, 2017.

FRESU, Gianni. *Questões gramscianas: da interpretação à transformação do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2025.

FITZPATRICK, Sheila. *Breve história da União Soviética*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Todavia, 2023.

GRAMSCI, Antonio. *A situação italiana e as tarefas do PCI – Teses de Lyon*. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/33633>. Acesso em: 20 jun. 2024.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 5. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 1.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 5. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 6. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 3.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 5. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 4.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 4. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. v. 5.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 5. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 6.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 1 (XVI): 1929 - 1930: primeiro caderno*. Tradução de Rocco Lacorte, Alex Calheiros, Lucas Moura Vieira. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-05-3.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 2 (XXIV): 1929-1933: miscelânea I*. Tradução de Massimo Sciarretta, Giovanni Semeraro. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-

book. ISBN 978-65-83079-25-1.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: caderno 3 (XX): 1930: miscelânea. Tradução de Ivete Simionatto, Maria del Carmen Cortizo, Giovanni Semeraro. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-06-0.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: caderno 4 (XIII): 1930–1932: notas sobre filosofia: miscelânea: o canto décimo do inferno. Tradução de Rita Coitinho, Marcos Aurélio da Silva. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-00-8.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: caderno 5: (IX): 1930-1932: miscelânea. Tradução de Ana Maria Said, Giovanni Semeraro e Marcos Aurélio da Silva. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. 1 recurso online (PDF). Título original: Quadernidelcarcere. ISBN 978-65-83079-07-7.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: caderno 6 (VIII) – 1930-1932: miscelânea. Tradução de vários tradutores. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-00-8.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: caderno 7 (VII): 1930-1932: notas sobre filosofia II e miscelânea. Tradução de Ana Maria Said, Marcos Aurélio da Silva. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-04-6.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: caderno 8: (XXVIII): 1931-1932: miscelânea e notas sobre filosofia III. Tradução de Giovanni Semeraro e Rodrigo Lima. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. 1 recurso online (PDF). Título original: QuadernidelCarcere. ISBN 978-65-83079-08-4.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: caderno 10 (XXXIII): 1932-1935: a filosofia de Benedetto Croce. Tradução de Ana Maria Said e Gianni Fresu. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book (PDF).

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: caderno 9 (XIV): 1932: miscelânea e notas sobre risorgimento italiano. Tradução de Giovanni Semeraro, Leandro Galastri, Tatiana Oliveira. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: caderno 12 (XXIX): 1932: apontamentos e notas esparsas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. Tradução de Maria Margarida Machado. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book (PDF). ISBN 978-65-83079-26-8.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: caderno 13 (XXX): 1932-1934: notas sobre a política de Maquiavel. Tradução de Anita Schlesener e Maria Socorro Militão. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-02-2.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: caderno 15 (II): 1933: miscelânea. Tradução de Ivete Simionatto e Maria del Carmen Cortizo. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. PDF. ISBN 978-65-83079-13-8.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: caderno 21 (XVII): 1934-1935 problemas da

cultural nacional italiana: 1ª literatura popular. Tradução de Maria Margarida Machado. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: caderno 22 (V): 1934: americanismo e fordismo. Tradução de Lincoln Secco, Silvia de Bernardinis. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book. ISBN 978-65-83079-14-5.

GRAMSCI, Antonio. *Cartas do cárcere*. Tradução de Luiz Sérgio Henrique. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Organização, introdução e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1 (1910-1920).

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Tradução de Manuel Simões. Lisboa: Seara Nova, 1976. v.1.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Tradução de Manuel Simões. Lisboa: Seara Nova, 1977. v.2.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Tradução de Manuel Simões. Lisboa: Seara Nova, 1977. v.3.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Tradução de Manuel Simões. Lisboa: Seara Nova, 1978. v.4.

GRAMSCI, Antonio. *Obras Escolhidas*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Homens ou máquinas? Escritos de 1916 a 1920*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Rita Coitinho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

GRAMSCI, Antonio. *Odeio os indiferentes*. Escritos de 1917. São Paulo: Boitempo, 2020.

GRAMSCI, Antonio. *Vozes da Terra*: escritos de 1916 a 1926. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Rita Coitinho. São Paulo: Boitempo, 2023.

GRESPLAN, Jorge. *Curso livre Marx-Engels*. São Paulo: Boitempo, 2015.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUÉRIN, Daniel. *Fascismo e grande capital*. Tradução de Lara Christina de Malimpensa. Campinas: Editora Unicamp, 2023.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). *Dicionário Gramsciano (1926–1937)*. Tradução de Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Galastrini e Silvia de Bernardinis. Revisão técnica de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Boitempo, 2017.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2021.

HARVEY, David. *Para entender O capital I*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020.

HARVEY, David. *Para entender O Capital II e III*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2015.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. Tradução de Reinaldo Mestrinel. Introdução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções. 1789-1848*. Tradução de Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era das impérios. 1875-1914*. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era do capital: 1848–1875*. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era dos extremos. O breve século XX 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

KERTZER, David I. *O Papa e Mussolini: a conexão secreta entre Pio XI e a ascensão do fascismo na Europa*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Tradução de Edições Avante! e Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2025.

LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo*. Triunfo e decadência do sufrágio universal. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora UNESP, 2004.

MANN, Michael. *Fascistas*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

MARI, Cezar Luiz De. *10 lições sobre Gramsci*. Petrópolis: Vozes, 2023.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *As origens do fascismo*. Tradução de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008.

MARUIZE, Marco. *Para além da natureza: libertação animal e socialismo*. Tradução de Maila Costa. São Paulo: LavraPalavra, 2024.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 2021.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da*

*economia política*. Tradução de Mario Duayer e Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Tradução e organização de Osvaldo Coggiola. 5. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2022.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro II: O processo de circulação do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020.

MARX, Karl. *Os despossuídos*. Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2020.

MATTEI, Clara E. *A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo*. Tradução de Heci Regina Candini. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

MASCARO, Alysson. *Crítica do fascismo*. São Paulo: Boitempo, 2022.

MASCARO, Alysson. *Prefácio*. In: PACHUKANIS, Evguiéni. *Fascismo*. Tradução de Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2020.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2021.

MUSTO, Marcello. *Repensar Marx e os marxismos*. Tradução de Diego Silveira et al. São Paulo: Boitempo, 2022.

NERES, Geraldo Magella. *Gramsci e o “moderno príncipe”: a teoria do partido nos Cadernos do cárcere*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

NICODEMOS, Carlos Eduardo. *Risorgimento, americanismo e fascismo: o conceito de revolução passiva como categoria interpretativa da modernização no mundo da produção capitalista*. 2021. Dissertação (Mestrado em Filosofia) — Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Uberlândia, 2021. Orientadora: Ana Maria Said. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.6032>. Acesso em: dez. 2024.

PARIS, Robert. *As origens do fascismo*. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira Coutinho. São Paulo: Khronos 7; Perspectiva, 1993.

PAXTON, Robert O. *Anatomia do fascismo*. Tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Tradução de Angelina Peralva. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. Tradução de João G. P. Quintela e M. Fernanda

S. Granado. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

ROIO, Marcos. *Os prismas de Gramsci*. São Paulo: Boitempo, 2019.

SAID, Ana Maria. *Estado, sociedade civil e luta hegemônica*. Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 28, n. 56, p. 541-550, jul./dez. 2014.

SAID, Ana Maria. *Uma estratégia para o Ocidente: o conceito de democracia em Gramsci e o PCB*. Uberlândia: EDUFU, 2009.

SAITO, Kohei. *O capital no antropoceno*. Tradução de Caroline M. Gomes. São Paulo: Boitempo, 2023.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. 4. ed. São Paulo: Ideias e Letras, 2019.

SILVA, Renalvo Cavalcante. *Capital fictício e crises econômicas: a dominação financeira no contexto do capitalismo contemporâneo*. 2022. 373 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

SINGER, Peter. *Libertação animal: o clássico definitivo sobre o movimento pelos direitos dos animais*. Tradução de Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

STEVENSON, David. *A história da Primeira Guerra Mundial, 1914-1918: A Deflagração, A Escalada, As Consequências, O Legado*. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Novo Século, 2016.

SWEEZY, Paul. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: [s. n.], 1983.

TOGLIATTI, Palmiro. *Lições sobre o fascismo*. Tradução Maria Tereza Lopes Teixeira. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

VACCA, Giuseppe. *A vida e pensamento de Antonio Gramsci – 1926-1937*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Contraponto; Fundação Astrojildo Pereira; FondazioneIstituto Gramsci Onlus, 2012.

VACCA, Giuseppe. *La filosofia dellapraxisdi Antonio Gramsci*. Revista Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 28, n. 56, p. 541-550, jun./dez. 2014. ISSN 0102-6801.